

Relatório e Contas

Anual

2019

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Relatório e Contas

Consolidado e Separado

2019

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sede: Largo de São Carlos nº 3 1200-410 Lisboa

Nº Cont. 510 999 018

Índice

A RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

A1 Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

A2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

A3 Relatório e Pareceres às Contas Consolidadas

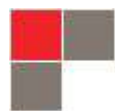
B RELATÓRIO E CONTAS SEPARADO

B1 Relatório do Conselho de Administração – Contas Separadas

B2 Demonstrações Financeiras Separadas

B3 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

C RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE



A1 Relatório do Conselho de Administração Contas Consolidadas

1. ÓRGÃOS SOCIAIS
2. O NOSSO GRUPO
 - A. PRINCIPAIS INDICADORES
 - B. A NOSSA HISTÓRIA
 - C. SOBRE A LONGRUN PORTUGAL
 - D. ESTRATÉGIA DA ÁREA SEGURADORA DA LONGRUN
3. A NOSSA PERFORMANCE
 - A. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA
 - B. ENQUADRAMENTO SETOR SEGURADOR
 - C. SÍNTESE DE ACONTECIMENTOS 2019
 - D. ATUAÇÃO DA LONGRUN PORTUGAL
 - E. PERFORMANCE OPERACIONAL E FINANCEIRA
4. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO
 - A. POSICIONAMENTO FUTURO DA LONGRUN
5. EMPRESAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA LONGRUN
6. GESTÃO DE RISCOS
 - A. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO
 - B. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E CONTABILIDADE DE COBERTURA
7. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA
 - A. CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO
 - B. DESCRIÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL
 - C. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS
 - D. PRINCIPAIS RISCOS E RESPECTIVAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO
8. RESPONSABILIDADE SOCIAL
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS



I.ÓRGÃOS SOCIAIS

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Presidente

Lingjiang Xu

Vogais

Wai Lam William Mak

Conselho Fiscal

Presidente

Pedro Antunes de Almeida

Vogais

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

João Filipe Gonçalves Pinto

Suplente

Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.,
representada por

Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC



2. O NOSSO GRUPO

A. PRINCIPAIS INDICADORES

**€4.083
milhões**

Total Prémios Emitidos
(inclui montantes relativos a contratos de investimento)

Vida: €2.053 milhões
Não Vida: €2.029 milhões

25,5%

Quota de Mercado (PT)

Vida: 23,6%
Não Vida: 27,9%

28,3%

Peso da operação
Internacional Não Vida

**€20,4 mil
milhões**

Ativo Líquido

6.412

Colaboradores da área
seguradora

96,5%

Rácio Combinado
Não Vida

(Rácio ajustado aos custos técnicos da atividade seguradora)

**€177,6
milhões**

Resultado Líquido

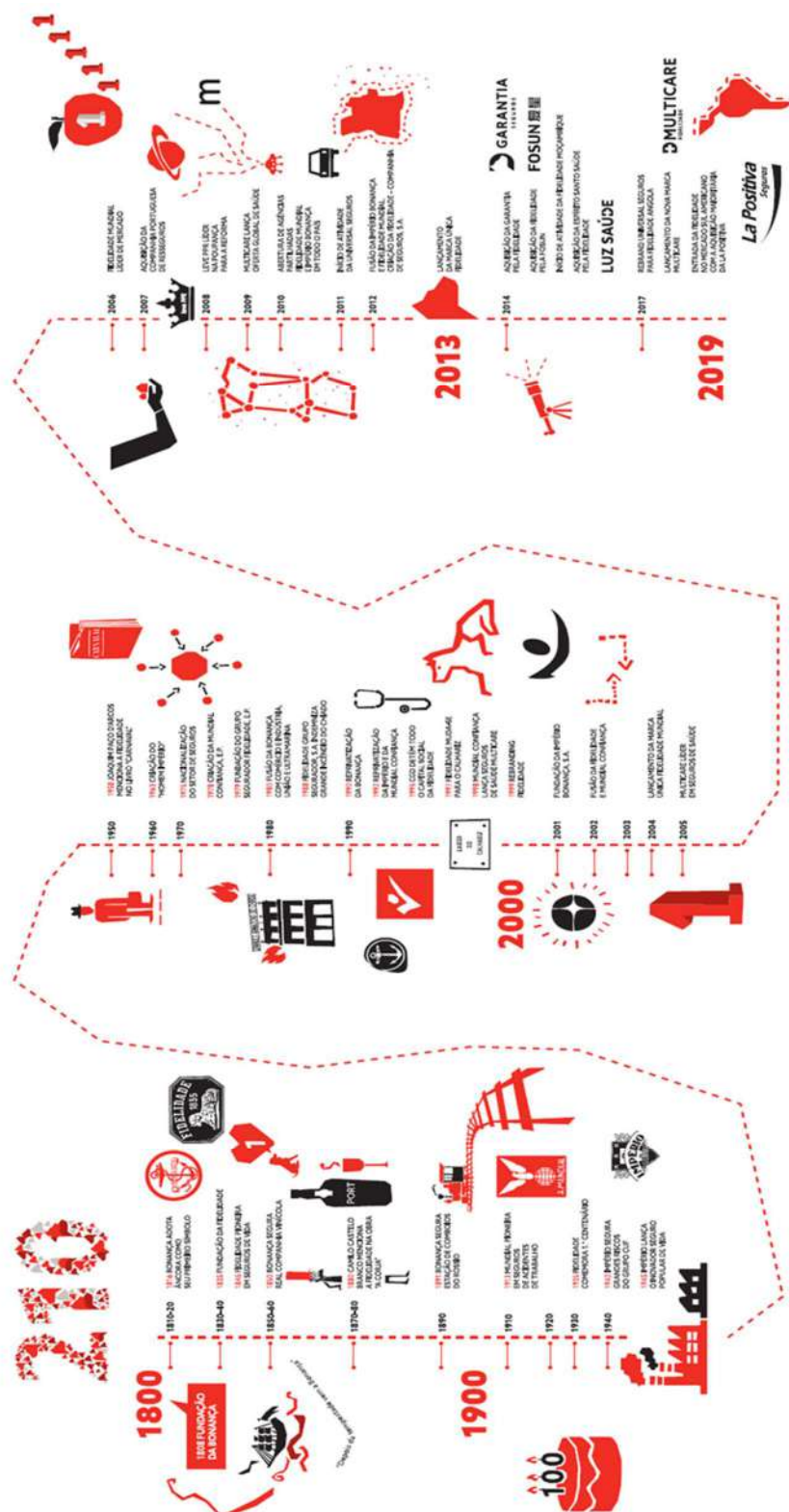
**€2.635
milhões**

Capitais Próprios

7,3%

Rentabilidade dos
Capitais Próprios

B. A NOSSA HISTÓRIA



Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez das empresas do perímetro de consolidação da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante “Longrun” ou “Sociedade”).

Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores *players* do setor: a Fidelidade Mundial e a Império Bonança.

Em 2005, a CGD - acionista único da Fidelidade Mundial - adquire também a Império Bonança lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional, concretizando-se a fusão efetiva entre as duas empresas em 2012 e o lançamento da marca única Fidelidade em 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e consequente aquisição por parte do Grupo Fosun de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade, mantendo-se o Grupo CGD como acionista de referência com 15%.



A partir de 2014, a área seguradora da Longrun entra numa nova fase de desenvolvimento, potenciada pelo apoio dos seus acionistas, assumindo como vetores de atuação a consolidação da liderança no mercado português e a expansão internacional.

É já nesse contexto que se avança ainda em 2014 para a aquisição da Garantia, seguradora líder em Cabo Verde, e para a aquisição da Espírito Santo Saúde, empresa de referência na prestação de cuidados de saúde em Portugal (atualmente denominada Luz Saúde).

Reforçando a sua estratégia de expansão, o ano de 2019 fica marcado pela conclusão da aquisição de uma participação maioritária no Grupo segurador *La Positiva y Reaseguros*, empresa de referência no mercado Peruano, e com presença ainda nos mercados da Bolívia e Paraguai, e pelo início de uma operação no mercado Chileno.

A conclusão deste processo representa mais um passo na consolidação da estratégia de internacionalização da área seguradora da Longrun, e marca o início da atividade na América Latina.

C. SOBRE A LONGRUN PORTUGAL

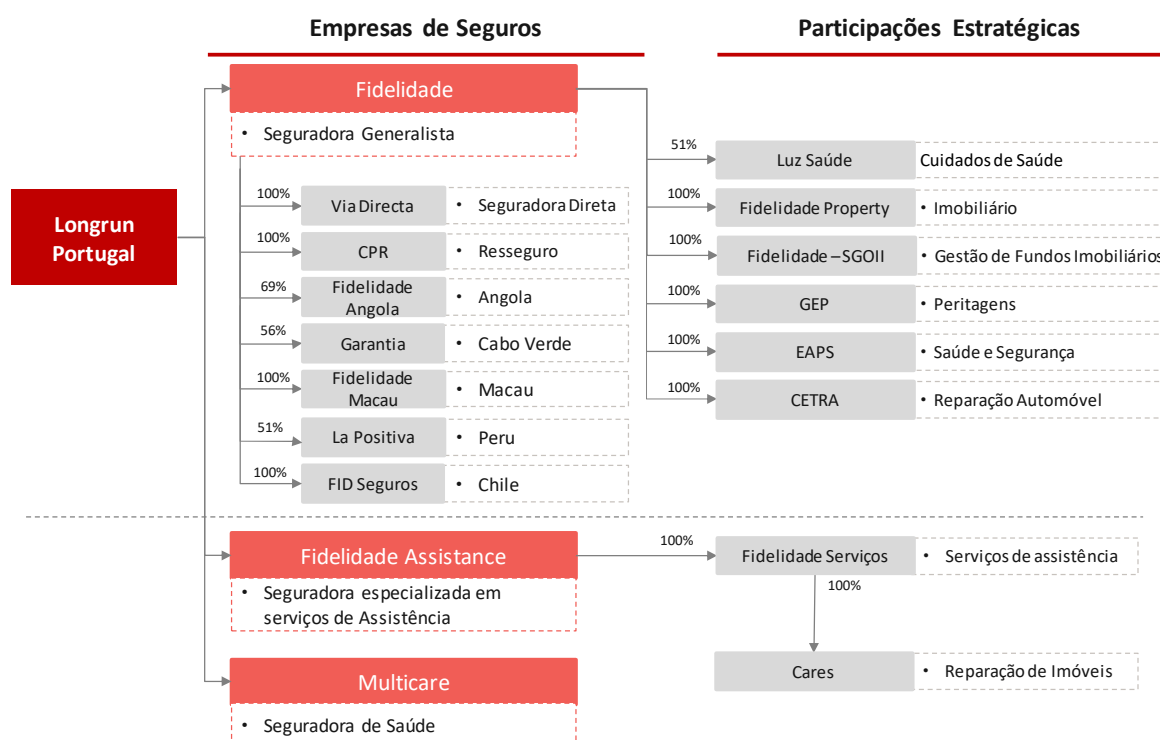
i. Estrutura do Grupo

A Longrun opera no mercado nacional através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguro). Adicionalmente está presente no mercado internacional quer através de sucursais da Fidelidade (Espanha, França, Luxemburgo, Macau - Ramos Vida e Moçambique), quer através de empresas seguradoras participadas, nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia, Fidelidade Macau (Ramos Não vida) Grupo La Positiva e Fid Chile.

Por fim, a Longrun detém, via Fidelidade e Fidelidade Assistência, participações em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, Grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



ii. Posicionamento

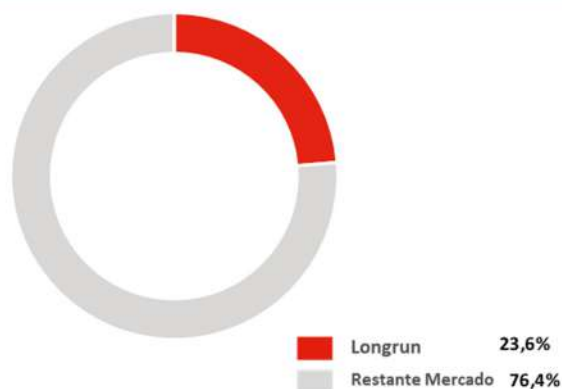
A área seguradora da Longrun atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

Em 2019, a área seguradora da Longrun manteve a sua posição de líder de mercado ao nível dos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 25,5% no mercado Português, que correspondeu, no entanto, a um decréscimo de 9,2pp face ao período homólogo, com origem na componente associada aos produtos financeiros.

Contudo, ao nível do segmento Vida, fortemente influenciada pelo comportamento dos produtos financeiros, é importante destacar que a área seguradora da Longrun reforçou a sua quota de mercado ao nível do ramo Vida Risco.

Com efeito, o sucesso registado ao nível do ramo Vida Risco espelha não só a dinâmica recente do crédito habitação, mas também o sucesso da aposta em novas soluções adaptadas ao paradigma social e macroeconómico vigente. O ano de 2019 marca igualmente a consolidação do sucesso do Proteção Vital da Família, um seguro de vida inovador, que proporciona um acompanhamento durante o ciclo de vida da família, assim como do novo Proteção Vital 65+, um seguro totalmente dedicado às necessidades da população com mais de 65 anos.

Ramo Vida – Quota de Mercado



Longrun

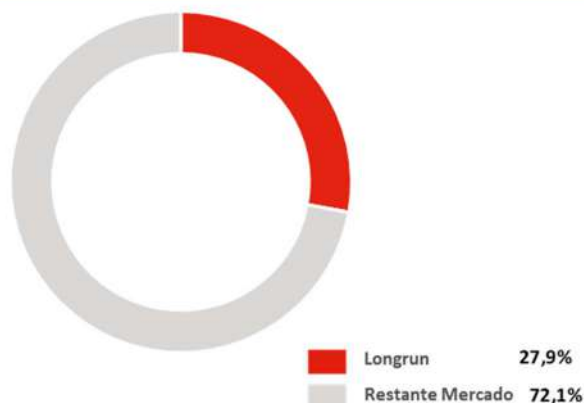
Vida Risco	18,3%
Rendas	32,9%
Vida Capitalização	22,6%
PPRs	26,2%

No segmento **Não Vida**, a performance comercial das seguradoras da Longrun no mercado Português suplantaram a tendência positiva da generalidade do mercado, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,4pp para um total de 27,9%.

A evolução apresentada reflete o comportamento favorável de praticamente todas as linhas de negócio, sendo de destacar o aumento de quota em ramos de elevada concorrência, nomeadamente o ramo Acidentes de Trabalho (aumento de 0,3pp), Automóvel (aumento de 0,3pp) e Saúde (aumento de 0,6pp).

A performance evidenciada pela Longrun, através das seguradoras detidas, permitiu consolidar a sua liderança transversal a todas as linhas de negócio, mantendo-se, de forma destacada, como a empresa líder de seguros Não Vida em Portugal.

Ramo Não Vida – Quota de Mercado



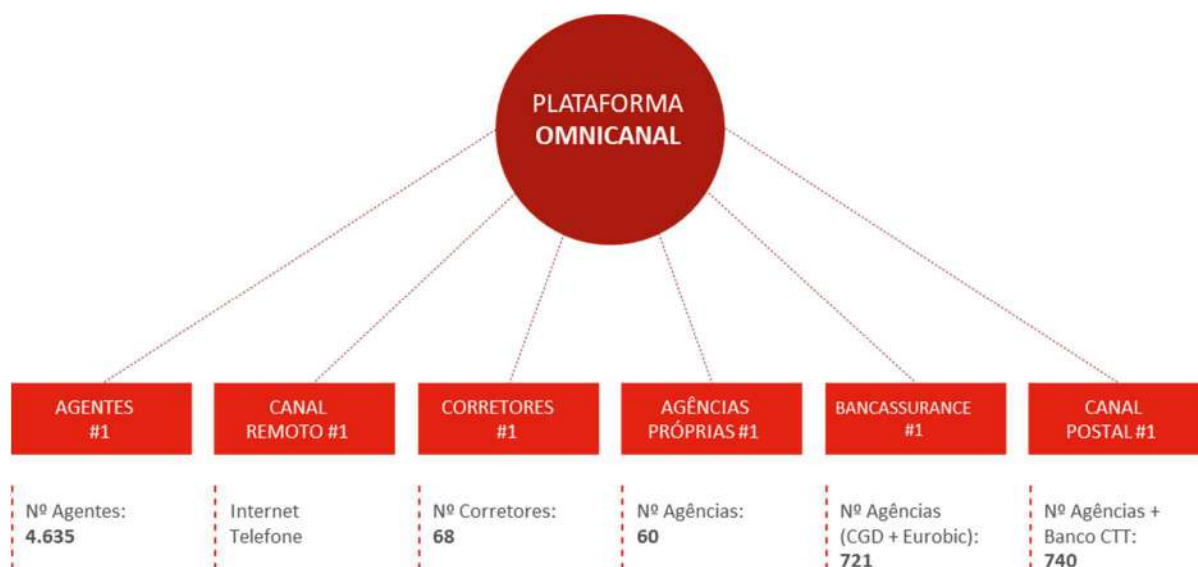
Longrun

Automóvel	28,3%
Acidentes Trabalho	26,4%
Acidentes Pessoais	14,0%
Saúde	37,2%
Multirriscos Habitação	22,9%
Multirriscos Comércio e Indústria	28,8%
Restantes Incêndios & Outros Danos	37,4%
Responsabilidade Civil	26,0%
Transportes	34,3%

iii. Rede de Distribuição

As seguradoras integradas na área seguradora da Longrun comercializam produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD e Eurobic; balcões e banco CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, a área seguradora da Longrun tem vindo a desenvolver uma estratégia omnicanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza, associado a uma elevada capilaridade regional, capaz de proporcionar serviços mais personalizados e geradores de proximidade.

iv. A oferta de marcas da Longrun

A área seguradora da Longrun tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua vasta experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta do inclui seguros Vida (Risco, Anuidades e Financeiro) e seguros Não Vida, onde se incluem, entre muitos outros, produtos como o seguro Automóvel, Acidentes de Trabalho, Saúde, Multirriscos Habitação, sendo ainda complementada por uma oferta de assistência única nas diferentes vertentes.

Adicionalmente, a área seguradora da Longrun tem vindo a desenvolver um conjunto de novos produtos no sentido de tornar a sua oferta de seguros mais inovadora e abrangente, sendo de destacar o Fidelidade Pets, um seguro destinado aos animais domésticos e que representa uma forte aposta na diversificação da oferta com foco na Família, e o Proteção Vital 65+, um seguro concebido para pessoas com mais de 65 anos.

Ao nível de empresas, regista-se o lançamento do Fidelidade Cyber Safety, uma solução que pretende proteger a estabilidade financeira das empresas em consequência de um ciberataque, e que representa uma diversificação da oferta dirigida a Pequenas e Médias Empresas.

Paralelamente, fruto da observação de dinâmicas e tendências de mercado e no foco existente na satisfação de necessidades de clientes, a área seguradora da Longrun tem procurado identificar e desenvolver soluções e modelos de negócio inovadores, criando novas propostas de valor nos diversos ecossistemas onde o Grupo assenta o seu ADN (Casa, Mobilidade, Saúde, Lazer e Entretenimento).

Neste âmbito, há a destacar o lançamento do projeto Smart Drive no âmbito da mobilidade digital, em parceria com a Brisa, que abrange produtos de seguros baseados em telemática e que inclui, também, produtos de seguros de mobilidade dedicados aos clientes Via Verde.

A oferta da área seguradora da Longrun em Portugal, chega aos seus clientes através de três marcas distintas, sendo todas elas líderes no seu segmento de atuação: a Fidelidade, a Multicare e a OK! teleseguros.

	• Produtos Vida e Não Vida • Marca de referência presente em todos os canais de distribuição
	• Seguros de saúde • Ampla oferta de seguros de saúde
	• Venda Online de seguros • Foco em produtos Não Vida (ex. Automóvel, Habitação) vendidos pelo canal remoto

v. Foco na Excelência Operacional e na Qualidade do Serviço

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. As empresas do perímetro de consolidação da Longrun destacam-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido percecionadas e reconhecidas pelos clientes.

A Longrun orgulha-se de, ao longo dos últimos anos, as suas participadas terem sido distinguidas por diversas vezes como marca de referência para os Portugueses, sendo que a Fidelidade é a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal. Os prémios conquistados são resultado do caminho traçado pela Longrun, que escolheu que as suas seguradoras terão de ser uma feitas de pessoas que pensam nas pessoas.



SUPERBRANDS PORTUGAL 2019

A Fidelidade e a Multicare foram distinguidas como marcas Superbrands 2019



MARKTEST 2019

Marca Mais Reputada na categoria de Seguros (Fidelidade)



MARKTEST 2019

Marca Mais Reputada na categoria de Seguros de Saúde (Multicare)



MARKTEST 2019

Marca Mais Reputada na categoria de Seguros Diretos (OK! Telesseguros)



ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2019

A OK! Telesseguros foi eleita escolha do consumidor na categoria de Seguradoras Diretas



ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2019

A Fidelidade foi eleita escolha do consumidor na categoria de Seguradoras



ESCOLHA DO CONSUMIDOR EXCELLENTIA 2019

A Fidelidade foi eleita escolha do consumidor “Excellentia 2019”, que distingue a empresa que adota as melhores práticas organizacionais orientadas para o cliente (Customer Centric)



MARCA DE CONFIANÇA 2019

A Fidelidade foi distinguida pelos portugueses como Marca de Confiança 2019



PRÉMIOS CINCO ESTRELAS

A OK! Telesseguros recebeu o prémio Cinco Estrelas 2019 na categoria “Seguros Diretos”



PRÉMIOS MARKETEER

A Fidelidade foi a marca mais votada na categoria de Seguros



PORTUGAL DIGITAL AWARDS 2019

O projecto “Smart Drive”, resultante da parceria entre a Fidelidade e a Brisa, foi distinguido na categoria de Best Digital Product & CX

vi. Presença Internacional

A área seguradora da Longrun tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em quatro continentes e dez Países, com várias unidades de negócio, sejam elas sucursais, escritórios de representação ou participadas.

Numa fase inicial, o processo de internacionalização visou, em particular, mercados com os quais Portugal tinha afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou a ser, igualmente, uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

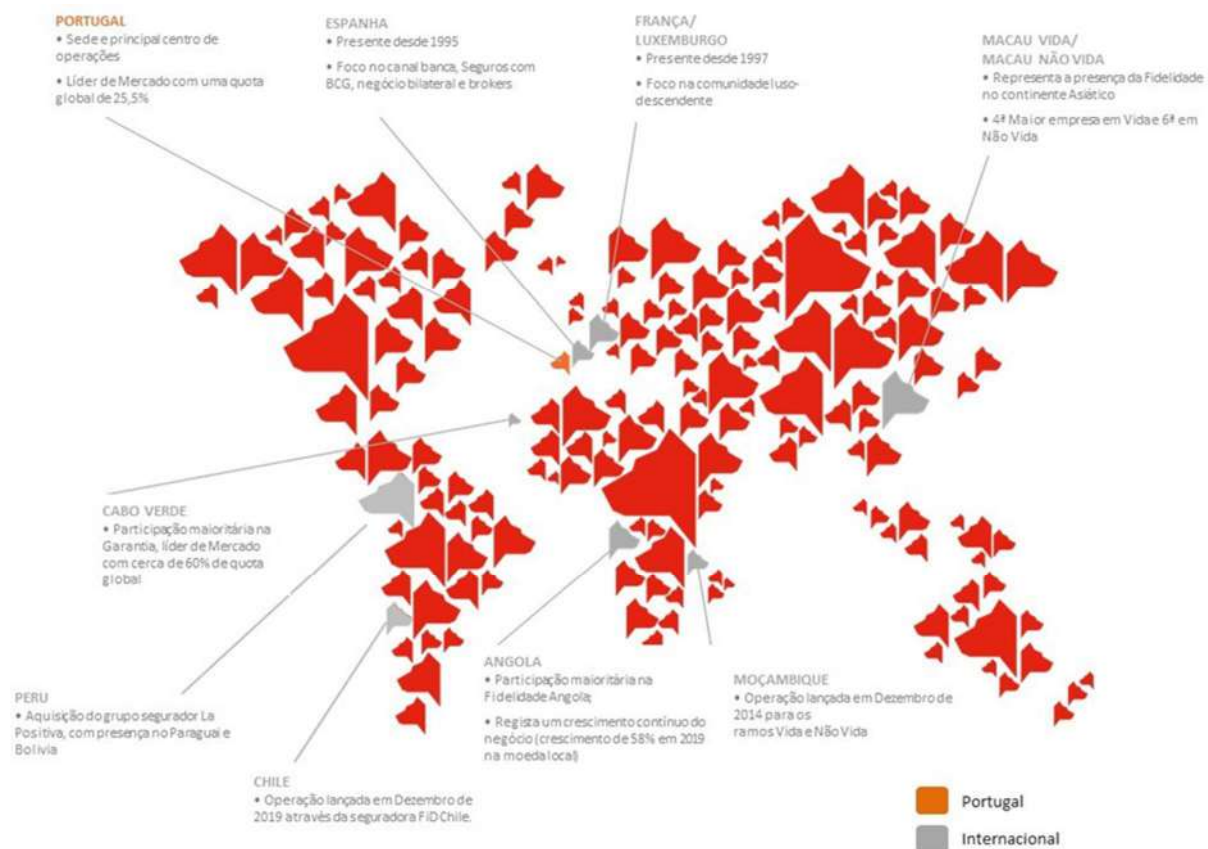
Nos últimos anos, com uma ambição acrescida de valorização do seu projeto, a Longrun tem analisado oportunidades selecionadas para alargar a sua presença internacional em Países com um potencial de crescimento atrativo e em que o Grupo possa aportar valor, através da sua experiência e conhecimento, adquiridos ao longo dos últimos 200 anos.

Este esforço de crescimento tem apresentado sólidos resultados, e atualmente, a plataforma internacional apresenta um peso considerável no volume de negócios total do Grupo. Durante o ano de 2019, a área seguradora da Longrun passou a estar presente num novo continente, na América do Sul, através da aquisição de uma participação maioritária no Grupo Segurador *La Positiva*, empresa de referência no mercado Peruano, e com presença nos mercados da Bolívia e Paraguai; e ainda pela aposta na criação de uma startup de seguros no Chile.

A aquisição de uma empresa desta dimensão, num novo mercado para o Grupo, destaca-se na consolidação da estratégia de internacionalização como um símbolo de viragem numa estratégia até aqui muito focada nos mercados de língua portuguesa. Atualmente, com a introdução destas empresas na Longrun, o universo da língua espanhola passou a ter um peso semelhante ao da língua Portuguesa, tanto ao nível de pessoas a trabalhar no Grupo como também ao nível de clientes.

A aposta na internacionalização representa para a Longrun uma prioridade estratégica de diversificação de negócio e de criação de sinergias e transferência de inovação entre empresas e, sobretudo, entre mercados. Contudo, trata-se igualmente de um compromisso com o desenvolvimento dos mercados onde a Longrun decide operar, seja no desenvolvimento das pessoas, na criação de infraestruturas ou na disponibilização de serviços e soluções à população, sempre consciente da importância de garantir a sustentabilidade financeira e operacional de cada operação.

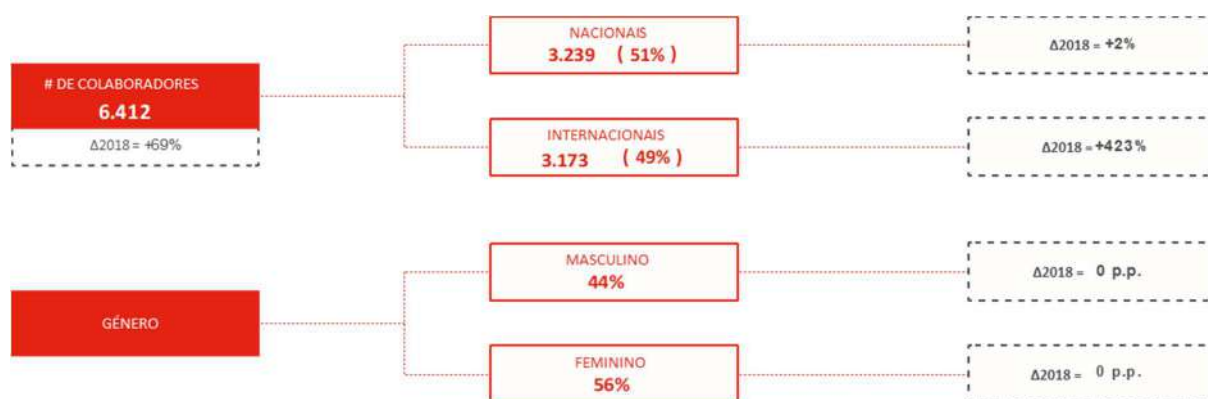




vii. A Equipa da área seguradora da Longrun

No final de 2019, o número total de colaboradores na área seguradora da Longrun ascendeu a 6.412, dividindo-se pela operação em Portugal com um peso de 51% e operações internacionais com um peso de 49%.

O número de colaboradores apresentou um aumento expressivo de 69% face ao período homólogo, refletindo a evolução do conjunto de empresas do Grupo nas operações internacionais, dado que em Portugal o crescimento foi residual. A evolução evidenciada reflete a da aquisição do Grupo *La Positiva* e consequente expansão para o mercado da América do Sul, em linha com a crescente internacionalização do Grupo Fidelidade



Em 2019, prosseguiu-se o foco no rejuvenescimento e adaptação da organização por forma a acompanhar os novos desafios de mercado. Esta aposta com vista ao desenvolvimento de novas competências conduziu a uma redução da idade média das empresas integradas no perímetro de consolidação da Longrun de 43,6 anos em 2018 para 40,7 anos em 2019, refletindo, por um lado, a redução evidenciada no conjunto dos colaboradores em Portugal (contrariando o efeito do envelhecimento natural de um ano no quadro de pessoal); e, por outro lado, o maior peso do conjunto de colaboradores a trabalhar no estrangeiro que apresentam uma idade média comparativamente inferior aos colaboradores nacionais.

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2019 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, que contou com um grande envolvimento por parte de todos os colaboradores, e com o crescimento expressivo da equipa internacional.

Assim, para além do esforço de mudança organizacional e de redimensionamento das estruturas, prosseguiu o processo de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando a empresa como uma organização cada vez mais reconhecida na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

D. ESTRATÉGIA DA ÁREA SEGURADORA DA LONGRUN

A Longrun, através das seguradoras detidas, é líder incontestado do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes, que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- ❖ Liderança destacada no mercado, materializada numa base de aproximadamente 2,3 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- ❖ Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- ❖ Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através dos canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca, correios e canais *online*;
- ❖ Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão e sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- ❖ Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, o a Longrun, através das seguradoras detidas, assumiu a ambição de evoluir no seu crescimento de um atual player mais local sob uma marca muito forte e com competências distintivas nos planos técnico e de gestão multicanal, para um player internacional de referência.

Em concreto, este último objetivo implica aumentar o peso do negócio internacional no total dos ramos Não Vida, assumindo-se como uma referência nos mercados em que estiver presente. Uma evolução que se pretende assente na criação de massa crítica, na construção de uma identidade de excelência no setor segurador dos mercados internacionais onde já opera e no crescimento internacional em mercados atrativos, estáveis e com potencial de crescimento, e em que as fortes competências do Grupo possam constituir uma vantagem competitiva sólida, acrescentando valor aos clientes e aos parceiros nesses mercados.

Assim, as seguradoras da Longrun têm vindo a operar de acordo com os seguintes vetores estratégicos:

- ❖ Consolidação da posição no Mercado Nacional;
- ❖ Expansão do Negócio Internacional;
- ❖ Otimização da Gestão de Investimentos;
- ❖ Transformação Digital e Analytics.

PONTO DE PARTIDA FIDELIDADE	VETORES ESTRATÉGICOS
• Liderança no mercado nacional, com uma base de 2,3 milhões de clientes • Marca única no mercado pelo seu valor e reconhecimento pelos clientes • Competências técnicas de referência, ampla gama de produtos • Qualidade na gestão de sinistros, reconhecida pela sua eficiência	1. Consolidação da posição no Mercado Nacional 2. Expansão do Negócio Internacional 3. Otimização da Gestão de Investimentos 4. Transformação Digital e Analytics

No decorrer do ano de 2019, estes vetores estratégicos foram o fio condutor da atuação da área seguradora da Longrun, dando origem a um conjunto alargado de iniciativas que foram implementadas pelas diferentes empresas.

Consolidação da posição no Mercado Nacional

Apesar da posição de liderança detida pela área seguradora da Longrun, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado, sendo de destacar a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos.

Neste contexto, o as seguradoras da Longrun está a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português, razão pela qual tem em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- 🚩 Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- 🚩 Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;
- 🚩 Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- 🚩 Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- 🚩 Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente, mais ágil e capaz de suportar o crescimento do negócio.

Aprofundar a interação com o cliente e focar a prevenção são dois princípios orientadores da estratégia da área seguradora da Longrun, num contexto em que o equilíbrio entre os resultados do negócio atual e os processos transformacionais marca a agenda do Grupo.

A Longrun, através das seguradoras detidas, enquanto líder de mercado, tem como objetivo compreender as tendências do contexto em que opera e identificar as novas orientações do mercado, despoletando as iniciativas necessárias para ir de encontro às expetativas dos clientes. Tudo isto culmina numa maior proximidade com o cliente e na criação de relações com uma base de maior frequência e relevância para as pessoas e com mais valor e reconhecimento no longo prazo.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição das seguradoras detidas pela Longrun no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os mercados internacionais em que o Grupo está ou pretende vir a estar presente.

Expansão do Negócio Internacional

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização da área seguradora da Longrun visou em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. No caso da Fidelidade (seguradora detida pela Longrun), esta seguiu, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição via canal bancário (CGD), concentrando-se em mercados em que o Banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados Francês e Luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio.

Em África, e numa fase mais recente, a área seguradora da Longrun expandiu-se também para mercados onde, por questões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes – Angola, Cabo Verde e Moçambique.

A expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica para a Longrun, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo passa por entrar em novos mercados onde,



pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas, tendo presente o rigoroso cumprimento de todos os critérios de sustentabilidade financeira e operacional.

Assim, o Grupo tem vindo a analisar ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso das seguradoras da Longrun.

Neste âmbito, a área seguradora da Longrun concretizou, já em 2019, a aquisição de uma participação maioritária na seguradora La Positiva, que detém uma posição de liderança nos mercados do Peru, estando ainda presente nos mercados da Bolívia e Paraguai.

A aquisição da participação no Grupo La Positiva materializa a importância e a prioridade estratégica que a expansão internacional assume hoje no Grupo, como forma de garantir novas vias de crescimento.

Contudo, a expansão internacional não se limita à identificação de mercados onde as competências da Longrun possam apresentar vantagens competitivas. A internacionalização é hoje, por si só, um mecanismo de transferência de conhecimento, competências e inovação entre cada uma das empresas que faz parte do Grupo.

A transferência de competências entre empresas permite ainda expandir cada um dos mercados, promovendo soluções inovadoras e competitivas, contribuindo para o desenvolvimento económico e para a criação de infraestruturas em todas as geografias, onde as empresas detidas pela Longrun operam.

Este é um passo extremamente importante para a afirmação das seguradoras detidas pela Longrun, como referência na indústria seguradora internacional.

Otimização da Gestão de Investimentos

O objetivo nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação das empresas detidas pela Longrun.

Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, o que tem constituído um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja, garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e por outro, por garantir a reestruturação do portfólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto que deverão ser adequadamente acauteladas as necessidades de capital da Companhia tendo em conta os critérios existentes no âmbito da regulamentação europeia Solvência II.

Transformação Digital e Analytics

As empresas seguradoras detidas pela Longrun tem também mantido um enfoque constante na vertente digital, com diversas iniciativas suscetíveis de dotar as seguradoras do Grupo de ferramentas capazes de responder ao potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.



Um Grupo líder deve compreender as tendências do contexto em que opera e identificar as novas orientações do mercado, para gerar ideias de projetos de inovação.

Neste contexto, e preparando o futuro, têm vindo a ser desenvolvidas diversas iniciativas em várias áreas:

- ❖ Desenvolvimento do MyFidelidade e de novas *App* (exemplo: *MySavings*, *MyPets*), que permitem a utilização da internet para a contratação de produtos, realização de simulações, acompanhamento da carteira de seguros, participação de sinistros, etc;
- ❖ Novos produtos e propostas de valor ligados à utilização de novas tecnologias, em particular no ramo Saúde (exemplo: lançamento da oferta inovadora de telemedicina), Automóvel (exemplo: lançamento de produtos baseados em telemática como o “Fidelidade Drive”) e Multiriscos Habitação (exemplo: novo produto “Fidelidade Casa” que oferece uma amplitude de coberturas única no mercado nacional);
- ❖ Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente. Na área da peritagem, a título de exemplo, o processo de digitalização tem permitido à empresa testar soluções inovadoras no seguro Automóvel, criando um novo conceito de peritagem que permite através de algoritmos inteligentes validar orçamentos e, em paralelo, avaliar prejuízos exclusivamente com base em fotografias

O trabalho do Grupo na inovação dos produtos e serviços, na digitalização e na promoção da melhoria da qualidade dos serviços acompanha as tendências do desenvolvimento da tecnologia e capitaliza o seu potencial de transformação positiva de alguns dos principais desafios da sociedade.

A grande motivação dos processos de inovação e transformação hoje na Longrun é preparar o futuro com novas ofertas integradas nos ecossistemas em que atua, tornando-se mais relevante para as pessoas, e preenchendo lacunas entre os vários eixos trabalhados habitualmente pelas seguradoras: a casa, a mobilidade, saúde e social.



3. A NOSSA PERFORMANCE

A. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

Em 2019, a economia portuguesa continuou a evidenciar a tendência de crescimento que tem vindo a registar no âmbito do atual ciclo económico positivo iniciado em 2014.

Com efeito, esta trajetória tem sido fortemente suportada pelo enquadramento externo favorável dos mercados financeiros e pelo aumento das exportações, bem como pelos elevados níveis de confiança dos agentes económicos e pela evolução favorável do mercado de trabalho.

Contudo, apesar dos resultados serem positivos, as últimas projeções do Banco de Portugal apontam para uma desaceleração da atividade económica, indicando um crescimento do PIB de 2,0% em 2019, inferior ao registado em 2018 (2,4%), mas, ainda assim, acima do crescimento médio da Zona Euro (1,4%).

O abrandamento das Exportações e do Consumo Interno, componentes que tinham registado elevados crescimentos nos anos anteriores, constituem os principais responsáveis por esta evolução face a 2018.

Com efeito, não obstante do crescimento de 2,8% estimado em 2019, as Exportações registam um abrandamento de 1,0p.p., quando comparado com o ano anterior.

O Consumo Privado manteve igualmente uma trajetória de crescimento (2,3%), todavia de forma mais moderada que no ano anterior (-0,8p.p.), refletindo, por um lado, o crescimento do rendimento disponível real das famílias, mas por outro, um abrandamento do nível de confiança dos consumidores.

No mesmo sentido, o Consumo Público acompanhou a tendência do Consumo Privado, registando, em 2019, um abrandamento face ao ano anterior, crescendo apenas 0,5%, refletindo o impacto pontual da reversão de despesas relacionadas com os incêndios de 2017 (com impacto no consumo intermédio de 2018).

Importa também dar nota do forte crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo em 2019 (7,3% em 2019, comparado com os 5,8% em 2018), muito impulsionada pelo setor da construção e influenciado pelo dinamismo da construção residencial e pela execução de projetos de infraestruturas de grande dimensão.

Relativamente ao mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+1,0%) e, consequentemente, para a redução da taxa de desemprego para 6,3% no final de 2019.

A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019 (de 1,2% em 2018 para 0,3% em 2019), refletindo quer a redução de preço dos bens energéticos, em linha com a evolução do preço do petróleo, quer o contributo favorável dos preços de alguns bens e serviços não energéticos, nos quais há a destacar, a título de exemplo, a redução de preço dos passes sociais dos transportes públicos e das despesas com educação (decorrente do alargamento da atribuição de manuais escolares gratuitos e do menor valor das propinas no ensino superior).

Do conjunto de riscos com potenciais efeitos negativos a nível mundial, destaca-se, a incerteza decorrente da possibilidade de uma intensificação das barreiras comerciais resultantes das tensões entre a China e os Estados Unidos e a possibilidade de alargamento destas barreiras a outros países. Refira-se também a possibilidade de uma desaceleração da atividade económica global, associada a transmissão da fraqueza recente da indústria aos restantes setores de atividade, em particular, ao setor dos serviços.



B. ENQUADRAMENTO SETOR SEGURADOR

i. Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2019, o sector segurador português assistiu, após dois anos consecutivos de crescimento, a uma quebra na produção total de seguro direto que se ficou pelos 12,2 mil milhões de euros (decréscimo de 5,8% face ao ano anterior).

O segmento Vida, com um decréscimo de 13,9% para 7,0 mil milhões de euros, foi o principal catalisador para a diminuição do volume de produção registado no sector como um todo. Depois de dois anos consecutivos de crescimento (14,6% em 2018 e 6,2% em 2017), a produção deste segmento voltou a contrair em 2019, refletindo a vertente associada aos produtos financeiros.

Por outro lado, em contraste com a evolução registada no segmento Vida, a produção do segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento observada nos últimos anos (7,1% em 2017 e 7,4% em 2018), registando um aumento de prémios de 8,0% face ao ano anterior com a sua produção de seguro direto a atingir o valor de 5,2 mil milhões de euros.

Prémios Mercado Segurador



Unidade: milhões de euros

Fonte: ASF

ii. Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

No ano de 2019, o segmento Vida registou um decréscimo de 13,9% da produção de seguro direto face ao ano anterior, o que representa uma diminuição de produção na ordem dos 1,1 mil milhões de euros para 7,0 mil milhões de euros. A evolução registada ao nível dos produtos financeiros foi a principal responsável para a diminuição do volume de produção do total do ramo.

Com efeito, importa destacar a quebra de contribuições para os produtos não ligados a fundos de investimento, que caiu de forma significativa face ao ano anterior, refletindo a atual conjuntura de baixas taxas de juro, aliada a uma diminuição da taxa de poupança dos particulares, e ao atual regime prudencial aplicável ao sector (Solvência II) mais sensível aos riscos inerentes a garantias financeiras.

No mesmo sentido, é de notar que os seguros ligados a fundos de investimento, menos sensíveis ao referido contexto macroeconómico e prudencial, registaram também, ainda que de forma menos acentuada, uma quebra no volume de produção.

Por outro lado, os produtos de Vida Risco consolidaram a tendência de crescimento observada nos últimos anos, fruto do maior dinamismo registado no mercado imobiliário e no respetivo aumento dos novos contratos de crédito à habitação.

Prémios do segmento Vida



Unidade: milhões de euros

Fonte: ASF

iii. Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

O segmento Não Vida manteve o perfil evolutivo positivo verificado nos últimos anos, confirmando os sinais de retoma económica iniciada em 2015. A produção neste segmento cresceu a um ritmo superior ao do período homólogo (variação positiva de 8,0%, face a 7,4%, em 2018) e foi transversal aos seus principais ramos.

Prémios do Segmento Não Vida



Unidade: milhões de euros

Fonte: ASF

Neste âmbito, importa destacar, desde logo, a evolução registada na modalidade de Acidentes de Trabalho, que continuou, em 2019, a evidenciar um crescimento de dois dígitos (+11,8%), refletindo o efeito do crescimento da atividade económica, com impacto positivo no aumento da massa salarial e redução da taxa de desemprego, assim como as correções tarifárias que as Companhias têm vindo a efetuar nos últimos anos de forma a recuperar o seu equilíbrio técnico. Efetivamente, este desenvolvimento expressivo nos últimos anos faz com que esta linha de negócio seja agora a segunda mais importante do segmento Não Vida (ultrapassando o ramo Saúde).

Por outro lado, no ano de 2019 destaca-se igualmente, a trajetória favorável da produção dos ramos Saúde e Automóvel, que consolidaram a tendência de crescimento observada nos anos anteriores.

O ramo Saúde, impulsionado não só pela consciencialização por parte da população sobre a sua importância enquanto complemento aos serviços do Sistema Nacional de Saúde mas também pela crescente integração do

seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas, registou um crescimento de 8,7% (face a 7,4% no ano anterior), elevando a produção de seguro direto a 877 milhões de euros.

A um ritmo assinalável cresceu também o ramo Automóvel (7,0%) que continua a ser, a larga distância, o mais significativo em Não Vida, representado cerca de 35% da produção deste segmento (1,8 mil milhões de euros). O aumento do volume de produção permitiu ao ramo Automóvel manter o seu peso estrutural no total do volume de produção Não Vida e ter-se-á suportado essencialmente no crescimento do prémio médio associado à evolução do parque automóvel.

O ramo Incêndio e Outros Danos, onde assumem preponderância os seguros Multirriscos, apresentou um crescimento robusto de 6,9%, totalizando um montante de 906 milhões de euros. O aumento dos níveis de investimento empresarial e o dinamismo registado ao nível da construção residencial em 2019 constituíram fatores importantes para esta evolução.

Por último, as restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida evidenciaram igualmente uma evolução positiva face ao período homólogo. O valor agregado dessas linhas de negócio apresentou um crescimento de 6,4%, somando um total de 692 milhões de euros.

C. SÍNTESE DE ACONTECIMENTOS 2019

JANEIRO	La Positiva – Peru: conclusão do processo de aquisição do grupo La Positiva, que marca a entrada da Fidelidade no mercado Latino-americano.
	Fidelidade Access Painel de Clientes Digital: criação de um grupo do Facebook com o intuito de convidar os clientes a partilharem ideias, opiniões e sugestões sobre produtos, serviços e até campanhas de comunicação da Fidelidade
	Unidade de Cuidados Médicos Acidentes – Coimbra: Abertura de um novo prestador de cuidados de saúde no âmbito dos acidentes de trabalho, em Coimbra
FEVEREIRO	Fidelidade Cyber Safety: lançamento de um novo produto dirigido às Pequenas e Médias Empresas que pretendem proteger a sua estabilidade financeira das consequências de um ciber-ataque
	Fidelidade Automóvel - Nova oferta clássicos: Lançamento de uma nova oferta dirigido a clientes que, além da sua viatura de uso habitual, possuam veículos clássicos que reúnam características de qualidade, importância histórica, raridade ou exclusividade
MARÇO	Fidelidade Studio: Inauguração de um novo espaço no Campus da Nova School of Business and Economics, em Carcavelos, que pretende criar uma nova experiência e aproximação das novas gerações ao sector dos seguros
ABRIL	Inteligência Artificial (IA): Organização, em parceria com a Culturgest, do Ciclo de Conferências “Inteligência Artificial: Aplicações, Implicações e Especulações” como forma de promover o olhar e a reflexão sobre as aplicações atuais da Inteligência Artificial
	App Faustudo: Lançamento do projeto piloto “Faustudo”, uma aplicação de prestação de serviços para o lar, integralmente digital, desde a orçamentação, à submissão do pedido, pagamento e avaliação do prestador de serviços
MAIO	Parceria Brisa: Estabelecimento de uma parceria com a Brisa no âmbito da mobilidade digital, abrangendo produtos de seguros baseados em telemática e também, produtos de seguros de mobilidade dedicados aos clientes Via Verde
	Multicare - 1 Milhão de Pessoas: Lançamento de uma nova campanha de comunicação como forma de celebrar o atingimento de 1 milhão de clientes em Saúde, número que posiciona a Fidelidade como a seguradora número 1 de saúde em Portugal

JUNHO	Multicare Santé: Lançamento da nova oferta Multicare Santé, um seguro de saúde destinado à comunidade francesa em Portugal e que garante o pagamento de despesas de saúde em complemento aos reembolsos efetuados pela Segurança Social Francesa Prémio Projeto de Imobiliário: A nova sede da Sociedade de Advogados Vieira de Almeida & Associados, um projeto da Fidelidade Property, venceu o prémio na subcategoria “Reabilitação Urbana Escritórios” atribuído na primeira edição dos Prémios de Imobiliário do Expresso e SIC Notícias
JULHO	A Fidelidade continua com Portugal: Lançamento da campanha de comunicação “A Fidelidade continua com Portugal”, ativada de forma personalizada nas diferentes regiões de Portugal com o intuito de reforçar a relação de proximidade da marca com cada cliente e a força da rede comercial por todo país Parceria China Reinsurance: Estabelecimento de um acordo de colaboração com a China Reinsurance, a maior resseguradora na China, que irá permitir à Fidelidade diversificar o seu âmbito de atuação e desenvolver novas oportunidades de crescimento empresarial internacional
AGOSTO	GEP Cabo Verde: Início da atividade internacional da empresa “GEP Cabo Verde”, resultante da expansão da empresa de gestão de peritagens do Grupo - GEP Festivais de Verão: A Fidelidade foi a companhia de seguros oficial dos Festivais de verão, tendo marcado presença no NOS Alive, NOS Primavera Sound e Vodafone Paredes de Coura
SETEMBRO	Just in Case: Lançamento do projeto piloto “Just in Case”, uma aplicação que ajuda os viajantes a preparar e a planear as suas viagens, e que disponibiliza funcionalidades de assistência e seguro de viagem on demand Cascais Padel Masters: A Fidelidade, juntamente com a Multicare, foi a Seguradora Oficial do Cascais Padel Masters, competição que integra o circuito profissional do World Padel Tour
OUTUBRO	Programa Televisão “Por Falar Nisso”: A Multicare lançou um programa de Televisão em parceria com Júlio Machado Vaz, reconhecido profissional na área de psiquiatria, com o objetivo de promover uma reflexão atenta e proativa sobre as principais questões, desafios e comportamentos da sociedade atual Pensar Maior 2019: A Fidelidade promoveu um encontro nacional que reúne colaboradores, acionistas e parceiros num único espaço com o objetivo de reforçar a cultura do Grupo, efetuar o balanço de uma década e preparar o futuro
NOVEMBRO	Fidelidade Automóvel – reformulação: Reestruturação da oferta automóvel com o objetivo de disponibilizar uma solução para os diferentes perfis de cliente e dar resposta às suas reais necessidades Prémio Área jurídica: A área jurídica da Fidelidade recebeu a distinção de <i>In-house Legal Team of the Year</i> da indústria seguradora na Península Ibérica na III Edição dos Gold Awards, atribuídos pela Iberian Lawyer
DEZEMBRO	Portfólio imobiliário Arya: A Fidelidade vendeu o portfólio de ativos Arya, no qual se inserem diversos edifícios utilizados por serviços centrais, para os concentrar no novo edifício-sede a edificar em Entrecampos. Fid Seguros - Chile: A Fidelidade reforçou a sua expansão internacional através da abertura da FID Seguros no Chile, tornando assim mais robusta a sua posição no mercado Latino-Americano

D. ATUAÇÃO DA LONGRUN PORTUGAL

i. Principais linhas de atuação

A performance robusta das empresas do perímetro de consolidação da Longrun, ao longo do ano 2019, teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave:

- 🚩 I. Produtos e Serviços
- 🚩 II. Distribuição
- 🚩 III. Pessoas e Organização

I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma característica das empresas integrantes da área seguradora da Longrun que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como uma empresa de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas um Grupo Segurador.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos clientes, através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

O trabalho do Grupo na inovação dos produtos e serviços, na digitalização e na promoção da melhoria da qualidade dos serviços acompanha as tendências do desenvolvimento da tecnologia e capitaliza o seu potencial de transformação positiva de alguns dos principais desafios da sociedade. Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, suportadas por um maior nível de integração vertical ao nível das empresas detidas pela Longrun, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo **Automóvel**, o “**Fidelidade Automóvel**” foi reestruturado, com o objetivo de disponibilizar uma solução para os diferentes perfis de cliente e dar resposta às suas reais necessidades. Simplificou-se a oferta ao nível dos diferentes planos e criou-se uma solução dirigida a clientes mais digitais, para os quais não havia uma oferta específica. Por outro lado, atenta à evolução do mercado e à necessidade de criar soluções cada vez mais direcionadas a segmentos específico, a área seguradora da Longrun lançou também uma nova oferta “**Fidelidade Automóvel Clássicos**”. Esta oferta destina-se a clientes que, além da sua viatura de uso habitual, possuam veículos clássicos que reúnam características de qualidade, importância histórica, raridade ou exclusividade.

Adicionalmente, preparou-se o lançamento de produtos ligados à telemática, que visam, através da gravação em tempo real dos comportamentos de condução, contribuir para uma melhoria da qualidade e segurança da condução. Assim, o cliente poderá avaliar diversos parâmetros da sua condução, como sejam, o número de pausas em viagens de longa duração e acelerações ou travagens bruscas, que são registados automaticamente numa aplicação que o informa sobre oportunidades de melhoria e incentiva a uma condução segura. A nível económico, a oferta deste novo serviço é também vantajosa para o cliente: por um lado, tende a diminuir o prémio de seguro automóvel e, por outro, incentiva à geração de poupança, através da oferta de diversas opções de descontos.



Neste âmbito, após o lançamento da aplicação Fidelidade Drive em 2017, e a consolidação do seu crescimento em 2018, com a introdução de novas funcionalidades (como a possibilidade de aquisição de prémios pelo cliente, independentemente dos pontos que possui), o ano de 2019 marca o início de uma parceria, no âmbito da mobilidade digital, entre a Fidelidade e a Brisa, a maior operador privado de infraestruturas de transporte em Portugal. Esta parceria abrange produtos de seguros baseados em telemática e inclui, também, produtos de seguros de mobilidade dedicados aos clientes Via Verde, com vantagens específicas no âmbito do ecossistema de serviços Via Verde. O arranque da parceria foi o projeto Smart Drive, assente numa app, que proporcionou aos clientes registados no programa de fidelização “Viagens&Vantagens” da Via Verde, e que ainda não fossem cliente automóvel da Fidelidade, uma experiência imersiva e inovadora no ecossistema de mobilidade de ambas as marcas ao serem convidados a utilizar a app Smart Drive da Via Verde e usufruir das respetivas vantagens.

Ao nível da assistência em viagem e, após o lançamento da APP da OK! Teleseguros com a funcionalidade de pedido de assistência e de participação de sinistros com recurso à georreferenciação, a aplicação da Fidelidade Assistance, disponível desde 2016, veio simplificar a realização de pedidos, permitindo a gestão da assistência automóvel por esta via. A utilização da app Fidelidade Assistance evidencia, desde o seu lançamento, um crescimento robusto de ano para ano, revelando-se cada vez mais como um canal preferencial por parte dos clientes para participação de sinistros.

Também na área da peritagem, a digitalização está a transformar o modelo de negócio da área seguradora da Longrun, potenciando ganhos de eficiência nos processos e uma resposta mais focada nas necessidades dos clientes. A peritagem automóvel conheceu novos avanços, e hoje já se encontra desenvolvido um novo conceito de peritagem que permite através de algoritmos inteligentes validar orçamentos efetuados por oficinas e, em paralelo, avaliar prejuízos exclusivamente com base em fotografias, isto para além da vídeo-peritagem.

O ramo **Saúde** tem também sido um dos principais vetores de crescimento das seguradoras detidas pela Longrun. O lançamento da “**Orientação Médica Online**”, um serviço inovador e pioneiro no mercado português desenvolvido pela Multicare, funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. Através deste serviço, os clientes Multicare têm acesso gratuito a consultas dadas por médicos de medicina geral e familiar, 24 horas por dia, podendo, inclusivamente, obter a prescrição de medicamentos ou de exames auxiliares de diagnóstico sem sair de casa. Desde o seu lançamento, as seguradoras detidas pela Longrun têm procurado cada vez mais dinamizar a sua utilização e proporcionar novos serviços que ilustrem o compromisso do Grupo em reforçar continuamente a proposta de valor dos serviços que são disponibilizados aos Clientes.

Neste âmbito, a Medicina Online viu reforçada, em 2019, a abrangência das valências já existentes tendo incluído a Nutrição Oncológica e a Psico-oncologia bem como as especialidades de Pediatria e de Dermatologia. Desenvolveu-se, igualmente, programas de Cessação Tabágica e Gestão de Stress, reforçando o posicionamento da Longrun, através das seguradoras detidas, enquanto empresa que usa a tecnologia ao serviço da prevenção e da promoção dos hábitos de vida mais saudável.

Ao nível de produtos, a área seguradora da Longrun consolidou o sucesso, em 2019, do novo produto **Multicare 60+**, um seguro de saúde inovador especialmente concebido para pessoas com mais de 60 anos e com vantagens diferenciadoras. Por outro lado, atenta ao número cada vez maior de cidadãos franceses em Portugal, a área seguradora da Longrun lançou o novo **Multicare Santé**, um produto específico para a comunidade francesa que garante o pagamento de despesas de saúde em complemento aos reembolsos efetuados pela Segurança Social Francesa.

No ramo **Acidentes de Trabalho** tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criadas, em colaboração com a Luz Saúde, unidades específicas de tratamentos médicos que têm permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos clientes bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

No ramo **Multirriscos**, destaca-se a dinamização, durante o ano de 2019, do produto – “**Fidelidade Casa**”, um seguro que acompanha os clientes ao longo da sua vida, disponibilizando um conjunto de serviços inovadores, adequados e adaptados às necessidades dos mesmos, em função das circunstâncias de cada momento, e do “**Fidelidade Alojamento local**”, uma solução que permite integrar seguros que, respondendo por um lado, à obrigatoriedade legal de segurar, permitem, ao mesmo tempo, salvaguardar o património no âmbito desta atividade.

Na área da peritagem patrimonial, as seguradoras detidas pela Longrun começaram, desde 2018, a efetuar vídeo-peritagens, em processos mais simples, facilitando dessa forma a avaliação de danos à distância sem necessidade de deslocação dos Peritos. Esta solução junta-se ao serviço de reparações, assegurado pela CARES, outra empresa do perímetro de consolidação da Longrun, possibilitando desta forma apresentar aos Clientes, no local do sinistro, uma proposta de solução de reparação dos seus danos e com esta solução um serviço que responde às necessidades dos mesmos

No ramo de **Acidentes Pessoais**, o ano fica marcado pela dinamização do “**Fidelidade GO**”, um produto idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro, e que pretende atrair os segmentos mais jovens, tendencialmente mais afastados da realidade dos seguros, e o “**OK! Bike**”, um produto da OK! Teleseguros, que responde às novas tendências de mobilidade e que se diferencia no mercado, sobretudo, pela cobertura “Assistência GEO” (localiza a pessoa segura em caso de acidente e/ou doença súbita, através da app OK! Teleseguros);

Ainda no segmento Não Vida, há a destacar o reforço do sucesso que se havia verificado com o lançamento em 2018 do “**Fidelidade Pets**”, um novo seguro destinado aos animais domésticos e que representa uma forte aposta na diversificação da oferta da área seguradora da Longrun com foco na Família e na prestação de serviço para além da cobertura de riscos.

Ao nível do negócio de empresas, a área seguradora da Longrun, lançou o novo **Fidelidade Cyber Safety**. Desenhada a pensar nas empresas portuguesas que pretendem proteger a sua estabilidade financeira das consequências de um ciberataque, esta solução, marca uma nova aposta das seguradoras detidas pela Longrun na diversificação da sua oferta dirigida a PMEs.

No ramo Vida a Longrun, através das seguradoras detidas, tem também vindo a disponibilizar novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos seus clientes.

Na vertente **Vida Financeiro**, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro e reduzida taxa de poupança dos particulares, as seguradoras detidas pela Longrun têm vindo a renovar a sua oferta.

Com efeito, destaca-se o lançamento, em 2019, do **Flexi-Mais**, um produto multi-opções que inclui 4 opções de investimento (três das quais Unit Linked) adequadas a diferentes perfis de risco, e do **Fidelidade Savings**, um produto com opções de investimento e distribuição inovadores, sendo o primeiro produto acessível aos clientes 24 horas por dia, todos os dias da semana, na App MySavings.



Em **Vida Risco**, após o sucesso do produto “Proteção Vital das Famílias”, em 2019, foi lançado o “Proteção Vital 65+”, que veio complementar a oferta desta linha de negócio, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento dos Seguros de Funeral em Portugal.

Se, por um lado, o “**Proteção Vital das Famílias**” trata-se de um seguro de vida inovador dirigido às famílias, abrangente, que inclui na sua cobertura base, para além do serviço de funeral, novas coberturas de Saúde, Assistência e de Acidente, integradas num único contrato, que se vão ajustando ao longo do tempo ao ciclo de vida dos vários elementos da família; por outro lado, o novo “**Proteção Vital 65+**”, é um seguro especialmente desenhado para pessoas com mais de 65 anos, e que pretende libertar a família de encargos financeiros e de gestão associados aos serviços de Funeral, ao mesmo tempo que proporciona um conforto pessoal e emocional neste tema.

Para além destes novos produtos, as empresas da área seguradora da Longrun têm vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário Português que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo.

Por fim, ao nível do serviço ao cliente, ao longo de 2019 foram dados passos importantes no desenvolvimento de soluções para melhorar a experiência do cliente no **MyFidelidade**. A partir da *App*, os clientes podem gerir os seus seguros dos ramos Automóvel, Multirriscos habitação e Saúde num só sítio, de uma forma intuitiva e acessível. Adicionalmente, podem solicitar assistência automóvel, acompanhar processos de sinistro e submeter pedidos de reembolso de despesas de saúde em tempo real, bem como pesquisar a rede de prestadores de saúde da rede Multicare e oficinas da rede Fidelidade.

II. Distribuição

As empresas integrantes da área seguradora da Longrun, têm nos seus canais de distribuição, uma importante fonte de vantagem competitiva que lhes permite estar próximas dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, a área seguradora da Longrun tem promovido uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada e consistente.

A plataforma de distribuição é composta por agências, mediadores, corretores, agências bancárias, correio, canal telefónico e online, permitindo desta forma oferecer uma vasta rede de distribuição e presença geográfica com serviços mais personalizados e geradores de proximidade.

Com efeito, aprofundar a interação com o cliente e oferecer serviços cada vez mais customizados são dois princípios orientadores da estratégia da Longrun, através das seguradoras detidas. Num contexto em que o equilíbrio entre os resultados do negócio atual e os processos transformacionais marca a agenda do Grupo, a digitalização e a tecnologia desempenham um papel muito relevante na procura de soluções que vão ao encontro destes princípios.

Contudo, ainda que o processo de digitalização garanta a proximidade e o feedback imediato dos clientes, a área seguradora da Longrun tem, desde sempre, na sua base uma força comercial assente nas agências, lojas e centros de mediadores, continuando a apostar no reforço de competências desses parceiros.

Neste sentido, em 2019 foi lançada a campanha de comunicação “A Fidelidade continua com Portugal”. Esta campanha foi ativada de forma personalizada nas diferentes regiões de Portugal, reforçando a relação de proximidade da marca com cada cliente e reconhecendo a força e a importância da rede comercial por todo país.



Prosseguiu também a aposta na simplificação de alguns processos por via do digital e pela continuidade dos objetivos de formação junto dos mediadores, dos quais se destaca o Projeto Mercúrio, orientado para preparar a mudança de comportamentos das áreas comerciais com vista ao aumento de negócio na rede tradicional, através de formação. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

III. Pessoas e Organização

Pensar nas Pessoas e na Organização da Longrun é ajudar a construir o futuro do Grupo.

Num mundo em constante transformação, com um grau de incerteza cada vez maior, a proteção das pessoas e a entrega de soluções mais ágeis e simples, que reflitam mais proximidade e apoio aos clientes e parceiros, só é possível se à tecnologia e inovação for aliado o mais importante: as Pessoas na área seguradora da Longrun fazem a diferença.

Seguindo as linhas de atuação definidas para a Gestão de Pessoas, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun têm vindo a implementar novos modelos e novas formas de trabalho, das quais se destacam:

- 🔴 **Desenvolvimento de Pessoas** – com o intuito de garantir a preparação das pessoas para os novos desafios, têm vindo a implementar, de forma faseada, um novo Modelo Integrado de Gestão de Pessoas, que visa apoiar a clarificação de objetivos e responsabilidades de cada função e também a identificação de competências necessárias a cada função, a configuração de percursos naturais de carreira e a tomada de decisões de sucessão, promoção/progressão e evolução profissional.

Adicionalmente, têm mantido a aposta no rejuvenescimento e na captação de novos talentos, bem como o desenvolvimento de competências essenciais ao negócio, através, por exemplo, da formação de líderes, da formação comercial e da formação em novos produtos e em nova regulamentação do sector;
- 🔴 **Transformação Organizacional** – as empresas da área seguradora da Longrun têm vindo a adaptar a sua organização, através da revisão e construção de estruturas organizacionais que respondam de forma mais adequada aos desafios do negócio e que garantam a introdução de novas competências e formas de trabalho. Além disso, têm procurado implementar processos de monitorização e planificação da força de trabalho, essenciais para garantir as pessoas certas para as estruturas e funções da Organização;
- 🔴 **Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio** – com o objetivo de conhecer, de estar do lado do negócio de forma a apoiar os seus responsáveis na gestão das suas pessoas, tem-se vindo a trabalhar no rejuvenescimento da sua estrutura, passagem de conhecimento, mobilidade e sucessão e preparação dos líderes para motivarem as suas equipas tendo como foco as Pessoas, o mercado, a proximidade ao cliente e os resultados;
- 🔴 **Cultura Corporativa** – como forma de promover uma cultura corporativa, que promova a identidade cultural da empresa (Visão; Valores), o compromisso e reconhecimento das Pessoas que todos os dias contribuem para o sucesso, foram implementadas múltiplas iniciativas na vertente da comunicação, de que é exemplo a criação de uma Intranet moderna e ágil, que é atualmente o seu principal canal de comunicação interno.



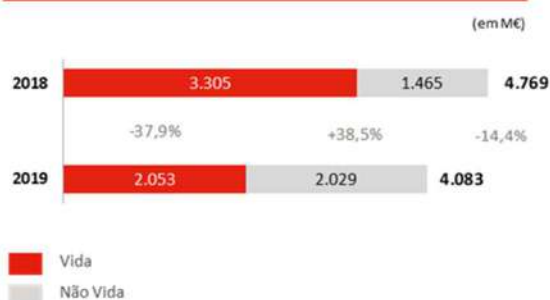
ii. Principais indicadores de atividade

No ano de 2019 marcado pelas tendências já referidas, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun apresentaram uma performance favorável, registando um total de prémios emitidos de 4.083 milhões de euros.

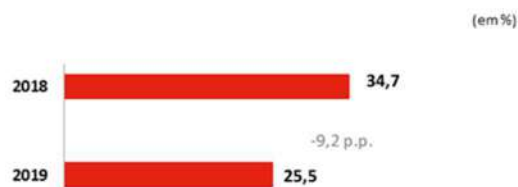
Ao nível da atividade em Portugal, a área seguradora da Longrun contabilizou 3.109 milhões de euros, correspondente a uma diminuição de 31,0% face ao período homólogo, com origem nos ramos Vida e acompanhando assim a tendência generalizada ocorrida no mercado. Esta evolução traduziu-se numa quota de mercado total de 25,5%, o que permitiu à Longrun, através das seguradoras detidas, manter a sua posição de líder de mercado.

Por outro lado, o ano de 2019 fica igualmente marcado pelo aumento expressivo de 259,3% na produção do negócio internacional, que alcançou um total de 974 milhões de euros, refletindo, por um lado, o reforço das operações internacionais existentes e, por outro, o contributo decorrente da expansão para a América Latina.

Total Prémios Emitidos detalhe Vida e Não Vida



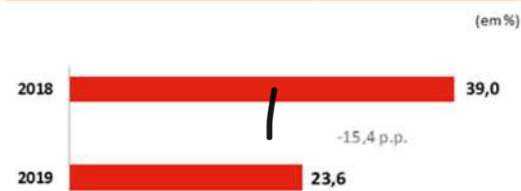
Quota de Mercado Total em Portugal



Prémios Emitidos no Negócio Internacional



Quota de Mercado Vida em Portugal



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



ii. Segmento Vida

Principais indicadores de atividade - Ramo Vida

Em 2019, as empresas seguradoras da Longrun, evidenciaram uma diminuição no montante de prémios do Ramo Vida, refletindo, por um lado, as condições de mercado para os produtos financeiros e o clima de baixas taxas de juro; e, por outro lado, o facto da Longrun, através das seguradoras detidas, ter registado, em 2018, um montante de prémios consideravelmente elevado que possibilitou atingir uma quota de mercado de 39%.

Em termos globais, a área seguradora da Longrun, alcançou assim um volume de prémios de 2.053 milhões de euros, o que correspondeu a uma diminuição de 37,9% face a 2018, com origem na atividade em Portugal, tendo igualmente o mercado segurador registado um decréscimo nesta área de negócio.

Apesar da diminuição do montante de prémios, a Longrun, através das seguradoras detidas, continua a deter a liderança destacado no mercado português com uma quota de 23,6%.



Evolução por ramo do Segmento Vida

O Segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando cerca de 80% dos mesmos.

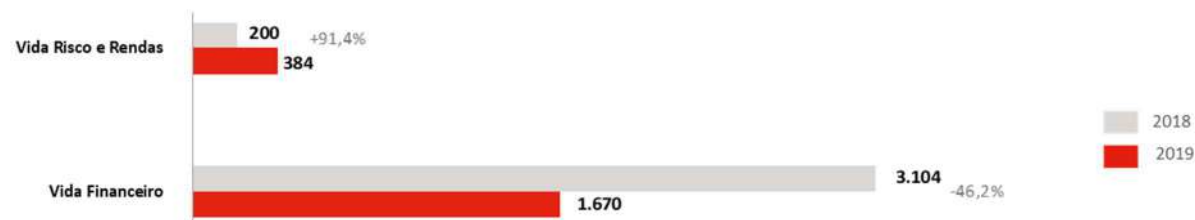
Em 2019, a evolução do segmento Vida Financeiro foi a principal variável crítica no desempenho global do ramo Vida, uma vez que num contexto dominado por baixas taxas de juro e pela reduzida taxa de poupança dos particulares, a evolução da carteira de prémios da Longrun acompanhou a tendência de decréscimo evidenciada pelo mercado neste segmento.

Por outro lado, é de realçar este ano o desempenho favorável nos produtos Vida Risco e Rendas, que apresentaram um crescimento face a 2018 para um total de 384 milhões de euros, beneficiando quer da dinâmica de venda do produto “Proteção Vital 65+”, quer do contributo favorável da atividade internacional, que refletiu a aquisição de uma participação maioritária no Grupo La Positiva.

De referir igualmente que os produtos de Risco, tradicionalmente seguros de venda associada ao crédito bancário, beneficiaram também da retoma da economia portuguesa que tem permitido a recuperação do mercado imobiliário e o maior dinamismo na concessão de crédito por parte dos bancos.

Prémios dos ramos do Segmento Vida – Seguradoras detidas pela Longrun

U: milhões de euros



Evolução por canal de distribuição do Segmento Vida

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Vida. Face ao ano anterior, este conjunto de canais obteve uma diminuição de cerca de 50%, acompanhando a tendência global de diminuição da produção do ramo Vida.

O foco no modelo de distribuição bancassurance permitiu que a operação junto do canal bancário continue a ser uma referência ao nível dos produtos Vida, disponibilizando a oferta mais adequada às necessidades de mercado.

Por outro lado, há a referir a consolidação do volume de prémios com origem no negócio internacional que triplicou face ao ano anterior, fortemente impulsionado pelo contributo positivo da expansão do grupo para América Latina.

Segmento Vida

U: milhões de euros

Canal de Distribuição	2019	2018	Var
Tradicional	247	377	-34,5%
Bancário e CTT	1406	2.792	-49,6%
Longrun em Portugal	1.653	3.169	-47,8%
Estrangeiro	400	136	195,4%
Longrun	2.053	3.305	-37,9%

iii. Segmento Não Vida

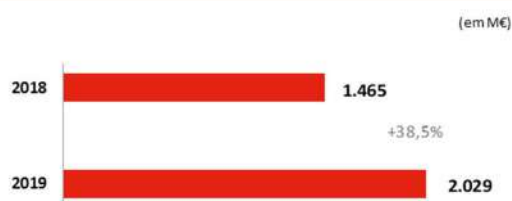
Principais indicadores de atividade – Segmento Não Vida

Em 2019, as empresas seguradoras da Longrun apresentaram uma evolução expressiva no Segmento Não Vida, consubstanciado num crescimento de 38,5% face ao ano anterior para um total de 2.029 milhões de euros de prémios, refletindo quer o crescimento evidenciado no mercado português, quer o impacto proveniente da expansão para a América Latina.

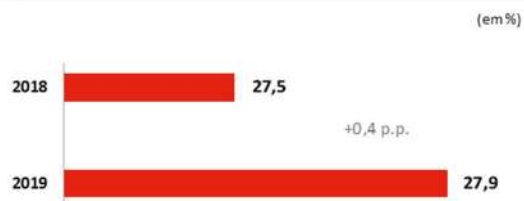
A performance comercial das empresas detidas pela Longrun no mercado Português suplantou a tendência positiva da generalidade do mercado, permitindo o reforço da sua posição de liderança através do aumento da quota de mercado em 0,4pp para um total de 27,9%.

A contribuir para esta performance positiva do Grupo no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical e que respondem a necessidades identificadas no mercado, assim como o contributo relevante da carteira Não Vida proveniente das operações da América Latina.

Total Prémios Emitidos em Não Vida



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



Evolução por ramo do Segmento Não Vida

A generalidade dos ramos do segmento Não Vida verificou uma performance positiva ao longo do ano 2019, refletindo fortemente os contributos positivos quer da atividade em Portugal, quer da expansão para o mercado da América Latina.

O ramo Acidentes de Trabalho apresentou pelo quinto ano consecutivo um crescimento de dois dígitos que, além do contributo positivo da expansão para os novos mercados, reflete a posição competitiva do Grupo em Portugal ao nível da capacidade de resposta, níveis de serviço, qualidade dos produtos e reputação.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no Segmento Não Vida, com um peso de cerca de um terço do total do segmento. A Longrun, através das suas seguradoras, registou um elevado crescimento no volume de prémios emitidos neste ramo, refletindo quer a melhoria estrutural do parque automóvel em Portugal, consubstanciado no crescimento e na melhoria da qualidade do mesmo, quer o contributo positivo da operação na América Latina.

A reestruturação do produto “Fidelidade Automóvel”, agora mais ajustada para os diferentes perfis de cliente, o lançamento da nova oferta “Fidelidade Automóvel Clássicos”, direcionada para um segmento mais de clientes, e a criação da aplicação para produtos de seguros baseados em telemática (Smart Drive), em parceria com a Brisa, contribuíram igualmente para a dinâmica positiva registada nesta linha de negócio.

Por seu lado, a produção de Saúde manteve-se também numa trajetória ascendente, consolidando a posição de segunda linha de negócio de maior dimensão do segmento Não Vida. A contribuir para este crescimento esteve a capacidade em capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento do Multicare 60+, um seguro de saúde inovador especialmente concebido para pessoas com mais de 60 anos, e do serviço da “Orientação Médica Online” que viu ser reforçada, em 2019, a abrangência das valências já existentes tendo incluído novas especialidades como a Dermatologia.

Evolução por canal de distribuição do Segmento Não Vida

A performance positiva da área seguradora da Longrun foi transversal a todos os seus canais de distribuição em Portugal, que registaram um crescimento na comercialização de produtos do Segmento Não Vida no ano 2019 face ao ano anterior.

Em particular, há a destacar os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores), que continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do segmento. Ainda que o processo de digitalização em curso garanta a proximidade e o feedback imediato dos clientes, a Longrun, através das seguradoras detidas, tem, ao longo do tempo, continuado a apostar no reforço de competências dos seus parceiros no canal tradicional, facto que explica o crescimento considerável evidenciado face ao período homólogo.

No mesmo sentido, sublinhar ainda a evolução positiva dos canais bancário e postal que, tal como sucedeu no segmento Vida Risco, refletem os efeitos positivos da concessão de crédito habitação, nomeadamente nos seguros Multirriscos. Paralelamente, têm vindo a ser implementadas múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos não ligados a crédito, no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram e que tem apresentado resultados importantes.

Segmento Não Vida

U: milhões de euros			
Canal de Distribuição	2019	2018	Var
Tradicional	1282	1168	9,7%
Bancário e CTT	19	109	9,0%
Remoto	55	52	6,6%
Longrun em Portugal	1.456	1.329	9,5%
Estrangeiro	573	136	323,2%
Longrun	2.029	1.465	38,5%

v. Atividade Internacional

A área seguradora da Longrun tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em quatro continentes: Europa, África, Ásia e América.

O negócio internacional do Grupo Fidelidade verificou um crescimento de 259,4% em 2019, alcançando um total de 974,0 milhões de euros de prémios emitidos, decorrente não só do reforço das operações internacionais já existentes, mas, sobretudo, do contributo positivo da expansão para a América Latina.

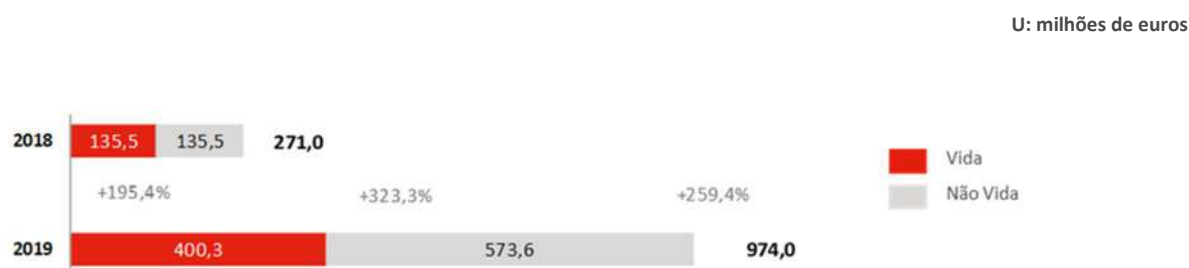
Prémios emitidos no negócio internacional – Detalhe por geografia



Com efeito, se considerarmos apenas as operações internacionais existentes em 2018, a Fidelidade cresceu de 271 milhões de euros para 340 milhões de euros, um crescimento meramente orgânico; este crescimento foi verificado tanto em Não Vida (+14% para 154 milhões de euros em 2019) como em Vida (+38% para 186 milhões de euros em 2019). Adicionalmente, e com a aquisição da La Positiva – ou seja, com os contributos das respetivas operações de Perú, Chile e Paraguai – o montante total de prémios emitidos no estrangeiro ascende assim a 974 milhões de euros em 2019.

Estes dados refletem assim a performance positiva em 2019 da generalidade dos mercados onde a Fidelidade operava já em 2018, tanto em Vida como em Não Vida, complementada pelo contributo das operações na América Latina, onde a Fidelidade entrou em 2019.

Prémios emitidos no negócio internacional – Detalhe por Segmento Vida e Não Vida



E. PERFORMANCE OPERACIONAL E FINANCEIRA

Principais indicadores de performance operacional e financeira

No ano de 2019 a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação, apresentou um resultado líquido de 178 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 27% face ao ano anterior. A contribuir para esta evolução destaca-se a redução dos proveitos de investimentos que, quando comparados com o exercício de 2018, recuaram mais de 13%. Esta evolução esteve diretamente relacionada com a evolução das mais valias realizadas em investimentos, uma vez que, em 2018, foi concretizado um programa de reestruturação do parque imobiliário do Grupo, que levou à alienação de diversos imóveis de rendimento.

Já em 2019, foi finalizada a aquisição dos terrenos de Entrecampos (também conhecidos como terrenos da antiga Feira Popular), onde será edificado um projeto imobiliário e o novo edifício Sede do Grupo. Estes efeitos combinados de alinação de imóveis de rendimento e aquisição de terrenos para investimento e uso próprio, conduziram a uma redução da *investment yield* que, no final do 2019, situou-se em 2,7%.

Por outro lado, o rácio combinado atingiu os 96,5% em 2019, uma redução de 0,7pp face ao período homólogo, influenciado pela evolução positiva registada no rácio de sinistralidade, refletindo a gestão cuidadosa dos sinistros aliada a uma política rigorosa na subscrição dos seguros.

Rácio Combinado *



*Rácio ajustado aos custos técnicos da atividade seguradora

Proveitos de Investimentos **

(em M€)



** Inclui Proveitos de Investimentos de produtos Unit Link, ganhos/perdas realizados e imparidades.

Investment Yield



Resultado Líquido

(em M€)



Ativo Líquido

(em M€)



Capitais Próprios ***

(em M€)



*** Exclui Interesses Minoritários

i. Performance Operacional

Conforme já referido, a performance operacional registou uma evolução favorável em 2019, tendo o rácio combinado decrescido de 97,2% para 96,5%, o que corresponde a uma diminuição de 0,7pp.

Rácio Combinado (*)

U: %



*Rácio ajustado aos custos técnicos da atividade seguradora

ii. Performance Financeira

A política de investimentos aplicada pelas empresas que integram o perímetro de consolidação da Longrun considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

- ❖ O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- ❖ Necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

No que respeita à dimensão, a carteira de investimentos consolidada da Longrun (incluindo Depósitos Bancários e Caixa) totalizou 18,4mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 13% face a 2018.

Em 2019, deu-se continuidade à política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco face ao ambiente de reduzidas taxas de juro.

4. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

A. POSICIONAMENTO FUTURO DA LONGRUN

As projeções para a economia portuguesa em 2020 estão, no contexto atual, fortemente condicionadas pela evolução da atual situação epidemiológica, pelo que a Longrun e suas participadas terão de se preparar para responder ao novo contexto económico em que o País e o Mundo se encontram e ao que resultará da atual situação.

Nos últimos anos, a Longrun, através das empresas detidas, tem prosseguido a sua estratégia com um balanço globalmente positivo, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida. O Grupo iniciou em 2014 um programa de ação estratégico em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais.

As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital, permanecerão como vetores chave de atuação.

A Longrun, através das seguradoras detidas, reafirma também o seu propósito de se posicionar cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global.

Nesse sentido, tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares ao negócio segurador, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que seguramente se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda, uma vez que a Longrun pretende posicionar-se como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, pelo que continuará a analisar oportunidades de entrada em novos mercados, que sejam atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva. A Longrun e as empresas do seu perímetro de consolidação, suportadas no apoio dos seus acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa está confiante no sucesso.



5. EMPRESAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA LONGRUN

As empresas do perímetro de consolidação da Longrun operam no mercado nacional através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguro). Adicionalmente, para além das sucursais da Fidelidade, estas empresas estão também presentes no mercado internacional através de empresas seguradoras participadas (nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia, Fidelidade Macau, Grupo La Positiva e na FID Chile).

Por fim, a Longrun, através da Fidelidade e Fidelidade Assistência, integra ainda participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal. Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.

Neste âmbito, importa proceder a uma breve apresentação destas empresas (não exaustiva), que permita um enquadramento geral, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos mais relevantes do ano 2019, principais indicadores e prioridades para 2020.





A Fidelidade é a maior Companhia de Seguros do mercado nacional com forte presença nos ramos Vida e Não Vida, sendo a grande referência do setor segurador nacional, com uma oferta de produtos e serviços abrangente, disponibilizada através da maior rede de distribuição de seguros em Portugal. Tem também presença a nível internacional através de sucursais em geografias como Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

O ano de 2019 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- ▶ Reforço da presença no mercado nacional, com ganhos de quota de mercado nos segmentos Vida Risco e Não Vida, sendo de destacar o aumento de quota nas principais linhas de negócio Não Vida, nomeadamente Automóvel, Acidentes de Trabalho e Saúde;
- ▶ Consolidação do negócio internacional, com a criação de sinergias e transferência de inovação entre empresas e, sobretudo, entre mercados;
- ▶ Reforço da oferta de produtos e na melhoria da qualidade de serviço ao longo das várias linhas de negócio, sendo de destacar, ao nível dos clientes particulares, o lançamento do novo Proteção Vital 65+, a reestruturação do produto Fidelidade Automóvel, e a criação da aplicação para produtos de seguros baseados em telemática (Smart Drive), em parceria com a Brisa. Ao nível de empresas, destaca-se o lançamento do Fidelidade Cyber Safety, uma nova aposta da Fidelidade na diversificação da sua oferta dirigida a PMEs;
- ▶ Consolidação e reforço das atuais redes de distribuição multicanal, através da aposta na simplificação de alguns processos por via do digital e pela continuidade dos objetivos de formação;
- ▶ Aposta na digitalização, com impacto na transformação gradual dos processos de negócio e do relacionamento com os clientes numa ótica omnicanal.

Em 2020, a Fidelidade irá manter a sua estratégia de consolidação da posição no mercado português, prosseguindo a aposta na transformação digital do negócio assim como no crescimento internacional, através da dinamização das suas operações nos mercados em que já está presente e da avaliação de novas oportunidades de entrada em mercados com forte potencial de crescimento.



A Multicare é a seguradora do perímetro de consolidação da Longrun vocacionada para a comercialização de seguros de saúde, proporciona o acesso a uma vasta rede privada de prestadores de cuidados de saúde e, também, a um conjunto alargado de serviços de saúde e bem-estar.

Com a Missão de ajudar a desenvolver e construir uma sociedade sustentável, assume o compromisso de acompanhar e cuidar das pessoas ao longo da vida com produtos e serviços inovadores que efetivamente as protegem.

O ano de 2019 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- ▶ Reforço do posicionamento, tendo sido eleita a seguradora mais reputada em Portugal pela Marktest Reputation Index, tendo ultrapassado a barreira de 1 milhão de clientes;
- ▶ Lançamento do “Multicare Santé”, um seguro de saúde destinado á comunidade francesa em Portugal, que garante o pagamento de despesas de saúde, realizadas em Portugal ou França;
- ▶ Reforço e dinamização da cobertura de Medicina Online, que viu reforçada as suas valências com a introdução de consultas de Nutrição, Oncológica e a Psico-oncologia bem como as especialidades de Pediatria e de Dermatologia. Desenvolveu igualmente programas de Cessação Tabágica e Gestão de Stress reforçando o seu posicionamento como uma empresa que usa a tecnologia ao serviço da prevenção e da promoção dos hábitos de vida mais saudável;
- ▶ Lançamento de diversas iniciativas promotoras da discussão e reflexão atenta sobre as principais questões relacionadas com a saúde, desafios e comportamentos da sociedade atual, como as Jornadas Médicas, as entrevistas temáticas no Canal Saúde+ e o programa televisivo com o professor Júlio Machado Vaz.

Em 2020, alavancada numa forte componente tecnológica, a Multicare prevê implementar um programa de recompensa do estilo de vida saudável reforçando o seu posicionamento em relação à importância da prevenção na saúde. Prevê também alterar a abordagem à saúde oral, procurando ir ao encontro das necessidades atuais dos Clientes na área da medicina dentária.

Do ponto de vista operacional, continuar-se-á o processo de automatização e robotização de tarefas, que melhorem, por um lado, a experiência do cliente, por outro, a eficiência dos processos, permitindo assim com os colaboradores estejam mais perto dos clientes, assistindo-os e tornando-se verdadeiros gestores da sua saúde.



A Via Directa – Companhia de Seguros S.A., é a seguradora vocacionada para a comercialização de seguros através de canais remotos (telefone e internet), tendo como visão a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias. É, atualmente, a seguradora líder no segmento das seguradoras especializadas nos canais remotos.

Na qualidade de gestora da marca OK! Teleseguros, o ano de 2019 da seguradora ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- 🚩 Aposta nos produtos estratégicos OK! Auto Elétricos, OK! Bike e OK! Viagem, que respondem às novas tendências de mobilidade.
- 🚩 Reformulação da Área privada de Cliente, com vista a melhorar a experiência dos clientes nesta plataforma, quer ao nível do seu aspeto visual, quer ao nível da navegação e da abrangência de funcionalidades, de forma a torná-la numa ferramenta mais acessível, amigável (user-friendly) e realmente útil para os mesmos.
- 🚩 Desenvolvimento da APP Vistorias Digitais com recurso a algoritmos de inteligência artificial, para utilização nos processos de pré-vistoria do seguro automóvel.
- 🚩 Reconhecimento dos consumidores portugueses, através das distinções atribuídas pelo Prémio Cinco Estrelas 2019, Escolha do Consumidor 2019 e Prémio Reputação 2019, este último resultante do estudo Marktest Reputation Index.
- 🚩 Renovação da Certificação do Bureau Veritas Certification no âmbito dos produtos Automóvel, Multirriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015.
- 🚩 Lançamento, em parceria com a Associação Salvador, da campanha de sensibilização para a temática da prevenção rodoviária. Ainda no âmbito da sua política de Responsabilidade Social, de referir o apoio à atleta de Paradressage, Rita Lagartinho.

Durante o próximo ano de 2020, a Via Directa continuará a apostar no crescimento do volume de negócios dos produtos estratégicos comercializados pela OK! Teleseguros, na reformulação da sua oferta, e, em particular, dos seus seguros de saúde e viagem, de forma a responder às necessidades dos seus clientes e posicionar-se no mercado com soluções realmente diferenciadoras, e, finalmente, na otimização das suas plataformas digitais, nomeadamente nos simuladores online do site ok.pt e na app de clientes da marca.



A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida em Portugal bem como no estrangeiro. Para além da gestão do *portfolio* existente, a empresa tem vindo a aproveitar algumas oportunidades de novo negócio que decorrem em grande medida da sua inclusão no âmbito do Grupo Segurador Fidelidade. Os riscos com exposição catastrófica estão excluídos do seu âmbito de aceitação, salvo os constantes no Tratado de Acidentes Pessoais.

A Companhia subscreve apenas riscos ao abrigo dos Tratados não Proporcionais, nomeadamente com a Fidelidade e as respetivas sucursais de Espanha e Moçambique.

No contexto de Resseguradora do Grupo, a título excecional, são aceites em Facultativo riscos subscritos pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. aos seus Grandes Clientes. Uma vez mais, respeitando o critério de máxima prudência, a percentagem retida pela Companhia destes resseguros é residual ou nula, utilizando a retrocessão para repassar o risco.



(Companhia de Seguros)

A Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A., opera no mercado segurador explorando os ramos de Assistência e Proteção Jurídica.

O seu negócio baseia-se maioritariamente no resseguro aceite em Portugal e a maioria da sua faturação tem origem nas Companhias de Seguros integradas Longrun

Da atividade do ano de 2019, destaca-se pela sua importância:

- ▲ Crescimento de 5,1% do seu volume de negócios;
- ▲ O resultado líquido de exploração acima dos 4,1 milhões de euros;
- ▲ A margem técnica de 21,6% e um rácio combinado de 92,1%;
- ▲ A sociedade teve a auditoria de renovação da sua Certificação de Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015 não registando qualquer Não Conformidade ou Área Sensível;
- ▲ No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, os resultados dos inquéritos de satisfação efetuados aos Clientes e Segurados, em que a Fidelidade Assistance atingiu um nível de Satisfação Global de 8,90 (escala de 1 a 10) e um Net Promoter Score de 70.

No ano de 2020, de acordo com as linhas de orientação estratégicas definidas, a Companhia irá focar a sua atenção em três vertentes, nomeadamente, na digitalização, na internacionalização com especial enfoque em África e na criação novos produtos disruptivos para lançamento no mercado nacional.



(Angola)

A Fidelidade Angola, presente no mercado angolano desde 2012, alcançou em 2019 a segunda posição no ranking das seguradoras angolanas em volume de negócios, sendo a primeira em capitais privados.

A Fidelidade Angola tem atuado fundamentalmente no segmento Empresas, mas o ano de 2019 ficou marcado pela aposta na diversificação, incrementando a captação de clientes individuais. Distingue-se ainda pela qualidade de serviço e por uma oferta de produtos diversificada, que abrange todos os segmentos de mercado.

A concretização desta estratégia exigiu um forte investimento em novas plataformas de comercialização, na melhoria do serviço prestado ao Cliente, e na promoção de sinergias com os seus Acionistas e Parceiros.

Em 2019, a Fidelidade Angola alcançou uma posição cimeira no mercado angolano, destacando-se diversas iniciativas:

- ▶ Mudança dos serviços centrais para a nova sede, localizada na Cidade Financeira, em Talatona, proporcionando aos colaboradores excelentes condições de trabalho e contribuindo para uma imagem de destaque e modernidade da Fidelidade Angola;
- ▶ Ampliou-se a presença da Fidelidade, com a abertura de 5 novas agências, em linha com a estratégia de expansão no território angolano.
- ▶ Criação de uma equipa de vendas – Fidelidade Especialistas – totalmente vocacionada para atuar nos segmentos individuais e de pequenas empresas, tendo assumido um papel central na concretização da estratégia de crescimento nestes segmentos.
- ▶ Embaixadores Fidelidade - Pérola e Matias Damásio – parceiros que para além de transmitirem uma imagem de confiança, assumem um papel central na promoção dos produtos e serviços, contribuindo para um forte reconhecimento da marca Fidelidade.
- ▶ Fidelidade eleita Superbrand, cuja visibilidade e importância impactou definitivamente a imagem da empresa em Angola.

Para 2020, a Fidelidade Angola irá manter a sua estratégia de crescimento seletivo, consolidando a posição de relevo que hoje ocupa no sector segurador, e continuando a apostar na inovação e na melhoria da qualidade de serviço ao Cliente. O foco manter-se-á na criação de valor para o acionista, na gestão proactiva dos seus colaboradores, desenvolvendo competências com crescente impacto no profissionalismo da sua equipa, na manutenção do nível de solvência, adequado à gestão dos compromissos assumidos, mantendo ainda o compromisso com a cidadania e a sociedade angolana.



A Fidelidade decidiu em 2015 reforçar a sua presença na Região Administrativa Especial de Macau (China) através da constituição de uma seguradora Não Vida de direito local. Esta seguradora, Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, SA, iniciou a sua operação em 1 de outubro de 2015, integrando, por aquisição, o património da sucursal Não Vida da Fidelidade nesta Região, extinta nesta data.

A Fidelidade Macau está autorizada a explorar a atividade seguradora no ramo Não Vida, apresentando uma oferta diversificada de produtos e soluções para particulares e empresas respondendo eficaz e adequadamente às necessidades do mercado, assente numa distribuição multicanal.

O ano de 2019 foi um ano importante no reforço deste posicionamento, destacando-se:

- 🚩 Celebração dos 20 anos de existência, marcado por um evento institucional que contou com a presença do princípios parceiros numa celebração do sucesso e história da operação.
- 🚩 Crescimento sólido de diversos ramos, com especial ênfase nos seguros associados à construção, acompanhando assim o forte crescimento da economia Macaense e da região.
- 🚩 Excelentes resultados ao nível da gestão técnica das diversas linhas de negócio, proporcionado também pelo facto de que 2019 foi um ano com menos intempéries que os anos anteriores.
- 🚩 Excelente performance na atividade financeira permitiu atingir resultados de investimentos interessantes.

Em 2020, as principais linhas de orientação estratégica irão pautar-se, pela dinamização comercial, tanto ao nível do crescimento da rede de mediação (agentes e corretores de seguros) como também na consolidação do acordo de distribuição com o Banco Nacional Ultramarino (BNU). As oportunidades consequentes da integração de Macau na Região da Grande Baía (Guandong-Hong Kong-Macau) permitem que a Fidelidade Macau mostre-se otimista quanto a um desenvolvimento crescente e rentável da sua atividade, consolidando ainda mais a sua presença em Macau e como uma das companhias de seguros preferenciais no território.





A Garantia é a seguradora líder no mercado cabo-verdiano, estando direcionada para a exploração dos ramos Vida e Não Vida, com um diversificado leque de soluções de proteção destinadas a particulares, empresas e profissionais liberais. Tem também desenvolvido uma estratégia multicanal na distribuição dos produtos, respondendo de forma mais eficaz às necessidades do mercado cabo-verdiano.

Para a Garantia, 2019 foi um ano de consolidação da liderança no mercado segurador cabo-verdiano, resultado da materialização de um conjunto de ações e iniciativas a vários níveis, que impactaram a boa performance da Companhia e os resultados alcançados. É importante destacar os seguintes feitos:

- ▶ Remodelação e modernização das agências e lojas de mediação exclusiva, expandindo ainda a rede comercial, com a abertura de uma agência na ilha da Brava e um balcão em Santa Catarina do Fogo, passando a perfazer um total de 16 agências;
- ▶ Lançamento do “My Garantia” – uma área reservada a clientes no website da Companhia, que disponibiliza diversas funcionalidades;
- ▶ A automatização de envio de recibos;
- ▶ O lançamento do seguro de Assistência em Viagem 365 dias;
- ▶ Renovação da certificação de qualidade (ISO 9001:2015);
- ▶ Criação da GEP Cabo Verde – Empresa de gestão de peritagens;
- ▶ Adequação da organização à legislação de proteção de dados;
- ▶ Elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade.

Para o ano de 2020, a Garantia Seguros prosseguirá com a estratégia definida para o triénio 2019/2021, que visa dar continuidade ao reforço da liderança do mercado, pela via da consolidação dos projetos já implementados na área da inovação e digitalização, e ainda pela aposta no canal bancário e no seguro de saúde, tendo em vista o aumento da carteira de prémios.



O Grupo La Positiva é um Grupo Segurador Latino-americano composto por empresas de Seguros no Peru, Bolívia e Paraguai que incorporou o perímetro de consolidação da Longrun no início do ano de 2019. No Peru, a operação de seguros é representada pela marca La Positiva, enquanto na Bolívia e no Paraguai as marcas são Alianza e Alianza Garantía respetivamente.

Atualmente é a quarta maior Seguradora do mercado Peruano, distinguindo pela forte presença e liderança de mercado fora da capital Lima, zona geográfica essa, onde o potencial de crescimento é enorme.

2019 foi um ano transformacional para a La Positiva, do qual se destaca os seguintes feitos:

- ▶ Mesmo ainda sendo o primeiro ano no Grupo, esta relação já demonstrou sólidos resultados:
 - Identificação de oportunidades de melhoria derivado do trabalho em conjunto e partilha de conhecimento, nomeadamente nas vertentes tecnológica, financeira e técnica;
 - Identificação de oportunidades comerciais com as empresas chinesas no Peru;
 - Participação no programa de aceleração de startups do Grupo e Fosun - Protechting
- ▶ Angariação de clientes e carteiras importantes no contexto do mercado Peruano, com destaque no segmento de grandes clientes e corretores internacionais;
- ▶ Adoção bem-sucedida do produto SOAT eletrónico, sendo um exemplo a seguir no mercado;
- ▶ Aposta no canal digital, reforçando a sua posição multicanal estando assim ainda mais próximo dos seus clientes em cada momento da sua vida;
- ▶ Realização de um seminário de prevenção de riscos laborais contando com a presença de centenas de gestores e executivos do tecido empresarial peruano;
- ▶ Organização de um Hackathon universitário, em parceria com a Universidade Católica do Peru (CIDE-PUCP), contando com mais de 30 equipas de várias regiões do País;
- ▶ Redefinição do propósito da empresa e da visão a futuro da companhia

O futuro revela-se promissor, não só pelo potencial natural do mercado e da região, mas também pelo posicionamento e vantagem competitiva que a La Positiva tem no mercado Peruano. Alavancada pela reconhecida reputação e experiência do novo acionista maioritário e pela sua presença nas regiões fora da Capital, a ambição é continuar a ganhar quota de mercado, nunca descuidando a sustentabilidade financeira, correta gestão de risco e rentabilidade.



FID Chile Seguros Generales. S.A. ou FID Chile é uma nova Companhia de Seguros que arrancou a sua operação no final do ano de 2019.

O ano de 2019 foi marcado, não só pela chegada do Grupo ao continente Americano, mas em particular pela sua entrada no mercado chileno através de uma startup, a filial FID Seguros, com sede em Santiago.

A mais recente seguradora do Grupo, obteve autorização para operar no ramo Não Vida no mercado chileno no final do último trimestre do ano, pelo que formalmente a operação arrancou no início do ano de 2020.

Pretende-se que o posicionamento estratégico da FID Seguros esteja alavancado numa forte relação com brokers e outros canais não tradicionais, assim como numa oferta ampla de produtos Não Vida dirigida a clientes individuais e empresariais.

Rege-se ainda por ser uma organização lean, cujos processos se caracterizam pela transparência, agilidade e foco nos parceiros e clientes. O suporte operacional é totalmente tecnológico, quer na gestão de dados, quer ao nível da criação de modelos de análise com base em inteligência artificial.

2020 será um ano com grande enfoque na dinamização comercial, apostando no crescimento da rede de parceiros, agentes e corretores de seguros, e ainda em canais não tradicionais, como a Bancaseguros. A aproximação ao cliente da FID Seguros vai ser ainda assegurada pela presença física em 4 regiões, através de escritórios localizados em Santiago, Viña del Mar, La Serena e Valdivia.



A GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras do Grupo.

Em 2019, registaram-se como acontecimentos mais relevantes os seguintes:

- ❖ Contratação de novos clientes, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentado da atividade da empresa, nas áreas de avaliação de danos em património, levantamento de danos em veículos e peritagens/averiguações para entidades públicas em auto seguro;
- ❖ Aperfeiçoamento da aplicação “Confirma/ MA Value” – projeto integrado no âmbito do fnol- auto que permite a aceitação automática de um orçamento de reparação, proposto pela oficina, sem necessidade de validação presencial;
- ❖ Início da atividade internacional através da empresa “GEP Cabo Verde”;
- ❖ Implementação do projeto digital nas peritagens patrimoniais;
- ❖ Experimentação da tecnologia de reconhecimento de danos através de imagens;
- ❖ Implementação do conceito LDR (Liquidação Direta – Reparação) como método preferencial na execução da peritagem patrimonial;
- ❖ Renovação da Certificação da Qualidade pela norma ISO 9001:2015 sem a deteção de “não conformidades”, o que aconteceu pelo 11º ano consecutivo;

Para o ano de 2020, para além da continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores na área digital, a GEP irá prosseguir o investimento na inovação, nomeadamente no desenvolvimento de aplicações autónomas para as linhas de negócio averiguação e peritagem patrimonial, incorporando capacidade “offline e mobile”, na internacionalização e na diversificação da sua atividade, nomeadamente através da implementação do projeto “Peritagem Digital automóvel”, da consolidação operacional da GEP Cabo Verde e no desenvolvimento da sua área comercial.



A CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A, é a empresa do Grupo que, operando sob a marca Fidelidade Car Service, está vocacionada para a prestação de serviços de reparação automóvel.

Alinhada com a missão do Grupo, a Fidelidade Car Service (FCS) pretende contribuir positivamente para a estratégia do seu acionista de prestar aos seus Clientes um serviço de excelência, aliado a uma perspetiva quantitativa de redução do custo do sinistro, tanto pela via da redução sustentada do custo médio da reparação, como pela racionalização dos custos de imobilização, adotando para o efeito as melhores práticas e técnicas do mercado.

Em relação ao ano de 2019 destacamos o seguinte:

- ❖ Nas 3 geografias onde a FCS opera (Lisboa, Queluz e Porto) registou-se uma consolidação do volume de faturação;
- ❖ Melhoria relevante dos indicadores de qualidade, medido através da redução do número de reclamações procedentes (0,55% em 2018 e 0,3% em 2019) e pelo Índice de Satisfação dos Clientes, recolhidos através da plataforma MyCar, no qual se obteve um resultado de 8 (em escala de 1 a 10).
- ❖ Renovação da certificação CZ, com o grau de 5 estrelas nas Unidades da FCS do Porto e de Queluz, sendo que não foram identificadas Não Conformidades;
- ❖ O Projeto Online Reputation Management permitiu-nos atingir um lugar de destaque como oficina multimarca, nos vários canais digitais onde somos referenciados;

Para 2020, perspetivamos as seguintes iniciativas:

- ❖ Concretizar a expansão para outras geografias;
- ❖ Dinamização da linha de negócio dos serviços de reboque, enquanto atividade complementar;
- ❖ Utilização de soluções cada vez mais sustentáveis em termos ambientais para promover a produtividade interna (ex: automatização e digitalização de processos pela adoção de soluções *paperless*);
- ❖ Aumento de competitividade e redução dos custos médios de reparação, através da otimização da gestão de prestadores e fornecedores de peças e de outros serviços;
- ❖ Analisar novas linhas de negócio, por forma a prepararmo-nos para o novo ecossistema de mobilidade automóvel.



A Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, SA desenvolve e presta serviços de análise de risco e de segurança e saúde no trabalho, que inclui a medicina do trabalho, para as empresas integradas no perímetro de consolidação da Longrun e para o mercado.

No ano de 2019 destacam-se as seguintes atividades:

- ◀ Reforço de investimento na consolidação da oferta de serviços de segurança e saúde no trabalho;
- ◀ Alargamento da área geográfica de atuação;
- ◀ Aquisição de Unidade Móvel de saúde;
- ◀ Abertura de Clínica de Medicina no Trabalho no Porto;
- ◀ No âmbito das análises de risco para a Fidelidade, foi aprofundada a interação com as Direções Comerciais e de Negócio, através do acompanhamento de clientes, da formação interna, do apoio aos Gestores de Negócio, da colaboração na avaliação de sinistros e ainda, através da atuação noutras geografias em que o grupo está presente, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Espanha e Moçambique e;
- ◀ Conclusão do projecto informático de análise de risco e scoring, designada *ScoreRisk*.

Em 2020, a aposta na qualidade, na inovação e a promoção de uma cultura de prevenção e gestão de risco no Grupo Segurador e nos seus clientes, continuará a nortear a atuação da Safemode.

FIDELIDADE ASSISTANCE

(Serviços)

A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. tem como objeto social a representação de seguradoras estrangeiras, a gestão de sinistros, bem como a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros, a prestação de serviços de atendimento telefónico, a prestação de serviços de gestão de redes de prestadores de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens.

A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. partilha recursos humanos e tecnológicos com a sua acionista Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A., o que lhe confere uma capacidade acrescida de gestão e de orientação para o resultado, sempre na perspetiva de encontrar as melhores soluções técnicas e os serviços mais adequados para os seus Clientes.

No exercício de 2019 destacam-se os seguintes pontos:

- ▶ O aumento do volume de negócios em 7%;
- ▶ Os serviços de apoio à gestão de sinistros, continuam a ser a linha de negócio mais importante, representando 45% da faturação e registando um crescimento de 4%;
- ▶ A gestão de sinistros do ramo automóvel, em representação de Companhias de Seguros Estrangeiras e do Gabinete Português de Carta Verde, aumenta a sua relevância na faturação representando 37% da mesma e registando um crescimento de 20%;
- ▶ Efetivação de acordo de representação de uma Companhia de Seguros da América do Sul, que vem acrescer ao portfólio de Clientes em Portugal e na Europa;
- ▶ A sociedade teve a auditoria de renovação da sua Certificação de Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015, não registando qualquer Não Conformidade ou Área Sensível.

Em 2020, a Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. irá dinamizar comercialmente as linhas de negócio existentes, com especial enfoque nas relativas à Representação e Assistência a Seguradoras Estrangeiras.





A CARES – Assistência e Reparações, S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de reparação, restauro e montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respetivos recheios, na qual é líder de mercado.

Detida a 100% pela Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. desde março de 2018, a Cares manteve como atividade principal a gestão de processos de sinistro de apólices multirriscos habitação (segmento de particulares) tendo como clientes algumas das principais companhias de seguros a operar em Portugal.

No exercício de 2019 destacam-se os seguintes pontos:

- ▶ Início de um novo projeto estratégico – Peritagem Digital –, que terá como principal objetivo a criação de valor e o reforço do posicionamento da marca ao nível da qualidade de serviço, rapidez e inovação;
- ▶ Reformulação da estratégia e modelo de negócio da Cares, com foco particular no segmento de reparação;
- ▶ O total de processos de sinistro geridos pela Cares ascendeu a 30.000, sendo que, nos processos integrados na Peritagem Digital, a intervenção da Cares foi direcionada apenas para a reparação;
- ▶ A Empresa manteve as suas duas linhas de negócio – Dano Água e Risco Elétrico –, registando uma distribuição de processos bastante equilibrada, representando as empresas integradas no perímetro de consolidação da Longrun, cerca de 83% do total dos proveitos da Cares;
- ▶ Reforço da pareceria estratégica com a Direção de Gestão de prestadores da Fidelidade, no sentido de ampliar e otimizar a gestão da sua rede em ambas as linhas de negócio;

Para 2020, a CARES tem como principais linhas estratégicas o aumento dos níveis de eficiência e produtividade da operação, através da consolidação do controlo e monitorização dos processos de reparação. Desta forma é esperado o crescimento do volume de atividade, bem como o desenvolvimento de um serviço cada vez mais diferenciador assente na criação de valor ao cliente, com rapidez na intervenção e qualidade acrescida.

FIDELIDADE

PROPERTY

(Europe & International)

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International (incluindo as respetivas empresas participadas) são as empresas do Grupo que têm como objetivo a gestão de imobiliário, área que tem vindo a ganhar peso no portefólio de investimentos da área seguradora.

Estas empresas têm vindo, nos últimos anos, a realizar um conjunto de novos investimentos relevantes na área imobiliária, quer em Portugal quer em localizações de referência no mundo (Londres, Tóquio e Milão), reforçando o posicionamento do Grupo enquanto investidor de referência nesta área em Portugal e no estrangeiro.

O ano de 2019 foi um ano de grande relevância para estas empresas, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- ▶ Prossecução da política de otimização do atual parque imobiliário em Portugal;
- ▶ Compra dos terrenos da antiga Feira Popular de Lisboa;
- ▶ Gestão e Venda do portefólio imobiliário Arya, que incluía maioritariamente prédios ocupados pelos serviços centrais e subsidiárias da Fidelidade;
- ▶ Continuação dos atuais projetos em curso de reabilitação urbana em Lisboa;
- ▶ Compra do Parque de Escritórios Pegasus em Bruxelas;
- ▶ Reforço da estrutura e das competências internas para fazer face aos novos desafios.

Em 2020, estas empresas deverão prosseguir a sua estratégia atual de otimização do portefólio atual e de desenvolvimento de novos projetos com um perfil adequado de retorno e de risco, contribuindo de forma decisiva para a rentabilidade e solidez do portefólio de investimentos das seguradoras do Grupo.



FIDELIDADE

REAL ESTATE INVESTMENT
MANAGEMENT

A Fidelidade – SGPII, S.A. é uma sociedade Gestora de Organismos de investimento Imobiliário com incidência nos mercados da Europa do Sul.

A Sociedade tem como objeto principal gerir fundos de investimento imobiliário atrativos para os investidores ao longo dos diversos ciclos de mercado, com especial destaque para cash-flows estáveis de longo prazo.

A estratégia de investimento dos Fundos geridos pela Fidelidade – SGPII, S.A. aponta para ativos core terciários maioritariamente localizados em mercados do Sul da Europa, onde se procuram obter rendibilidades através de uma gestão disciplinada ao longo de todo o ciclo, desde aquisição à venda dos imóveis. A Sociedade Gestora tem uma abordagem de investimento profissional, com ênfase em processos de gestão que acrescentem valor aos ativos.

Sobre o exercício de 2019, destacam-se os seguintes pontos:

- ▶ Concretização do primeiro ano completo de atividade da sociedade gestora;
- ▶ Estabilização do novo enquadramento do Fundo de Investimento imobiliário fechado “IMOFID”, enquanto fundo “core”, com a realização de um aumento de capital de cerca de 120 milhões de euros, que possibilitou a realizações de novos investimentos imobiliários;
- ▶ Início do processo de transformação do “IMOFID” em fundo de investimento imobiliário aberto e;
- ▶ Readjudicação da gestão do fundo de investimento imobiliário fechado “Saudeinveste” à Fundger - Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, S.A., na sequência da resolução do processo com a Autoridade da Concorrência;

Para o ano de 2020, está perspetivada a finalização do processo de abertura ao mercado do fundo “IMOFID”, o que permitirá atrair capitais externos e potenciar o crescimento do fundo, em termos de volume de ativos e de rentabilidades.



LUZ SAÚDE

A Luz Saúde é um dos líderes no mercado de prestação de cuidados de saúde privados em Portugal, gerindo quinze hospitais privados, um hospital público em regime de parceria público-privada, doze clínicas privadas em regime de ambulatório e duas residências sénior.

O ano de 2019 foi um ano de grande relevância, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- ▶ A Luz Saúde contou com 1.650 camas, mantendo a sua trajetória de crescimento em 2019, impulsionada pelo desenvolvimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados;
- ▶ Realização de mais de dois milhões de consultas externas, 600 mil atendimentos de urgência e 68 mil cirurgias e partos, atingindo os 586M€ de proveitos operacionais;
- ▶ Foi concluída a expansão do Hospital da Luz Lisboa (o maior hospital privado de Portugal), aumentando a sua capacidade em 80% e reforçando ainda mais a sua posição de liderança de mercado, e iniciou-se a abertura progressiva da nova capacidade instalada;
- ▶ Focalização no ramp-up do Hospital de Vila Real (inaugurado em Setembro de 2018), bem como no crescimento da atividade de outras unidades recentemente adquiridas, como o Hospital da Luz de Coimbra, o Hospital da Luz Torres de Lisboa e o Hospital da Luz Funchal.
- ▶ Continuação do investimento nas três áreas estratégicas que constituem uma fonte relevante de vantagem competitiva:
 - 1) **digitalização** do acesso dos clientes aos serviços de saúde através do desenvolvimento de um Centro Clínico Digital completo, em combinação com a app My Luz, bem como a implementação de um sistema avançado de gestão da relação com clientes (CRM);
 - 2) **implementação** de um projeto abrangente de medicina baseada no valor em toda a organização, que alterará radicalmente a abordagem ao tratamento e prevenção de determinadas patologias, bem como a prestação de serviços aos clientes e;
 - 3) **alavancar** a enorme quantidade de dados atualmente existente na organização para desenvolver projetos de analítica avançada e ciência de dados, com foco em três áreas: clínica, operacional e cliente.

6. GESTÃO DE RISCOS

A. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Neste contexto, foi implementado um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos. Contudo, a implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade financeira da área seguradora da Longrun.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das empresas do perímetro de consolidação da Longrun, permitindo assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, rentabilidade, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), que permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida, tem um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco das seguradoras detidas pela Longrun, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital. Relativamente ao sistema de governação, a área seguradora da Longrun possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento daquelas políticas, processos e procedimentos, as seguradoras detidas pela Longrun estabeleceram um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Direção de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes comités: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comités de Produtos, Vida e Não Vida; Comité de Gestão de Ativos e Passivos.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte, a Longrun, através das seguradoras detidas, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, com referência a 31/12/2018, contendo informação detalhada relacionada com as suas atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial a ser incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” relativo ao exercício de 2019, importa referir que, considerando os dados preliminares reportados trimestralmente à ASF e a informação disponível nesta data, continua a cumprir com os requisitos de capital de forma muito confortável.



B. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

A área seguradora da Longrun realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da área seguradora da Longrun a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação prepara a necessária documentação formal, nos termos definidos pelas IAS39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

A área seguradora da Longrun começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.



7.

DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A. CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Toda a atividade do Grupo é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas.

Neste contexto, e em cumprimento do disposto no artigo número 508 G n.º2 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:

i. Aplicação das normas de natureza ambiental

O Grupo está comprometido com a preservação do ambiente, traduzida não só no cumprimento das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

ii. Aplicação das normas de índole laboral

O Grupo pauta as suas relações laborais por critérios de rigor e elevados padrões éticos, procurando, sempre, evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

iii. Aplicação das normas relativas à prevenção da corrupção

O Grupo está comprometido com o combate à corrupção e às tentativas de suborno, cumprindo escrupulosamente as regras vigentes nessas matérias.

B. DESCRIÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL

Os elementos relativos ao modelo empresarial encontram-se descritos anteriormente neste documento, designadamente nos seguintes capítulos:

- Capítulo 2 – A Longrun
- Capítulo 3 – A nossa performance
- Capítulo 4 – Perspetivas de Evolução.

C. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS

A política de recursos humanos é norteada por um conjunto de pilares que assentam nos seguintes princípios:

- Humanização das relações e das condições de trabalho;
- Não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- Respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- Adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades;
- Implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo e para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade;
- Aplicação de políticas de recursos humanos orientadas para o tratamento com respeito e integridade dos seus trabalhadores e que contribuam ativamente para a sua valorização profissional.



i. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

Os recursos humanos do Grupo apresentam uma distribuição equitativa por sexos em função das categorias profissionais específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, o Grupo não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, o Grupo no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

Sobre este aspeto pode também ser consultado o ponto vii) do grupo C do capítulo 2 deste relatório.

ii. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

O grupo tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

iii. Valorização profissional dos trabalhadores

O Grupo promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Esta aposta na formação contribui para uma melhoria contínua dos indicadores operacionais, conforme se encontra evidenciado no capítulo 3 deste relatório.

D. PRINCIPAIS RISCOS E RESPETIVAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO

As políticas do Grupo no domínio da gestão de riscos encontram-se descritas no capítulo 6 deste relatório.



8.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

No quadro da sua estratégia de sustentabilidade e de negócio, a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação, mantém e aprofunda o Programa FIDELIDADE COMUNIDADE, estruturante e estrutural das suas atividades e respostas às problemáticas da sociedade e do planeta. E através do qual estabelece um modus operandi transparente e eficiente, com critérios de avaliação e acompanhamento dos projetos no terreno, criando sinergias e parcerias relevantes.

Os eixos prioritários de atuação em matéria de responsabilidade social corporativa continuam a estruturar-se em torno do fortalecimento do setor social, pelos eixos do envelhecimento, da prevenção em saúde e da inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade, sob um maior aprofundamento destas temas a bem do desenvolvimento das respetivas comunidades e pelos respetivos impactos na estratégia e na prosperidade do negócio. O tema do envelhecimento alinha com a evolução atual e futura das características sociodemográficas da população e da sociedade portuguesas, e evidencia consequências diretas sobre a busca de novas formas de prevenção em saúde, a par do aparecimento de novas doenças e perturbações identificadas para o século XXI. A inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade reforça o desenvolvimento das comunidades locais, pela (re)criação dos melhores e mais adequados cuidados continuados e pela (re)capacitação máxima desses cidadãos para a vida ativa, sempre que possível, contribuindo para minimizar desigualdades social. Globalmente, são os temas que corporizam o «Prémio Fidelidade Comunidade», sob a missão de consolidar e promover o terceiro setor, consubstanciado na atribuição de apoio financeiro a instituições que atuam nesses eixos.

Paralelamente, enquadrado na Diretiva 2014/95/EU no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade, a Longrun, através das empresas detidas, integra preocupações relevantes no âmbito das questões ambientais e sociais, do respeito pelos direitos humanos, do combate à corrupção, e das cadeias de abastecimento e de subcontratação. As questões ambientais identificam os principais impactos das respetivas atividades no meio ambiente e, consequentemente, na saúde e na segurança dos stakeholders. As questões sociais distinguem boas práticas que asseguram igualdade de género, condições de trabalho, diálogo social, prevenindo a violação dos direitos humanos, e diferenciam instrumentos de gestão e atuação no combate à corrupção e às tentativas de suborno, através de um rigoroso exercício de compliance. Nestes âmbitos, o Grupo tem em prática um vasto programa interno de apoio ao desenvolvimento dos colaboradores, em geral, e de auxílio aos mais necessitados, em particular, em matérias jurídica, financeira, clínica, social e familiar. Este programa, designado «NOS – Apoio Social», tem conseguido criar e potenciar respostas adequadas na resolução de situações complicadas, contribuindo para o seu bem-estar.

Todas estas preocupações têm como fim último, definir, prevenir e mitigar efeitos hostis, reais e potenciais, resultantes da atuação da Longrun e das empresas dos seu perímetro de consolidação, nas comunidades onde se inserem à escala nacional, na senda de uma visão cada vez mais justa e global das políticas, resultados e riscos próprios. E, como consequência, a condução de um negócio crescentemente responsável e próspero para todos os intervenientes da sua cadeia de valor.

Em 2019, a Longrun, através das empresas detidas, continuou a apoiar áreas de especial relevância no âmbito das suas atividades, que privilegiam a proteção das pessoas, do património, do ambiente e das atividades económicas, no presente e no futuro. Este desempenho é relatado anualmente através do Relatório de Sustentabilidade, verificado por entidade externa.



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- 🚩 As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- 🚩 A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- 🚩 A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- 🚩 As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- 🚩 Os colaboradores de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação da Longrun, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- 🚩 Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 31 de Março de 2020



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lingjiang XU

Wai Lam William Mak

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Wai Lam', is positioned between two horizontal lines. The signature is fluid and cursive, with a prominent loop at the end.

A2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

Demonstração de Resultados Consolidados

Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidado

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Notas às Contas Consolidadas

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2019			2018
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 12	899.272.940	-	899.272.940	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 12	3.979.082	-	3.979.082	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	6 e 12	21.839.020	-	21.839.020	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 12	973.083.449	-	973.083.449	862.678.740
Derivados de cobertura	7 e 12	3.676.945	-	3.676.945	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	8 e 12	11.191.237.113	-	11.191.237.113	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	9 e 12	1.385.066.960	-	1.385.066.960	2.094.158.896
Depósitos junto de empresas cedentes	9	146.916	-	146.916	542.606
Outros depósitos	9	1.362.123.759	-	1.362.123.759	2.050.386.112
Empréstimos concedidos	9	22.782.051	-	22.782.051	43.218.594
Outros	9	14.234	-	14.234	11.584
Investimentos a deter até à maturidade	10	1.074.167.759	-	1.074.167.759	-
Terrenos e edifícios	11 e 12	3.011.642.043	(175.150.657)	2.836.491.386	2.075.365.120
Terrenos e edifícios de uso próprio	11	800.095.766	(175.150.657)	624.945.109	522.933.205
Terrenos e edifícios de rendimento	11	2.211.546.277	-	2.211.546.277	1.552.431.915
Outros ativos tangíveis	12 e 13	363.182.561	(267.705.097)	95.477.464	64.321.969
Inventários	14	13.661.671	-	13.661.671	12.919.944
Goodwill	15	528.103.202	-	528.103.202	483.532.811
Outros ativos intangíveis	16	216.940.051	(89.886.232)	127.053.819	23.116.100
Provisões técnicas de resseguro cedido		346.083.335	-	346.083.335	223.608.057
Provisão para prémios não adquiridos	17	92.721.079	-	92.721.079	30.138.691
Provisão matemática do ramo vida	17	16.559.063	-	16.559.063	13.081.699
Provisão para sinistros	17	236.574.830	-	236.574.830	180.387.667
Provisão para participação nos resultados	17	228.363	-	228.363	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	36	4.302.237	-	4.302.237	7.299.079
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		559.331.967	(60.580.816)	498.751.151	420.762.046
Contas a receber por operações de seguro direto	18	297.932.568	(18.096.894)	279.835.674	183.368.220
Contas a receber por outras operações de resseguro	18	26.325.714	(7.583.945)	18.741.769	21.264.585
Contas a receber por outras operações	18	235.073.685	(34.899.977)	200.173.708	216.129.241
Ativos por impostos		262.707.496	-	262.707.496	344.653.348
Ativos por impostos correntes	19	38.635.953	-	38.635.953	53.177.361
Ativos por impostos diferidos	19	224.071.543	-	224.071.543	291.475.987
Acréscimos e diferimentos	20	88.156.026	-	88.156.026	86.794.351
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	21	4.327.134	-	4.327.134	4.423.242
TOTAL ATIVO		20.950.760.991	(593.322.802)	20.357.438.189	17.935.331.779

BB FP

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2019	2018
PASSIVO			
Provisões técnicas		5.906.195.480	4.204.988.672
Provisão para prémios não adquiridos	22	510.115.417	287.138.410
Provisão matemática do ramo vida	22	3.163.842.270	1.907.427.795
Provisão para sinistros		2.030.102.680	1.816.564.111
De vida	22	185.205.108	119.112.004
De acidentes de trabalho	22	972.896.063	869.497.915
De outros ramos	22	872.001.509	827.954.192
Provisão para participação nos resultados	22	85.369.984	81.104.520
Provisão para compromissos de taxa	22	29.392.059	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	22	26.462.475	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	22	29.119.191	27.302.513
Provisão para riscos em curso	22	31.791.404	36.514.181
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	23	8.925.001.690	9.276.469.443
Passivos financeiros detidos para negociação	24	82.034.738	22.170.498
Outros passivos financeiros		962.592.455	759.709.161
Derivados de cobertura	7 e 24	25.705.957	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	24	75.145.827	53.287.505
Empréstimos	24	656.263.672	633.948.491
Outros	24	205.476.999	61.318.402
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	36	364.474	314.949
Outros credores por operações de seguros e outras operações		363.167.313	277.542.218
Contas a pagar por operações de seguro direto	25	122.969.650	96.451.253
Contas a pagar por outras operações de resseguro	25	106.967.443	47.999.448
Contas a pagar por outras operações	25	133.230.220	133.091.517
Passivos por impostos		218.340.056	168.821.197
Passivos por impostos correntes	19	52.681.270	37.936.229
Passivos por impostos diferidos	19	165.658.786	130.884.968
Acréscimos e diferimentos	26	241.643.184	198.075.130
Outras Provisões	27	132.900.974	111.472.638
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	21	1.081.671	529.650
TOTAL PASSIVO		16.833.322.035	15.020.093.556
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	28	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital	28	1.600.073.902	1.599.398.902
Reservas de reavaliação		381.753.460	65.607.784
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	29	338.350.520	8.376.097
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	29	71.103.094	80.570.755
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	29	(1.489.474)	(1.310.237)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	29	34.878.531	60.331.005
De diferenças de câmbio	29	(61.089.211)	(82.359.836)
Reserva por impostos diferidos	29	(86.921.668)	(5.297.790)
Outras reservas	29	451.183.391	108.032.817
Resultados transitados	29	111.405.720	214.751.551
Resultado do exercício	29	177.590.892	241.706.106
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2.635.135.697	2.224.249.370
Interesses não controlados	30	888.980.457	690.988.853
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		3.524.116.154	2.915.238.223
TOTAL PASSIVO, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO		20.357.438.189	17.935.331.779

Lisboa, 31 de março de 2020

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira

Ana Paula Bailão Rodrigues

O Conselho de Administração

Wai Lam William MAK

Vogal

Contabilista Certificado

Filipa Jesus Martins Pires

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2019				2018
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		814.600.919	1.643.798.710	-	2.458.399.629	1.732.920.578
Prémios brutos emitidos	31	904.727.162	2.029.438.160	-	2.934.165.322	1.925.323.040
Prémios de resseguro cedido	31	(90.188.243)	(329.564.454)	-	(419.752.697)	(174.711.276)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	22 e 31	830.669	(70.799.548)	-	(69.968.879)	(15.991.908)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	17 e 31	(768.669)	14.724.552	-	13.955.883	(1.699.278)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	32	1.215.867	-	-	1.215.867	1.224.954
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(363.453.560)	(1.107.579.228)	-	(1.471.032.788)	(1.204.276.844)
Montantes pagos		(379.437.144)	(1.077.182.253)	-	(1.456.619.397)	(1.199.640.371)
Montantes brutos	33 e 34	(427.718.901)	(1.223.380.934)	-	(1.651.099.835)	(1.337.739.366)
Parte dos resseguradores	33	48.281.757	146.198.681	-	194.480.438	138.098.995
Provisão para sinistros (variação)		15.983.584	(30.396.975)	-	(14.413.391)	(4.636.473)
Montante bruto	33	5.978.847	1.973.628	-	7.952.475	47.226.008
Parte dos resseguradores	33	10.004.737	(32.370.603)	-	(22.365.866)	(51.862.481)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	33	(7.056.327)	3.450.974	-	(3.605.353)	(5.964.059)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(363.086.043)	-	-	(363.086.043)	(121.678.700)
Montante bruto	22 e 33	(366.530.918)	-	-	(366.530.918)	(123.575.640)
Parte dos resseguradores	33	3.444.875	-	-	3.444.875	1.896.940
Participação nos resultados, líquida de resseguro	22 e 33	(9.523.171)	(998.741)	-	(10.521.912)	(16.625.922)
Custos e gastos de exploração líquidos		(143.301.763)	(501.055.221)	-	(644.356.984)	(440.646.335)
Custos de aquisição	34	(119.498.790)	(376.785.504)	-	(496.284.294)	(370.041.498)
Custos de aquisição diferidos (variação)	22	638.328	4.295.009	-	4.933.337	5.027.408
Gastos administrativos	34	(44.207.838)	(166.296.503)	-	(210.504.341)	(106.448.696)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	34	19.766.537	37.731.777	-	57.498.314	30.816.451
Rendimentos		254.365.038	62.841.909	93.833.796	411.040.743	392.358.522
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	37	245.666.815	48.657.902	8.215.469	302.540.186	297.597.781
Outros	37	8.698.223	14.184.007	85.618.327	108.500.557	94.760.741
Gastos financeiros		(11.752.884)	(9.000.210)	(53.061.703)	(73.814.797)	(56.272.564)
De outros	34 e 38	(11.752.884)	(9.000.210)	(53.061.703)	(73.814.797)	(56.272.564)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		75.793.818	1.620.336	4.188.494	81.602.648	284.209.725
De ativos disponíveis para venda	39	115.796.739	1.622.581	7.375.947	124.795.267	359.274.833
De empréstimos e contas a receber	39	-	(2.245)	-	(2.245)	(30.104)
De investimentos a deter até à maturidade	39	-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	23 e 39	(40.002.921)	-	-	(40.002.921)	(75.038.389)
De outros	39	-	-	(3.187.453)	(3.187.453)	3.385
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(160.825.136)	(18.236.169)	(13.347.893)	(192.409.198)	(319.877.417)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	40	(175.447.491)	(20.825.235)	(30.998.189)	(227.270.915)	(259.827.473)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	40	23.760.984	8.617.146	17.650.296	50.028.426	(35.321.742)
De outros	40	(9.138.629)	(6.028.080)	-	(15.166.709)	(24.728.202)
Diferenças de câmbio	41	104.251.043	15.693.195	5.115.038	125.059.276	190.143.936
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	42	(15.025)	44.738.079	72.503.636	117.226.690	37.605.986
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(55.930.308)	(22.879.748)	(67.408.038)	(146.218.094)	(189.334.440)
De ativos disponíveis para venda	43	(55.805.702)	(26.197.194)	(40.649.154)	(122.652.050)	(245.626.850)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	43	-	(150.576)	-	(150.576)	(91.380)
De outros	43	(124.606)	3.468.022	(26.758.884)	(23.415.468)	56.383.790
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	44	(4.108.790)	(27.945.684)	-	(32.054.474)	4.699.149
Outros rendimentos/gastos	45	-	-	(20.819.901)	(20.819.901)	12.503.174
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	46	-	-	89.294	89.294	676.246
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	21	-	-	-	-	113.075.199
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		131.173.678	84.448.202	21.092.723	236.714.603	414.741.188
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19	-	-	(20.877.444)	(20.877.444)	(50.810.582)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19	-	-	14.526.585	14.526.585	(70.164.994)
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS		131.173.678	84.448.202	14.741.864	230.363.744	293.765.612
Interesses não controlados	30	-	-	(52.772.852)	(52.772.852)	(52.059.506)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29	131.173.678	84.448.202	(38.030.988)	177.590.892	241.706.106

Lisboa, 31 de março de 2020

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira

Ana Paula Bailão Rodrigues

O Conselho de Administração

Wai Lam William MAK
Vogal

Contabilista Certificado

Filipa Jesus Martins Pires

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA NOS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital e outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
				Reserva legal	Outras reservas					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.599.448.902	757.792.302	(206.907.890)	40.452.859	(51.463.917)	156.882.138	194.251.243	2.490.455.637	403.681.672	2.894.137.309
Aplicação do resultado	-	-	-	29.345.277	159.338.851	5.567.115	(194.251.243)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(782.999.276)	232.598.902	-	-	-	-	(550.400.374)	-	(550.400.374)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(356.291)	16.949	-	-	-	-	(339.342)	-	(339.342)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(15.327.119)	3.392.949	-	-	-	-	(11.934.170)	-	(11.934.170)
Diferenças de câmbio	-	(4.112.155)	329.840	-	-	-	-	(3.782.315)	-	(3.782.315)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	40.850.729	(8.970.201)	-	-	-	-	31.880.528	-	31.880.528
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(7.307.827)	(1.153.925)	-	-	8.461.752	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(248.112)	-	757.287	-	-	509.175	-	509.175
Reconhecimento de interesses minoritários	-	77.067.421	(24.356.302)	(4.837.338)	(65.560.202)	46.105.136	-	28.418.715	287.307.181	315.725.896
Outros	-	-	-	-	-	(2.264.590)	-	(2.264.590)	-	(2.264.590)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	241.706.106	241.706.106	-	241.706.106
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.599.448.902	65.607.784	(5.297.790)	64.960.798	43.072.019	214.751.551	241.706.106	2.224.249.370	690.988.853	2.915.238.223
Aplicação do resultado	-	-	-	37.169.147	378.019.840	(173.482.881)	(241.706.106)	-	-	-
Prestações suplementares	675.000	-	-	-	-	-	-	675.000	-	675.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	425.106.569	(101.834.963)	-	-	-	-	323.271.606	-	323.271.606
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(416.547)	87.475	-	-	-	-	(329.072)	-	(329.072)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(29.945.418)	6.994.961	-	-	-	-	(22.950.457)	-	(22.950.457)
Diferenças de câmbio	-	29.836.669	(2.766.228)	-	-	-	-	27.070.441	-	27.070.441
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(2.625.818)	(1.630.090)	-	-	-	-	(4.255.908)	-	(4.255.908)
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(9.755.487)	1.496.381	-	-	8.259.106	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	1.751.170	-	(8.093.294)	-	-	(6.342.124)	-	(6.342.124)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	(96.054.292)	14.277.416	(6.318.631)	(57.626.587)	62.284.374	-	(83.437.720)	197.991.604	114.553.884
Outros	-	-	-	-	99	(406.430)	-	(406.331)	-	(406.331)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	177.590.892	177.590.892	-	177.590.892
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.600.123.902	381.753.460	(86.921.668)	95.811.314	355.372.077	111.405.720	177.590.892	2.635.135.697	888.980.457	3.524.116.154

8B FP 

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA NOS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital e outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
				Reserva legal	Outras reservas					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.599.448.902	757.792.302	(206.907.890)	40.452.859	(51.463.917)	156.882.138	194.251.243	2.490.455.637	403.681.672	2.894.137.309
Aplicação do resultado	-	-	-	29.345.277	159.338.851	5.567.115	(194.251.243)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(782.999.276)	232.598.902	-	-	-	-	(550.400.374)	-	(550.400.374)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(356.291)	16.949	-	-	-	-	(339.342)	-	(339.342)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(15.327.119)	3.392.949	-	-	-	-	(11.934.170)	-	(11.934.170)
Diferenças de câmbio	-	(4.112.155)	329.840	-	-	-	-	(3.782.315)	-	(3.782.315)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	40.850.729	(8.970.201)	-	-	-	-	31.880.528	-	31.880.528
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(7.307.827)	(1.153.925)	-	-	8.461.752	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(248.112)	-	757.287	-	-	509.175	-	509.175
Reconhecimento de interesses minoritários	-	77.067.421	(24.356.302)	(4.837.338)	(65.560.202)	46.105.136	-	28.418.715	287.307.181	315.725.896
Outros	-	-	-	-	-	(2.264.590)	-	(2.264.590)	-	(2.264.590)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	241.706.106	241.706.106	-	241.706.106
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.599.448.902	65.607.784	(5.297.790)	64.960.798	43.072.019	214.751.551	241.706.106	2.224.249.370	690.988.853	2.915.238.223
Aplicação do resultado	-	-	-	37.169.147	378.019.840	(173.482.881)	(241.706.106)	-	-	-
Prestações suplementares	675.000	-	-	-	-	-	-	675.000	-	675.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	425.106.569	(101.834.963)	-	-	-	-	323.271.606	-	323.271.606
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(416.547)	87.475	-	-	-	-	(329.072)	-	(329.072)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(29.945.418)	6.994.961	-	-	-	-	(22.950.457)	-	(22.950.457)
Diferenças de câmbio	-	29.836.669	(2.766.228)	-	-	-	-	27.070.441	-	27.070.441
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(2.625.818)	(1.630.090)	-	-	-	-	(4.255.908)	-	(4.255.908)
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(9.755.487)	1.496.381	-	-	8.259.106	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	1.751.170	-	(8.093.294)	-	-	(6.342.124)	-	(6.342.124)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	(96.054.292)	14.277.416	(6.318.631)	(57.626.587)	62.284.374	-	(83.437.720)	197.991.604	114.553.884
Outros	-	-	-	-	99	(406.430)	-	(406.331)	-	(406.331)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	177.590.892	177.590.892	-	177.590.892
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.600.123.902	381.753.460	(86.921.668)	95.811.314	355.372.077	111.405.720	177.590.892	2.635.135.697	888.980.457	3.524.116.154

JB FP 

LONGRUN PORTUGAL, SGPS,S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	2.514.412.625	1.750.611.764
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(1.248.252.031)	(1.062.899.659)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(299.980.266)	(206.878.179)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(22.154.226)	(27.128.547)
Pagamentos a fornecedores	(286.949.292)	(190.570.692)
Pagamentos a empregados	(243.872.213)	(191.177.715)
Contribuições para fundos de pensões	(8.920.000)	(10.090.175)
Outros	(96.800.012)	(58.605.043)
	<u>307.484.585</u>	<u>3.261.755</u>
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	116.189.549	32.986.398
Devedores por outras operações	42.296.038	(102.839.774)
Outros ativos	14.541.408	(51.807.770)
	<u>173.026.995</u>	<u>(121.661.146)</u>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	(384.008.642)	626.473.025
Depósitos recebidos de resseguradores	21.368.996	(6.358.496)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(26.593.791)	(1.971.307)
Credores por outras operações	(156.783.820)	(58.309.312)
Outros passivos	11.926.594	(30.454.108)
	<u>(534.090.663)</u>	<u>529.379.802</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	<u>(53.579.083)</u>	<u>410.980.411</u>
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	<u>(16.757.191)</u>	<u>(42.435.456)</u>
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(70.336.275)</u>	<u>368.544.955</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	408.865.325	331.437.351
Ativos disponíveis para venda	4.854.594.395	5.571.896.856
Empréstimos e contas a receber	2.964.878.908	1.763.848.975
Propriedades de investimento	46.838.691	39.185.239
Ativos tangíveis e intangíveis	61.681.460	7.885.319
Ativos não correntes (ou grupos de alienação) classificados como detidos para venda	1.391.098	400.962.499
Rendimentos de ativos financeiros	770.659.313	518.157.865
Outros recebimentos	231.099	64.541.765
	<u>9.109.140.289</u>	<u>8.697.915.869</u>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(596.340.147)	(644.866.382)
Ativos disponíveis para venda	(4.633.859.703)	(5.244.009.185)
Ativos financeiros a deter até à maturidade	(1.076.682.052)	-
Empréstimos e contas a receber	(2.256.335.483)	(2.675.072.399)
Propriedades de investimento	(413.128.354)	(136.996.084)
Ativos tangíveis e intangíveis	(191.739.011)	(172.410.795)
Outros	(17.217.724)	(52.379.893)
	<u>(9.185.302.474)</u>	<u>(8.925.734.737)</u>
Concentrações de atividades empresariais		
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	50.000	267.317.671
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(119.665.517)	(3.104.192)
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(195.777.701)</u>	<u>36.394.611</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos resultantes de Locação	(30.255.362)	-
Juros recebidos	2.807.413	2.945.750
Outros empréstimos obtidos	22.315.181	60.822.887
Outros juros suportados	(3.035.092)	(5.372.723)
Prestações suplementares	675.000	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(7.492.860)</u>	<u>58.395.914</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(273.606.836)	463.335.480
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.060.082.146	596.746.666
Entrada no perímetro de consolidação	112.797.630	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	899.272.940	1.060.082.146

JB FP

Índice

1.	Nota Introdutória.....	3
2.	Políticas Contabilísticas.....	4
3.	Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período	35
4.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	43
5.	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.....	44
6.	Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas.....	46
7.	Derivados	47
8.	Ativos Disponíveis para Venda.....	50
9.	Empréstimos e Contas a Receber	51
10.	Investimentos a Deter até à Maturidade.....	52
11.	Terrenos e Edifícios.....	53
12.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos.....	55
13.	Outros Ativos Tangíveis	56
14.	Inventários	57
15.	Goodwill	57
16.	Outros Ativos Intangíveis	60
17.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	60
18.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações.....	64
19.	Ativos e Passivos por Impostos.....	65
20.	Acréscimos e Diferimentos (Ativo)	69
21.	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	70
22.	Provisões Técnicas	70
23.	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	78
24.	Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros.....	79
25.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	81
26.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo).....	82
27.	Outras Provisões	83
28.	Capital	84
29.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	85

30.	Interesses não controlados.....	88
31.	Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro.....	90
32.	Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços	91
33.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	92
34.	Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função.....	94
35.	Gastos com Pessoal	97
36.	Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo	98
37.	Rendimentos.....	106
38.	Gastos Financeiros.....	106
39.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	107
40.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	108
41.	Diferenças de Câmbio.....	110
42.	Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.....	111
43.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão).....	112
44.	Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	112
45.	Outros Rendimentos/Gastos	113
46.	Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)	114
47.	Relato por Segmentos.....	114
48.	Entidades Relacionadas	124
49.	Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros.....	129
50.	Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro	146
51.	Gestão de Capital.....	157
52.	Concessão de serviços públicos.....	159
53.	Fundos de Pensões Geridos.....	160
54.	Eventos Subsequentes.....	161

JB FP

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (anterior Universal Seguros, S.A.), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Assistência”) e a Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”) e La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A. (Perú).

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, dispõe de subsidiárias em Angola, Cabo Verde e Macau, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

LB FP

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação e princípios de consolidação

2.1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2019, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2019. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.21. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

JB FP

2.1.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses não controlados”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O *goodwill* é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas anteriores, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das subsidiárias. Tal como permitido pela IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio";
- O Capital Próprio das subsidiárias no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21.

JB FP

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (*trade date*) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

LB FP

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos disponíveis para venda

Ativos disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

BP FP

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O Grupo segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, o Grupo não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

JB FP

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), a cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e a cobertura de fluxos de caixa. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

BB FP

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

IB FP

Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional sujeita a análises casuísticas.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros ativos tangíveis” e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.12. Locação financeira

Conforme descrito na Nota 2.20.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas), o Grupo adotou a IFRS 16 – “Locações” em 1 de janeiro de 2019, em substituição da IAS 17 – “Locações”.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação.

Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

À data de entrada em vigor da norma o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

- i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;
- ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;
- iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de menor ou igual a 12 meses.

O Grupo optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. O Grupo possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. O Grupo elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de alocação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos serão reconhecidos como despesas.

Locador

As locações continuam a ser classificadas locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de locação financeira são registados na posição financeira como “Contas a receber por outras operações”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os jutos incluídos nas rendas são registados como “Outros rendimentos/gastos”. Ativos intangíveis

2.13. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (*Corporate Income Tax*) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2018 e 2019 é de 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre o lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos-valias potenciais em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos Trabalhadores”. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 35). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões” (Nota 27).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

As contribuições do Grupo, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de “Gastos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

No âmbito do novo IRCT, publicado a 8 de fevereiro de 2019, e conforme previsto nas suas cláusulas 32ª a 34ª e 65ª a 68ª, são estabelecidos novos benefícios de longo prazo, designados por Benefícios de Carreira. As responsabilidades relativas aos Benefícios de Carreira são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de desempenho pagos aos colaboradores pelo desempenho das diferentes unidades de negócio e o seu contributo para os resultados da empresa, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pró-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

JB FP

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,44%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos no ano e no ano anterior, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,44%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

FB FP

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Adicionalmente, são calculadas provisões os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Provisão para sinistros de Multirriscos Habitação e de Multirriscos Comércio

No caso de sinistros de Multirriscos Habitação e de Multirriscos Comércio é gerada uma provisão inicial no momento da abertura do sinistro, em função das coberturas e dos tipos de bens afetados. O valor destas provisões é ajustado quando o gestor de sinistro recebe informação mais detalhada sobre os danos indemnizáveis, nomeadamente através de relatórios de peritagem.

Adicionalmente, são calculadas provisões os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Adicionalmente, são calculadas provisões os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica “Participação nos resultados a atribuir”, da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;
- Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

JB FP

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4 e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.18. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

8B FP

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em “Outras contas a pagar ou a receber”, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores, os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à percentagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.19. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2B FP

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6 a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

O Grupo avalia anualmente com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. Sempre que possível, o valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. Nos restantes casos, o valor recuperável é determinado com base nos Capitais Próprios de cada empresa.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, com impacto nos resultados do Grupo.

Valorização de Terrenos e Edifícios de Uso Próprio e de Rendimento

Conforme referido nas notas 2.8 e 2.9 as Propriedades de Uso Próprio e Propriedades de Rendimento são avaliadas a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

FB FP

Conforme referido na nota 11, as avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor). Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento. As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de mercado, abordagem do custo e abordagem do rendimento, conforme descritas na Nota 11.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

O Grupo considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes ativos na data do balanço.

Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na nota 2.15, procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Grupo quantos aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização do dispêndio de recursos, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16., as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do *goodwill*

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

8B FP

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.21. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.21.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2019 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 16 – Locações	13-01-2016	2017/1986	01-01-2019
IFRIC 23 - Incerteza sobre diferentes tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-06-2017	2018/1595	01-01-2019
IAS 19 - Alteração, Redução ou Liquidação do Plano (Emenda)	07-02-2018	2019/402	01-01-2019
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IFRS 11 - Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital. (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IAS 23 - Custos de empréstimos elegíveis para capitalização (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019

A IFRS 16 – “Locações” entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, em substituição da IAS 17 – “Locações”, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018.

A nova norma introduz alterações significativas na forma de contabilização de contratos de locação na perspetiva do locatário, devendo este reconhecer no seu balanço um ativo pelo direito de uso e um passivo relativo às responsabilidades inerentes aos referidos contratos. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O Grupo aplicou na transição a abordagem simplificada, não reexpressando a informação comparativa. O Grupo optou por aplicar a norma a contratos anteriormente identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17 e o IFRIC 4, não aplicando a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o anterior normativo.

2.21.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	24-07-2014	2016/2067	01-01-2022
IFRS 9 - Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa (Emenda)	12-10-2017	2018/498	01-01-2022
IAS 28 - Investimento de Longo-prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	2019/239	01-01-2022
IAS 1 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	2019/2075	01-01-2020
IAS 8 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	2019/2075	01-01-2020
IFRS 9 - Reforma dos índices de referência das taxas de juro (Emenda)	26-09-2019	2020/34	01-01-2020
IAS 39 - Reforma dos índices de referência das taxas de juro (Emenda)	26-09-2019	2020/34	01-01-2020
IFRS 7 - Reforma dos índices de referência das taxas de juro (Emenda)	26-09-2019	2020/34	01-01-2020

No sentido de se garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 – instrumentos financeiros e a nova norma dos contratos de seguros (IFRS 17), o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2022, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Os passivos do Grupo relacionados com a atividade seguradora são superiores a 90 por cento do total dos seus passivos, considerando-se assim que a atividade do Grupo é predominantemente relacionada com seguros tal como definido nos termos da emenda à IFRS 4. Neste enquadramento e tendo em consideração as comunicações da ASF, a Fidelidade cumpre com os requisitos impostos pela referida emenda e pode optar por diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos posteriores a 1 de janeiro de 2022.

8B FP

2.21.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	22-10-2018	01-01-2020
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2022

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

BB FP

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo ao nível das empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2019				Resultado líquido	Total dos proveitos
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)			
Segurador							
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	16.802.567.666	14.197.429.909	2.605.137.757	144.406.401	3.939.854.642	
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	188.940.707	96.033.408	92.907.299	10.016.512	318.939.637	
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	60.797.585	16.562.817	44.234.768	4.140.847	55.054.931	
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	79.637.408	52.654.171	26.983.237	810.106	50.448.564	
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	18.004.069	4.736.990	13.267.079	70.151	1.169.324	
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. (b)	70,03%	91.754.503	72.032.812	19.721.691	1.160.585	286.485.651	
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	30.373.400	18.108.084	12.265.316	1.543.323	11.608.321	
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	59.802.055	30.946.691	28.855.364	4.618.727	11.533.050	
La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A. (l)	51,00%	496.498.497	306.037.692	190.460.805	(249.594)	1.015.807.377	
Fid Chile Seguros Generales S.A.(m)	99,00%	7.508.899	69.059	7.439.840	(24.006)	35.243	
Imobiliário							
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	1.330.945.850	16.070.368	1.314.875.482	7.013.772	37.455.529	
Fidelidade - Property International, S.A.	100,00%	223.135.212	6.604.901	216.530.311	(4.346.774)	725.439	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	173.829.701	16.430.304	157.399.397	12.084.965	14.120.715	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado IMOFID (e)	100,00%	178.411.669	1.321.991	177.089.678	1.748.993	4.134.865	
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	580.250	1.199	579.051	(25.247)	971	
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	42.782.566	52.359	42.730.207	(851.466)	121.297	
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	384.131.969	823.756	383.308.213	15.937.466	21.446.843	
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	147.603.815	7.257.149	140.346.666	(10.473.096)	9.727.947	
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (g)	99,30%	138.436.540	124.916	138.311.624	176.578	204.822	
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (g)	100,00%	416.145.718	241.199.716	174.946.002	14.791.367	28.558.272	
Godo Kaisha Moana (h)	97,00%	129.134.910	10.618	129.124.292	(5.067.115)	3	
Godo Kaisha Praia (h)	100,00%	538.741.369	332.285.359	206.456.010	17.645.421	37.549.395	
Fundo Broggi	100,00%	393.940.781	3.277.801	390.662.980	21.446.113	24.378.883	
Broggi Retail S.R.L.	100,00%	202.996	13.608	189.388	(25.662)	4	
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A.	100,00%	811.118	307.542	503.576	233.131	1.276.543	
FPE (BE) Holding S.A.	100,00%	158.307.620	5.620.552	152.687.068	7.687.068	11.598.790	
Saúde							
Luz Saúde, S.A. (n)	50,85%	830.404.806	565.715.342	264.689.464	16.583.972	590.099.298	
Outros setores							
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	7.872.503	2.626.709	5.245.794	75.463	7.663.102	
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	1.188.919	859.733	329.186	(170.906)	3.070.917	
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3.275.910	2.750.734	525.176	169.278	22.324.553	
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	7.016.051	6.032.393	983.658	132.373	1.308.196	
Cares - Assistência e Reparações, S.A.	100,00%	1.413.202	1.282.826	130.376	(934.101)	8.399.917	
FCM Beteiligungs GmbH	100,00%	3.796.138	277.571	3.518.567	181.708	397.405	
FID III (HK) LIMITED (i)	100,00%	767	22.632	(21.865)	(3.922)	-	
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (j)	100,00%	29.827	28.471	1.356	604	108.767	
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (j)	100,00%	16.668	14.975	1.693	772	68.438	
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	352.272.960	8.783.593	343.489.367	7.814.492	14.714.396	
Universal - Assistência e Serviços, Lda. (b)	80,00%	242.925	239.465	3.460	4.190	509.956	
FID LatAm SGPS, S.A.	100,00%	319.683	7.453	312.230	(6.942)	5.847	
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda. (c)	100,00%	51.498	10.247	41.251	(4.094)	54.139	
FID Perú, S.A. (l)	100,00%	140.721.170	235.544	140.485.626	836.681	2.227.563	
FID Chile, SpA. (m)	100,00%	11.929.747	6.748	11.922.999	38.989	7	
FID Chile & MT JV SpA (m)	99,00%	11.285.226	892.483	10.392.743	(1.677.876)	35.240	
FID I&D, S.A.	100,00%	50.000	-	50.000	-	-	

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 536,2617 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 414,89188 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 9,0097 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 9,03465 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 1,5995 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,61088 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 0,8508 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,87777 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 121,94 lenes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 122,00576 lenes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 8,7473 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,7715 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 68,7000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 69,43667 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 3,71960 Sol do Perú para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 3,73571 Sol do Perú para as rubricas de ganhos e perdas.

(m) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 844,2350 Peso chileno para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 792,58092 Peso chileno para as rubricas de ganhos e perdas.

(n) Contas consolidadas estatutárias do Grupo Luz Saúde.

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Setor de atividade/entidade	2018					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	16.275.614.962	14.043.010.031	2.232.604.931	278.236.439	2.820.187.838
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	172.026.836	90.473.934	81.552.902	9.000.867	290.925.529
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	55.014.319	15.166.961	39.847.358	6.183.482	53.569.992
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	73.856.266	49.275.375	24.580.891	1.066.797	47.791.709
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	29.484.321	16.581.726	12.902.595	1.111.217	1.338.940
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. (b)	70,00%	107.129.922	86.528.728	20.601.194	1.375.653	181.321.768
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	27.050.226	16.069.089	10.981.137	1.322.766	10.639.328
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	66.762.850	43.133.814	23.629.036	2.313.653	9.958.057
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	849.584.306	23.501.287	826.083.019	57.932.543	80.926.676
Fidelidade - Property International, S.A.	100,00%	226.578.642	5.701.558	220.877.084	(104.650.065)	23.195.529
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	178.377.912	33.063.479	145.314.433	10.851.951	12.901.416
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado IMOFID (e)	100,00%	55.587.126	246.430	55.340.696	351.447	861.080
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	610.274	14.182	596.092	(317.624)	384.704
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	41.522.682	45.871	41.476.811	(81.499.636)	8.081.652
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	366.965.783	1.195.036	365.770.747	2.724.365	4.179.172
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	153.295.273	2.475.511	150.819.762	1.442.257	7.630.730
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (g)	99,30%	131.501.150	124.299	131.376.851	(25.982)	6.024
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (g)	100,00%	372.674.052	220.599.062	152.074.990	11.126.980	24.861.276
Godo Kaisha Moana (h)	97,00%	130.034.988	10.090	130.024.898	13.803.020	13.838.428
Godo Kaisha Praia (h)	100,00%	522.791.038	339.855.774	182.935.264	29.078.480	39.356.305
Fundo Broggi	100,00%	372.067.771	2.850.904	369.216.867	4.169.871	7.093.610
Broggi Retail S.R.L.	100,00%	234.065	19.016	215.049	(23.713)	936
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A.	100,00%	1.217.982	510.104	707.878	(792.122)	146.521
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (n)	50,36%	754.263.063	505.756.239	248.506.824	14.209.885	545.076.376
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6.297.884	1.127.554	5.170.330	306.853	7.940.852
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	978.794	878.702	100.092	(88.265)	2.797.438
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3.542.006	3.046.107	495.899	150.593	24.322.514
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	6.008.651	5.246.886	761.765	(289.735)	1.193.091
Cares - Assistência e Reparações, S.A.	100,00%	1.840.620	1.376.143	464.477	(443.914)	10.181.978
FCM Beteiligungs GmbH	100,00%	3.656.525	267.728	3.388.797	(32.063)	-
FID I (HK) LIMITED (i)	100,00%	-	-	-	-	-
FID III (HK) LIMITED (i)	100,00%	815	18.307	(17.492)	(4.966)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (j)	100,00%	19.182	18.810	372	2.659	71.721
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (j)	100,00%	13.977	10.773	3.204	2.910	99.589
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	265.270.697	13.018.072	252.252.625	2.166.001	8.841.979
FID Loans 2 (Ireland) Limited	100,00%	1	-	1	-	-
Universal - Assistência e Serviços, Lda. (b)	80,00%	470	-	470	-	-
FID LatAm SGPS, S.A.	100,00%	298.166	59.695	238.471	(5.812)	4.040
FF Investment Luxembourg 1 S. a r.l.	0,00%	-	-	-	-	-
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda. (c)	100,00%	45.345	-	45.345	-	-
FID Perú, S.A. (l)	100,00%	122.763.912	64.293	122.699.619	154.773	250.099
FID Chile, SpA. (m)	100,00%	1.258	-	1.258	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 353,0155 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 303,6658 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 9,2365 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 9,1678 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 1,62200 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,5849 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 0,89453 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,89774 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 125,8500 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 127,8800 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 8,9675 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,9026 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 70,2400 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 71,29333 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 3,86670 Sol do Perú para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 3,83865 Sol do Perú para as rubricas de ganhos e perdas.

(m) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 794,6300 Peso chileno para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(n) Contas consolidadas estatutárias do Grupo Luz Saúde.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2019 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias não auditadas, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras do Grupo.



As empresas subsidiárias agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. "Império Bonança" na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. "Fidelidade Mundial", conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora "Não Vida" e "Vida", nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare - Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 17 de fevereiro de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (OK Teleseguros)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 4º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.** (anterior Universal Seguros, S.A.), com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

FB FP

A **Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, nº 567, Edifício BNU, 14º andar, Macau foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

A **La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A.**, com sede em Lima, no Perú, Calle Francisco Masías N° 370, San Isidro District, Province and Department of Lima foi constituída em 27 de setembro de 1937 e o seu objeto social é fornecer os serviços de uma companhia de seguros e resseguros de risco geral, assumindo como seguradora e resseguradora, todos os riscos que, de acordo com a lei, possam estar sujeitos a esse contrato, tanto no país como no estrangeiro. Da mesma forma, pode desenvolver qualquer outra filial ou atividade que, de acordo com a Lei Geral do Sistema Financeiro, do Sistema de Seguros e Orgânico da Superintendência de Bancos e Seguros, possa realizar uma empresa de seguros e resseguros de riscos gerais, antes do cumprimento dos requisitos exigidos pelo regulamento legal.

A **Fid Chile Seguros Generales, S.A.** com sede em Santiago, no Chile, Av. Vitacura 2939, piso 16, oficina 1601, Las Condes foi constituída em 15 de novembro de 2019 e o seu objeto social é assegurar, com base nos prémios, operações de seguro e resseguro dos riscos incluídos no primeiro grupo a que se refere o artigo oitavo do Decreto com força de lei número duzentos e cinquenta e um de mil novecentos e trinta e um ou as subseqüentes disposições legais ou regulamentares que o possam substituir ou modificar, bem como qualquer outra actividade que a lei aplicável ou a Comissão do Mercado Financeiro, através de norma geral, declare estar relacionada ou complementar à actividade das empresas seguradoras do primeiro grupo.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade – Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexos. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade – Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade – Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através do investimento num conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários. Este fundo foi gerido até setembro de 2018 pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., passando a partir de 1 de outubro a ser gerido pela Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A..

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado IMOFID** (anterior Bonança I), foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através do investimento num conjunto diversificado de ativos, predominantemente imobiliários. Este fundo foi gerido até setembro de 2018 pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., passando a partir de 1 de outubro a ser gerido pela Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A..

BB FP

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em Grosvenor Place Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (IT) Società per Azioni**, com sede em Via Maria Teresa 11 Cap 20123, Milão, Itália, foi constituída em 2 de julho de 2015 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (Lux) Holding S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 2 de fevereiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Godo Kaisha Moana**, é um veículo especial de investimento, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014.

A **Godo Kaisha Praia**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

O **Fundo Broggi**, constituído em 24 de março de 2017, ao abrigo das leis italianas, é um fundo de investimento imobiliário alternativo fechado. É gerido pela IDeA FIMIT - Società di Gestione del Risparmio S.p.A., uma sociedade gestora de fundos de investimento italiana.

O **Broggi Retail S.R.L.** é uma sociedade comercial italiana, 100% detida pela IDeA FIMIT - Società di Gestione del Risparmio S.p.A., na qualidade de sociedade gestora do Fundo Broggi, e no interesse do Fundo Broggi, cujo objecto social é, entre outros, a gestão, reestruturação, valorização e manutenção de ativos imobiliários, próprios e de terceiros.

A **Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A.** com sede em Lisboa, no Largo do Chiado, nº 8, 1º andar, foi constituída em 8 de fevereiro de 2018 e o seu objeto social é a administração, em representação dos participantes no interesse exclusivo destes, de um ou mais organismos de investimento imobiliário, fechados ou abertos, de subscrição pública ou particular, bem como a gestão dos patrimónios que compõem as carteiras de aplicações ou organismos de interesse coletivo por si geridos.

A **FPE (BE) Holding S.A.**, com sede em 97 Rue Royale, 4th floor, 1000 Bruxelas, Bélgica, foi constituída em 15 de março de 2019 e o seu objeto social é desenvolver, em seu próprio nome, todas as atividades e transações de holdings e de entidades de investimento imobiliário. Isso pode incluir, nomeadamente, diversas transações relacionadas com ações e outros valores mobiliários, gestão de investimentos em subsidiárias, concessão de empréstimos a subsidiárias em determinadas circunstâncias e vários tipos de operações imobiliárias.

FB FP

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 – 7º, foi constituída em 29 de janeiro de 1991 e tem por objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e, bem assim, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação da Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A., passando a Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A..

A **Cares - Assistência e Reparações, S.A.** (anterior Cares Multiassistance, S.A.), com sede em Lisboa, na Rua de Ponta Delgada, nº 44 A e B, foi constituída em 19 de junho de 2002 e tem como objeto social a prestação de serviços de organização, avaliação e gestão de qualquer trabalho de reparação e restauro.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em Garstedter Weg 14, 22453 Hamburg, Alemanha, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

JB FP

A **Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

A **Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

FID Loans 1 (Ireland) Limited and **FID Loans 2 (Ireland) Limited** são veículos especiais de investimento, com sede em 1st Floor, 118 Lower Baggot Street, Dublin 2, Ireland, constituídas no dia 13 de junho de 2017.

Universal - Assistência e Serviços, Lda., com sede na Rua Pedro de Castro Van Dunen Loy s/n, Morro Bento, Luanda, foi constituída no dia 21 de abril de 2017 e tem por objeto a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos, de formação e de apoio informático, de análise e prevenção de risco e apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **FID LatAm SGPS, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de fevereiro de 2018 e tem como objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A **GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda.**, com sede na Rua Serpa Pinto, nº 9 – 4º andar Dto, Plateau, Ilha de Santiago, Cabo Verde, foi constituída em 5 de junho de 2018 e o seu objeto principal é a prestação e gestão de serviços de peritagem automóvel, patrimonial ou de averiguação, a prestação de serviços de assistência e apoio à gestão de processos de sinistros, a prestação e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, assim como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e a prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **FID Perú, S.A.**, com sede em Lima, no Perú, Av. Victor Andrés Belaunde 147, San Isidro District, Province and Department of Lima, foi constituída em 9 de julho de 2018 e o seu objeto social é dedicar-se ao investimento e à detenção de valores mobiliários, incluindo, sem estar limitado, ações representativas do capital de outras sociedades, sejam elas nacionais ou estrangeiras, sob qualquer modalidade.

JB FP

A **FID Chile, SpA.**, com sede em Santiago, no Chile, foi constituída em 16 de outubro de 2018 e o seu objeto social é a realização de todos os tipos de investimentos, em ativos tangíveis e intangíveis, todos os tipos de valores mobiliários e imobiliários, bem como a constituição e participação de outras empresas e/ou pessoas jurídicas de qualquer natureza, seja qual for o objeto delas, a gestão de tais investimentos e a avaliação dos seus resultados; e desenvolver qualquer outro tipo de investimento que os parceiros acordem.

A **FID Chile & MT JV SpA**, com sede em Santiago, no Chile, foi constituída em 14 de janeiro de 2019 e o seu objeto social é a formação e criação de uma ou mais empresas cujo objetivo seja o desenvolvimento de negócios de seguros no Chile, participar neles, receber os rendimentos de tais participações, e desenvolver qualquer outro tipo de investimento que os parceiros acordem.

A **FID I&D, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 27 de dezembro de 2019 e tem como objeto a prestação de serviços de consultoria e desenvolvimento de novas soluções digitais e plataformas, de modelos analíticos, de novas soluções baseadas em modelos de inteligência artificial e *Machine Learning* bem como de outros modelos de *advanced analytics* e, ainda, venda e distribuição de tais soluções e modelos.

Os principais movimentos nas empresas subsidiárias do Grupo durante o exercício de 2019, foram os seguintes:

No dia 4 de Janeiro de 2019 o Grupo adquiriu 194.224.590 ações da empresa Positiva Seguros y Reaseguros S.A.A. no valor de 94.087.966 Euros, que representam uma participação de 51% no capital social da empresa.

No dia 14 de janeiro de 2019 foi constituída a empresa Fid Chile & MT JV SpA com um capital social de 6.096.320 Euros e com uma participação do Grupo de 97,86%.

Ao longo do ano foram realizados aumentos de capital social da empresa Fid Chile & MT JV SpA., no valor de 6.972.270 Euros, totalizando 13.068.590 Euros e uma participação de 99% em 31 de dezembro de 2019.

Durante o ano de 2019 o Grupo adquiriu ações da Luz Saúde, S.A., aumentando a participação no capital social de 50,36% em 31 de dezembro de 2018 para 50,85% no final do ano de 2019, no montante de 2.672.121 Euros.

Ao longo do ano foram realizados pelo Grupo aumentos de capital social da empresa FID Chile, SpA., no valor de 13.167.630 Euros, totalizando 13.168.935 Euros em 31 de dezembro de 2019.

Em fevereiro de 2019 o Grupo adquiriu ações da Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A., aumentando a participação no capital social de 33,67% em 31 de dezembro de 2018 para 34,78% no final do ano, no montante de 25.000 Euros.

Em fevereiro de 2019 ocorreu a operação de liquidação total da empresa FID I (HK) LIMITED.

Em 15 de março de 2019 foi constituída a empresa FPE (BE) Holding com um capital social de 145.000.0000 Euros e com uma participação do Grupo de 100%

Em 2019 houve aumentos da prestação suplementar da FID LatAm SGPS, S.A., no montante de 80.702 Euros.

Durante o ano de 2019, o Grupo concedeu prestações suplementares à Fidelidade - Property Europe, S.A., no montante de 518.000.000 Euros.

De junho a dezembro de 2019 foram realizados pelo Grupo aumentos de capital social da empresa FID Loans 1 (Ireland) Limited, no valor de 90.000.000 Euros, totalizando 340.000.000 Euros no final do ano.

Em junho de 2019 foi realizado pelo Grupo um aumento de capital social da empresa FID Perú, S.A. no valor de 11.947.749 Euros passando a totalizar 137.491.143 Euros.

Em julho de 2019, o Grupo realizou um aumento de capital social da empresa Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. no valor de 2.236.138 Euros, passando a participação no capital social de 70% para 70,03%.

Em setembro de 2019 ocorreu a operação de liquidação total da empresa FID Loans 2 (Ireland) Limited.

Em dezembro de 2019, o Grupo concedeu uma prestação suplementar à empresa E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A., no montante de 400.000 Euros.

Em dezembro 2019 o Grupo concedeu uma prestação suplementar à empresa FPE (IT) Società per Azioni no montante de 1.600.000 Euros.

Em 15 de fevereiro de 2019 foi constituída a empresa Fid Chile Seguros Generales S.A., com um capital social de 7.142.971 Euros, detida a 99% pelo Grupo. A empresa obteve autorização para iniciar a sua atividade em Novembro de 2019.

Em dezembro 2019 o Grupo concedeu uma prestação suplementar à empresa Cares - Assistência e Reparações, S.A. no montante de 600.000 Euros.

Em 27 de dezembro de 2019 foi constituída a empresa FID I&D, S.A. com um capital social de 50.000 Euros, detida a 100% pelo Grupo.

4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Caixa e seus equivalentes		
Sede	3.433.714	32.219.468
Delegações	484.915	532.133
	<u>3.918.629</u>	<u>32.751.601</u>
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	630.534.809	848.777.316
Em moeda estrangeira	264.819.502	178.553.229
	<u>895.354.311</u>	<u>1.027.330.545</u>
	<u>899.272.940</u>	<u>1.060.082.146</u>

JB FP

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019		2018	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Valorizadas ao custo				
Associadas				
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	611.797	10,00%	611.797
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial				
Associadas				
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	34,78%	1.259.736	33,67%	1.355.056
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	263.447	37,50%	340.293
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	49,00%	15.046	0,00%	-
Promotores e Inversiones Investa S.A.	13,25%	781.463	0,00%	-
Transacciones Especiales S.A.	44,48%	1.047.593	0,00%	-
		<u>3.367.285</u>		<u>1.695.349</u>
		<u>3.979.082</u>		<u>2.307.146</u>

(a) Valores de março de 2019 e março de 2018, respetivamente (período contabilístico de março de 2018 a março de 2019 e março de 2017 a março de 2018).

Os dados financeiros das empresas associadas e empreendimentos conjuntos valorizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

Setor de atividade/entidade	2019					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A. (b)	37,50%	1.767.333	1.264.984	502.349	(17.043)	1.344.208
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (c)	34,78%	4.833.016	1.210.773	3.622.243	909.022	6.005.239
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (b)	10,00%	90.717.383	86.709.706	4.007.676	1.632.859	2.790.315
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	49,00%	37.551	6.845	30.706	(19.294)	-
Promotores e Inversiones Investa S.A. (d)	13,25%	11.134.625	6.474.995	4.659.630	(323.805)	78.213
Transacciones Especiales S.A. (d)	44,48%	2.288.188	57.936	2.230.252	500.942	465.738

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de dezembro de 2019.

(c) Valores de março de 2019 (período contabilístico março de 2018 a março de 2019).

Setor de atividade/entidade	2018					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A. (b)	37,50%	1.770.814	1.057.627	713.187	(17.043)	1.344.208
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (c)	33,67%	5.839.258	1.814.709	4.024.549	1.311.328	6.737.996
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	0,00%	-	-	-	-	-
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	89.849.259	84.498.578	5.350.681	1.632.859	2.790.315

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de novembro de 2018.

(c) Valores de março de 2018 (período contabilístico março de 2017 a março de 2018).

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

FB FP

SAÚDE

A **Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras, assim como, promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá, igualmente, explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de Companhias Seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social, exclusivo, o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do “Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures”.

A **Serfun Portugal, SGPS, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 1 de fevereiro de 2019 e tem como objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A **Promotores e Inversiones Investa S.A.**, com sede em Lima, Perú, tem como objetivo principal a intermediação de títulos, que inclui a compra e venda de ações e títulos de rendimento fixo e de balcão, por conta própria e por conta de terceiros, prestação de serviços de consultoria e informação aos investidores e estruturação financiamento empresarial.

A **Transacciones Especiales S.A.**, com sede em Lima, Perú, tem como objeto social realizar todo o tipo de investimentos mobiliários e imobiliários, assim como ao compra, venda, importação, exportação e comércio em geral em toda a classe de bens.

Os principais movimentos nas empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo durante o exercício de 2019, foram os seguintes:

Em 1 de fevereiro de 2019 foi constituída a empresa Serfun Portugal, SGPS, S.A. com um capital social de 24.500 Euros e com uma participação da Companhia de 49%.

Em 4 de janeiro de 2020 as empresas Promotores e Inversiones Investa S.A. e Transacciones Especiales S.A. integraram o grupo Longrun, mediante a aquisição de 51% da empresa La Positiva por parte da Fidelidade e Fid Latam..

6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
	(Nota 7)			(Nota 7)		
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	191.848	126.811.469	127.003.317	27.806	29.207.461	29.235.267
Outros investimentos						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos						
Títulos da dívida pública						
Nacionais	-	-	-	-	10.236	10.236
	-	-	-	-	10.236	10.236
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	53.587.807	53.587.807	-	21.822.000	21.822.000
De emissores estrangeiros	-	420.776.113	420.776.113	-	538.806.055	538.806.055
	-	474.363.920	474.363.920	-	560.628.055	560.628.055
	-	474.363.920	474.363.920	-	560.638.291	560.638.291
Instrumentos de capital						
De não residentes	-	1.721.709	1.721.709			-
	-	1.721.709	1.721.709	-	-	-
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de participação						
De residentes	-	1.464.876	1.464.876	-	961.012	961.012
	-	1.464.876	1.464.876	-	961.012	961.012
Crédito e outros valores a receber	-	368.721.475	368.721.475	-	271.871.976	271.871.976
Instrumentos derivados com justo valor positivo						
Interest rate swaps	20.221	-	20.221	-	-	-
Futuros sobre divisas	21.421.904	-	21.421.904	16.492.997	-	16.492.997
Forwards cambiais	205.047	-	205.047	92.798	-	92.798
	21.647.172	-	21.647.172	16.585.795	-	16.585.795
	21.839.020	973.083.449	994.922.469	16.613.601	862.678.740	879.292.341

Os investimentos relativos a contratos *Unit-linked* correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 474.363.920 Euros e 560.628.055 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo reconheceu ganhos e perdas líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 42.767.686 Euros e de 28.881.555 Euros, respetivamente.

JB FP

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos afetos aos contratos *Unit-Linked* apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
De emissores nacionais	489.123	621.277
De emissores estrangeiros	14.104.562	9.321.857
De outros emissores		
De emissores nacionais	4.346.275	99.479
De emissores estrangeiros	63.893.940	4.277.131
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	35.274.473	7.585.794
De emissores estrangeiros	9.229.722	7.506.801
Contas a receber	190	190
Transações a liquidar	(526.816)	(205.068)
	126.811.469	29.207.461
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos derivados	191.848	27.806
Outros ativos		
Depósitos à ordem	11.419.235	10.752.353
Depósitos a prazo	300.091	300.100
	11.719.326	11.052.453
Total (Nota 23)	138.722.643	40.287.720

7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante notional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2019						
	Montante Notional			Valor Contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura	Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
				(Nota 7)	(Nota 24)		(Nota 24)
Cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	849.382.319	-	849.382.319	63.064	(71.099.500)	-	-
Futuros sobre divisas	1.857.250.000	492.250.000	2.349.500.000	19.112.281	(8.704.016)	3.403.359	(2.288.718)
Futuros de Taxa de Juro	162.700.000	-	162.700.000	2.309.623	-	-	-
Forwards cambiais	117.466.330	5.588.040	123.054.370	354.052	(2.231.222)	-	(150.605)
Cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	-	146.600.000	146.600.000	-	-	-	(3.771.157)
Cobertura de investimento líquido							
Futuros sobre divisas	-	31.500.000	31.500.000	-	-	50.805	(1.849.656)
Forwards cambiais	-	525.892.728	525.892.728	-	-	222.781	(17.645.821)
	2.986.798.649	1.201.830.768	4.188.629.417	21.839.020	(82.034.738)	3.676.945	(25.705.957)

	2018							
	Montante Nocial			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
				(Nota 7)	(Nota 24)		(Nota 24)	
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	59.959.631	-	59.959.631	27.806	(4.897.075)	-	-	(4.869.269)
Futuros sobre divisas	3.229.750.000	740.250.000	3.970.000.000	16.487.277	(7.810.641)	4.122.951	(112.884)	12.686.703
Futuros de Taxa de Juro	813.200.000	-	813.200.000	5.720	(9.251.700)	-	-	(9.245.980)
Forwards cambiais	58.818.663	-	58.818.663	92.798	(211.082)	-	-	(118.284)
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	177.000.000	177.000.000	-	-	-	(3.417.493)	(3.417.493)
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	42.875.000	42.875.000	-	-	261.418	(44.018)	217.400
Forwards cambiais	-	504.787.027	504.787.027	-	-	-	(7.580.368)	(7.580.368)
	<u>4.161.728.294</u>	<u>1.464.912.027</u>	<u>5.626.640.321</u>	<u>16.613.601</u>	<u>(22.170.498)</u>	<u>4.384.369</u>	<u>(11.154.763)</u>	<u>(12.327.291)</u>

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos *Unit-linked*, são valorizados ao custo amortizado (Nota 24).

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na *Chicago Mercantile Exchange* (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY, EUR/USD, EUR/GBP e EUR/AUD os instrumentos contratados são *forwards* negociados em mercado de balcão.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2019					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	561.730.622	287.651.697	849.382.319
Futuros sobre divisas	2.349.500.000	-	-	-	-	2.349.500.000
Futuros de taxa de juro	162.700.000	-	-	-	-	162.700.000
Forwards cambiais	123.054.370	-	-	-	-	123.054.370
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	18.000.000	128.600.000	146.600.000
Cobertura de investimento líquido						
Futuros sobre divisas	31.500.000	-	-	-	-	31.500.000
Forwards cambiais	338.076.848	187.815.880	-	-	-	525.892.728
	<u>3.004.831.218</u>	<u>187.815.880</u>	<u>-</u>	<u>579.730.622</u>	<u>416.251.697</u>	<u>4.188.629.417</u>

8B FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2018					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	49.437.008	10.522.623	59.959.631
Futuros sobre divisas	3.220.000.000	750.000.000	-	-	-	3.970.000.000
Futuros de taxa de juro	813.200.000	-	-	-	-	813.200.000
Forwards cambiais	58.818.663	-	-	-	-	58.818.663
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	27.000.000	150.000.000	177.000.000
Cobertura de investimento líquido						
Futuros sobre divisas	42.875.000	-	-	-	-	42.875.000
Forwards cambiais	77.146.867	393.290.210	34.349.950	-	-	504.787.027
	<u>4.212.040.530</u>	<u>1.143.290.210</u>	<u>34.349.950</u>	<u>76.437.008</u>	<u>160.522.623</u>	<u>5.626.640.321</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2019		2018	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	849.382.319	(71.036.436)	59.959.631	(4.869.269)
Outras instituições	146.600.000	(3.771.157)	177.000.000	(3.417.493)
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa				
Chicago	2.381.000.000	9.724.055	4.012.875.000	12.904.103
Futuros de taxa de juro	162.700.000	2.309.623	813.200.000	(9.245.980)
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras	648.947.098	(19.450.815)	563.605.690	(7.698.652)
	<u>4.188.629.417</u>	<u>(82.224.730)</u>	<u>5.626.640.321</u>	<u>(12.327.291)</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	43.750.951	(80.013.953)	(36.263.002)	23.106.727	(103.972.663)	(80.865.936)
Ativos cobertos	30.247.239	(9.150.946)	21.096.293	58.221.547	(2.083.813)	56.137.734
	<u>73.998.190</u>	<u>(89.164.899)</u>	<u>(15.166.709)</u>	<u>81.328.274</u>	<u>(106.056.476)</u>	<u>(24.728.202)</u>

IB FP

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Reserva de Reavaliação referente à contabilidade de cobertura apresenta a seguinte desagregação:

	2019		2018	
	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido
Swaps de taxa de juro	(1.752.411)	-	(1.541.534)	-
Futuros sobre Divisas	-	57.447.240	-	60.281.696
Forwards cambiais	-	(18.322.122)	-	8.788.840
	<u>(1.752.411)</u>	<u>39.125.118</u>	<u>(1.541.534)</u>	<u>69.070.536</u>

8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 43)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor
Instrumentos de dívida					
De dívida pública					
De emissores nacionais	1.733.981.143	-	1.733.981.143	-	80.420.542
De emissores estrangeiros	1.937.866.195	-	1.937.866.195	873.212	70.927.215
De outros emissores públicos					
De emissores nacionais	37.486.831	-	37.486.831	-	474.341
De emissores estrangeiros	34.756.293	-	34.756.293	-	521.243
De organismos financeiros internacionais	67.462	-	67.462	-	40.969
De outros emissores					
De emissores nacionais	118.376.261	(49.979.822)	68.396.439	-	1.633.947
De emissores estrangeiros	4.918.492.113	(5.545)	4.918.486.568	78.677.705	128.132.156
De empresas do Grupo	383.176.804	-	383.176.804	-	1.172.392
	<u>9.164.203.102</u>	<u>(49.985.367)</u>	<u>9.114.217.735</u>	<u>79.550.917</u>	<u>283.322.805</u>
Instrumentos de capital					
Valorizados ao justo valor					
De emissores nacionais	106.776.596	(13.648.723)	93.127.873	-	10.051.230
De emissores estrangeiros	889.395.714	(290.345.254)	599.050.460	34.823.713	75.787.332
	<u>996.172.310</u>	<u>(303.993.977)</u>	<u>692.178.333</u>	<u>34.823.713</u>	<u>85.838.562</u>
Outros instrumentos					
Titulos de participação					
De residentes	3.005.134	-	3.005.134	-	-
Unidades de participação					
De residentes	104.023.327	(24.338.600)	79.684.727	-	26.685.943
De não residentes	784.001.295	(250.456)	783.750.839	1.464.654	6.713.751
	<u>891.029.756</u>	<u>(24.589.056)</u>	<u>866.440.700</u>	<u>1.464.654</u>	<u>33.399.694</u>
	<u>11.051.405.168</u>	<u>(378.568.400)</u>	<u>10.672.836.768</u>	<u>115.839.284</u>	<u>402.561.061</u>

7B FP

	2018				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 43)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor
Instrumentos de dívida					
De dívida pública					
De emissores nacionais	2.467.871.950	-	2.467.871.950	(583.762)	158.054.570
De emissores estrangeiros	2.300.819.659	-	2.300.819.659	-	(8.985.750)
De outros emissores públicos					
De emissores estrangeiros	3.423.528	-	3.423.528	-	121.233
De organismos financeiros internacionais	126.857	-	126.857	-	57.466
De outros emissores					
De emissores nacionais	102.466.926	(49.979.822)	52.487.104	-	181.571
De emissores estrangeiros	3.774.670.178	(4.798.972)	3.769.871.206	(10.223.831)	(120.884.455)
De empresas do Grupo	321.967.381	-	321.967.381	-	(1.557.154)
	8.971.346.479	(54.778.794)	8.916.567.685	(10.807.593)	26.987.481
Instrumentos de capital					
Valorizados ao justo valor					
De emissores nacionais	108.269.175	(12.742.701)	95.526.474	-	(1.270.803)
De emissores estrangeiros	1.429.028.036	(406.963.311)	1.022.064.725	29.406.489	(97.734.251)
	1.537.297.211	(419.706.012)	1.117.591.199	29.406.489	(99.005.054)
Outros instrumentos					
Títulos de participação					
De residentes	5.203	-	5.203	-	-
Unidades de participação					
De residentes	124.841.212	(31.670.547)	93.170.665	-	35.625.305
De não residentes	36.497.661	(816.577)	35.681.084	-	3.274.300
Outros	(185.950)	-	(185.950)	-	-
	161.158.126	(32.487.124)	128.671.002	-	38.899.605
	10.669.801.816	(506.971.930)	10.162.829.886	18.598.896	(33.117.968)

9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 43)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 43)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	146.916	-	146.916	542.606	-	542.606
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	1.324.678.274	-	1.324.678.274	1.972.461.828	-	1.972.461.828
Contas margem	37.445.485	-	37.445.485	77.924.284	-	77.924.284
	1.362.123.759	-	1.362.123.759	2.050.386.112	-	2.050.386.112
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	3.210	-	3.210	21.671.183	-	21.671.183
Empréstimos sobre apólices	1.168.353	(10.597)	1.157.756	1.164.138	(10.597)	1.153.541
Títulos de dívida	22.090.155	(469.070)	21.621.085	20.717.092	(323.222)	20.393.870
Outros	366.689	(366.689)	-	361.961	(361.961)	-
	23.628.407	(846.356)	22.782.051	43.914.374	(695.780)	43.218.594
Outros	14.234	-	14.234	11.584	-	11.584
	1.385.913.316	(846.356)	1.385.066.960	2.094.854.676	(695.780)	2.094.158.896

7B FP

10. Investimentos a Deter até à Maturidade

Em 31 de dezembro de 2019, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2019					Valias potenciais não
	Valor nominal	Custo amortizado	Juros a receber	Valor de balanço	Valor de mercado (1)	
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	302.950.000	351.611.336	7.095.642	358.706.978	360.210.701	1.503.723
De emissores estrangeiros						
Itália	662.600.000	677.356.190	3.583.817	680.940.007	694.457.280	13.517.273
Espanha	31.000.000	34.378.691	142.083	34.520.774	35.213.520	692.746
	<u>996.550.000</u>	<u>1.063.346.217</u>	<u>10.821.542</u>	<u>1.074.167.759</u>	<u>1.089.881.501</u>	<u>15.713.742</u>

(1) Corresponde ao valor de mercado apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.6.

BP FP

11. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e Edifícios” foi o seguinte:

	De uso próprio			De rendimento	Total
	Direito de Propriedade	Direito de Uso	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2017					
Valor Bruto	540.459.856	-	540.459.856	1.417.015.084	1.957.474.940
Amortizações e imparidades acumuladas	(107.867.438)	-	(107.867.438)	-	(107.867.438)
	<u>432.592.418</u>	<u>-</u>	<u>432.592.418</u>	<u>1.417.015.084</u>	<u>1.849.607.502</u>
Entradas / (saídas) do perímetro	18.384.837		18.384.837	-	18.384.837
Adições					
Por aquisições realizadas no período	63.091.081	-	63.091.081	84.292.960	147.384.042
Por dispêndios subsequentes	204.324	-	204.324	23.648.977	23.853.301
Revalorização					
Por contrapartida de resultados (Nota 42)	-	-	-	36.924.225	36.924.225
Por contrapartida de capitais próprios	40.850.728	-	40.850.728	-	40.850.728
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 43)	1.140.709	-	1.140.709	-	1.140.709
Amortizações do exercício	(16.114.093)	-	(16.114.093)	-	(16.114.093)
Diferenças de câmbio	(8.291.103)	-	(8.291.103)	18.275.715	9.984.613
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	101.114	-	101.114	12.406.100	12.507.214
Transferências	967.064	-	967.064	(967.064)	(0)
Alienações e abates líquidos	-	-	-	(39.185.239)	(39.185.239)
Outros movimentos	(9.993.876)	-	(9.993.876)	21.157	(9.972.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2018					
Valor Bruto	675.836.432	-	675.836.432	1.552.431.915	2.228.268.347
Amortizações e imparidade acumuladas	(152.903.227)	-	(152.903.227)	-	(152.903.227)
	<u>522.933.205</u>	<u>-</u>	<u>522.933.205</u>	<u>1.552.431.915</u>	<u>2.075.365.120</u>
Adoção Norma IFRS 16	-	40.796.269	40.796.269	-	40.796.269
Entradas / (saídas) do perímetro	35.490.314	877.585	36.367.899	175.137.886	211.505.785
Adições					
Por aquisições realizadas no período	41.095.879	21.654.660	62.750.539	215.537.853	278.288.392
Por dispêndios subsequentes	481.877	-	481.877	272.604.043	273.085.920
Revalorização					
Por contrapartida de resultados (Nota 42)	-	-	-	60.515.688	60.515.688
Por contrapartida de capitais próprios	2.509.009	-	2.509.009	-	2.509.009
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 43)	31.642	-	31.642	-	31.642
Amortizações do exercício	(26.415.037)	(10.425.185)	(36.840.222)	-	(36.840.222)
Diferenças de câmbio	(6.904.181)	(1.275)	(6.905.456)	34.645.523	27.740.067
Transferências de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	4.270.662	4.270.662
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	(4.171.357)	(4.171.357)
Transferências	29.434.483	20.375.535	49.810.018	(49.537.451)	272.566
Alienações e abates líquidos	(42.953.612)	-	(42.953.612)	(46.838.691)	(89.792.303)
Outros movimentos	(4.728.573)	692.514	(4.036.059)	(3.049.795)	(7.085.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2019					
Valor Bruto	712.176.094	87.919.672	800.095.765	2.211.546.277	3.011.642.042
Amortizações e imparidade acumuladas	(161.201.088)	(13.949.568)	(175.150.657)	-	(175.150.657)
	<u>550.975.006</u>	<u>73.970.104</u>	<u>624.945.108</u>	<u>2.211.546.277</u>	<u>2.836.491.385</u>

Em 2019 as entradas em perímetro referem-se à aquisição do Grupo La Positiva, e em 2018, estas entradas no perímetro de consolidação, referem-se à Capital Criativo Health Care Investments II, SA.

Em 2019 as alienações de imóveis de Uso Próprio, no valor de 42.776.656 Euros incluem à alienação dos edifícios do Callariz.

Em 2018 as adições por aquisições incluem 28.260.006 Euros relativos à aquisição dos terrenos da antiga Feira Popular de Lisboa, sendo o investimento total previsto de 273.900.040 Euros.

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Caso o Grupo tivesse optado por valorizar os terrenos e edifícios de uso próprio pelo modelo do custo o seu valor de balanço seria 437.128.328 Euros.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40 e referido na Nota 2.6..

Os terrenos e edifícios são avaliados de acordo com o tratamento referido na Nota 2.6 e 2.7, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

- a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;

FB FP

- c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 79.176.879 Euros e 90.246.089 Euros, respetivamente (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

	2019	2018
2019	153.604.111	
2018	397.370.895	451.141.320
2017		71.791.885
	<u>550.975.006</u>	<u>522.933.205</u>

12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial, a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2019					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	43.401.196	9.595.862	170.553.929	38.083.826	637.638.127	899.272.940
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	3.979.082	3.979.082
Ativos financeiros detidos para negociação	2.737.313	426.261	6.627.225	2.667.579	9.380.642	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	151.194.345	8.339.644	290.139.080	92.266.576	431.143.804	973.083.449
Derivados de cobertura	24.989	-	1.895.714	1.482.656	273.586	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	1.789.061.816	1.013.710.108	6.911.481.885	1.387.117.928	89.865.376	11.191.237.113
Empréstimos e contas a receber	465.852.671	7.138.353	588.876.906	82.372.588	240.826.442	1.385.066.960
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	1.074.167.759	-	-	1.074.167.759
Terrenos e edifícios	347.442	5.678.211	-	119.197.305	2.711.268.428	2.836.491.386
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	95.477.464	95.477.464
	<u>2.452.619.772</u>	<u>1.044.888.439</u>	<u>9.043.742.498</u>	<u>1.723.188.458</u>	<u>4.219.852.951</u>	<u>18.484.292.118</u>

JB FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2018					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	73.807.050	19.312.290	442.092.146	19.429.018	505.441.642	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	61.918	-	2.245.228	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	1.821.998	61.925	9.912.800	1.813.234	3.003.644	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	104.373.966	4.598.084	219.485.034	63.679.928	470.541.728	862.678.740
Derivados de cobertura	11.695	12.997	2.242.836	1.855.423	2.614.18	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	1.650.930.508	180.505.362	6.904.812.187	1.329.234.972	82.827.785	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	164.901.736	7.296.610	1.349.456.132	440.513.711	131.990.707	2.094.158.896
Terrenos e edifícios	345.954	9.264.643	-	169.068.876	1.896.685.647	2.075.365.120
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	64.321.969	64.321.969
	1.996.192.907	221.051.911	8.928.063.053	2.025.595.162	3.157.319.768	16.328.222.801

13. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2019												Saldo líquido	
	Saldos iniciais		Adoção Norma IFRS 16		Entrada no perímetro (Valor bruto)	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças cambiais	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldos finais			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada							Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada		
Equipamento														
Equipamento administrativo	25.694.460	(24.039.361)	(138.029)	13.108	2.072.101	1.810.738	6.204	(1.783.772)	(99.587)	(154.801)	(268.347)	28.823.622	(25.710.909)	3.112.713
Máquinas e ferramentas	10.983.961	(7.780.065)	-	-	337.011	-	5.435	(869.882)	(53.520)	-	-	11.187.406	(8.564.466)	2.622.940
Equipamento informático	22.183.751	(18.709.864)	-	-	3.973.136	1.497.339	10.695	(3.439.747)	36.294	(5.933)	635.581	26.982.498	(20.801.246)	6.181.252
Instalações interiores	26.220.652	(21.173.435)	-	-	2.666.218	3.461.317	250.621	(1.507.744)	90.674	(25.054)	(595.059)	31.894.449	(22.506.259)	9.388.190
Material de transporte	2.230.814	(1.397.817)	(53.432)	49.445	753.515	63.480	467.028	(677.412)	(54.503)	(67.764)	301.428	3.033.347	(1.418.565)	1.614.782
Equipamento hospitalar	174.337.319	(135.566.519)	(40.933.131)	14.548.738	4.113.137	-	7.799.613	(6.055.886)	-	(71.917)	(11.375.781)	144.099.762	(137.304.189)	6.795.573
Outro equipamento	39.672.821	(32.681.572)	-	-	468.406	2.256.351	(7.916.843)	(1.122.117)	39.217	(40.873)	12.174.110	33.400.170	(20.550.670)	12.849.500
Equipamento Segurança	2.115.523	(1.894.335)	-	-	34.560	-	(2)	(75.214)	169	-	-	2.150.282	(1.969.581)	180.701
Outro equipamento	37.557.298	(30.787.237)	-	-	433.846	2.256.351	(7.916.841)	(1.046.903)	39.048	(40.873)	12.174.110	31.249.888	(18.581.089)	12.668.799
Patrimônio artístico	2.080.450	-	-	-	1.632	17.882	-	-	(8.556)	-	-	2.091.408	-	2.091.408
Outros ativos tangíveis	6.087.889	(4.780.378)	(141.369)	3.539	(608.832)	-	(116.960)	(202.244)	-	-	1.192.053	5.220.729	(3.787.031)	1.433.698
Ativos tangíveis em curso	878.705	-	-	-	9.221.695	-	(316.746)	-	-	-	-	9.783.654	-	9.783.654
Adiantamento por conta de tangíveis	5.000	-	-	-	480.765	-	(4.472)	-	-	-	-	481.293	-	481.293
	310.375.822	(246.129.011)	(41.265.961)	14.614.830	23.478.784	9.107.107	184.574	(15.658.804)	(49.981)	(366.342)	2.063.985	296.998.338	(240.643.335)	56.355.003

Ativos em Locação

Equipamento														
Equipamento administrativo	-	-	149.367	(13.108)	-	-	-	(34.792)	-	-	-	149.367	(47.900)	101.467
Máquinas e ferramentas	-	-	5.639	-	-	-	-	(3.222)	-	-	-	5.639	(3.222)	2.417
Equipamento informático	215.930	(215.930)	3.621.179	-	10.649	893.480	-	(1.670.629)	(1.659)	-	-	4.741.238	(1.888.218)	2.853.020
Material de transporte	277.967	(202.810)	6.072.908	(49.445)	1.626.363	26.835	-	(2.804.288)	(116)	(37.477)	12.191	7.827.227	(2.905.099)	4.922.128
Equipamento hospitalar	-	-	43.154.927	(14.548.738)	11.067.167	-	-	(7.421.918)	-	(907.325)	(223.326)	53.314.769	(22.193.982)	31.120.787
Outro equipamento														
Outro equipamento			147.324	(3.539)	-	-	-	(19.928)	-	-	(1.215)	145.983	(23.341)	122.642
	493.897	(418.740)	53.151.344	(14.614.830)	12.704.180	920.315	-	(11.954.777)	(1.775)	(944.803)	(212.350)	66.184.223	(27.061.762)	39.122.461
	310.869.719	(246.547.750)	11.885.384	(1)	36.182.964	10.027.422	184.574	(27.613.581)	(51.756)	(1.311.145)	1.851.635	363.182.561	(267.705.097)	95.477.464

	2018											Saldo líquido
	Saldo inicial	Adoção Norma IFRS 16	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Entrada no perímetro (Valor bruto)	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldo final	
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada							Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada
Equipamento	26.392.620	(24.931.321)	44.066	1.338.168	2.241	(967.761)	(218.738)	(4.176)	25.694.460	(24.039.361)	1.655.099	
Equipamento administrativo	8.572.424	(7.252.820)	-	2.717.417	1	(684.169)	(147.202)	(1.755)	10.983.961	(7.780.065)	3.203.896	
Máquinas e ferramentas	19.354.117	(16.938.999)	-	2.338.004	1.136.922	(2.331.215)	(98.548)	13.606	22.183.751	(18.709.864)	3.473.887	
Equipamento informático	24.790.146	(20.475.986)	-	846.668	976.851	(1.016.415)	(74.047)	-	26.220.652	(21.173.435)	5.047.217	
Instalações interiores	2.375.262	(1.553.765)	20.036	429.239	(2.007)	(329.921)	(105.597)	(250)	2.230.814	(1.397.817)	832.997	
Material de transporte	158.335.048	(124.442.781)	-	14.631.449	1.472.627	(11.225.543)	-	-	174.337.319	(135.566.519)	38.770.800	
Equipamento hospitalar	40.725.056	(34.962.101)	1.011.898	4.244.763	(2.137.919)	(1.859.309)	(31.138)	-	39.672.821	(32.681.572)	6.991.249	
Outro equipamento	2.032.819	-	-	46.902	13.000	-	(12.270)	-	2.080.450	-	2.080.450	
Património artístico	539.241	(402.527)	-	-	(1)	(55.700)	-	(5.856)	493.897	(418.740)	75.157	
Equipamento em locação financeira	5.776.588	(4.784.927)	25.271	306.008	273.186	(288.615)	-	-	6.087.889	(4.780.378)	1.307.511	
Outros ativos tangíveis	-	-	-	1.017.987	(113.806)	-	-	(25.476)	878.705	-	878.705	
Ativos tangíveis em curso	53.581	-	-	5.000	(53.581)	-	-	-	5.000	-	5.000	
Adiantamento por conta de tangíveis	288.946.902	(235.745.227)	1.101.271	27.921.604	1.567.514	(18.758.648)	(687.540)	(23.907)	310.869.719	(246.547.750)	64.321.969	

As entradas no perímetro de consolidação, referem-se, em 2018 à aquisição do Grupo La Positiva, e e em 2018 à aquisição da Capital Criativo Health Care Investments II, SA Care Investments S.A.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Ativos tangíveis” inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 213.212.412Euros e 205.499.423 Euros.

14. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Mercadorias hospitalares	13.178.237	12.375.818
Imóveis	-	7.812
Mercadorias	142.335	136.376
Produtos e trabalhos em curso	161.875	199.134
Salvados	13.498	15.060
Outros inventários	165.726	185.744
	<u>13.661.671</u>	<u>12.919.944</u>
Imparidade de mercadorias (Nota 43)	-	-
	<u>13.661.671</u>	<u>12.919.944</u>

15. Goodwill

O *goodwill* registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem a seguinte composição:

	2019			2018		
	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido
	(Nota 43)			(Nota 43)		
Goodwill reconhecido em Goodwill						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	65.531.707	-	65.531.707	65.531.707	-	65.531.707
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	1.663.226	-	1.663.226	1.663.226	-	1.663.226
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2.281.095	-	2.281.095	2.281.095	-	2.281.095
Luz Saúde, S.A.	359.254.032	-	359.254.032	359.254.032	-	359.254.032
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075	-	16.025.075	16.025.075	-	16.025.075
Godo Kaisha Moana	710.601	-	710.601	710.601	-	710.601
S.C.H. - Soc. Clínica Hospitalar S.A.	3.126.025	-	3.126.025	3.126.025	-	3.126.025
C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683	-	8.720.683	8.720.683	-	8.720.683
Capital Criativo Health Care Investments II, SA	26.683.569	-	26.683.569	26.220.367	-	26.220.367
Audatex	(5.002)	-	(5.002)	-	-	-
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	44.112.191	-	44.112.191	-	-	-
	<u>528.103.202</u>	<u>-</u>	<u>528.103.202</u>	<u>483.532.811</u>	<u>-</u>	<u>483.532.811</u>
Goodwill reconhecido em Investimentos						
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	957.001	(957.001)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>957.001</u>	<u>(957.001)</u>	<u>-</u>
	<u>528.103.202</u>	<u>-</u>	<u>528.103.202</u>	<u>484.489.812</u>	<u>(957.001)</u>	<u>483.532.811</u>

8B FP

Nos exercícios de 2019 e 2018 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2017	457.327.763
GK Kita Aoyoma Support 2	(15.319)
Compra de 90% da Capital Criativo Health Care Investments II, SA	26.220.367
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2018	483.532.811
Compra de 90% da Capital Criativo Health Care Investments II, SA - Ajuste	463.202
Compra de ações da Audatex	(5.002)
Compra de 91,50% da La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	44.112.191
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2019	528.103.202

A determinação do *goodwill* das principais empresas adquiridas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Goodwill (reconhecido em goodwill)	
Compra de 80% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	980.832.887
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (80,00%)	911.913.667
	68.919.220
Compra de 4,986% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(3.387.513)
	65.531.707
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	457.827.530
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (98,21%) em setembro de 2014	98.683.752
	359.143.778
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	102.843.643
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (96,996%) em 2016	102.133.042
	710.601
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Investments Limited	129.463.365
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (99,3%) em 2016	128.557.121
	906.244
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Sarl	15.640
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (99,3%) em 2016	15.531
	109
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	25.237.564
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (100%) em 2016	9.212.489
	16.025.075
Compra de 81,35% da S.C.H. - Sociedade Clínica Hospitalar S.A.	3.091.338
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (81,35%) em março de 2017	(34.687)
	3.126.025
Compra de 100% da C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	7.163.382
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (100%) em agosto de 2017	(1.557.301)
	8.720.683
Compra de 90% da Capital Criativo Health Care Investments II, SA	19.990.000
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (100%) em abril de 2018	(6.693.569)
	26.683.569
Compra de 91,50% da La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	193.775.700
Justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida (91,5%) em abril de 2019	156.264.004
Variação Cambial	6.600.495
	44.112.191

O *goodwill* adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

No seguimento da aquisição das novas empresas ao longo de 2019, o Grupo efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações Empresariais”, não tendo identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores. O detalhe dos ativos líquidos e do *goodwill* apurado no âmbito das transações ocorridas durante 2019 é como se segue:

	2019
	La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.
Justo Valor dos Ativos e Passivos	
Ativos adquiridos	1.670.220.485
Passivos adquiridos	1.449.778.109
Total dos Ativos Líquidos	220.442.376
% detida dos Ativos	156.264.004
Preço de aquisição	193.775.700
Goodwill inicial	37.511.696
Variação Cambial	6.600.495
Goodwill final	44.112.191

JB FP

16. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2019 e 2018, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

2019											
Saldos iniciais								Saldos finais			
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	73.439.316	(67.811.699)	11.222.255	5.396.745	(5.749.995)	(8.422.574)	(112.531)	-	97.739.697	(89.778.179)	7.961.517
Outros ativos intangíveis	335.606	(280.812)	82.301.595	-	18.218	(36.006)	2.786.649	-	85.233.301	(108.052)	85.125.249
Marca	-	-	82.268.662	-	-	-	2.786.662	-	85.055.325	-	85.055.325
Outros	335.606	(280.812)	32.932	-	18.218	(36.006)	(14)	-	177.977	(108.052)	69.925
Ativos intangíveis em curso	17.433.689	-	-	11.521.970	5.016.307	-	(4.914)	-	33.967.053	-	33.967.053
	91.208.611	(68.092.511)	93.523.850	16.918.715	(715.469)	(8.458.580)	2.669.203	-	216.940.051	(89.886.232)	127.053.819
2018											
Saldos iniciais								Saldos finais			
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	71.375.965	(63.635.975)	2.639	2.028.703	866.659	(4.904.076)	(101.378)	(4.920)	73.439.316	(67.811.699)	5.627.617
Outros ativos intangíveis	335.606	(302.174)	-	-	36.371	(27.133)	-	12.124	335.606	(280.812)	54.794
Ativos intangíveis em curso	12.627.248	-	-	6.727.621	(1.897.553)	-	-	(23.627)	17.433.689	-	17.433.689
	84.338.819	(63.938.149)	2.639	8.756.324	(994.523)	(4.931.209)	(101.378)	(16.423)	91.208.611	(68.092.511)	23.116.100

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Ativos intangíveis em curso”, refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (*software*).

Nos exercícios de 2019 e 2018, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 30.500.883 Euros e de 25.975.014 Euros, respetivamente.

17. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2.100.931	90.620.148	92.721.079	818.263	29.320.428	30.138.691
Provisão matemática	16.559.063	-	16.559.063	13.081.699	-	13.081.699
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	25.166.714	170.547.621	195.714.335	6.823.732	154.262.018	161.085.750
Sinistros não declarados (IBNR)	20.221.481	20.639.014	40.860.495	2.659.117	16.642.800	19.301.917
	<u>45.388.195</u>	<u>191.186.635</u>	<u>236.574.830</u>	<u>9.482.849</u>	<u>170.904.818</u>	<u>180.387.667</u>
Provisão para participação nos resultados	-	228.363	228.363	-	-	-
	<u>64.048.189</u>	<u>282.035.146</u>	<u>346.083.335</u>	<u>23.382.811</u>	<u>200.225.246</u>	<u>223.608.057</u>

BP FP

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	2.104.165	(3.234)	2.100.931	818.263	-	818.263
Seguros não vida						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.292.954	(1.217.892)	2.075.062	2.576.923	(1.199.799)	1.377.124
Doença	1.570.837	9.004	1.579.841	494.568	12.840	507.408
Incêndio e outros danos	58.125.249	(5.755.706)	52.369.543	26.193.586	(4.187.633)	22.005.953
Automóvel	4.172.780	(83.146)	4.089.634	570.941	(71.936)	499.005
Marítimo, aéreo e transportes	3.831.485	(78.112)	3.753.373	299.646	(26.449)	273.197
Responsabilidade civil geral	18.168.034	(982.968)	17.185.066	2.314.549	(161.976)	2.152.573
Crédito e caução	7.036.769	121.413	7.158.182	60.514	(2.859)	57.655
Proteção jurídica	541	(117)	424	3.596	(117)	3.479
Assistência	45.001	(2.077)	42.924	45.756	(2.077)	43.679
Diversos	3.956.328	(1.590.229)	2.366.099	4.072.622	(1.672.267)	2.400.355
	<u>100.199.978</u>	<u>(9.579.830)</u>	<u>90.620.148</u>	<u>36.632.701</u>	<u>(7.312.273)</u>	<u>29.320.428</u>
	<u>102.304.143</u>	<u>(9.583.064)</u>	<u>92.721.079</u>	<u>37.450.964</u>	<u>(7.312.273)</u>	<u>30.138.691</u>

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019				
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos					
Seguros vida	818.263	1.921.492	(768.669)	133.079	2.104.165
Seguros não vida					
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2.576.923	726.745	(40.877)	30.163	3.292.954
Doença	494.568	1.628.342	(561.012)	8.939	1.570.837
Incêndio e outros danos	26.193.586	19.173.001	15.476.384	(2.717.722)	58.125.249
Automóvel	570.941	13.346.228	(9.892.854)	148.465	4.172.780
Marítimo, aéreo e transportes	299.646	3.429.798	259.224	(157.183)	3.831.485
Responsabilidade civil geral	2.314.549	6.006.367	9.476.926	370.192	18.168.034
Crédito e caução	60.514	6.754.847	267.678	(46.270)	7.036.769
Proteção jurídica	3.596	-	(2.625)	(430)	541
Assistência	45.756	-	711	(1.466)	45.001
Diversos	4.072.622	209.578	(259.003)	(66.869)	3.956.328
	<u>36.632.701</u>	<u>51.274.906</u>	<u>14.724.552</u>	<u>(2.432.181)</u>	<u>100.199.978</u>
	<u>37.450.964</u>	<u>53.196.398</u>	<u>13.955.883</u>	<u>(2.299.102)</u>	<u>102.304.143</u>
Custos de aquisição diferidos					
Seguros vida	-	-	(3.234)	-	(3.234)
Seguros não vida					
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.199.799)	-	(16.570)	(1.523)	(1.217.892)
Doença	12.840	-	713	(4.549)	9.004
Incêndio e outros danos	(4.187.633)	(875.829)	(885.914)	193.670	(5.755.706)
Automóvel	(71.936)	(45.033)	(10.655)	44.478	(83.146)
Marítimo, aéreo e transportes	(26.449)	(198.693)	(6.842)	153.872	(78.112)
Responsabilidade civil geral	(161.976)	(340.264)	(463.598)	(17.130)	(982.968)
Crédito e caução	(2.859)	103.601	(62)	20.733	121.413
Proteção jurídica	(117)	-	-	-	(117)
Assistência	(2.077)	-	-	-	(2.077)
Diversos	(1.672.267)	(21.093)	82.038	21.093	(1.590.229)
	<u>(7.312.273)</u>	<u>(1.377.311)</u>	<u>(1.300.890)</u>	<u>410.644</u>	<u>(9.579.830)</u>
	<u>(7.312.273)</u>	<u>(1.377.311)</u>	<u>(1.304.124)</u>	<u>410.644</u>	<u>(9.583.064)</u>
	<u>30.138.691</u>	<u>51.819.087</u>	<u>12.651.759</u>	<u>(1.888.458)</u>	<u>92.721.079</u>

	2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos				
Seguros vida	129.360	688.903	-	818.263
Seguros não vida				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.131.916	(574.480)	19.487	2.576.923
Doença	1.469.790	(441.583)	(533.639)	494.568
Incêndio e outros danos	28.282.964	(312.194)	(1.777.184)	26.193.586
Automóvel	389.253	145.561	36.127	570.941
Marítimo, aéreo e transportes	169.096	184.866	(54.316)	299.646
Responsabilidade civil geral	2.533.044	(231.883)	13.388	2.314.549
Crédito e caução	57.811	2.724	(21)	60.514
Proteção jurídica	3.667	1.611	(1.682)	3.596
Assistência	37.771	14.139	(6.154)	45.756
Diversos	5.249.565	(1.176.942)	(1)	4.072.622
	41.324.877	(2.388.181)	(2.303.995)	36.632.701
	41.454.237	(1.699.278)	(2.303.995)	37.450.964
Custos de aquisição diferidos				
Seguros não vida				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.460.726)	264.229	(3.302)	(1.199.799)
Doença	13.320	6.815	(7.295)	12.840
Incêndio e outros danos	(4.083.093)	(159.891)	55.351	(4.187.633)
Automóvel	(62.835)	(7.204)	(1.897)	(71.936)
Marítimo, aéreo e transportes	(23.599)	(1.771)	(1.079)	(26.449)
Responsabilidade civil geral	(178.122)	17.008	(862)	(161.976)
Crédito e caução	(3.024)	164	1	(2.859)
Proteção jurídica	(117)	-	-	(117)
Assistência	(2.077)	-	-	(2.077)
Diversos	(2.015.917)	343.651	(1)	(1.672.267)
	(7.816.190)	463.001	40.916	(7.312.273)
	33.638.047	(1.236.277)	(2.263.079)	30.138.691

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	25.166.714	20.221.481	45.388.195	6.823.732	2.659.117	9.482.849
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	3.329.291	1.597.602	4.926.893	2.291.148	1.281.139	3.572.287
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	18.474.043	1.128.892	19.602.935	17.775.340	1.609.464	19.384.804
Doença	662.986	1.154.890	1.817.876	454.035	207.777	661.812
Incêndio e outros danos	99.473.211	8.355.581	107.828.792	99.622.538	7.144.079	106.766.617
Automóvel	14.076.964	3.423.118	17.500.082	4.120.597	1.472.315	5.592.912
Marítimo, aéreo e transportes	8.648.436	360.838	9.009.274	6.952.321	635.116	7.587.437
Responsabilidade civil geral	20.607.172	4.110.540	24.717.712	14.174.404	3.808.439	17.982.843
Crédito e caução	466.021	(225)	465.796	1.396	10.510	11.906
Assistência	500	8.024	8.524	-	-	-
Diversos	4.808.997	499.754	5.308.751	8.870.239	473.961	9.344.200
	170.547.621	20.639.014	191.186.635	154.262.018	16.642.800	170.904.818
	195.714.335	40.860.495	236.574.830	161.085.750	19.301.917	180.387.667

8B FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019					
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	9.482.849	32.595.284	69.625.650	(66.315.588)	-	45.388.195
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	3.572.287	300.912	1.326.352	(593.791)	321.133	4.926.893
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	19.384.804	2.165.937	(819.163)	(3.384.081)	2.255.438	19.602.935
Doença	661.812	2.052.474	6.724.652	(9.635.360)	2.014.298	1.817.876
Incêndio e outros danos	106.766.617	23.022.282	71.110.779	(116.849.564)	23.778.678	107.828.792
Automóvel	5.592.912	7.044.132	20.703.432	(23.233.187)	7.392.793	17.500.082
Marítimo, aéreo e transportes	7.587.437	3.048.354	(84.569)	(4.686.044)	3.144.096	9.009.274
Responsabilidade civil geral	17.982.843	8.280.166	5.681.058	(15.701.381)	8.475.026	24.717.712
Crédito e caução	11.906	568.703	733.328	(1.429.749)	581.608	465.796
Assistência	-	-	36.926	(28.346)	(56)	8.524
Diversos	9.344.200	221.422	(1.808.815)	(7.137.462)	4.689.406	5.308.751
	170.904.818	46.704.382	103.603.980	(182.678.965)	52.652.420	191.186.635
	180.387.667	79.299.666	173.229.630	(248.994.553)	52.652.420	236.574.830

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

FB FP

18. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	191.675.671	86.421.299
Mediadores	49.782.995	68.656.706
Reembolsos de sinistros	28.521.060	25.415.718
Co-seguradores	19.037.880	14.868.478
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	6.453.627	456.485
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.259.920	2.156.558
Outros	201.415	263.173
	<u>297.932.568</u>	<u>198.238.417</u>
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 43)	(14.027.640)	(9.799.351)
(Ajustamentos IFAP - Nota 43)	-	(137.408)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 43)	(4.069.254)	(4.933.438)
	<u>(18.096.894)</u>	<u>(14.870.197)</u>
	<u>279.835.674</u>	<u>183.368.220</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	22.971.947	24.195.528
Contas correntes de ressegurados	3.353.767	2.809.694
	<u>26.325.714</u>	<u>27.005.222</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 43)	(7.583.945)	(5.740.637)
	<u>18.741.769</u>	<u>21.264.585</u>
Contas a receber por outras operações		
Clientes - contas correntes	112.053.634	101.601.164
Transações a liquidar	82.177.923	113.822.820
Adiantamento a fornecedores	3.077.935	1.673.616
Arrendamentos imobiliários	2.137.712	3.983.104
Devedores por valores em depósito	2.060.720	365.738
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	953.240	9.473.942
Restantes acionistas	664.246	-
Outros	31.948.275	13.690.074
	<u>235.073.685</u>	<u>244.610.458</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 43)	(34.899.977)	(28.481.217)
	<u>200.173.708</u>	<u>216.129.241</u>
	<u>498.751.151</u>	<u>420.762.046</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018 o valor na rubrica “Clientes – contas correntes” inclui os montantes de 108.431.854 Euros e 99.908.413 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

FB FP

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte. Em 2018, o Grupo registou como montante a receber 113.822.820 Euros por parte da Fosun Industrial Holdings, Limited que decorre do exercício em 15 de outubro de 2018 de uma put option sobre a participada detida a 100% FF Investment Luxembourg 1 S.à r.l. Este montante foi apurado de acordo com as condições contratuais estando ligado a uma participação na Folli Follie Group, detida pela FF Investment Luxembourg 1 S.à r.l.. O pagamento deste montante está garantido pela Fosun International Limited tendo sido liquidado em 23 de janeiro de 2019. Em 2019, a rubrica inclui o montante a receber de 74.739.328 Euros referente à alienação do imóvel do Largo do Calhariz.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2013 a 2019.

19. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

	2019	2018
Ativos por impostos correntes		
Outros	38.635.953	53.177.361
	<u>38.635.953</u>	<u>53.177.361</u>
Passivos por impostos correntes		
Outros		
Imposto do selo	(9.622.135)	(8.695.687)
Fundo de garantia automóvel	(2.395.634)	(2.080.309)
Fundo de acidentes de trabalho	(4.464.917)	(4.205.551)
Taxa para autoridade nacional para proteção civil	(1.686.031)	(1.561.970)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(2.306.837)	(2.069.340)
Instituto nacional de emergência médica	(3.126.191)	(2.864.473)
Segurança social	(6.521.761)	(5.572.148)
Retenções	(7.413.327)	(8.388.813)
Outros	(15.144.437)	(2.497.938)
	<u>(52.681.270)</u>	<u>(37.936.229)</u>
Ativos por impostos diferidos	224.071.543	291.475.987
Passivos por impostos diferidos	165.658.786	(130.884.968)
	<u>389.730.329</u>	<u>160.591.019</u>
Total	<u>375.685.012</u>	<u>175.832.151</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	2019	2018
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(20.877.444)	(50.810.582)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	1.076.169	3.626.298
Retenções na fonte	(5.082.546)	(6.271.306)
Pagamentos por conta	15.351.084	91.183.125
Outros	26.812.618	608.028
	<u>17.279.880</u>	<u>38.335.563</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2019 e 2018, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

Em 2018, no âmbito do RETGS, os "Pagamentos Adicionais por Conta" foram entregues ao Estado pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. (sociedade dominante). Assim, as empresas do Grupo que integram o RETGS têm registado no seu balanço um valor a receber da Longrun Portugal, SGPS, S.A. referente aos "Pagamentos Adicionais por Conta" e um valor a pagar/receber à Longrun Portugal, SGPS, S.A., referente à "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados".

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	Saldos iniciais	Entrada perimetro	2019 Variação em		Outros	Saldos finais
			Capital próprio	Resultados		
Ativo						
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	107.296.836	(1.902.281)	(61.782.925)	-	(32.219.772)	11.391.858
Terrenos e edifícios						
De uso próprio	34.971.653	(14.279.074)	3.901.269	2.964.497	(19.045.063)	8.513.282
De rendimento	338.480	-	-	(5.679.830)	28.442.234	23.100.884
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	130.821.809	980.260	855.924	2.999.847	18.651.396	154.309.236
Benefícios dos trabalhadores	15.294.807	9.387	(713.873)	(728.882)	(127.871)	13.733.568
Prejuízos fiscais reportáveis	2.175.783	36.771	-	137.260	(362.434)	1.987.380
Outros	576.619	339.186	5.976.932	5.059.068	(916.470)	11.035.335
	<u>291.475.987</u>	<u>(14.815.752)</u>	<u>(51.762.673)</u>	<u>4.751.960</u>	<u>(5.577.980)</u>	<u>224.071.543</u>
Passivo						
Valorização de ativos disponíveis para venda	(95.040.391)	444.949	(24.143.396)	(18.112)	23.237.536	(95.519.414)
Terrenos e edifícios						
De uso próprio	(23.012.019)	(694.082)	(4.874.808)	2.311.245	(592.059)	(26.861.723)
De rendimento	94.243	-	-	(1.732.345)	(21.298.240)	(22.936.342)
Outros	(12.926.800)	(738.282)	(2.347.669)	9.165.855	(13.494.410)	(20.341.306)
	<u>(130.884.968)</u>	<u>(987.415)</u>	<u>(31.365.873)</u>	<u>9.726.643</u>	<u>(12.147.174)</u>	<u>(165.658.786)</u>
	<u>160.591.019</u>	<u>(15.803.167)</u>	<u>(83.128.546)</u>	<u>14.478.603</u>	<u>(17.725.154)</u>	<u>58.412.757</u>

BP FP

	2018			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital próprio	Resultados	
Ativo				
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	1.236.751	96.753.475	9.306.610	107.296.836
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	8.778.673	(387.922)	26.580.902	34.971.653
De rendimento	35.011.694	-	(34.673.214)	338.480
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	195.072.143	(327.344)	(63.922.990)	130.821.809
Benefícios dos trabalhadores	15.378.736	(839.887)	755.958	15.294.807
Prejuízos fiscais reportáveis	2.175.783	-	-	2.175.783
Outros	1.465.113	16.947	(905.441)	576.619
	<u>259.118.893</u>	<u>95.215.269</u>	<u>(62.858.175)</u>	<u>291.475.987</u>
Passivo				
Valorização de ativos disponíveis para venda	(214.504.144)	129.660.473	(10.196.720)	(95.040.391)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(19.019.379)	(178.969)	(3.813.671)	(23.012.019)
De rendimento	(20.962.658)	-	21.056.901	94.243
Outros	(3.025.422)	-	(9.901.378)	(12.926.800)
	<u>(257.511.603)</u>	<u>129.481.504</u>	<u>(2.854.869)</u>	<u>(130.884.968)</u>
	<u>1.607.290</u>	<u>224.696.773</u>	<u>(65.713.044)</u>	<u>160.591.019</u>

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2019	2018
Impostos correntes		
Do exercício	17.599.393	46.357.147
Derrama municipal e estadual	1.495.179	2.412.102
Tributação autónoma	1.003.541	1.204.991
	<u>20.098.113</u>	<u>49.974.240</u>
Outros	779.331	836.342
	<u>20.877.444</u>	<u>50.810.582</u>
Impostos diferidos	(14.526.585)	70.164.994
Total de impostos em resultados	<u>6.350.859</u>	<u>120.975.576</u>
Lucro consolidado antes de impostos e interesses não controlados	236.714.603	414.741.188
Carga fiscal	2,68%	29,17%

BB FP

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2019 e 2018 pode ser demonstrada como se segue:

	2019		2018	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		236.714.603		414.741.188
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	53.256.070	28,78%	119.367.622
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,44%)	(1.052.664)	(6,88%)	(28.539.997)
Mais e menos valias realizadas	(3,45%)	(8.161.071)	(13,23%)	(54.859.856)
Imparidades não dedutíveis	(12,54%)	(29.675.498)	0,00%	-
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(0,00%)	(1.506)	(4,37%)	(18.119.569)
Variações patrimoniais negativas	0,00%	-	0,06%	233.940
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa de IRC	(0,34%)	(793.873)	0,00%	-
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	0,00%	-	(0,06%)	(237.275)
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	(0,14%)	(565.504)
Outras	(4,42%)	(10.451.925)	0,00%	-
Diferenças definitivas a acrescentar				
Imparidades não dedutíveis	0,00%	-	23,27%	96.503.362
Mais e menos valias potenciais	0,13%	299.532	0,00%	-
Mais e menos valias fiscais	0,33%	792.953	0,00%	-
Insuficiência de estimativa de IRC	0,24%	560.623	0,07%	280.587
Outras penalidades	0,00%	2.061	0,91%	3.760.129
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	0,00%	6.242	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,04%	88.808	0,00%	-
Outras	0,00%	-	0,65%	2.690.507
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,11%)	(258.121)	(0,12%)	(487.195)
DTI	(0,92%)	(2.187.484)	(0,06%)	(256.166)
Outros	(3,92%)	(9.286.375)	0,00%	-
Tributação autónoma	0,41%	977.040	0,29%	1.204.991
Derramas	0,76%	1.801.058	0,00%	-
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito de alteração de taxa	4,41%	10.434.989	0,00%	-
	2,68%	6.350.859	29,17%	120.975.576

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

88 FP

20. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Acréscimos de rendimentos	61.846.769	58.250.054
Gastos diferidos		
Comissões de emissão de produtos financeiros	8.906.871	12.415.896
Seguros	1.222.056	2.103.533
Rendas e alugueres	1.232.146	4.352.126
Assistência equipamento informático	1.543.487	1.095.589
Publicidade	2.200.347	22.765
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	334.444	585.308
Licenças de software	2.041.953	2.441.042
Outros	8.827.953	5.528.038
	<u>88.156.026</u>	<u>86.794.351</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Acréscimos de rendimentos” inclui:

- Estimativa das *profit commissions* a receber de resseguradores do ramo vida, nos montantes de 4.509.500 Euros e 4.706.500 Euros, relativas aos exercícios de 2019 e 2018, respetivamente;
- Serviços prestados e não faturados da Luz Saúde no montante de 45.037.774 Euros e 42.092.756 Euros, relativas aos exercícios de 2019 e 2018, respetivamente.

A rubrica “Gastos diferidos – Comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

FB FP

21. Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda, apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Ativos não correntes detidos para venda		
Terrenos e edifícios de rendimento	4.171.357	4.270.662
Ativos por impostos diferidos	155.777	152.579
	<u>4.327.134</u>	<u>4.423.242</u>
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
Passivos por impostos diferidos	1.081.671	529.650
	<u>1.081.671</u>	<u>529.650</u>
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda		
Ganhos		
Rendas	-	6.446.440
Ganhos realizados	-	129.736.408
	<u>-</u>	<u>136.182.848</u>
Perdas		
Perdas Realizadas	-	(19.444.937)
Outros Custos	-	(3.662.713)
	<u>-</u>	<u>(23.107.649)</u>
	<u>-</u>	<u>113.075.199</u>

22. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	4.590.354	505.525.063	510.115.417	1.634.440	285.503.970	287.138.410
Provisão matemática do ramo vida	3.163.842.270	-	3.163.842.270	1.907.427.795	-	1.907.427.795
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	134.285.469	1.724.480.248	1.858.765.717	95.344.285	1.612.454.481	1.707.798.766
Sinistros não declarados (IBNR)	50.919.639	120.417.324	171.336.963	23.767.719	84.997.626	108.765.345
	<u>185.205.108</u>	<u>1.844.897.572</u>	<u>2.030.102.680</u>	<u>119.112.004</u>	<u>1.697.452.107</u>	<u>1.816.564.111</u>
Provisão para participação nos resultados	85.368.234	1.750	85.369.984	81.083.957	20.563	81.104.520
Provisão para compromissos de taxa	29.392.059	-	29.392.059	22.683.110	-	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	26.462.475	-	26.462.475	26.254.032	-	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	-	29.119.191	29.119.191	-	27.302.513	27.302.513
Provisão para riscos em curso	228.864	31.562.540	31.791.404	-	36.514.181	36.514.181
	<u>3.495.089.364</u>	<u>2.411.106.116</u>	<u>5.906.195.480</u>	<u>2.158.195.338</u>	<u>2.046.793.334</u>	<u>4.204.988.672</u>

JB FP

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	4.594.787	(4.433)	4.590.354	1.634.440	-	1.634.440
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	63.345.801	(3.431.019)	59.914.782	16.444.781	(2.867.377)	13.577.404
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	11.132.673	(2.548.296)	8.584.377	8.958.948	(2.301.418)	6.657.530
Doença	42.719.265	(7.800.441)	34.918.824	34.860.729	(7.916.876)	26.943.853
Incêndio e outros danos	157.122.686	(24.952.654)	132.170.032	95.334.622	(22.352.115)	72.982.507
Automóvel	238.098.529	(35.922.255)	202.176.274	168.772.801	(35.088.060)	133.684.741
Marítimo, aéreo e transportes	6.978.046	(281.504)	6.696.542	1.910.766	(255.845)	1.654.921
Responsabilidade civil geral	33.627.878	(4.339.306)	29.288.572	11.598.946	(3.142.840)	8.456.106
Crédito e caução	9.358.099	(199.606)	9.158.493	194.527	(10.098)	184.429
Proteção jurídica	2.303.335	(970.819)	1.332.516	2.243.289	(963.383)	1.279.906
Assistência	17.385.488	(3.687.586)	13.697.902	16.278.982	(3.557.138)	12.721.844
Diversos	10.565.707	(2.978.958)	7.586.749	10.793.263	(3.432.534)	7.360.729
	592.637.507	(87.112.444)	505.525.063	367.391.654	(81.887.684)	285.503.970
	597.232.294	(87.116.877)	510.115.417	369.026.094	(81.887.684)	287.138.410

B FP

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019				
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos					
Seguros vida	1.634.440	3.739.976	(830.669)	51.040	4.594.787
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	16.444.781	35.991.150	9.177.120	1.732.750	63.345.801
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	8.958.948	1.084.132	947.636	141.957	11.132.673
Doença	34.860.729	3.818.537	6.654.492	(2.614.493)	42.719.265
Incêndio e outros danos	95.334.622	45.980.378	18.068.671	(2.260.985)	157.122.686
Automóvel	168.772.801	47.724.664	17.936.714	3.664.350	238.098.529
Marítimo, aéreo e transportes	1.910.766	4.583.137	914.877	(430.734)	6.978.046
Responsabilidade civil geral	11.598.946	11.485.134	10.517.016	26.782	33.627.878
Crédito e caução	194.527	3.431.095	5.956.145	(223.668)	9.358.099
Proteção jurídica	2.243.289	-	60.125	(79)	2.303.335
Assistência	16.278.982	-	1.070.398	36.108	17.385.488
Diversos	10.793.263	4.178.019	(503.646)	(3.901.929)	10.565.707
	367.391.654	158.276.246	70.799.548	(3.829.941)	592.637.507
	369.026.094	162.016.222	69.968.879	(3.778.901)	597.232.294
Custos de aquisição diferidos					
Seguros vida	-	-	(4.433)	-	(4.433)
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	(2.867.377)	-	(559.411)	(4.231)	(3.431.019)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2.301.418)	-	(182.636)	(64.242)	(2.548.296)
Doença	(7.916.876)	5	(325.398)	441.828	(7.800.441)
Incêndio e outros danos	(22.352.115)	(268.648)	(2.377.705)	45.814	(24.952.654)
Automóvel	(35.088.060)	(558)	(184.088)	(649.549)	(35.922.255)
Marítimo, aéreo e transportes	(255.845)	(70.394)	4.752	39.983	(281.504)
Responsabilidade civil geral	(3.142.840)	(166.301)	(1.038.627)	8.462	(4.339.306)
Crédito e caução	(10.098)	(37.738)	1.122	(152.892)	(199.606)
Proteção jurídica	(963.383)	-	(7.437)	1	(970.819)
Assistência	(3.557.138)	-	(130.496)	48	(3.687.586)
Diversos	(3.432.534)	(326.459)	504.915	275.120	(2.978.958)
	(81.887.684)	(870.093)	(4.295.009)	(59.658)	(87.112.444)
	(81.887.684)	(870.093)	(4.299.442)	(59.658)	(87.116.877)
	287.138.410	161.146.129	65.669.437	(3.838.559)	510.115.417

B FP

	2018			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos				
Seguros vida	1.542.377	92.063	-	1.634.440
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	14.930.169	1.457.127	57.485	16.444.781
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.625.403	(607.688)	(58.767)	8.958.948
Doença	37.021.107	3.375.635	(5.536.013)	34.860.729
Incêndio e outros danos	95.429.856	2.819.164	(2.914.398)	95.334.622
Automóvel	162.822.957	7.557.903	(1.608.059)	168.772.801
Marítimo, aéreo e transportes	1.973.873	77.142	(140.249)	1.910.766
Responsabilidade civil geral	11.726.205	304.704	(431.963)	11.598.946
Crédito e caução	187.131	11.389	(3.993)	194.527
Proteção jurídica	2.118.131	128.782	(3.624)	2.243.289
Assistência	14.210.514	2.075.972	(7.504)	16.278.982
Diversos	12.083.446	(1.300.285)	10.102	10.793.263
	362.128.792	15.899.845	(10.636.983)	367.391.654
	363.671.169	15.991.908	(10.636.983)	369.026.094
Custos de aquisição diferidos				
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	(2.655.666)	(206.268)	(5.443)	(2.867.377)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2.126.911)	(176.750)	2.243	(2.301.418)
Doença	(7.143.563)	(931.498)	158.185	(7.916.876)
Incêndio e outros danos	(21.461.353)	(889.154)	(1.608)	(22.352.115)
Automóvel	(32.712.208)	(2.073.271)	(302.581)	(35.088.060)
Marítimo, aéreo e transportes	(308.757)	48.709	4.203	(255.845)
Responsabilidade civil geral	(2.825.983)	(335.235)	18.378	(3.142.840)
Crédito e caução	(11.759)	1.675	(14)	(10.098)
Proteção jurídica	(879.774)	(84.057)	448	(963.383)
Assistência	(2.994.574)	(562.553)	(11)	(3.557.138)
Diversos	(3.989.414)	556.881	(1)	(3.432.534)
	(77.109.962)	(4.651.521)	(126.201)	(81.887.684)
	286.561.207	11.340.387	(10.763.184)	287.138.410

FB FP

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	134.285.469	50.919.639	185.205.108	95.344.285	23.767.719	119.112.004
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	667.131.296	1.132.004	668.263.300	628.048.468	1.270.152	629.318.620
Provisão para assistência vitalícia	182.614.623	7.959.018	190.573.641	175.405.716	7.962.649	183.368.365
Provisão para assistência temporária	87.646.854	26.412.268	114.059.122	53.656.688	3.154.242	56.810.930
	937.392.773	35.503.290	972.896.063	857.110.872	12.387.043	869.497.915
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	29.214.526	6.180.364	35.394.890	29.791.008	3.452.729	33.243.737
Doença	62.627.051	9.970.641	72.597.692	50.299.385	7.663.055	57.962.440
Incêndio e outros danos	152.854.904	19.646.038	172.500.942	153.167.239	18.423.824	171.591.063
Automóvel	417.971.788	22.273.551	440.245.339	405.722.926	20.481.838	426.204.764
Marítimo, aéreo e transportes	12.150.109	3.040.646	15.190.755	9.773.206	2.037.758	11.810.964
Responsabilidade civil geral	90.135.689	21.667.089	111.802.778	81.890.812	19.172.508	101.063.320
Crédito e caução	1.227.661	83.291	1.310.952	587.566	78.946	666.512
Proteção jurídica	3.094.569	184.794	3.279.363	3.524.518	175.082	3.699.600
Assistência	9.872.213	114.550	9.986.763	8.340.045	82.154	8.422.199
Diversos	7.938.965	1.753.070	9.692.035	12.246.904	1.042.689	13.289.593
	787.087.475	84.914.034	872.001.509	755.343.609	72.610.583	827.954.192
	1.724.480.248	120.417.324	1.844.897.572	1.612.454.481	84.997.626	1.697.452.107
	1.858.765.717	171.336.963	2.030.102.680	1.707.798.766	108.765.345	1.816.564.111

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019				
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio
Seguros vida	119.112.004	70.714.417	417.607.164	(422.345.176)	116.699
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	869.497.915	57.661.788	231.231.098	(187.018.242)	1.523.504
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	33.243.737	4.091.159	13.215.004	(15.157.406)	2.396
Doença	57.962.440	6.718.946	250.836.128	(244.564.426)	1.644.604
Incêndio e outros danos	171.591.063	28.053.978	166.469.493	(194.422.330)	808.738
Automóvel	426.204.764	29.142.474	462.187.944	(478.197.222)	907.379
Marítimo, aéreo e transportes	11.810.964	4.588.616	8.915.769	(10.206.645)	82.051
Responsabilidade civil geral	101.063.320	11.556.498	31.207.449	(32.324.132)	299.643
Crédito e caução	666.512	2.412.769	184.889	(1.953.218)	-
Proteção jurídica	3.699.600	-	77.849	(498.086)	-
Assistência	8.422.199	-	39.493.135	(37.928.571)	-
Diversos	13.289.593	1.949.303	11.675.738	(17.222.599)	-
	1.697.452.107	146.175.531	1.215.494.496	(1.219.492.877)	5.268.315
	1.816.564.111	216.889.948	1.633.101.660	(1.641.838.053)	5.385.014

FB FP

	2018				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	132.483.735	266.418.361	(279.721.459)	(68.633)	119.112.004
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	834.126.539	195.347.123	(156.710.898)	(3.264.849)	869.497.915
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	28.348.292	15.156.984	(10.258.659)	(2.880)	33.243.737
Doença	55.787.048	210.695.793	(205.061.337)	(3.459.064)	57.962.440
Incêndio e outros danos	243.185.987	121.032.280	(180.430.729)	(12.196.475)	171.591.063
Automóvel	448.080.626	354.622.579	(375.135.099)	(1.363.342)	426.204.764
Marítimo, aéreo e transportes	12.757.645	4.004.442	(4.919.791)	(31.332)	11.810.964
Responsabilidade civil geral	99.658.815	15.071.379	(13.486.803)	(180.071)	101.063.320
Crédito e caução	704.990	337.602	(376.080)	-	666.512
Proteção jurídica	4.715.561	(409.659)	(606.302)	-	3.699.600
Assistência	9.103.694	36.059.987	(36.741.324)	(158)	8.422.199
Diversos	12.195.570	18.634.404	(17.540.381)	-	13.289.593
	1.748.664.767	970.552.914	(1.001.267.403)	(20.498.171)	1.697.452.107
	1.881.148.502	1.236.971.275	(1.280.988.862)	(20.566.804)	1.816.564.111

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Seguros vida	228.864	-
Seguros não vida		
Acidentes de trabalho	997.564	1.331.772
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	476.269	123.364
Doença	4.912.646	3.755.245
Incêndio e outros danos	4.144.483	3.513.090
Automóvel	16.064.597	21.835.879
Marítimo, aéreo e transportes	-	190.202
Responsabilidade civil geral	1.801.686	1.191.885
Crédito e caução	-	64.500
Proteção jurídica	225.411	67.471
Assistência	2.932.315	4.440.773
Diversos	7.569	-
	31.562.540	36.514.181
	31.791.404	36.514.181

8B FP

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019			
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Dotações no período	Saldo final
Seguros vida	-	-	228.864	228.864
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	1.331.772	-	(334.208)	997.564
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	123.364	-	352.905	476.269
Doença	3.755.245	-	1.157.401	4.912.646
Incêndio e outros danos	3.513.090	-	631.393	4.144.483
Automóvel	21.835.879	-	(5.771.282)	16.064.597
Marítimo, aéreo e transportes	190.202	-	(190.202)	-
Responsabilidade civil geral	1.191.885	-	609.801	1.801.686
Crédito e caução	64.500	-	(64.500)	-
Proteção jurídica	67.471	-	157.940	225.411
Assistência	4.440.773	-	(1.508.458)	2.932.315
Diversos	-	239.986	(232.417)	7.569
	<u>36.514.181</u>	<u>239.986</u>	<u>(5.191.627)</u>	<u>31.562.540</u>
	<u>36.514.181</u>	<u>239.986</u>	<u>(4.962.763)</u>	<u>31.791.404</u>

	2018		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	6.113.713	(4.781.941)	1.331.772
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	249.939	(126.575)	123.364
Doença	229.934	3.525.311	3.755.245
Incêndio e outros danos	7.784.688	(4.271.598)	3.513.090
Automóvel	29.135.581	(7.299.702)	21.835.879
Marítimo, aéreo e transportes	12.971	177.231	190.202
Responsabilidade civil geral	950.506	241.379	1.191.885
Crédito e caução	61.889	2.611	64.500
Proteção jurídica	384	67.087	67.471
Assistência	4.682.786	(242.013)	4.440.773
Diversos	124	(124)	-
	<u>49.222.515</u>	<u>(12.708.334)</u>	<u>36.514.181</u>

8B FP

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2019				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	138.841.645	(840.057)	138.001.588	18.126.916	156.128.504
Vida risco grupo	967.846.391	(720)	967.845.671	17.868.206	985.713.877
Vida capitalização individual	130.832.912	(384.621)	130.448.291	193.023	130.641.314
Vida capitalização grupo	1.035.402	-	1.035.402	-	1.035.402
	<u>1.238.556.350</u>	<u>(1.225.398)</u>	<u>1.237.330.952</u>	<u>36.188.145</u>	<u>1.273.519.097</u>
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	146.422.685	(5.950)	146.416.735	11.646.185	158.062.920
Vida capitalização grupo	327.172.209	-	327.172.209	4.027.640	331.199.849
Vida PPR individual	1.452.937.849	(15.475)	1.452.922.374	33.506.264	1.486.428.638
	<u>1.926.532.743</u>	<u>(21.425)</u>	<u>1.926.511.318</u>	<u>49.180.089</u>	<u>1.975.691.407</u>
	<u>3.165.089.093</u>	<u>(1.246.823)</u>	<u>3.163.842.270</u>	<u>85.368.234</u>	<u>3.249.210.504</u>
	2018				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	80.654.625	(454.754)	80.199.871	17.840.152	98.040.023
Vida risco grupo	136.612.685	-	136.612.685	17.251.872	153.864.557
Vida capitalização individual	51.336.426	(136.574)	51.199.852	116.715	51.316.567
Vida capitalização grupo	3.121.591	-	3.121.591	-	3.121.591
	<u>271.725.327</u>	<u>(591.328)</u>	<u>271.133.999</u>	<u>35.208.739</u>	<u>306.342.738</u>
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	185.319.880	(7.465)	185.312.415	11.636.533	196.948.948
Vida capitalização grupo	320.985.471	-	320.985.471	4.438.363	325.423.834
Vida PPR individual	1.130.015.406	(19.496)	1.129.995.910	29.800.322	1.159.796.232
	<u>1.636.320.757</u>	<u>(26.961)</u>	<u>1.636.293.796</u>	<u>45.875.218</u>	<u>1.682.169.014</u>
	<u>1.908.046.084</u>	<u>(618.289)</u>	<u>1.907.427.795</u>	<u>81.083.957</u>	<u>1.988.511.752</u>

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019						
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Recomposição de carteira	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	271.133.999	824.157.081	93.076.917	-	(639.287)	-	49.602.242
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.636.293.796	-	273.454.001	-	5.536	7.462.032	9.295.953
	<u>1.907.427.795</u>	<u>824.157.081</u>	<u>366.530.918</u>	<u>-</u>	<u>(633.751)</u>	<u>7.462.032</u>	<u>58.898.195</u>
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	35.208.739	-	3.998.013	11.484	-	-	(3.030.091)
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	45.875.218	-	5.525.158	7.300.965	-	-	(9.521.252)
	<u>81.083.957</u>	<u>-</u>	<u>9.523.171</u>	<u>7.312.449</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.551.343)</u>
	<u>1.988.511.752</u>	<u>824.157.081</u>	<u>376.054.089</u>	<u>7.312.449</u>	<u>(633.751)</u>	<u>7.462.032</u>	<u>46.346.852</u>
							<u>3.249.210.504</u>

JB FP

	2018						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Recomposição de carteira	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	234.524.916	37.921.797	-	(381.831)	-	(930.883)	271.133.999
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.528.417.490	85.653.843	-	5.944	8.681.711	13.534.808	1.636.293.796
	<u>1.762.942.406</u>	<u>123.575.640</u>	<u>-</u>	<u>(375.887)</u>	<u>8.681.711</u>	<u>12.603.925</u>	<u>1.907.427.795</u>
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	34.491.745	6.191.340	(3.058.972)	-	-	(2.415.374)	35.208.739
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	76.258.081	10.233.096	(27.081.152)	-	-	(13.534.807)	45.875.218
	<u>110.749.826</u>	<u>16.424.436</u>	<u>(30.140.124)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.950.181)</u>	<u>81.083.957</u>
	<u>1.873.692.232</u>	<u>140.000.076</u>	<u>(30.140.124)</u>	<u>(375.887)</u>	<u>8.681.711</u>	<u>(3.346.256)</u>	<u>1.988.511.752</u>

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.17. f).

23. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019					
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	24.925.020	100.609.413	(3.559.306)	1.358.452	(101.121)	123.232.458
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	14.641.455	188.410	(925.355)	891.603	(27.173)	14.768.940
	<u>40.287.720</u>	<u>100.797.823</u>	<u>(4.484.661)</u>	<u>2.250.055</u>	<u>(128.294)</u>	<u>138.722.643</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	6.260.810.306	444.160.579	(505.399.307)	15.050.917	(7.434.859)	6.207.187.636
Vida Taxa Fixa individual	2.970.703.013	604.005.279	(1.025.105.561)	24.952.004	101.121	2.574.655.856
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	4.668.404	-	(232.849)	-	-	4.435.555
	<u>9.236.181.723</u>	<u>1.048.165.858</u>	<u>(1.530.737.717)</u>	<u>40.002.921</u>	<u>(7.333.738)</u>	<u>8.786.279.047</u>
	<u>9.276.469.443</u>	<u>1.148.963.681</u>	<u>(1.535.222.378)</u>	<u>42.252.976</u>	<u>(7.462.032)</u>	<u>8.925.001.690</u>

88 FP

	2018					
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	149.201.723	1.765.933	(125.571.892)	(470.744)	-	24.925.020
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	25.670.399	194.679	(10.351.801)	(830.777)	(41.045)	14.641.455
	<u>175.593.367</u>	<u>1.960.612</u>	<u>(135.923.693)</u>	<u>(1.301.521)</u>	<u>(41.045)</u>	<u>40.287.720</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	5.113.993.681	1.660.140.798	(538.942.736)	34.259.229	(8.640.666)	6.260.810.306
Vida Taxa Fixa individual	3.288.976.314	1.182.053.183	(1.541.087.287)	40.760.803	-	2.970.703.013
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.076.378	-	(426.331)	18.357	-	4.668.404
	<u>8.408.046.373</u>	<u>2.842.193.981</u>	<u>(2.080.456.354)</u>	<u>75.038.389</u>	<u>(8.640.666)</u>	<u>9.236.181.723</u>
	<u>8.583.639.740</u>	<u>2.844.154.593</u>	<u>(2.216.380.047)</u>	<u>73.736.868</u>	<u>(8.681.711)</u>	<u>9.276.469.443</u>

Os “Outros contratos de investimento” correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

24. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Passivos financeiros detidos para negociação		
Cobertura justo valor (Nota 7)	82.034.738	22.170.498
Passivo financeiro da put option	85.752.618	-
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 7)	2.439.323	112.884
Cobertura fluxos de caixa	3.771.157	3.417.493
Cobertura investimento líquido	19.495.477	7.624.386
	<u>25.705.957</u>	<u>11.154.763</u>
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	28.358.895	3.460.629
Não Vida	46.786.932	49.826.876
	<u>75.145.827</u>	<u>53.287.505</u>
Empréstimos obtidos		
Empréstimos bancários	385.887.823	390.589.559
Papel comercial - Luz Saúde, S.A.	270.375.849	243.358.932
	<u>656.263.672</u>	<u>633.948.491</u>
Outros		
Locações financeiras	116.494.401	53.956.952
Outros	3.229.980	7.361.450
	<u>962.592.455</u>	<u>759.709.161</u>
	<u>1.044.627.193</u>	<u>781.879.659</u>

JB FP

A rubrica “Empréstimos obtidos em instituições financeiras de crédito” em 31 de dezembro de 2019 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 1,46%.

A rubrica “Passivo financeiro da *Put option*” diz respeito a uma opção de venda contratada entre a Fid Perú e os accionistas minoritários da La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A. na data da compra desta empresa.

O movimento ocorrido nos passivos de locações durante o exercício de 2019 foi o seguinte:

Valor em 31 de dezembro de 2018	53.956.944
Valor em 1 de janeiro de 2019	52.015.429
Incremento do Período	40.768.608
Adições	34.485.364
Juros	3.072.096
Outros	363.581
Decréscimo do Período	30.255.362
Pagamentos	30.255.362
Alterações de câmbios	8.781
Valor em 31 de dezembro de 2019	116.494.400

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo com a implementação dos princípios definidos na IFRS 16 – “Locações”.

BP FP

25. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	72.301.493	47.539.691
Tomadores de seguro	41.439.855	36.004.752
Co-seguradoras	9.228.302	12.906.810
	<u>122.969.650</u>	<u>96.451.253</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	104.955.130	46.288.424
Contas correntes de ressegurados	2.012.313	1.711.024
	<u>106.967.443</u>	<u>47.999.448</u>
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo	40.227	1.000
Fornecedores de ativos tangíveis	-	357.470
Loc.Operac-Fornecedores de Act.Tangíveis	-	2.238
Fornecedores conta corrente	71.036.728	77.565.862
Pessoal	1.339.547	63.662
Consultores, assessores e intermediários	3.297	822
Fundos de pensões	672.702	394.808
Contas de regularização interna	7.571.490	1.191.739
Transações a liquidar	16.843.563	7.573.233
Adiantamento de clientes	4.625.506	3.722.163
Deposito de garantia	12.208.236	26.267.953
Credores diversos	18.888.924	15.950.571
	<u>133.230.220</u>	<u>133.091.521</u>
	<u>363.167.313</u>	<u>277.542.222</u>

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

LB FP

26. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	13.362.569	9.138.167
Outros	10.246.665	1.734.304
	<u>23.609.234</u>	<u>10.872.471</u>
Acréscimos de gastos		
Juros a liquidar	789.202	564.951
Férias e subsídios a pagar	43.005.824	38.207.957
Seguros	7.049.734	3.707.671
Remunerações variáveis, incluindo encargos	9.608.526	6.411.877
Prémios de desempenho da empresa	12.974.878	14.952.212
Prémio de permanência	2.632.472	830.841
Outros custos com pessoal	549.813	313.915
Provisão para prémios de angariação	764.908	590.242
Comissões a pagar	67.245.956	57.852.940
Pagamentos diferidos - marketing	5.261.744	6.755.564
Imposto municipal de imóveis	1.702.178	1.410.166
Auditoria	741.538	492.571
Publicidade	1.080.265	529.024
Eletricidade	594.867	604.901
Faturas em conferência	9.393.281	5.627.481
Honorários médicos/enfermagem	30.465.410	25.313.657
Serviços de saúde	9.500.145	10.397.122
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	2.967.037	5.105.902
Outros	11.706.172	7.533.665
	<u>218.033.950</u>	<u>187.202.659</u>
	<u>241.643.184</u>	<u>198.075.130</u>

LB FP

27. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

2019							
	Saldos iniciais	Entradas no perímetro de consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Desvios atuariais por capital próprio
Provisões para impostos	3.078.249	-	2.884	-	-	4.514.402	-
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 36)							
Benefícios de saúde	21.053.229	-	-	(668.951)	-	-	2.400.639
Encargos com pensões	2.696.282	-	-	(68.783)	-	-	796.230
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	51.536.302	-	1.200.000	-	-	-	-
Provisão para reestruturação	13.380.073	-	-	(9.793.790)	-	-	-
Provisão para contingências judiciais	1.647.468	3.025.218	-	(748.049)	(7.503)	-	-
Outras	18.081.035	-	24.094.378	-	(3.318.339)	-	-
	<u>111.472.638</u>	<u>3.025.218</u>	<u>25.297.262</u>	<u>(11.279.573)</u>	<u>(3.325.842)</u>	<u>4.514.402</u>	<u>3.196.869</u>
							<u>132.900.974</u>

2018							
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Desvios atuariais por capital próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	3.340.111	-	(221.155)	(60.000)	19.293	-	3.078.249
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 36)							
Benefícios de saúde	22.964.031	-	(716.306)	-	-	(1.194.496)	21.053.229
Encargos com pensões	2.599.565	-	(60.299)	-	-	157.016	2.696.282
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	50.036.302	1.500.000	-	-	-	-	51.536.302
Provisão para reestruturação	21.177.446	10.762.278	(18.559.651)	-	-	-	13.380.073
Provisão para contingências judiciais	1.377.617	258.695	-	-	11.156	-	1.647.468
Outras	113.181.874	-	(95.412.487)	-	311.648	-	18.081.035
	<u>214.676.946</u>	<u>12.520.973</u>	<u>(114.969.898)</u>	<u>(60.000)</u>	<u>342.097</u>	<u>(1.037.480)</u>	<u>111.472.638</u>

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma.

Em 2018 saíram 214 colaboradores, o que originou a utilização de 18.559.651 Euros. No mesmo período foram contratados 231 colaboradores

Em 2019 saíram 230 colaboradores, o que originou a utilização de 9.793.790 Euros. No mesmo período foram contratados 300 colaboradores.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2019 e 2018, a rubrica “Outras Provisões” inclui constituições de 23.514.816 Euros e utilizações de 51.438.501 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)”.

8B FP

A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 36).

28. Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital da Longrun Portugal, SGPS, S.A. é integralmente detido pela Millennium Gain Limited, estando representado por 50.000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro, integralmente realizado.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 1 de setembro de 2017, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 648.902 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 21 de Agosto de 2019, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 675.000 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Os resultados do exercício de 2018 e 2017 foram aplicados conforme indicado:

	2018	2017
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	37.169.147	29.345.277
Reservas livres	378.019.840	159.338.851
Resultados transitados	(173.482.881)	5.567.115
	<u>241.706.106</u>	<u>194.251.243</u>

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	177.590.892	241.706.106
Número de ações (no final do exercício)	50.000	50.000
Resultado por ação (em Euros)	<u>3.551,82</u>	<u>4.834,12</u>

JB FP

29. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2019	2018
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas	390.493.568	54.303.840
Montante atribuível aos segurados	(52.292.205)	(46.076.900)
	338.201.363	8.226.940
De outros ativos financeiros	149.157	149.157
	338.350.520	8.376.097
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	71.103.094	80.570.755
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	(1.489.474)	(1.310.237)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	34.878.531	60.331.005
	442.842.671	147.967.620
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	(61.089.211)	(82.359.836)
	(61.089.211)	(82.359.836)
	381.753.460	65.607.784
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	(90.368.359)	(4.442.035)
De terrenos e edifícios de uso próprio	(6.153.855)	(5.183.035)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	312.770	275.130
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	(7.660.729)	(13.606.181)
De diferenças de câmbio	5.176.846	7.530.675
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	23.956.304	23.100.772
Benefícios de saúde	2.352.306	1.719.408
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(14.536.951)	(14.692.524)
	(86.921.668)	(5.297.790)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	294.831.792	60.309.994
Outras reservas		
Reservas MEP	77	-
Reserva legal	95.811.314	64.960.798
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(54.533.454)	(49.694.912)
Benefícios de saúde	(6.992.418)	(4.951.965)
Outras reservas	416.897.872	97.718.896
	451.183.391	108.032.817
Resultados transitados	111.405.720	214.751.551
Resultado do exercício	177.590.892	241.706.106
	1.035.011.795	624.800.468

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As “Reservas de reavaliação” refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

O resultado consolidado dos exercícios de 2019 e 2018 foi determinado da seguinte forma:

	2019	2018
Contributo para o Lucro Consolidado		
Seguros		
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	(234.946)	(114.071)
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	144.406.401	278.236.439
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	810.106	1.066.797
Fidelidade - Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	4.140.847	6.183.482
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	10.016.512	9.000.867
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	70.151	1.111.217
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	1.160.585	1.375.653
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	4.618.727	2.313.653
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	1.543.323	1.322.766
Positiva Seguros y Reaseguros	(249.594)	-
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	22.255.579	-
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	4.375.025	-
Alianza Compañia de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	3.824.893	-
Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A.	(814.167)	-
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	(318.749)	-
FID Chile Seguros Generales, S.A.	(24.006)	-
Imobiliário		
Fidelidade - Property Europe, S.A.	6.468.645	57.932.543
Fidelidade - Property International, S.A.	(4.346.774)	(104.650.065)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudeInvest	12.084.965	10.851.951
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I	1.748.993	351.447
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (Equity accounting method)	-	(1.720)
FPI (UK) 1 LIMITED	(851.466)	(81.499.636)
FPI (AU) 1 PTY LIMITED	(25.247)	(317.624)
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	(10.473.096)	1.442.257
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	176.578	(25.982)
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	14.791.367	11.126.980
FPE (IT) Società per Azioni	15.937.466	2.724.365
Godo Kaisha Praia	17.645.421	29.078.481
Godo Kaisha Moana	(38.149)	(35.406)
Fundo Broggi (Maranello)	21.446.113	4.169.871
Broggi Retail S.R.L.	(25.662)	(23.713)
FPE (BE) Holding	7.687.068	-
Saúde		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	8.800.529	8.949.969

	2019	2018
Outros setores		
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	169.278	150.593
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	(170.906)	(88.265)
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	75.463	306.853
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	132.373	154.179
Cares Multiassistance, S.A.	(934.101)	(443.914)
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	604	2.659
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	772	2.910
FCM Beteiligungs GmbH	181.708	(32.063)
FID III (HK) LIMITED	(3.922)	(4.966)
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Imobiliário, S.A.	(233.131)	(792.122)
FID Loans 1 Irl	7.809.130	2.166.001
FID Loans 2 Ireland Limited	-	-
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (método da equivalência patrimonial)	316.158	441.524
Serfun Portugal (Equity accounting method)	(9.454)	
Universal - Assistência e Serviços, Lda.	4.190	
FID Latam, SGPS, S.A.	(6.942)	(5.812)
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda	(4.094)	-
FF Investment Luxembourg 1 S.a.r.l	-	-
FID PERÚ, S.A.	836.681	154.773
FID Chile SpA	38.989	-
FID Chile & MT JV SpA	(1.677.876)	-
Alianza SAFI, S.A.	214.413	-
Full Assistance S.R.L.	(717.251)	-
Worldwide Security Corporation S.A.	(535.602)	-
FID I&D, S.A.	-	-
Eliminação de dividendos	(46.313.138)	(81.387.169)
Outros ajustamentos de consolidação		
Interesses minoritários (Nota 30)	(52.772.852)	(52.059.506)
Anulação de perdas por imparidade liquidas de reversões	(6.889.547)	154.992.659
Ajustamentos em imobiliário	1.677.422	3.104.938
Contabilidade de cobertura	22.950.458	7.545.473
Correção de resultados de anos anteriores	22.057	(810.128)
Anulação de ganhos e perdas em transações intra-grupo	141.042	-
Anulação das diferenças de câmbio em transações intra-grupo	(9.162.593)	4.971.553
Alienação/ liquidação de subsidiárias	-	(31.181.384)
Outros	(24.155.875)	(6.053.201)
	<u>177.590.892</u>	<u>241.706.106</u>

SB FP

30. Interesses não controlados

O valor das participações de terceiros em subsidiárias tem a seguinte distribuição por entidade:

	% Interesses não controlados	2019	2018
Sub-perímetro Fidelidade			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	1.421.898	1.316.666
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	5.516.488	5.113.676
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	29,97%	7.371.251	7.637.644
Luz Saúde, S.A.	49,15%	336.527.248	333.658.736
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	14.080.718	14.096.055
Godo Kaisha Praia	3,00%	5.667.102	5.064.511
Godo Kaisha Moana	3,00%	2.958.644	2.867.828
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	(5.889)	(53.027)
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	252.565	91.366
Fundo Broggi	4,24%	1.447.475	536.672
Broggi Retail S.R.L	4,24%	(2.571)	(1.483)
Universal Assistência e Serviços, Lda	43,98%	1.307	(8)
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Limitada	11,03%	(451)	-
FID CHILE & MT JV SpA	1,00%	91.790	-
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	8,50%	12.870.246	-
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	45,31%	79.170.970	-
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	55,41%	8.998.588	-
Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	46,88%	16.011.547	-
Alianza SAFI, S.A.	74,70%	554.385	-
Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A.	72,99%	2.049.375	-
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	33,16%	684.861	-
Full Assistance S.R.L.	50,29%	(447.168)	-
Worldwide Security Corporation S.A.	50,99%	(275.577)	-
FID CHILE SEGUROS GENERALES, S.A.	1,00%	2.622	-
		494.947.424	370.328.636
Perímetro Longrun			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,00%	367.469.850	297.084.782
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	7.841.971	7.125.103
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	18.581.460	16.310.580
Ajustamentos entre subperímetros		139.752	139.752
		394.033.033	320.660.217
		888.980.457	690.988.853

BP FP

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2019 e 2018 apresenta o seguinte detalhe:

	% Interesses não controlados	2019	2018
Sub-perímetro Fidelidade Assistance			
Cares - Assistência e Reparações	0,00%	-	8.642
Sub-perímetro Fidelidade			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	(102.423)	(98.336)
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	(680.690)	(583.412)
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	29,97%	(1.179.375)	(2.125.353)
Luz Saúde, S.A.	49,15%	(4.331.644)	(4.515.940)
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	15.338	18.865
Godo Kaisha Praia	3,00%	(439.960)	(794.750)
Godo Kaisha Moana	3,00%	1.146	1.064
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	101	182
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	(103.389)	(77.775)
Fundo Broggi	4,24%	(910.803)	(177.886)
Broggi Retail S.R.L	4,24%	1.089	1.006
Universal Assistência e Serviços, Lda	43,98%	(1.843)	-
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Limitada	11,03%	451	-
FID CHILE & MT JV SpA	1,00%	28.304	-
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	8,50%	52.278	-
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	45,31%	(9.177.370)	-
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	55,41%	(2.450.207)	-
Alianza Compañia de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	46,88%	(1.832.328)	-
Alianza SAFI, S.A.	74,70%	(160.168)	-
Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A.	72,99%	594.284	-
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	33,16%	(639.433)	-
Full Assistance S.R.L.	50,29%	461.078	-
Worldwide Security Corporation S.A.	50,99%	282.994	-
FID CHILE SEGUROS GENERALES, S.A.	1,00%	594	-
		(20.571.976)	(8.352.335)
Perímetro Longrun			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,00%	(29.530.018)	(40.747.188)
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	(667.556)	(1.168.452)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	(2.003.302)	(1.800.173)
		(32.200.876)	(43.715.813)
		(52.772.852)	(52.059.506)

31. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	371.311.926	(89.129.183)	282.182.743	180.521.413	(14.524.200)	165.997.213
Contrato seguro com participação nos resultados	93.722.540	(1.059.060)	92.663.480	54.908.539	(1.013.114)	53.895.425
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	439.692.696	-	439.692.696	225.096.143	-	225.096.143
	<u>904.727.162</u>	<u>(90.188.243)</u>	<u>814.538.919</u>	<u>460.526.095</u>	<u>(15.537.314)</u>	<u>444.988.781</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	279.613.700	(2.373.060)	277.240.640	217.746.228	(3.101.646)	214.644.582
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	45.976.661	(14.262.646)	31.714.015	32.325.405	(7.711.540)	24.613.865
Doença	400.537.979	(13.923.481)	386.614.498	324.829.287	(5.682.350)	319.146.937
Incêndio e outros danos	395.108.462	(179.069.833)	216.038.629	264.081.107	(103.221.014)	160.860.093
Automóvel	657.562.685	(18.872.343)	638.690.342	481.214.991	(3.087.768)	478.127.223
Marítimo, aéreo e transportes	39.764.237	(23.219.339)	16.544.898	19.942.932	(11.889.062)	8.053.870
Responsabilidade civil geral	86.542.184	(39.374.395)	47.167.789	40.002.955	(11.715.777)	28.287.178
Crédito e caução	34.173.266	(25.863.875)	8.309.391	744.102	(424.035)	320.067
Proteção jurídica	5.861.770	(3.130)	5.858.640	5.630.031	(2.282)	5.627.749
Assistência	49.016.599	(467.002)	48.549.597	44.117.161	(284.451)	43.832.710
Diversos	35.280.617	(12.135.350)	23.145.267	34.162.746	(12.054.037)	22.108.709
	<u>2.029.438.160</u>	<u>(329.564.454)</u>	<u>1.699.873.706</u>	<u>1.464.796.945</u>	<u>(159.173.962)</u>	<u>1.305.622.983</u>
	<u>2.934.165.322</u>	<u>(419.752.697)</u>	<u>2.514.412.625</u>	<u>1.925.323.040</u>	<u>(174.711.276)</u>	<u>1.750.611.764</u>
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	770.551	(784.119)	(13.568)	(77.299)	703.890	626.591
Contrato seguro com participação nos resultados	56.453	15.450	71.903	(26.839)	(14.987)	(41.826)
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	3.665	-	3.665	12.075	-	12.075
	<u>830.669</u>	<u>(768.669)</u>	<u>62.000</u>	<u>(92.063)</u>	<u>688.903</u>	<u>596.840</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	(9.177.120)	-	(9.177.120)	(1.457.127)	-	(1.457.127)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(947.636)	(40.877)	(988.513)	607.688	(574.480)	33.208
Doença	(6.654.492)	(561.012)	(7.215.504)	(3.375.635)	(441.583)	(3.817.218)
Incêndio e outros danos	(18.068.671)	15.476.384	(2.592.287)	(2.819.164)	(312.194)	(3.131.358)
Automóvel	(17.936.714)	(9.892.854)	(27.829.568)	(7.557.903)	145.561	(7.412.342)
Marítimo, aéreo e transportes	(914.877)	259.224	(655.653)	(77.142)	184.866	107.724
Responsabilidade civil geral	(10.517.016)	9.476.926	(1.040.090)	(304.704)	(231.883)	(536.587)
Crédito e caução	(5.956.145)	267.678	(5.688.467)	(11.389)	2.724	(8.665)
Proteção jurídica	(60.125)	(2.625)	(62.750)	(128.782)	1.611	(127.171)
Assistência	(1.070.398)	711	(1.069.687)	(2.075.972)	14.139	(2.061.833)
Diversos	503.646	(259.003)	244.643	1.300.285	(1.176.942)	123.343
	<u>(70.799.548)</u>	<u>14.724.552</u>	<u>(56.074.996)</u>	<u>(15.899.845)</u>	<u>(2.388.181)</u>	<u>(18.288.026)</u>
	<u>(69.968.879)</u>	<u>13.955.883</u>	<u>(56.012.996)</u>	<u>(15.991.908)</u>	<u>(1.699.278)</u>	<u>(17.691.186)</u>
Prémios adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	372.082.477	(89.913.302)	282.169.175	180.444.114	(13.820.310)	166.623.804
Contrato seguro com participação nos resultados	93.778.993	(1.043.610)	92.735.383	54.881.700	(1.028.101)	53.853.599
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	439.696.361	-	439.696.361	225.108.218	-	225.108.218
	<u>905.557.831</u>	<u>(90.956.912)</u>	<u>814.600.919</u>	<u>460.434.032</u>	<u>(14.848.411)</u>	<u>445.585.621</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	270.436.580	(2.373.060)	268.063.520	216.289.101	(3.101.646)	213.187.455
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	45.029.025	(14.303.523)	30.725.502	32.933.093	(8.286.020)	24.647.073
Doença	393.883.487	(14.484.493)	379.398.994	321.453.652	(6.123.933)	315.329.719
Incêndio e outros danos	377.039.791	(163.593.449)	213.446.342	261.261.943	(103.533.208)	157.728.735
Automóvel	639.625.971	(28.765.197)	610.860.774	473.657.088	(2.942.207)	470.714.881
Marítimo, aéreo e transportes	38.849.360	(22.960.115)	15.889.245	19.865.790	(11.704.196)	8.161.594
Responsabilidade civil geral	76.025.168	(29.897.469)	46.127.699	39.698.251	(11.947.660)	27.750.591
Crédito e caução	28.217.121	(25.596.197)	2.620.924	732.713	(421.311)	311.402
Proteção jurídica	5.801.645	(5.755)	5.795.890	5.501.249	(671)	5.500.578
Assistência	47.946.201	(466.291)	47.479.910	42.041.189	(270.312)	41.770.877
Diversos	35.784.263	(12.394.353)	23.389.910	35.463.031	(13.230.979)	22.232.052
	<u>1.958.638.612</u>	<u>(314.839.902)</u>	<u>1.643.798.710</u>	<u>1.448.897.100</u>	<u>(161.562.143)</u>	<u>1.287.334.957</u>
	<u>2.864.196.443</u>	<u>(405.796.814)</u>	<u>2.458.399.629</u>	<u>1.909.331.132</u>	<u>(176.410.554)</u>	<u>1.732.920.578</u>

28 FP

Nos exercícios de 2019 e 2018, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

	2019	2018
Prémios brutos emitidos de seguro direto	902.310.586	460.026.095
Contratos individuais	569.297.668	275.589.771
Contratos de grupo	333.012.918	184.436.324
	902.310.586	460.026.095
Periódicos	231.907.358	219.404.522
Não periódicos	670.403.228	240.621.573
	902.310.586	460.026.095
Contratos sem participação nos resultados	368.895.350	179.973.406
Contratos com participação nos resultados	533.415.236	280.052.689
	902.310.586	460.026.095
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	2.416.576	500.000
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	904.727.162	460.526.095
Saldo de resseguro	(9.459.006)	(85.341)

32. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2019 e 2018 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1.215.867 Euros e a 1.224.954 Euros, respetivamente.

B FP

33. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo vida						
Seguro direto e resseguro aceite	427.718.901	(5.978.847)	421.740.054	285.539.581	(12.835.105)	272.704.476
Resseguro cedido	(48.281.757)	(10.004.737)	(58.286.494)	(8.290.702)	1.211.932	(7.078.770)
	<u>379.437.144</u>	<u>(15.983.584)</u>	<u>363.453.560</u>	<u>277.248.879</u>	<u>(11.623.173)</u>	<u>265.625.706</u>
Ramo não vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	183.052.039	43.683.354	226.735.393	165.833.566	40.200.842	206.034.408
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	19.091.513	(2.121.770)	16.969.743	13.687.752	4.872.487	18.560.239
Doença	290.580.616	8.943.503	299.524.119	240.000.645	3.979.420	243.980.065
Incêndio e outros danos	179.617.565	(25.432.829)	154.184.736	196.584.660	(62.030.248)	134.554.412
Automóvel	452.781.090	(15.481.576)	437.299.514	357.188.316	(21.287.438)	335.900.878
Marítimo, aéreo e transportes	9.815.237	(1.285.880)	8.529.357	5.131.367	(915.431)	4.215.936
Responsabilidade civil geral	25.535.341	(752.995)	24.782.346	13.224.790	1.554.082	14.778.872
Crédito e caução	1.476.803	(1.822.195)	(345.392)	405.213	(38.478)	366.735
Proteção Jurídica	1.608.194	(420.237)	1.187.957	1.725.357	(1.015.981)	709.376
Assistência	42.918.049	1.446.840	44.364.889	40.921.953	(803.698)	40.118.255
Diversos	16.904.487	(8.729.843)	8.174.644	17.496.166	1.093.540	18.589.706
	<u>1.223.380.934</u>	<u>(1.973.628)</u>	<u>1.221.407.306</u>	<u>1.052.199.785</u>	<u>(34.390.903)</u>	<u>1.017.808.882</u>
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(573.085)	(1.033.473)	(1.606.558)	(1.245.383)	(93.458)	(1.338.841)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(3.384.081)	2.037.308	(1.346.773)	(1.458.288)	(3.062.584)	(4.520.872)
Doença	(9.634.513)	858.234	(8.776.279)	(2.959.308)	(149.350)	(3.108.658)
Incêndio e outros danos	(87.781.950)	22.716.500	(65.065.450)	(99.632.648)	53.596.444	(46.036.204)
Automóvel	(22.668.787)	(4.514.377)	(27.183.164)	(11.678.916)	4.666.234	(7.012.682)
Marítimo, aéreo e transportes	(4.338.780)	1.722.259	(2.616.521)	(1.481.244)	475.572	(1.005.672)
Responsabilidade civil geral	(9.490.929)	1.740.158	(7.750.771)	(2.538.896)	(4.042.941)	(6.581.837)
Crédito e caução	(1.429.749)	127.719	(1.302.030)	-	(1.000)	(1.000)
Assistência	(28.346)	(8.580)	(36.926)	(1.575)	(668)	(2.243)
Diversos	(6.868.461)	8.724.855	1.856.394	(8.812.035)	(737.700)	(9.549.735)
	<u>(146.198.681)</u>	<u>32.370.603</u>	<u>(113.828.078)</u>	<u>(129.808.293)</u>	<u>50.650.549</u>	<u>(79.157.744)</u>
	<u>1.077.182.253</u>	<u>30.396.975</u>	<u>1.107.579.228</u>	<u>922.391.492</u>	<u>16.259.646</u>	<u>938.651.138</u>
	<u>1.456.619.397</u>	<u>14.413.391</u>	<u>1.471.032.788</u>	<u>1.199.640.371</u>	<u>4.636.473</u>	<u>1.204.276.844</u>

Os “Sinistros pagos” incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

LB FP

Nos exercícios de 2019 e 2018, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

2019							
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	238.665.863	(7.762.272)	230.903.591	660.505	93.076.917	3.998.013	328.639.026
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	189.053.038	1.783.425	190.836.463	6.488.745	273.454.001	5.525.158	476.304.367
	<u>427.718.901</u>	<u>(5.978.847)</u>	<u>421.740.054</u>	<u>7.149.250</u>	<u>366.530.918</u>	<u>9.523.171</u>	<u>804.943.393</u>
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(48.281.757)	(10.004.737)	(58.286.494)	(92.923)	(3.444.875)	-	(61.824.292)
	<u>(48.281.757)</u>	<u>(10.004.737)</u>	<u>(58.286.494)</u>	<u>(92.923)</u>	<u>(3.444.875)</u>	<u>-</u>	<u>(61.824.292)</u>
Líquido							
De contratos de seguro	190.384.106	(17.767.009)	172.617.097	567.582	89.632.042	3.998.013	266.814.734
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	189.053.038	1.783.425	190.836.463	6.488.745	273.454.001	5.525.158	476.304.367
	<u>379.437.144</u>	<u>(15.983.584)</u>	<u>363.453.560</u>	<u>7.056.327</u>	<u>363.086.043</u>	<u>9.523.171</u>	<u>743.119.101</u>
2018							
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	118.039.211	(11.599.915)	106.439.296	1.848.968	37.921.797	6.191.340	152.401.401
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	167.500.370	(1.235.190)	166.265.180	15.162.310	85.653.843	10.233.096	277.314.429
	<u>285.539.581</u>	<u>(12.835.105)</u>	<u>272.704.476</u>	<u>17.011.278</u>	<u>123.575.640</u>	<u>16.424.436</u>	<u>429.715.830</u>
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(8.290.702)	1.211.932	(7.078.770)	-	(1.896.940)	-	(8.975.710)
	<u>(8.290.702)</u>	<u>1.211.932</u>	<u>(7.078.770)</u>	<u>-</u>	<u>(1.896.940)</u>	<u>-</u>	<u>(8.975.710)</u>
Líquido							
De contratos de seguro	109.748.509	(10.387.983)	99.360.526	1.848.968	36.024.857	6.191.340	143.425.691
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	167.500.370	(1.235.190)	166.265.180	15.162.310	85.653.843	10.233.096	277.314.429
	<u>277.248.879</u>	<u>(11.623.173)</u>	<u>265.625.706</u>	<u>17.011.278</u>	<u>121.678.700</u>	<u>16.424.436</u>	<u>420.740.120</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, a variação das outras provisões técnicas inclui a dotação da provisão para estabilização de carteira e da provisão para riscos em curso, no montante de 660.505 Eurose de 1.848.968 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica inclui ainda a dotação de 6.488.745 Euros e de 15.162.310 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

FB FP

34. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2019 e 2018, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

	2019	2018
Custos com pessoal (Nota 35)	416.491.265	345.698.632
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	9.614.232	8.978.094
Combustível	3.330.190	3.054.481
Água	1.408.206	1.213.394
Impressos	437.577	422.538
Material de escritório	2.742.234	859.526
Conservação e reparação	31.963.304	17.790.822
Rendas e alugueres	17.096.970	27.209.606
Despesas de representação	2.365.910	2.217.210
Comunicação	11.231.887	9.727.507
Deslocações e Estadas	7.949.874	5.932.188
Seguros	3.510.935	2.807.803
Gastos com trabalho independente	93.069.908	82.354.393
Publicidade e propaganda	22.386.644	17.721.032
Contencioso e Notariado	1.586.655	673.447
Vigilância e segurança	5.879.781	4.427.737
Trabalhos especializados	110.495.855	97.294.416
Quotizações	1.569.024	1.460.857
Limpeza, higiene e conforto	3.069.943	2.298.619
Gastos com cobrança de prémios	1.923.710	2.441.646
Licenças de software	10.183.520	7.163.277
Subcontratos	130.582.643	119.463.270
Outros	115.816.919	99.990.760
	588.215.921	515.502.623
Impostos e taxas	27.055.616	19.889.227
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 11, 13 e 16)	72.927.486	46.771.179
Outras provisões	(9.497.127)	(51.010.424)
Comissões	17.124.530	13.947.914
Juros suportados	16.583.617	13.189.937
	1.128.901.307	903.989.088

8B FP

No exercício de 2019, os encargos relacionados com juros das locações apresentam a seguinte composição:

	2019	
	Locações Financeiras	Locações Operacionais
Terrenos e edifícios	5.868	299.077
Terrenos	-	1.168
Edifícios	5.868	297.910
Equipamento Administrativo	-	86
Máquinas e Equipamento	-	24
Equipamento informático	-	61.577
Material de transporte	2.130	30.978
Outro Equipamento	666.363	2.005.994
	<u>674.361</u>	<u>2.397.736</u>

No exercício de 2019, existiram também os seguintes encargos relacionados com as locações:

	2019		
	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas relativas a locações de curta duração	Despesas relativas a contratos de baixo valor
Terrenos e edifícios	10.363.268	-	-
Equipamento Administrativo	3.463	-	-
Máquinas e equipamento	3.222	-	161.934
Equipamento informático	1.670.628	-	365.997
Instalações e Interiores	31.330	-	-
Material de transporte	2.804.289	239.116	-
Equipamento Hospitalar	7.421.917	-	-
Outro equipamento	19.928	-	410.972
	<u>22.318.046</u>	<u>239.116</u>	<u>938.902</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	2019		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	15.734.029	4.032.508	19.766.537
Relativos aos ramos não vida	36.060.962	1.670.815	37.731.777
	<u>51.794.991</u>	<u>5.703.323</u>	<u>57.498.314</u>

	2018		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	1.331.954	4.455.406	5.787.360
Relativos aos ramos não vida	23.809.731	1.219.360	25.029.091
	<u>25.141.685</u>	<u>5.674.766</u>	<u>30.816.451</u>

FB FP

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2019			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	11.876.802	163.500.156	-	175.376.958
Custos técnicos	415.842.099	1.059.880.778	-	1.475.722.877
	<u>427.718.901</u>	<u>1.223.380.934</u>	<u>-</u>	<u>1.651.099.835</u>
Custos de aquisição	-			
Custos imputados	28.041.631	119.391.317	-	147.432.948
Comissões de mediação	90.179.230	247.895.484	-	338.074.714
Outros	1.277.929	9.498.703	-	10.776.632
	<u>119.498.790</u>	<u>376.785.504</u>	<u>-</u>	<u>496.284.294</u>
Gastos administrativos				
Custos imputados	44.073.034	156.432.926	-	200.505.960
Remunerações de mediação	134.573	8.354.000	-	8.488.573
Outros	231	1.509.577	-	1.509.808
	<u>44.207.838</u>	<u>166.296.503</u>	<u>-</u>	<u>210.504.341</u>
Gastos financeiros (Nota 38)				
Custos imputados	10.880.478	8.817.639	52.817.849	72.515.966
Outros	872.406	182.571	243.854	1.298.831
	<u>11.752.884</u>	<u>9.000.210</u>	<u>53.061.703</u>	<u>73.814.797</u>
Outros custos (Nota 45)	-	-	533.069.475	533.069.475
Total dos custos de exploração imputados	<u>94.871.945</u>	<u>448.142.038</u>	<u>585.887.324</u>	<u>1.128.901.307</u>

IB FP

	2018			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	7.983.803	149.980.354	-	157.964.157
Custos técnicos	277.555.778	902.219.431	-	1.179.775.209
	<u>285.539.581</u>	<u>1.052.199.785</u>	<u>-</u>	<u>1.337.739.366</u>
Custos de aquisição				
Custos imputados	29.585.390	113.428.099	-	143.013.489
Comissões de mediação	57.028.163	168.297.305	-	225.325.468
Outros	55.348	1.647.193	-	1.702.541
	<u>86.668.901</u>	<u>283.372.597</u>	<u>-</u>	<u>370.041.498</u>
Gastos administrativos				
Custos imputados	20.420.351	75.516.787	-	95.937.138
Remunerações de mediação	74.704	8.968.371	-	9.043.075
Outros	265	1.468.217	-	1.468.482
	<u>20.495.320</u>	<u>85.953.375</u>	<u>-</u>	<u>106.448.695</u>
Gastos financeiros (Nota 38)				
Custos imputados	10.144.090	7.538.836	37.754.090	55.437.016
Outros	540.664	172.554	122.330	835.548
	<u>10.684.754</u>	<u>7.711.390</u>	<u>37.876.420</u>	<u>56.272.564</u>
Outros custos (Nota 45)	-	-	451.637.288	451.637.288
Total dos custos de exploração imputados	<u>68.133.634</u>	<u>346.464.076</u>	<u>489.391.378</u>	<u>903.989.088</u>

35. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Remunerações		
Órgãos sociais	14.642.330	11.301.360
Pessoal	302.647.062	236.891.527
Encargos sobre remunerações	59.728.776	52.248.529
Benefícios pós-emprego	9.707.214	16.875.819
Benefícios de cessação de emprego	4.524.604	4.797.571
Seguros obrigatórios	3.819.026	2.922.976
Gastos de ação social	13.617.432	15.570.547
Outros gastos com pessoal	7.804.821	5.090.303
	<u>416.491.265</u>	<u>345.698.632</u>

BP FP

Nos exercícios de 2019 e 2018, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 36)	7.023.276	14.427.578
Plano individual de reforma	1.671.946	1.463.933
Cedência de pessoal	(9.463)	(7.659)
Outros encargos	1.021.455	991.967
	<u>9.707.214</u>	<u>16.875.819</u>

Em 2019 e 2018, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2019 e 2018, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2019	2018
Dirigentes	91	96
Gestores	690	587
Técnicos	4.061	3.739
Operacionais	4.980	5.238
Apoio	620	609
	<u>10.442</u>	<u>10.269</u>

Em 2018, o Grupo registou uma constituição da estimativa para prémios de permanência no montante 187.434 Euros. Em 2019, o Grupo registou uma constituição de estimativa de benefícios optativos de carreira no montante de 519.341 Euros. A rubrica “Acréscimos e diferimentos” inclui 2.632.472 Euros relativo ao prémio de permanência.

36. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Ativo		
Plano de benefício definido	4.302.237	7.299.079
Passivo		
Plano de contribuição definida	(364.474)	(314.949)
	<u>3.937.763</u>	<u>6.984.130</u>

Relativamente ao exercício de 2019, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1.491.386 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 364.474 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2018 que foram pagos em janeiro de 2020.

Plano de Contribuição Definida

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho aplicável às empresas do Sector Segurador do Grupo Fidelidade em Portugal, divulgado em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores em efetividade de funções e, bem assim, aqueles cujos contratos de trabalho se encontrem suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, abrangidos por este IRCT, têm direito a um Plano de Pensões (“PIR”), plano de contribuição definida que substitui os sistemas de pensões de reforma previstos nos anteriores IRCT’s.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Capítulo VIII do mencionado IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do empregado.

Adicionalmente, de acordo com o disposto na Cláusula 57ª do referido IRCT, a primeira contribuição anual do Grupo para o PIR verificar-se-á no mês seguinte àquele em que o contrato de trabalho perfizer um ano de duração e concretizar-se-á logo que o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões seja alvo da devida aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as responsabilidades e ativos do Plano individual de reforma da empresas do Grupo Longrun, ascendiam a:

	Fidelidade	CPR	Multicare	Via Directa	Fidelidade Assistência	Total
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2018	25.118.934	24.657	390.050	245.090	207.914	25.986.645
Gastos de ano	1.205.328	-	65.916	29.084	191.059	1.491.387
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2019	26.324.262	24.657	455.966	274.174	398.973	27.478.032
						-
Ativo em 31 de dezembro de 2018	25.035.511	24.657	386.334	242.824	205.420	25.894.746
Contribuições para o fundo	1.203.672	-	64.972	29.470	40.743	1.338.857
Ativo em 31 de dezembro de 2019	26.239.183	24.657	451.306	272.294	246.163	27.233.603
						-
Diferencial	1,00	1,00	0,99	0,99	0,62	0,99
Nível de financiamento	99,68%	100,00%	98,98%	99,31%	61,70%	99,11%

Plano de Benefício Definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador (CCT 2008), o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora. Atualmente este Plano abrange os já beneficiários dos Fundos de Pensões (reformados) e os trabalhadores abrangidos pelo CCT 2008, que transitaram à situação de pré-reforma em data anterior a 31.12.2018.

2B FP

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2019	2018
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	1,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	2,10%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2019 e 2018 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2019		2018	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	4,57%	2,10%	0,88%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,23%	0,75%	0,24%

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

FP

	2019			2018		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados						
Ativos	10.252.540	39.465	10.292.005	6.420.919	29.557	6.450.476
Reformados e pré-reformados	159.625.021	226.629	159.851.650	168.201.342	249.105	168.450.447
	<u>169.877.561</u>	<u>266.094</u>	<u>170.143.655</u>	<u>174.622.261</u>	<u>278.662</u>	<u>174.900.923</u>
Fundos de pensões autónomos	134.619.929	437.302	135.057.231	139.569.520	466.049	140.035.569
Provisões matemáticas	39.388.661	-	39.388.661	42.164.433	-	42.164.433
	<u>174.008.590</u>	<u>437.302</u>	<u>174.445.892</u>	<u>181.733.953</u>	<u>466.049</u>	<u>182.200.002</u>
Diferencial	<u>4.131.029</u>	<u>171.208</u>	<u>4.302.237</u>	<u>7.111.692</u>	<u>187.387</u>	<u>7.299.079</u>
Nível de financiamento	<u>102,43%</u>	<u>164,34%</u>	<u>102,53%</u>	<u>104,07%</u>	<u>167,25%</u>	<u>104,17%</u>

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades por serviços passados do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.:

Fundo de Pensões da Fidelidade	7,98 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	6,68 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	11,19 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	5,14 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe, S.A.	17,22 anos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de beneficiários era o seguinte:

	2019	2018
Ativos	916	947
Reformados e pré-reformados	2.017	2.095
Rendeiros	426	466
	<u>3.359</u>	<u>3.508</u>

B FP

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	193.236.864	536.517	193.773.381
Contribuições	9.662.260	-	9.662.260
Variação nas provisões matemáticas	(2.295.035)	-	(2.295.035)
Pensões pagas	(19.036.221)	(52.361)	(19.088.582)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(154.117)	-	(154.117)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	320.202	(18.107)	302.095
Saldos em 31 de dezembro de 2018	181.733.953	466.049	182.200.002
Contribuições	8.920.000	-	8.920.000
Variação nas provisões matemáticas	(2.775.772)	-	(2.775.772)
Pensões pagas	(19.298.322)	(52.547)	(19.350.869)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(635.312)	-	(635.312)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	6.064.043	23.800	6.087.843
Saldos em 31 de dezembro de 2019	174.008.590	437.302	174.445.892

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

	2019								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.432	20.432	-	-	-	-	20.432	20.432
Instrumentos de capital	542.662	199	542.861	-	-	-	542.662	199	542.861
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	5.439.060	24.993	5.464.053	11.434.613	-	11.434.613	16.873.674	24.993	16.898.666
De outros emissores	38.748.558	61.866	38.810.423	40.042.674	-	40.042.674	78.791.231	61.866	78.853.097
	44.187.618	86.858	44.274.476	51.477.287	-	51.477.287	95.664.905	86.858	95.751.763
Imóveis	14.267.910	9.924	14.277.834	-	-	-	14.267.910	9.924	14.277.834
Fundos de investimento									
Ações americanas	-	37.393	37.393	-	-	-	-	37.393	37.393
Ações europeias	2.734.655	16.626	2.751.281	-	-	-	2.734.655	16.626	2.751.281
Imóveis	4.291.029	41.919	4.332.948	-	-	-	4.291.029	41.919	4.332.948
Obrigações									
De dívida pública	-	1.510	1.510	-	-	-	-	1.510	1.510
De outros emissores	1.483.456	210.828	1.694.284	-	-	-	1.483.456	210.828	1.694.284
Tesouraria	1.928.551	-	1.928.551	-	-	-	1.928.551	-	1.928.551
Outros	693.616	1.387	695.003	-	-	-	693.616	1.387	695.003
	11.131.308	309.663	11.440.971	-	-	-	11.131.308	309.663	11.440.971
Outros	13.013.145	10.226	13.023.371	-	-	-	13.013.145	10.226	13.023.371
	83.142.642	437.302	83.579.944	51.477.287	-	51.477.287	134.619.929	437.302	135.057.231

FB FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2018								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	13.836.592	59.618	13.896.211	-	-	-	13.836.592	59.618	13.896.211
Instrumentos de capital	758.582	199	758.781	-	-	-	758.582	199	758.781
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	19.128.613	24.993	19.153.606	-	-	-	19.128.613	24.993	19.153.606
De outros emissores	81.458.265	61.866	81.520.131	-	-	-	81.458.265	61.866	81.520.131
	100.586.878	86.858	100.673.737	-	-	-	100.586.878	86.858	100.673.737
Imóveis	12.157.600	9.924	12.167.524	-	-	-	12.157.600	9.924	12.167.524
Fundos de investimento									
Ações americanas	-	39.724	39.724	-	-	-	-	39.724	39.724
Ações europeias	2.607.770	16.626	2.624.396	-	-	-	2.607.770	16.626	2.624.396
Imóveis	4.192.286	32.522	4.224.808	-	-	-	4.192.286	32.522	4.224.808
Obrigações									
De dívida pública	244.909	63.483	308.392	-	-	-	244.909	63.483	308.392
De outros emissores	1.349.656	126.155	1.475.811	-	-	-	1.349.656	126.155	1.475.811
Tesouraria	2.108.169	18.217	2.126.386	-	-	-	2.108.169	18.217	2.126.386
	10.502.790	296.727	10.799.517	-	-	-	10.502.790	296.727	10.799.517
Outros	1.727.076	12.724	1.739.801	-	-	-	1.727.076	12.724	1.739.801
	139.569.519	466.050	140.035.569	-	-	-	139.569.519	466.050	140.035.569

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

	2019			2018		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	6.591.633	59.618	6.651.251
Instrumentos de dívida	302.190	-	302.190	308.737	-	308.737
Fundos de investimento						
Imóveis	2.213.971	6.441.773	8.655.744	2.246.896	20.019	2.266.915
Obrigações						
De outros emissores	1.023.916	157.109	1.181.025	6.796.324	126.155	6.922.479
Tesouraria	-	-	-	-	18.217	18.217
Outros	582.742	844.887	1.427.629	-	1.262	1.262
	3.820.629	7.443.769	11.264.398	9.813.982	207.562	10.021.544
	4.122.819	7.443.769	11.566.588	18.430.980	226.316	18.657.296

7B FP

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31 de dezembro de 2017	181.105.027	323.765	181.428.792	193.236.864	536.517	193.773.381	12.131.837	212.752	12.344.589
Custo do serviço corrente	135.475	1.108	136.583	-	-	-	(135.475)	(1.108)	(136.583)
Juro líquido de benefício definido	2.288.295	5.834	2.294.129	2.506.668	3.753	2.510.421	218.373	(2.080)	216.293
Custo do exercício	2.423.770	6.942	2.430.712	2.506.668	3.753	2.510.421	82.898	(3.188)	79.710
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	14.359.652	(6.481)	14.353.171	-	-	-	(14.359.652)	6.481	(14.353.171)
Outras variações em resultados	-	-	-	(154.117)	-	(154.117)	(154.117)	-	(154.117)
Variações com impacto em resultados (Nota 34)	16.783.422	461	16.783.883	2.352.551	3.753	2.356.304	(14.430.871)	3.293	(14.427.578)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	(2.186.467)	6.481	(2.179.986)	(2.186.467)	6.481	(2.179.986)
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(1.451.213)	(23.037)	(1.474.250)	-	(28.341)	(28.341)	1.451.213	(5.304)	1.445.909
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(483.719)	29.835	(453.884)	-	-	-	483.719	(29.835)	453.884
Variações com impacto em capitais próprios	(1.934.932)	6.798	(1.928.134)	(2.186.467)	(21.860)	(2.208.327)	(251.535)	(28.658)	(280.193)
Contribuições para o plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	9.662.261	-	9.662.261	9.662.261	-	9.662.261
Variação das provisões matemáticas	(2.295.035)	-	(2.295.035)	(2.295.035)	-	(2.295.035)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
pensões pagas	(19.036.221)	(52.362)	(19.088.583)	(19.036.221)	(52.362)	(19.088.583)	-	-	-
Situação em 31 de dezembro de 2018	174.622.261	278.662	174.900.923	181.733.953	466.049	182.200.002	7.111.692	187.387	7.299.079
Custo do serviço corrente	106.233	899	107.132	-	-	-	(106.233)	(899)	(107.132)
Juro líquido de benefício definido	2.456.174	5.471	2.461.645	2.598.407	3.910	2.602.317	142.233	(1.562)	140.671
Custo do exercício	2.562.407	6.370	2.568.777	2.598.407	3.910	2.602.317	36.000	(2.461)	33.539
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	6.424.596	(5.949)	6.418.647	-	-	-	(6.424.596)	5.949	(6.418.647)
Outras variações em resultados	-	-	-	(635.312)	-	(635.312)	(635.312)	-	(635.312)
Variações com impacto em resultados (Nota 34)	8.987.003	421	8.987.424	1.963.095	3.910	1.967.005	(7.023.908)	3.488	(7.020.420)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	3.465.632	5.949	3.471.581	3.465.632	5.949	3.471.581
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	11.726.879	28.900	11.755.779	-	13.941	13.941	(11.726.879)	(14.959)	(11.741.838)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(3.384.484)	10.657	(3.373.827)	-	-	-	3.384.484	(10.657)	3.373.827
Variações com impacto em capitais próprios	8.342.395	39.557	8.381.952	3.465.632	19.890	3.485.522	(4.876.763)	(19.667)	(4.896.430)
Contribuições para o plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	8.920.000	-	8.920.000	8.920.000	-	8.920.000
Variação das provisões matemáticas	(2.775.772)	-	(2.775.772)	(2.775.772)	-	(2.775.772)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
pensões pagas	(19.298.326)	(52.547)	(19.350.873)	(19.298.318)	(52.547)	(19.350.865)	8	-	8
Situação em 31 de dezembro de 2019	169.877.561	266.094	170.143.655	174.008.590	437.302	174.445.892	4.131.029	171.208	4.302.237

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas responsabilidades ascendem a 22.784.917 Euros e a 21.053.229 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 27). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 referente a este benefício ascendiram a 6.878.994 Euros e (643.669) Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

FB FP

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2019, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários		2019	A	B	C
Pressupostos Financeiros					
	Taxa de Desconto	1,00%	0,75%	1,25%	1,00%
	Taxa de Crescimento Salarial	2,40%	2,40%	2,40%	2,40%
	Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
	Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos					
	Tábua de Mortalidade				
	> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
	> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
	Idade de Reforma	0	0	0	0
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2019					
Cenários		2019	A	B	C
Reformados	Velhice	52.784.793	53.861.422	51.745.731	57.644.821
	Antecipação	14.355.730	14.668.849	14.053.366	15.569.650
	Invalidez	9.039.651	9.354.522	8.740.843	9.506.677
Pensionistas	Vuvez	4.577.391	4.676.030	4.482.489	4.591.054
	Orfandade	164.679	172.509	157.375	165.918
Pré-Reformados	Pensão até INR	28.964.401	29.170.204	28.761.415	29.064.847
	Encargos até INR	7.601.797	7.656.457	7.547.888	7.628.650
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	2.438.812	2.520.443	2.360.967	2.626.113
	> Plano Complementar	309.107	321.836	297.046	314.308
Ativos	Plano CCT	4.332.158	4.590.693	4.091.479	4.580.593
	Plano Complementar	5.920.382	6.329.408	5.541.732	6.228.934
Totais		130.488.901	133.322.373	127.780.331	137.921.565

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 42.164.433 Euros.

BP FP

37. Rendimentos

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

	2019				2018			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida								
Terrenos e edifícios	-	-	44.366	44.366	-	-	36.116	36.116
Ativos financeiros detidos para negociação	(52.829)	-	-	(52.829)	(3.526)	-	-	(3.526)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.095.007	-	-	2.095.007	1.892.365	-	-	1.892.365
Ativos disponíveis para venda	81.845.815	5.065.821	-	86.911.636	44.982.304	2.004.861	-	46.987.165
Empréstimos e contas a receber	5.765.520	-	-	5.765.520	2.113.922	-	-	2.113.922
Depósitos à ordem	9.123	-	-	9.123	1.231	-	-	1.231
	<u>89.662.636</u>	<u>5.065.821</u>	<u>44.366</u>	<u>94.772.823</u>	<u>48.986.296</u>	<u>2.004.861</u>	<u>36.116</u>	<u>51.027.273</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento								
Ativos financeiros detidos para negociação	(4.808.366)	-	-	(4.808.366)	(1.478.510)	-	-	(1.478.510)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11.258.340	161.705	-	11.420.045	7.557.133	151.914	-	7.709.047
Ativos disponíveis para venda	121.233.391	22.728.814	-	143.962.205	166.282.518	22.879.456	-	189.161.974
Empréstimos e contas a receber	2.028.687	-	-	2.028.687	1.808.020	-	-	1.808.020
Investimentos a deter até à maturidade	6.948.172	-	-	6.948.172	-	-	-	-
Depósitos à ordem	41.472	-	-	41.472	15.723	-	-	15.723
	<u>136.701.696</u>	<u>22.890.519</u>	<u>-</u>	<u>159.592.215</u>	<u>174.184.884</u>	<u>23.031.370</u>	<u>-</u>	<u>197.216.254</u>
	<u>226.364.332</u>	<u>27.956.340</u>	<u>44.366</u>	<u>254.365.038</u>	<u>223.171.180</u>	<u>25.036.231</u>	<u>36.116</u>	<u>248.243.527</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida								
Terrenos e edifícios	-	-	10.089.441	10.089.441	-	-	11.021.131	11.021.131
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.888.535	206.031	-	4.094.566	2.001.154	-	-	2.001.154
Ativos disponíveis para venda	29.570.605	15.980.344	-	45.550.949	34.095.036	14.027.613	-	48.122.649
Empréstimos e contas a receber	3.028.827	-	-	3.028.827	3.191.256	-	-	3.191.256
Depósitos à ordem	78.126	-	-	78.126	174.723	-	-	174.723
	<u>36.566.093</u>	<u>16.186.375</u>	<u>10.089.441</u>	<u>62.841.909</u>	<u>39.462.169</u>	<u>14.027.613</u>	<u>11.021.131</u>	<u>64.510.913</u>
Investimentos não afetos								
Terrenos e edifícios	-	-	73.872.727	73.872.727	-	-	63.092.620	63.092.620
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	569.155	-	569.155	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.558.305)	-	-	(1.558.305)	(114.866)	-	-	(114.866)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12.734.751	-	-	12.734.751	10.605.201	9	-	10.605.210
Ativos disponíveis para venda	1.372.708	1.909.045	-	3.281.753	2.362.522	721.780	-	3.084.302
Empréstimos e contas a receber	3.382.269	-	-	3.382.269	1.181.670	-	-	1.181.670
Depósitos à ordem	1.551.446	-	-	1.551.446	1.755.146	-	-	1.755.146
	<u>17.482.869</u>	<u>2.478.200</u>	<u>73.872.727</u>	<u>93.833.796</u>	<u>15.789.673</u>	<u>721.789</u>	<u>63.092.620</u>	<u>79.604.082</u>
	<u>280.413.294</u>	<u>46.620.915</u>	<u>84.006.534</u>	<u>411.040.743</u>	<u>278.423.022</u>	<u>39.785.633</u>	<u>74.149.867</u>	<u>392.358.522</u>

38. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2019				2018			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 34)								
Custos imputados	10.880.478	8.817.639	52.817.849	72.515.966	10.144.090	7.538.836	37.754.090	55.437.016
Outros gastos de investimentos	872.406	182.571	243.854	1.298.831	540.664	172.554	122.330	835.548
	<u>11.752.884</u>	<u>9.000.210</u>	<u>53.061.703</u>	<u>73.814.797</u>	<u>10.684.754</u>	<u>7.711.390</u>	<u>37.876.420</u>	<u>56.272.564</u>

FB FP

39. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos disponíveis para venda	24.867.174	(12.042.844)	12.824.330	37.854.064	(15.411.080)	22.442.984
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	11	-	11
	<u>24.867.174</u>	<u>(12.042.844)</u>	<u>12.824.330</u>	<u>37.854.075</u>	<u>(15.411.080)</u>	<u>22.442.995</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos disponíveis para venda	180.091.750	(77.119.341)	102.972.409	343.921.748	(38.226.444)	305.695.304
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	541	(40.003.462)	(40.002.921)	145	(75.038.534)	(75.038.389)
	<u>180.092.291</u>	<u>(117.122.803)</u>	<u>62.969.488</u>	<u>343.921.893</u>	<u>(113.264.978)</u>	<u>230.656.915</u>
	<u>204.959.465</u>	<u>(129.165.647)</u>	<u>75.793.818</u>	<u>381.775.968</u>	<u>(128.676.058)</u>	<u>253.099.910</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos disponíveis para venda	37.279.673	(35.657.092)	1.622.581	40.944.248	(11.547.589)	29.396.659
Empréstimos e contas a receber	-	(2.245)	(2.245)	-	(30.115)	(30.115)
	<u>37.279.673</u>	<u>(35.659.337)</u>	<u>1.620.336</u>	<u>40.944.248</u>	<u>(11.577.704)</u>	<u>29.366.544</u>
Investimentos não afetos						
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	(3.187.453)	-	(3.187.453)	3.385	-	3.385
Ativos disponíveis para venda	7.121.100	254.847	7.375.947	1.762.824	(22.938)	1.739.886
	<u>3.933.647</u>	<u>254.847</u>	<u>4.188.494</u>	<u>1.766.209</u>	<u>(22.938)</u>	<u>1.743.271</u>
	<u>246.172.785</u>	<u>(164.570.137)</u>	<u>81.602.648</u>	<u>424.486.425</u>	<u>(140.276.700)</u>	<u>284.209.725</u>

FB FP

40. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	70.852	(683)	70.169	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	399.025	(129.209)	269.816	1.366.410	(598.522)	767.888
	<u>469.877</u>	<u>(129.892)</u>	<u>339.985</u>	<u>1.366.410</u>	<u>(598.522)</u>	<u>767.888</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	405.048	(67.242)	337.806	65.077	(281.315)	(216.238)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7.259.663	(2.287.235)	4.972.428	9.097.957	(11.737.655)	(2.639.698)
Outros	-	-	-	3.304	(4)	3.300
	<u>7.664.711</u>	<u>(2.354.477)</u>	<u>5.310.234</u>	<u>9.166.338</u>	<u>(12.018.974)</u>	<u>(2.852.636)</u>
	<u>8.134.588</u>	<u>(2.484.369)</u>	<u>5.650.219</u>	<u>10.532.748</u>	<u>(12.617.496)</u>	<u>(2.084.748)</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	92.108	(926)	91.182	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.562.948	(649.518)	1.913.430	715.344	(1.650.885)	(935.541)
Outros	-	-	-	98	(61)	37
	<u>2.655.056</u>	<u>(650.444)</u>	<u>2.004.612</u>	<u>715.442</u>	<u>(1.650.946)</u>	<u>(935.504)</u>
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	149.343	(2.575.574)	(2.426.231)	136	(127.301)	(127.165)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	9.796.590	(4.639.215)	5.157.375	1.496.547	(842.615)	653.932
	<u>9.945.933</u>	<u>(7.214.789)</u>	<u>2.731.144</u>	<u>1.496.683</u>	<u>(969.916)</u>	<u>526.767</u>
	<u>20.735.577</u>	<u>(10.349.602)</u>	<u>10.385.975</u>	<u>12.744.873</u>	<u>(15.238.358)</u>	<u>(2.493.485)</u>
Ganhos e perdas não realizados	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	20.329.371	(35.068.883)	(14.739.512)	5.748.187	(41.148.321)	(35.400.134)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.037.079	(9.430)	4.027.649	287.316	(5.342.677)	(5.055.361)
Outros	2.487.854	(2.599.425)	(111.571)	1.823.329	(3.206.415)	(1.383.086)
	<u>26.854.304</u>	<u>(37.677.738)</u>	<u>(10.823.434)</u>	<u>7.858.832</u>	<u>(49.697.413)</u>	<u>(41.838.581)</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.071.403.007	(1.232.518.961)	(161.115.954)	46.669.671	(216.284.356)	(169.614.685)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	14.756.794	(265.703)	14.491.091	7.047.794	(19.589.728)	(12.541.934)
Outros	48.060.840	(57.087.898)	(9.027.058)	57.922.313	(73.782.928)	(15.860.615)
	<u>1.134.220.641</u>	<u>(1.289.872.562)</u>	<u>(155.651.921)</u>	<u>111.639.778</u>	<u>(309.657.012)</u>	<u>(198.017.234)</u>
	<u>1.161.074.945</u>	<u>(1.327.550.300)</u>	<u>(166.475.355)</u>	<u>119.498.610</u>	<u>(359.354.425)</u>	<u>(239.855.815)</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	31.415.536	(52.331.953)	(20.916.417)	10.103.168	(50.964.016)	(40.860.848)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.763.357	(59.641)	6.703.716	1.893.259	(4.847.623)	(2.954.364)
Outros	23.449.496	(29.477.576)	(6.028.080)	21.579.230	(29.067.068)	(7.487.838)
	<u>61.628.389</u>	<u>(81.869.170)</u>	<u>(20.240.781)</u>	<u>33.575.657</u>	<u>(84.878.707)</u>	<u>(51.303.050)</u>
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	36.222.851	(64.794.809)	(28.571.958)	9.438.514	(23.046.917)	(13.608.403)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12.625.306	(132.385)	12.492.921	305.981	(12.922.645)	(12.616.664)
	<u>48.848.157</u>	<u>(64.927.194)</u>	<u>(16.079.037)</u>	<u>9.744.495</u>	<u>(35.969.562)</u>	<u>(26.225.067)</u>
	<u>1.271.551.491</u>	<u>(1.474.346.664)</u>	<u>(202.795.173)</u>	<u>162.818.762</u>	<u>(480.202.694)</u>	<u>(317.383.932)</u>

28 FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Total	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	20.400.223	(35.069.566)	(14.669.343)	5.748.187	(41.148.321)	(35.400.134)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.436.104	(138.639)	4.297.465	1.653.726	(5.941.199)	(4.287.473)
Outros	2.487.854	(2.599.425)	(111.571)	1.823.329	(3.206.415)	(1.383.086)
	<u>27.324.181</u>	<u>(37.807.630)</u>	<u>(10.483.449)</u>	<u>9.225.242</u>	<u>(50.295.935)</u>	<u>(41.070.693)</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.071.808.055	(1.232.586.203)	(160.778.148)	46.734.748	(216.565.671)	(169.830.923)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	22.016.457	(2.552.938)	19.463.519	16.145.751	(31.327.383)	(15.181.632)
Outros	48.060.840	(57.087.898)	(9.027.058)	57.925.617	(73.782.932)	(15.857.315)
	<u>1.141.885.352</u>	<u>(1.292.227.039)</u>	<u>(150.341.687)</u>	<u>120.806.116</u>	<u>(321.675.986)</u>	<u>(200.869.870)</u>
	<u>1.169.209.533</u>	<u>(1.330.034.669)</u>	<u>(160.825.136)</u>	<u>130.031.358</u>	<u>(371.971.921)</u>	<u>(241.940.563)</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	31.507.644	(52.332.879)	(20.825.235)	10.103.168	(50.964.016)	(40.860.848)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	9.326.305	(709.159)	8.617.146	2.608.603	(6.498.508)	(3.889.905)
Outros	23.449.496	(29.477.576)	(6.028.080)	21.579.328	(29.067.129)	(7.487.801)
	<u>64.283.445</u>	<u>(82.519.614)</u>	<u>(18.236.169)</u>	<u>34.291.099</u>	<u>(86.529.653)</u>	<u>(52.238.554)</u>
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	36.372.194	(67.370.383)	(30.998.189)	9.438.650	(23.174.218)	(13.735.568)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	22.421.896	(4.771.600)	17.650.296	1.802.528	(13.765.260)	(11.962.732)
	<u>58.794.090</u>	<u>(72.141.983)</u>	<u>(13.347.893)</u>	<u>11.241.178</u>	<u>(36.939.478)</u>	<u>(25.698.300)</u>
	<u>1.292.287.068</u>	<u>(1.484.696.266)</u>	<u>(192.409.198)</u>	<u>175.563.635</u>	<u>(495.441.052)</u>	<u>(319.877.417)</u>

7B FP

41. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(331.631)	(318.290)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	685.251	2.746.799
Ativos disponíveis para venda	7.743.172	22.986.437
Empréstimos e contas a receber	3.124.366	4.557.691
Depósitos à ordem	419.192	(2.490.645)
Outros	(10.918)	(20.566)
	<u>11.629.432</u>	<u>27.461.426</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.593.141)	(2.934.565)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.761.971	11.193.660
Ativos disponíveis para venda	82.861.533	110.075.907
Empréstimos e contas a receber	958.810	2.732.226
Depósitos à ordem	5.054.436	(1.657.339)
Outros	(421.999)	(1.758.288)
	<u>92.621.610</u>	<u>117.651.601</u>
	<u>104.251.042</u>	<u>145.113.027</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(326.520)	(909.919)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	161.437	1.151.080
Ativos disponíveis para venda	8.055.533	27.776.224
Empréstimos e contas a receber	7.551.013	8.738.846
Depósitos à ordem	394.753	735.136
Outros	(143.022)	(559.076)
	<u>15.693.194</u>	<u>36.932.291</u>
Investimentos não afetos		
Ativos financeiros detidos para negociação	(561.300)	134.401
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	882.855	3.442.624
Ativos disponíveis para venda	236.546	328.988
Empréstimos e contas a receber	8.129.056	9.299.146
Depósitos à ordem	(3.572.114)	(5.106.545)
Outros	(6)	4
	<u>5.115.037</u>	<u>8.098.618</u>
	<u>125.059.273</u>	<u>190.143.936</u>

BP FP

42. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	31.962.672	-	31.962.672	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	5.624.444	-	5.624.444	429.722	-	429.722
	37.587.116	-	37.587.116	429.722	-	429.722
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	(316.384)	(316.384)	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	22.295.990	(6.311.038)	15.984.952	268.598	(16.559)	252.039
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	(142.934)	(142.934)	-	-	-
	22.295.990	(6.770.356)	15.525.634	268.598	(16.559)	252.039
	59.883.106	(6.770.356)	53.112.750	698.320	(16.559)	681.761
Ganhos e perdas não realizados	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
			(Nota 11)			(Nota 11)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	1.487	(16.512)	(15.025)	1.395.244	-	1.395.244
	1.487	(16.512)	(15.025)	1.395.244	-	1.395.244
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	11.079.952	(3.928.989)	7.150.963	9.683.366	(4.627.339)	5.056.027
	11.079.952	(3.928.989)	7.150.963	9.683.366	(4.627.339)	5.056.027
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	66.760.721	(9.781.913)	56.978.808	31.401.048	(928.094)	30.472.954
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	(806)	(806)	-	-	-
	66.760.721	(9.782.719)	56.978.002	31.401.048	(928.094)	30.472.954
	77.842.160	(13.728.220)	64.113.940	42.479.658	(5.555.433)	36.924.225
Total	2019			2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	1.487	(16.512)	(15.025)	1.395.244	-	1.395.244
	1.487	(16.512)	(15.025)	1.395.244	-	1.395.244
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	31.962.672	-	31.962.672	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	16.704.396	(3.928.989)	12.775.407	10.113.088	(4.627.339)	5.485.749
	48.667.068	(3.928.989)	44.738.079	10.113.088	(4.627.339)	5.485.749
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	(316.384)	(316.384)	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	89.056.711	(16.092.951)	72.963.760	31.669.646	(944.653)	30.724.993
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	(143.740)	(143.740)	-	-	-
	89.056.711	(16.553.075)	72.503.636	31.669.646	(944.653)	30.724.993
	137.725.266	(20.498.576)	117.226.690	43.177.978	(5.571.992)	37.605.986

BP FP

43. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

2019							
Saldos iniciais	Entradas no Perímetro de Consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)							
Instrumentos de dívida	54.778.794	-	889.641	-	(5.683.068)	-	49.985.367
Instrumentos de capital	419.706.012	-	120.079.463	-	(235.791.498)	-	303.993.977
Outros instrumentos	32.487.124	-	1.682.946	-	(9.581.014)	-	24.589.056
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	695.780	-	150.576	-	-	-	846.356
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 11)	10.761.495	-	1.573.058	(1.562.601)	(151.359)	-	10.620.593
Imparidade no goodwill (Nota 15)	957.001	-	-	-	(957.001)	-	-
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 18)	9.799.351	-	-	(2.843.374)	-	7.071.663	14.027.640
Ajustamentos IFAP (Nota 18)	137.408	-	-	(137.408)	-	-	-
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 18)	39.155.292	494.791	2.870.977	-	-	4.032.116	46.553.176
	568.478.257	494.791	127.246.661	(4.543.383)	(252.163.940)	11.103.779	450.616.165
2018							
Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais		
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)							
Instrumentos de dívida	140.927.702	3.908.070	(3.468.889)	-	54.778.794		
Instrumentos de capital	314.031.954	242.088.440	-	(136.414.382)	-	419.706.012	
Outros instrumentos	38.123.874	3.099.229	-	(8.735.979)	-	32.487.124	
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	617.392	91.380	-	(12.992)	-	695.780	
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 11)	10.358.901	392.337	(1.533.045)	-	1.543.302	10.761.495	
Imparidade no goodwill (Nota 15)	957.001	-	-	-	-	957.001	
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 18)	10.529.419	285.370	-	(1.015.438)	-	9.799.351	
Ajustamentos IFAP (Nota 18)	99.856	37.552	-	-	-	137.408	
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 18)	40.995.797	-	(4.127.503)	-	2.286.998	39.155.292	
	556.641.896	249.902.378	(9.129.437)	(232.766.880)	3.830.300	568.478.257	

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui constituições de 23.514.816 Euros e utilizações de 51.438.501 Euros de “Outras provisões” (Nota 27), respetivamente.

44. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de co-seguro	50.907	(347.455)	(296.548)	13.665	(31.372)	(17.707)
Comissões de gestão de fundos de pensões	717.044	(148.727)	568.317	580.899	-	580.899
Outros	9.340	(4.389.899)	(4.380.559)	5.339	-	5.339
	<u>777.291</u>	<u>(4.886.081)</u>	<u>(4.108.790)</u>	<u>599.903</u>	<u>(31.372)</u>	<u>568.531</u>
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de co-seguro	641.242	(154.163)	487.079	584.261	(497.663)	86.598
Outros	1.285.990	(29.718.753)	(28.432.763)	4.132.914	(88.894)	4.044.020
	<u>1.927.232</u>	<u>(29.872.916)</u>	<u>(27.945.684)</u>	<u>4.717.175</u>	<u>(586.557)</u>	<u>4.130.618</u>
	<u>2.704.523</u>	<u>(34.758.997)</u>	<u>(32.054.474)</u>	<u>5.317.078</u>	<u>(617.929)</u>	<u>4.699.149</u>

2B FP

45. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	2.659.736	7.082.289
Outros	3.664.081	3.599.413
	<u>6.323.817</u>	<u>10.681.702</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	1.343.065	361.406
Diferenças de câmbio favoráveis	245.784.956	216.472.719
Descontos de pronto pagamento	875.842	977.869
Outros	4.623.660	63.039
	<u>252.627.523</u>	<u>217.875.033</u>
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	421.435	46.807
	<u>421.435</u>	<u>46.807</u>
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	4.088	3.871
	<u>4.088</u>	<u>3.871</u>
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	304.227	2.016.203
Prestação de serviços	530.560.355	490.155.168
	<u>530.864.582</u>	<u>492.171.371</u>
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(1.279.975)	(1.245.743)
Mecenato	(567.056)	228.861
Ofertas a clientes	(298.832)	(115.592)
Multas e penalidades	(920.160)	(12.912.856)
Quotizações diversas	(331.707)	(283.016)
Insuficiência estimativa impostos	(3.299.705)	(1.375.055)
Correções a exercícios anteriores	(1.599.820)	(796.846)
Dívidas incobráveis	(1.061.388)	(5.374.460)
Regularização de saldos	(184.758)	(376.549)
Outros	(6.158.265)	(1.865.794)
	<u>(15.701.666)</u>	<u>(24.117.050)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(6.138.167)	(380.466)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(249.953.990)	(224.883.924)
Serviços bancários	(928.723)	(805.260)
Outros	(1.457.171)	(1.963.230)
	<u>(258.478.051)</u>	<u>(228.032.880)</u>
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	-	(9.422)
Perdas em outros ativos tangíveis	(141.478)	(431.050)
	<u>(141.478)</u>	<u>(440.472)</u>
Outros gastos não técnicos		
Alocação de gastos não técnicos (Nota 33)		
Custos com pessoal	(154.449.748)	(135.550.015)
Fornecimento de serviços externos	(323.514.548)	(305.863.659)
Amortizações do exercício	(44.784.487)	(35.926.555)
Juros	(8.939.195)	(7.550.236)
Outros	(1.381.497)	33.253.177
	<u>(533.069.475)</u>	<u>(451.637.288)</u>
Custo das mercadorias vendidas		
	(3.670.676)	(4.047.920)
	<u>(20.819.901)</u>	<u>12.503.174</u>

46. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	316.158	441.524
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	266.148
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	(76.845)	(16.109)
GK Kita Aoyoma Support 2	-	(15.317)
SERFUN PORTUGAL, SGPS, S.A	(9.454)	-
Promotores e Inversiones Investa S.A	(140.565)	-
	<u>89.294</u>	<u>676.246</u>

47. Relato por Segmentos

O Grupo apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

JB FP

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos “Saúde” e “Segurador”. No segmento segurador elegeu os seguintes sub-segmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos Crédito Caução Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel Proteção jurídica automóvel Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias transportadas Marítimo e transportes Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil geral
Diversos	Acidentes pessoais Proteção jurídica - outras Assistência - outras Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

- Portugal
- União Europeia
- Africa
- Ásia
- América do Sul
- Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2019 e 2018 é a seguinte:

2019	Segmento seguradoras			Segmento saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	814.544.639	1.637.008.462	(52.891)	-	6.899.420	2.458.399.629
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.215.867	-	-	-	-	1.215.867
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(363.474.277)	(1.156.858.534)	-	(58.138.648)	107.438.671	(1.471.032.788)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(7.056.327)	3.450.973	-	-	-	(3.605.354)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(372.609.214)	(4.096.933)	-	-	3.098.192	(373.607.955)
Custos e gastos de exploração líquidos	(143.536.367)	(499.544.821)	(25.196)	-	(1.250.600)	(644.356.984)
Rendimentos	286.348.634	70.048.966	113.367.455	70.465	(58.794.776)	411.040.743
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	7.439.306	29.857.436	40.652.396	14.096	(20.298.614)	57.664.619
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(50.430.307)	(24.577.246)	(102.352.179)	(1.292.117)	32.433.755	(146.218.094)
Outros rendimentos/gastos	(16.756.734)	19.084.096	(8.521.349)	65.129.009	(111.720.104)	(52.785.081)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	(18.640.220)	40.985.646	3.017.725	(31.714.010)	(6.350.859)
Interesses não controlados	-	-	-	80.316	(52.853.168)	(52.772.852)
	155.685.219	55.732.179	84.053.882	8.880.846	(126.761.234)	177.590.892
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	275.150.228	147.796.753	408.894.116	67.431.843	-	899.272.940
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.452.741.150	720.110.062	3.164.969.225	875.244	(5.334.716.600)	3.979.081
Ativos financeiros detidos para negociação	9.790.799	2.667.579	28.926.924	-	(19.546.282)	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	449.673.069	92.362.973	448.275.848	1.155.275	(18.383.716)	973.083.449
Derivados de cobertura	1.920.703	1.482.657	2.200.026	-	(1.926.441)	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	9.826.013.143	1.389.793.537	671.199.265	3.157.544	(698.926.376)	11.191.237.113
Empréstimos e contas a receber	1.061.861.355	174.708.200	486.231.108	-	(337.733.703)	1.385.066.960
Investimentos a deter até à maturidade	1.074.167.759	-	-	-	-	1.074.167.759
Terrenos e edifícios	20.161.159	147.388.399	2.244.754.420	435.842.123	(11.654.715)	2.836.491.386
Outros ativos tangíveis e intangíveis	1.567.338	152.378.667	3.343.304	78.903.645	-	236.192.954
Goodwill	-	-	-	154.226.219	373.876.983	528.103.202
Provisões técnicas de resseguro cedido	63.991.620	383.844.338	-	-	(101.752.623)	346.083.335
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	4.302.237	-	-	4.302.237
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	37.094.337	369.813.425	109.486.614	98.931.757	159.869.318	775.195.450
Ativos por impostos	83.789.909	80.114.066	128.599.804	15.082.495	(32.018.215)	275.568.059
Acréscimos e diferimentos	9.415.549	7.225.240	11.779.728	59.830.732	(95.223)	88.156.026
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	155.777	4.171.357	-	-	4.327.134
	14.367.338.117	3.669.841.674	7.717.133.976	915.436.877	(6.023.007.593)	20.646.743.051
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	4.590.354	536.011.373	-	-	(30.486.311)	510.115.417
Provisão matemática do ramo vida	3.163.842.270	-	-	-	-	3.163.842.270
Provisão para sinistros	185.205.108	1.926.021.609	-	-	(81.124.036)	2.030.102.680
Provisão para participação nos resultados	85.368.233	1.751	-	-	-	85.369.984
Provisão para compromissos de taxa	29.392.059	-	-	-	-	29.392.059
Provisão para estabilização de carteira	26.462.475	-	-	-	-	26.462.475
Provisão para desvios de sinistralidade	-	29.119.191	-	-	-	29.119.191
Provisão para riscos em curso	228.864	31.562.540	-	-	-	31.791.404
Passivos financeiros	9.006.501.681	245.978.612	429.120.459	418.152.289	(130.124.158)	9.969.628.883
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	279.396	85.078	-	-	364.474
Outros credores por operações de seguros e outras operações	47.742.629	193.108.310	410.249.337	56.236.247	(67.724.911)	639.611.612
Passivos por impostos	88.353.861	67.866.604	64.223.459	23.454.039	(12.697.344)	231.200.619
Acréscimos e diferimentos	50.014.836	88.704.182	26.920.588	77.086.759	(1.083.181)	241.643.184
Outras Provisões	-	76.076.906	45.256.611	11.567.457	-	132.900.974
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	1.081.671	-	-	-	1.081.671
	12.687.702.371	3.195.812.144	975.855.532	586.496.791	(323.239.941)	17.122.626.897
Total segmentos						3.346.525.262
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados						3.346.525.262

2019	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	293.334.440	521.210.199	-	814.544.639
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	1.215.867	1.215.867
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(163.914.666)	(199.559.611)	-	(363.474.277)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(567.582)	(6.488.745)	-	(7.056.327)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(16.193.739)	(356.415.475)	-	(372.609.214)
Custos e gastos de exploração líquidos	(77.871.616)	(10.388.129)	(55.276.621)	(143.536.367)
Rendimentos	51.353.727	44.239.342	190.755.565	286.348.634
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	2.708.416	7.700.902	(2.970.012)	7.439.306
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(862.137)	(31.127)	(49.537.043)	(50.430.307)
Outros rendimentos/gastos	(16.174.028)	(98.365)	(484.340)	(16.756.734)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-
Interesses não controlados	-	-	-	-
	71.812.813	168.991	83.703.415	155.685.219
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12.587.531	63.803.723	198.758.974	275.150.228
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	59.723.559	-	1.393.017.591	1.452.741.150
Ativos financeiros detidos para negociação	507.354	2.656.220	6.627.225	9.790.799
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	8.339.644	151.194.345	290.139.080	449.673.069
Derivados de cobertura	-	24.989	1.895.714	1.920.703
Ativos disponíveis para venda	1.106.184.751	1.707.091.633	7.012.736.758	9.826.013.143
Empréstimos e contas a receber	57.102.828	415.888.195	588.870.332	1.061.861.355
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	1.074.167.759	1.074.167.759
Terrenos e edifícios	10.842.340	3.929.819	5.389.000	20.161.159
Outros ativos tangíveis e intangíveis	1.451.830	(935.561)	1.051.069	1.567.338
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	63.991.620	-	-	63.991.620
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.169.165	10.114.122	3.811.050	37.094.337
Ativos por impostos	8.343.124	4.698.831	70.747.954	83.789.909
Acréscimos e diferimentos	190.593	3.339.765	5.885.191	9.415.549
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	1.352.434.339	2.361.806.081	10.653.097.697	14.367.338.117
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	4.585.609	4.745	-	4.590.354
Provisão matemática do ramo vida	1.105.847.259	2.057.995.011	-	3.163.842.270
Provisão para sinistros	163.690.849	21.514.259	-	185.205.108
Provisão para participação nos resultados	35.995.121	49.373.112	-	85.368.233
Provisão para compromissos de taxa	220.204	29.171.855	-	29.392.059
Provisão para estabilização de carteira	26.462.475	-	-	26.462.475
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	228.864	-	-	228.864
Passivos financeiros	3.405.948	2.315.126	9.000.780.607	9.006.501.681
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	14.713.502	11.270.136	21.758.991	47.742.629
Passivos por impostos	6.970.072	2.510.735	78.873.054	88.353.861
Acréscimos e diferimentos	8.405.612	6.098.296	35.510.928	50.014.836
Outras Provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	1.370.525.516	2.180.253.275	9.136.923.580	12.687.702.371

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2019	Não vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	262.799.652	371.773.789	226.423.583	628.977.669	16.027.763	46.064.633	84.941.372	1.637.008.462
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(227.213.545)	(302.185.718)	(100.958.994)	(441.190.286)	(6.027.706)	(17.321.245)	(61.961.040)	(1.156.858.534)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	334.207	(1.169.174)	(2.190.228)	6.997.089	166.274	(552.895)	(134.299)	3.450.973
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	(14.040)	(154.982)	(669.847)	15.481	-	(3.273.544)	(4.096.933)
Custos e gastos de exploração líquidos	(65.074.368)	(69.498.401)	(110.932.745)	(201.606.067)	(7.579.699)	(24.716.904)	(20.136.636)	(499.544.821)
Rendimentos	29.809.094	6.234.482	9.116.233	18.913.872	490.734	3.478.774	2.005.777	70.048.966
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(2.671.985)	4.728.090	7.406.460	16.527.638	532.759	2.934.439	400.036	29.857.436
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(3.033.526)	(1.250.950)	(4.433.558)	(11.201.659)	175.484	(2.092.814)	(2.740.223)	(24.577.246)
Outros rendimentos/gastos	(776.631)	(2.282.449)	4.047.430	18.288.234	(673.879)	(1.043.966)	1.525.357	19.084.096
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.530.226)	(3.049.167)	(4.449.159)	(6.956.773)	(241.070)	(557.784)	(1.856.041)	(18.640.220)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(7.357.328)	3.286.462	23.874.040	28.079.869	2.886.140	6.192.237	(1.229.241)	55.732.179
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.441.633	21.861.107	8.575.744	28.075.533	327.955	2.655.513	76.859.268	147.796.753
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	320.276.922	38.005.880	83.569.421	223.095.370	4.748.017	35.892.910	14.521.542	720.110.062
Ativos financeiros detidos para negociação	1.467.566	91.662	336.500	555.754	11.604	181.349	23.144	2.667.579
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	19.809.661	5.976.608	16.080.665	40.267.670	687.446	5.976.738	3.564.185	92.362.973
Derivados de cobertura	629.856	82.179	181.128	483.460	10.291	77.794	17.949	1.482.657
Ativos disponíveis para venda	666.573.568	110.055.562	139.175.345	358.770.797	6.165.420	55.888.079	53.164.766	1.389.793.537
Empréstimos e contas a receber	38.697.114	92.498.642	10.493.911	17.553.520	4.655.357	2.792.723	8.016.933	174.708.200
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios	9.570.233	29.710.529	39.824.682	77.420.323	1.839.194	13.957.126	(24.933.688)	147.388.399
Outros ativos tangíveis e intangíveis	1.790.568	1.428.086	2.391.425	8.564.633	101.140	510.419	137.592.396	152.378.667
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	6.374.805	92.774.688	179.964.597	27.007.588	12.769.396	42.703.606	22.249.658	383.844.338
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	22.698.649	94.457.178	95.804.433	102.100.229	8.925.983	32.319.977	13.506.977	369.813.425
Ativos por impostos	12.456.860	5.355.454	16.461.427	37.991.532	931.880	4.700.771	2.216.142	80.114.066
Acréscimos e diferimentos	243.974	366.455	774.037	2.610.654	13.436	118.512	3.098.172	7.225.240
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	3.198	14.707	32.405	86.493	1.841	13.918	3.215	155.777
	1.110.034.606	492.678.737	593.665.720	924.583.557	41.188.960	197.789.435	309.900.660	3.669.841.674
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	59.983.216	63.059.900	147.595.780	220.193.367	6.712.359	29.435.490	9.031.261	536.011.373
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	973.174.399	140.902.474	187.629.240	447.165.030	15.276.937	112.595.360	49.278.169	1.926.021.609
Provisão para participação nos resultados	-	-	1.750	-	-	-	1	1.751
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	28.966.342	91.167	-	61.682	-	29.119.191
Provisão para riscos em curso	997.564	4.912.646	4.152.052	19.473.870	-	1.801.686	224.722	31.562.540
Passivos financeiros	1.338.082	83.885.445	22.081.958	15.525.103	549.851	1.592.374	121.005.799	245.978.612
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	4.661	-	1.881	-	-	272.854	279.396
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19.879.733	55.078.027	55.653.179	29.039.180	2.687.985	11.149.359	19.620.848	193.108.310
Passivos por impostos	21.392.101	4.685.684	12.873.542	24.415.819	538.000	2.096.818	1.864.640	67.866.604
Acréscimos e diferimentos	9.851.126	14.236.791	15.033.392	30.342.750	505.890	3.075.447	15.658.786	88.704.182
Outras Provisões	75.698.415	114.858	-	118.447	-	-	145.186	76.076.906
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	552.021	51.054	112.486	300.244	6.391	48.313	11.162	1.081.671
	1.162.866.657	366.931.540	474.099.721	786.666.858	26.277.413	161.856.529	217.113.428	3.195.812.144

BP FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2018	Segmento seguradoras			Segmento saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	445.522.926	1.281.649.431	72.264	-	5.675.957	1.732.920.578
contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.224.954	-	-	-	-	1.224.954
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(265.673.817)	(992.860.590)	-	(48.678.357)	102.935.920	(1.204.276.844)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(17.011.278)	11.047.219	-	-	-	(5.964.059)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(138.103.136)	(3.500.532)	-	-	3.299.046	(138.304.622)
Custos e gastos de exploração líquidos	(101.316.911)	(334.108.219)	(1)	-	(5.221.204)	(440.646.335)
Rendimentos	309.288.375	71.305.394	102.644.023	(8.618)	(90.870.652)	392.358.522
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	164.265.786	16.679.437	(24.730.815)	9.909	(20.414.651)	135.809.666
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(166.342.193)	(41.854.616)	(132.312.600)	(1.670.584)	152.845.553	(189.334.440)
Outros rendimentos/gastos	403.892	40.571.597	11.383.132	60.976.706	(95.456.758)	17.878.569
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	116.573.579	-	(3.498.380)	113.075.199
Imposto sobre o rendimento do exercício	(42.493.543)	(33.637.776)	(46.043.760)	(1.679.087)	2.878.590	(120.975.576)
Interesses não controlados	-	-	-	(58.656)	(52.000.850)	(52.059.506)
	189.765.055	15.291.345	27.585.822	8.891.313	172.571	241.706.106
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	577.861.540	56.127.969	366.369.072	59.723.565	-	1.060.082.146
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.217.666.334	310.584.879	2.808.411.574	952.090	(4.335.307.731)	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	11.796.723	1.813.234	10.889.448	-	(7.885.804)	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	328.457.084	63.745.588	471.675.674	769.676	(1.969.282)	862.678.740
Derivados de cobertura	2.267.528	1.855.423	261.418	-	-	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	8.816.278.840	1.404.296.276	492.048.980	59.863	(564.373.145)	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	1.521.654.479	525.746.320	355.173.089	-	(308.414.992)	2.094.158.896
Terrenos e edifícios	9.613.634	172.052.029	1.489.961.021	403.862.563	(124.127)	2.075.365.120
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6.812.596	29.153.364	690.611	63.701.442	-	100.358.013
Goodwill	-	-	-	148.573.534	334.959.277	483.532.811
Provisões técnicas de resseguro cedido	23.382.812	321.535.083	-	-	(121.309.838)	223.608.057
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	7.299.079	-	-	7.299.079
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	49.939.200	190.522.406	228.041.463	91.516.567	113.488.295	673.507.931
Ativos por impostos	175.425.916	95.277.695	73.474.824	13.370.585	1.860.815	359.409.835
Acréscimos e diferimentos	13.253.520	4.763.269	9.613.870	57.732.717	1.430.975	86.794.351
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	152.579	4.270.663	-	-	4.423.242
	12.754.410.206	3.177.626.114	6.318.180.786	840.262.602	(4.887.645.557)	18.202.834.151
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1.634.440	315.654.076	(62.162)	-	(30.087.944)	287.138.410
Provisão matemática do ramo vida	1.907.427.795	-	-	-	-	1.907.427.795
Provisão para sinistros	119.112.004	1.801.689.998	-	-	(104.237.891)	1.816.564.111
Provisão para participação nos resultados	81.083.956	20.564	-	-	-	81.104.520
Provisão para compromissos de taxa	22.683.110	-	-	-	-	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	26.254.032	-	-	-	-	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	-	27.302.513	-	-	-	27.302.513
Provisão para riscos em curso	-	36.514.181	-	-	-	36.514.181
Passivos financeiros	9.288.350.690	130.715.509	369.965.039	357.390.355	(88.072.491)	10.058.349.102
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	231.526	83.423	-	-	314.949
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.761.598	165.730.341	374.949.377	61.131.167	(98.284.380)	530.288.103
Passivos por impostos	75.021.731	58.332.492	34.026.451	25.104.436	(8.907.426)	183.577.684
Acréscimos e diferimentos	47.392.152	65.543.117	15.943.253	69.531.225	(334.617)	198.075.130
Outras Provisões	-	74.045.930	25.672.691	11.754.017	-	111.472.638
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	529.650	-	-	-	529.650
	11.595.721.508	2.676.309.897	820.578.072	524.911.200	(329.924.749)	15.287.595.928
Total Segmentos						2.673.532.117
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados						2.673.532.117

B FP

2018	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	185.400.256	260.122.670	-	445.522.926
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	1.224.954	1.224.954
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(91.672.200)	(174.001.617)	-	(265.673.817)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(1.848.968)	(15.162.310)	-	(17.011.278)
Custos e gastos de exploração líquidos	(11.937.557)	(126.165.579)	-	(138.103.136)
Rendimentos	(27.187.862)	(11.100.931)	(63.028.118)	(101.316.911)
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	14.238.983	42.037.253	253.012.139	309.288.375
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	10.386.723	(1.396.855)	155.275.918	164.265.786
Outros rendimentos/gastos	(7.426.503)	(2.819.483)	(156.096.207)	(166.342.193)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	560.988	(16.810)	(140.286)	403.892
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-
Interesses não controlados	(10.988.267)	(219.344)	(31.285.932)	(42.493.543)
	-	-	-	-
	59.525.593	(28.723.006)	158.962.468	189.765.055
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26.984.245	78.888.505	471.988.790	577.861.540
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	40.745.483	-	1.176.920.851	1.217.666.334
Ativos financeiros detidos para negociação	107.435	1.776.488	9.912.800	11.796.723
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.598.084	104.373.966	219.485.034	328.457.084
Derivados de cobertura	12.997	11.695	2.242.836	2.267.528
Ativos disponíveis para venda	281.409.313	1.550.026.557	6.984.842.970	8.816.278.840
Empréstimos e contas a receber	44.961.327	127.237.020	1.349.456.132	1.521.654.479
Terrenos e edifícios	9.267.680	345.954	-	9.613.634
Outros ativos tangíveis e intangíveis	3.308.810	717.399	2.786.387	6.812.596
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	23.382.812	-	-	23.382.812
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	12.233.975	9.673.143	28.032.082	49.939.200
Ativos por impostos	9.759.198	2.287.658	163.379.060	175.425.916
Acréscimos e diferimentos	328.846	1.162.352	11.762.322	13.253.520
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	457.100.205	1.876.500.737	10.420.809.264	12.754.410.206
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.626.030	8.410	-	1.634.440
Provisão matemática do ramo vida	216.812.557	1.690.615.238	-	1.907.427.795
Provisão para sinistros	99.447.975	19.664.029	-	119.112.004
Provisão para participação nos resultados	35.092.023	45.991.933	-	81.083.956
Provisão para compromissos de taxa	-	22.683.110	-	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	26.254.032	-	-	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	3.821.647	1.300.907	9.283.228.136	9.288.350.690
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.257.985	2.530.703	15.972.910	26.761.598
Passivos por impostos	5.373.621	3.337.050	66.311.060	75.021.731
Acréscimos e diferimentos	6.124.605	5.409.039	35.858.508	47.392.152
Outras Provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	402.810.475	1.791.540.419	9.401.370.614	11.595.721.508

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2018	Não vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	208.091.959	308.749.414	169.957.871	484.387.545	8.313.074	27.751.811	74.397.757	1.281.649.431
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(206.740.043)	(253.211.816)	(103.430.853)	(362.191.015)	(3.240.868)	(8.279.829)	(55.766.166)	(992.860.590)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.781.941	(3.562.470)	2.558.049	7.665.007	(177.117)	(241.571)	23.380	11.047.219
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	(197.937)	-	-	-	(3.302.595)	(3.500.532)
Custos e gastos de exploração líquidos	(41.865.161)	(59.130.944)	(67.728.582)	(138.994.324)	(2.569.138)	(12.895.605)	(10.924.465)	(334.108.219)
Rendimentos	24.502.196	6.196.345	12.504.987	21.499.557	609.445	3.983.475	2.009.389	71.305.394
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(1.844.252)	3.137.095	4.865.511	7.391.331	308.397	1.026.559	1.794.796	16.679.437
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(16.859.782)	(2.632.857)	(6.432.444)	(12.790.527)	(407.494)	(2.772.859)	41.347	(41.854.616)
Outros rendimentos/gastos	281.189	325.463	11.915.731	26.717.498	(8.665)	2.482	1.337.899	40.571.597
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(317.930)	(3.628.689)	(8.397.993)	(15.058.924)	(407.546)	(2.441.490)	(3.385.204)	(33.637.776)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(29.969.883)	(3.758.459)	15.614.340	18.626.148	2.420.088	6.132.973	6.226.138	15.291.345
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.699.727	20.526.200	6.416.055	11.477.895	179.468	988.192	7.840.432	56.127.969
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	277.023.792	2.581.119	5.991.110	15.921.889	351.851	2.462.039	6.253.079	310.584.879
Ativos financeiros detidos para negociação	485.937	103.889	385.443	669.126	14.730	126.699	27.410	1.813.234
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	5.738.166	13.725.525	36.408.061	806.084	5.640.487	1.427.265	63.745.588
Derivados de cobertura	443.466	126.559	304.332	807.005	17.873	125.065	31.123	1.855.423
Ativos disponíveis para venda	537.093.402	116.214.215	187.422.532	425.308.902	7.968.826	61.799.565	68.488.834	1.404.296.276
Empréstimos e contas a receber	95.023.085	115.781.725	75.585.865	191.736.265	4.256.233	29.216.115	14.147.032	525.746.320
Terrenos e edifícios	7.589.007	28.462.865	35.383.899	81.129.700	2.682.025	14.227.265	2.577.268	172.052.029
Outros ativos tangíveis e intangíveis	3.405.595	2.757.342	6.905.242	13.058.567	204.505	1.542.623	1.279.490	29.153.364
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.571.174	87.474.084	170.459.151	9.465.911	7.868.306	20.817.652	20.878.805	321.535.083
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20.273.904	62.417.321	52.873.309	34.230.722	2.835.293	8.911.298	8.980.559	190.522.406
Ativos por impostos	17.992.011	6.169.001	17.941.669	42.960.298	989.513	6.655.019	2.570.184	95.277.695
Acréscimos e diferimentos	355.456	358.483	1.000.229	2.433.366	18.060	137.150	460.525	4.763.269
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	13.677	32.886	87.205	1.931	13.514	3.366	152.579
	972.956.556	448.724.646	574.427.247	865.694.912	28.194.698	152.662.683	134.965.372	3.177.626.114
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	13.632.859	54.485.510	79.680.107	150.579.489	1.696.010	8.599.241	6.980.860	315.654.076
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	872.424.074	126.653.146	212.018.069	431.537.642	11.820.806	101.610.568	45.625.693	1.801.689.998
Provisão para participação nos resultados	-	-	16.905	-	-	-	3.659	20.564
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	27.169.158	71.673	-	61.682	-	27.302.513
Provisão para riscos em curso	1.331.772	3.755.245	3.485.649	26.468.106	190.202	1.191.885	91.322	36.514.181
Passivos financeiros	1.589.987	79.457.143	27.054.787	3.253.278	560.892	1.975.488	16.823.934	130.715.509
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	3.716	-	2.266	-	-	225.544	231.526
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19.254.173	56.211.583	43.290.936	23.397.378	2.632.412	7.860.312	13.083.547	165.730.341
Passivos por impostos	15.120.773	3.747.766	11.912.570	23.021.457	502.607	1.989.510	2.037.809	58.332.492
Acréscimos e diferimentos	8.366.925	11.143.105	13.205.443	26.531.664	499.644	2.351.189	3.445.147	65.543.117
Outras Provisões	73.785.011	332	-	91.515	-	-	169.072	74.045.930
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	47.478	114.158	302.714	6.704	46.913	11.683	529.650
	1.005.505.574	335.505.024	417.947.782	685.257.182	17.909.277	125.686.788	88.498.270	2.676.309.897



(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Mercados geográficos

2019	Segmento geográfico							
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	América do Sul	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.900.722.764	55.927.571	44.279.150	93.545.854	357.024.870	-	6.899.420	2.458.399.629
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.163.741	52.126	-	-	-	-	-	1.215.867
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.316.759.666)	(44.885.151)	(30.482.108)	(8.000.340)	(178.344.194)	-	107.438.671	(1.471.032.788)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(5.607.928)	206.262	388.953	30.386	1.376.974	-	-	(3.605.353)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(279.680.709)	(2.249.701)	(1.183.018)	(82.867.217)	(10.725.502)	-	3.098.192	(373.607.955)
Custos e gastos de exploração líquidos	(420.492.724)	(21.651.467)	(17.550.661)	(4.394.307)	(179.017.225)	-	(1.250.600)	(644.356.984)
Rendimentos	317.600.825	52.191.965	2.993.719	27.949.626	69.098.413	971	(58.794.776)	411.040.743
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	33.537.100	39.672.333	11.586.765	(10.302.706)	3.492.623	(22.882)	(20.298.614)	57.664.619
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(131.377.354)	(42.647.048)	(636.679)	(158.900)	(3.831.868)	-	32.433.755	(146.218.094)
Outros rendimentos/gastos	88.267.345	(374.429)	(3.696.901)	2.127.520	(27.385.176)	(3.336)	(111.720.104)	(52.785.081)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	10.637.991	23.882.681	(1.814.095)	(3.659.642)	(3.683.784)	-	(31.714.010)	(6.350.859)
Interesses não controlados	80.316	-	-	-	-	-	(52.853.168)	(52.772.852)
	198.091.701	60.125.142	3.885.125	14.270.274	28.005.131	(25.247)	(126.761.234)	177.590.892
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	613.377.928	102.187.645	14.312.516	57.370.689	111.445.120	579.042	-	899.272.940
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	4.725.809.384	277.588.257	11.584	98.268.834	237.017.623	-	(5.334.716.600)	3.979.082
Ativos financeiros detidos para negociação	40.291.253	1.094.049	-	-	-	-	(19.546.282)	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	556.699.143	390.835.227	-	27.704.134	16.228.661	-	(18.383.716)	973.083.449
Derivados de cobertura	5.325.203	-	-	-	278.183	-	(1.926.441)	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	9.973.165.828	832.445.703	5.688.112	-	1.078.863.846	-	(698.926.376)	11.191.237.113
Empréstimos e contas a receber	1.315.277.623	58.965.688	34.918.835	151.775.313	161.863.204	-	(337.733.703)	1.385.066.960
Investimentos a deter até à maturidade	1.074.167.759	-	-	-	-	-	-	1.074.167.759
Terrenos e edifícios	1.187.675.394	919.689.582	35.542.718	478.463.089	226.775.318	-	(11.654.715)	2.836.491.386
Outros ativos tangíveis e intangíveis	48.775.049	(4.437.409)	3.030.677	265.628	188.559.010	-	-	236.192.955
Goodwill	154.226.219	-	-	-	-	-	373.876.983	528.103.202
Provisões técnicas de resseguro cedido	217.305.035	47.399.597	10.535.958	13.565.549	159.029.819	-	(101.752.623)	346.083.335
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	4.302.237	-	-	-	-	-	-	4.302.237
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	392.952.184	41.053.353	32.602.387	10.664.629	120.687.137	-	159.869.318	757.829.008
Ativos por impostos	259.638.237	34.105.455	-	662.463	10.113.251	1.208	(32.018.215)	272.502.399
Acréscimos e diferimentos	82.323.034	1.547.767	517.136	659.360	3.203.952	-	(95.223)	88.156.026
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	4.327.134	-	-	-	-	-	-	4.327.134
	20.655.638.644	2.702.474.914	137.159.923	839.399.688	2.314.065.124	580.250	(6.023.007.593)	20.626.310.950
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	306.256.850	9.771.694	16.538.211	8.687.555	199.347.418	-	(30.486.311)	510.115.417
Provisão matemática do ramo vida	1.790.210.355	345.680.893	3.868.498	137.085.447	886.997.077	-	-	3.163.842.270
Provisão para sinistros	1.785.607.426	55.387.223	23.983.215	15.473.565	230.775.287	-	(81.124.036)	2.030.102.680
Provisão para participação nos resultados	82.181.628	3.112.901	-	75.455	-	-	-	85.369.984
Provisão para compromissos de taxa	29.102.543	69.312	-	-	220.204	-	-	29.392.059
Provisão para estabilização de carteira	26.462.475	-	-	-	-	-	-	26.462.475
Provisão para desvios de sinistralidade	29.071.541	39.332	-	8.318	-	-	-	29.119.191
Provisão para riscos em curso	11.849.898	316.580	263.251	315.811	19.045.864	-	-	31.791.404
Passivos financeiros	9.549.360.512	132.644.921	2.884.216	311.094.941	103.768.451	-	(130.124.158)	9.969.628.883
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	364.474	-	-	-	-	-	-	364.474
Outros credores por operações de seguros e outras operações	259.464.447	282.127.307	41.748.326	18.734.465	87.895.536	-	(67.724.911)	622.245.170
Passivos por impostos	181.937.516	9.907.379	4.321.446	18.017.526	26.648.437	-	(12.697.344)	228.134.960
Acréscimos e diferimentos	207.050.686	11.953.036	3.162.695	9.082.229	11.476.520	1.199	(1.083.181)	241.643.184
Outras Provisões	122.998.450	3.584.900	995.049	-	5.322.575	-	-	132.900.974
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	1.081.671	-	-	-	-	-	-	1.081.671
	14.383.000.472	854.595.478	97.764.907	518.575.312	1.571.497.369	1.199	(323.239.941)	17.102.194.796
Total Segmentos								3.346.525.262
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados								3.346.525.262

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2018	Segmento geográfico							
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	América do Sul	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.581.297.119	51.553.531	49.607.337	44.786.634	-	-	5.675.957	1.732.920.578
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.171.783	53.171	-	-	-	-	-	1.224.954
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.237.917.617)	(33.532.659)	(25.999.221)	(9.763.267)	-	-	102.935.920	(1.204.276.844)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(6.283.280)	515.441	(121.675)	(74.545)	-	-	-	(5.964.059)
Custos e gastos de exploração líquidos	(100.055.053)	(7.583.044)	(1.331.763)	(32.633.808)	-	-	3.299.046	(138.304.622)
Rendimentos	(392.052.629)	(20.361.044)	(19.559.679)	(3.451.779)	-	-	(5.221.204)	(440.646.335)
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	406.211.362	43.724.246	3.402.597	29.707.116	-	183.853	(90.870.652)	392.358.522
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	144.218.695	(5.711.239)	14.932.352	3.505.656	(28.666)	(692.481)	(20.414.651)	135.809.666
Outros rendimentos/gastos	(267.023.790)	(73.701.525)	(1.422.302)	(32.376)	-	-	152.845.553	(189.334.440)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	129.644.474	(4.015.202)	(12.505.125)	550.437	248.201	(587.458)	(95.456.758)	17.878.569
Imposto sobre o rendimento do exercício	116.573.579	-	-	-	-	-	(3.498.380)	113.075.199
Interesses não controlados	(109.562.172)	(8.904.991)	(2.337.116)	(2.985.124)	(64.763)	-	2.878.590	(120.975.576)
	(58.656)	-	-	-	-	-	(52.000.850)	(52.059.506)
	266.163.815	(57.963.315)	4.665.405	29.608.944	154.772	(1.096.086)	172.571	241.706.106
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	871.181.251	70.432.440	8.294.949	78.613.482	30.951.169	608.855	-	1.060.082.146
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	3.971.529.881	270.856.755	11.713	95.216.528	-	-	(4.335.307.731)	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	24.069.333	430.072	-	-	-	-	(7.885.804)	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	580.732.638	267.763.568	-	16.151.816	-	-	(1.969.282)	862.678.740
Derivados de cobertura	4.380.230	4.139	-	-	-	-	-	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	9.811.923.496	895.797.119	4.963.344	-	-	-	(564.373.145)	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	2.166.194.248	36.284.423	30.386.070	77.899.594	91.809.553	-	(308.414.992)	2.094.158.896
Terrenos e edifícios	879.925.566	706.589.589	42.705.062	446.269.030	-	-	(124.127)	2.075.365.120
Outros ativos tangíveis e intangíveis	96.152.946	522.959	3.364.062	318.046	-	-	-	100.358.013
Goodwill	148.573.534	-	-	-	-	-	334.959.277	483.532.811
Provisões técnicas de resseguro cedido	240.016.167	65.717.970	10.997.957	28.185.801	-	-	(121.309.838)	223.608.057
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	7.299.079	-	-	-	-	-	-	7.299.079
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	474.612.082	38.053.943	42.147.138	3.757.757	-	-	113.488.295	672.059.215
Ativos por impostos	350.190.696	150.541	-	-	3.190	1.419	1.860.815	352.206.661
Acréscimos e diferimentos	82.913.571	1.663.408	378.885	407.512	-	-	1.430.975	86.794.351
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	4.352.580	-	70.662	-	-	-	-	4.423.242
	19.714.047.298	2.354.266.926	143.319.842	746.819.566	122.763.912	610.274	(4.887.645.557)	18.194.182.261
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	287.907.106	8.741.383	14.655.585	5.922.280	-	-	(30.087.944)	287.138.410
Provisão matemática do ramo vida	1.503.873.432	345.196.390	3.515.387	54.842.586	-	-	-	1.907.427.795
Provisão para sinistros	1.792.354.301	71.876.331	22.740.825	33.830.545	-	-	(104.237.891)	1.816.564.111
Provisão para participação nos resultados	77.597.702	3.455.664	2.096	49.058	-	-	-	81.104.520
Provisão para compromissos de taxa	22.613.798	69.312	-	-	-	-	-	22.683.110
Provisão para estabilização de carteira	26.254.032	-	-	-	-	-	-	26.254.032
Provisão para desvios de sinistralidade	27.258.672	35.727	-	8.114	-	-	-	27.302.513
Provisão para riscos em curso	34.997.135	526.447	652.203	338.396	-	-	-	36.514.181
Passivos financeiros	9.715.246.609	118.990.256	2.542.405	309.642.323	-	-	(88.072.491)	10.058.349.102
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	314.949	-	-	-	-	-	-	314.949
Outros credores por operações de seguros e outras operações	293.629.410	248.784.933	53.996.011	30.711.037	-	2.376	(98.284.380)	528.839.387
Passivos por impostos	158.495.355	5.522.137	5.982.491	15.217.660	64.293	-	(8.907.426)	176.374.510
Acréscimos e diferimentos	187.198.694	5.770.976	3.336.406	2.091.865	-	11.806	(334.617)	198.075.130
Outras Provisões	110.216.004	448.299	808.335	-	-	-	-	111.472.638
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	529.650	-	-	-	-	-	-	529.650
	14.238.486.849	809.417.855	108.231.744	452.653.864	64.293	14.182	(329.924.749)	15.278.944.038
							Total Segmentos	2.673.532.117
							Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.673.532.117

As rubricas “Outros devedores e credores” e “Ativos e Passivos por Impostos” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

2B FP

48. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as demonstrações financeiras da Longrun Portugal, SGPS, S.A. incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2019

	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Tom Tailor, GmbH	Millennium Gain Ltd	Peak Reinsurance Company	Xingtao Assets Limited	FOSUN MANAGEMENT (PORTUGAL), LDA
	(5)	(5)	(1)	(5)	(5)	(5)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	379.583.574	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	63.064	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	25.469.831	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	82.064.001	-	-	-	269.979.750	-
Empréstimos e contas a receber	19.259.979	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	2.577.276	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	454.907	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	2.582.922	-	-
Contas a receber por outras operações	16.972.766	-	-	-	42.512	576
Passivo						
Provisão para sinistros	-	-	-	55.972	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	3.226.034	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	14.928.530	-	-	4.187.238	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	4.128.143	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	342.472	-	-
Contas a pagar por outras operações	899.513	5.269.099	1.000	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	27.322.660	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas						
Prémios brutos emitidos	117.641	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(10.248.770)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	106.346	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(41.915)	-	-	3.057.513	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(52.989.726)	-	-	1.554.174	-	-
Rendimentos	6.940.703	-	-	-	8.923.971	-
Gastos financeiros	(4.117.616)	-	-	(1.414)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	977.141	500.548	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.797.590	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	10.843.809	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(68.989)	-	-	-	-	189

JB FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	Hauk & Aufhäuser Privatbankiers AG (5)	Everest Healthcare Properties, LLC (5)	Banco Comercial Português, S.A. (5)	Fosun Asset Management Limited (5)	H&A Global Investment Management GmbH (5)	Total
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	17.778.410	-	28.085.685	-	-	425.447.669
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	63.064
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	16.889.117	28.118.167	-	-	70.477.115
Ativos disponíveis para venda	-	-	32.305.444	-	-	384.349.195
Empréstimos e contas a receber	-	-	1.912.172	-	-	21.172.151
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	2.577.276
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	454.907
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	2.582.922
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	17.015.854
Passivo						
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	55.972
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	3.226.034
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	19.115.768
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	4.128.143
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	342.472
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	6.169.612
Acréscimos e diferimentos	64.000	-	-	70.500	46.125	27.503.285
Ganhos e perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	117.641
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	(10.248.770)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	106.346
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	3.015.598
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	(2.541)	-	(51.438.093)
Rendimentos	26.718	-	2.611.037	-	-	18.502.429
Gastos financeiros	(325.919)	-	(11.639)	(360.105)	(140.465)	(4.957.158)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	1.477.689
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	968.697	2.732.750	-	-	5.499.037
Diferenças de câmbio	(45.596)	300.333	22.858	-	-	11.121.404
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(68.800)

FB FP

2018

	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Tom Tailor, GmbH	Millennium Gain Ltd	Peak Reinsurance Company	Xingtao Assets Limited	FOSUN MANAGEMENT (PORTUGAL), LDA
	(5)	(5)	(1)	(5)	(5)	(5)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	294.089.356	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	27.806	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21.822.191	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	50.295.477	12.248.844	-	-	270.114.750	-
Empréstimos e contas a receber	307.807.457	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	1.843.668	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	857.764	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	355.544	-	-
Contas a receber por outras operações	16.959.908	-	-	-	42.512	474
Acréscimos e diferimentos	15.272	-	-	-	-	-
Passivo						
Provisão para sinistros	-	-	-	55.972	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	4.469.613	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	31.600.000	-	-	2.084.856	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	4.485.183	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	5.083.684	-	-
Contas a pagar por outras operações	996.969	5.269.099	1.000	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	26.860.340	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas						
Prémios brutos emitidos	95.066	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(8.394.689)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	6.800	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(62.038)	-	-	4.992.689	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(59.919.723)	-	-	1.643.935	-	-
Rendimentos	3.664.946	-	-	-	8.904.047	-
Gastos financeiros	(4.171.049)	-	-	(2.979)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	11	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	14.918	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	3.361.373	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(4.578.676)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(135.487)	-	-	(2.952)	-	261
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	35.371	-	-	-	-	-

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	Hauck & Aufhäuser Privatbankiers AG (5)	Everest Healthcare Properties, LLC (5)	FOSUN INDUSTRIAL HOLDINGS (5)	Banco Comercial Português, S.A. (5)	Outros	Total
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13.562.870	-	-	90.829.838	-	398.482.064
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	27.806
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	15.620.087	-	-	-	37.442.278
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	2.992.554	(51.697)	335.599.928
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	20.880.327	-	328.687.784
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	1.843.668
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	857.764
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	355.544
Contas a receber por outras operações	-	-	113.822.820	-	35.281	130.860.995
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	15.272
Passivo						
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	55.972
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	4.469.613
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	33.684.856
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	4.485.183
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	5.083.684
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	5.888	6.272.956
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	26.860.340
Ganhos e perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	95.066
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	(8.394.689)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	6.800
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	(296.564)	4.634.087
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	-	(523.709)	(58.799.497)
Rendimentos	15.774	-	4.249.612	-	571.174	17.405.553
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	(4.174.028)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	52.402.976	-	-	52.402.987
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	14.918
Diferenças de câmbio	227.124	(60.256)	-	-	-	3.528.241
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	(4.578.676)
Outros rendimentos/gastos	(142.847)	-	-	-	-	(281.025)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	35.371

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2019 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável*	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
Presidente					
Lingjiang XU	-	-	-	-	-
Vogais					
Wai Lam William MAK	-	-	-	-	-

Conselho Fiscal

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
Presidente					
Pedro Antunes de Almeida	14.000	-	-	-	-
Vogais					
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	-	-	-	-

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2019 ascendem a 1.714.613 Euros, dos quais 1.504.733 Euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 209.880 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem essencialmente:

- Certificação do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF (Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. e Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.);
- Elaboração do relatório sobre o sistema Gestão de Risco e Controlo Interno da Garantia Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A..

B FP

49. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2019		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	899.272.940	899.272.940
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.829.056	2.150.026	3.979.082
Ativos financeiros detidos para negociação	21.839.020	-	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	973.083.449	-	973.083.449
Derivados de cobertura	3.676.945	-	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	11.175.408.799	15.828.314	11.191.237.113
Empréstimos e contas a receber	-	1.385.066.960	1.385.066.960
Investimentos a deter até à maturidade	-	1.074.167.759	1.074.167.759
Outros devedores	-	289.573.857	289.573.857
	12.175.837.269	3.666.059.856	15.841.897.125
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.926.511.323	1.926.511.323
Passivos financeiros detidos para negociação	82.034.738	-	82.034.738
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	138.722.643	8.786.279.047	8.925.001.690
Derivados de cobertura	25.705.957	-	25.705.957
Depósitos recebidos de resseguradores	-	75.145.827	75.145.827
Outros passivos financeiros	-	861.740.671	861.740.671
Outros credores	-	229.937.093	229.937.093
	246.463.338	11.879.613.961	12.126.077.299
	2018		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1.060.082.146	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.307.146	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	16.613.601	-	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	862.678.740	-	862.678.740
Derivados de cobertura	4.384.369	-	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	10.146.503.960	1.806.854	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	-	2.094.158.896	2.094.158.896
Outros devedores	-	201.893.997	201.893.997
	11.030.180.670	3.360.249.039	14.390.429.709
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.636.293.796	1.636.293.796
Passivos financeiros detidos para negociação	22.170.498	-	22.170.498
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	40.287.720	9.236.181.723	9.276.469.443
Derivados de cobertura	11.154.763	-	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	-	53.287.505	53.287.505
Outros passivos financeiros	-	695.266.893	695.266.893
Outros credores	-	144.450.701	144.450.701
	73.612.981	11.765.480.618	11.839.093.599

O montante da rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2019			2018		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	439.696.361	-	439.696.361	225.108.218	-	225.108.218
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(190.836.463)	-	(190.836.463)	(166.265.180)	-	(166.265.180)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(273.454.001)	-	(273.454.001)	(85.653.843)	-	(85.653.843)
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(6.419.501)	-	(6.419.501)	(1.596.903)	-	(1.596.903)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	30.344.368	-	30.344.368	22.207.777	-	22.207.777
de ativos disponíveis para venda	279.706.543	-	279.706.543	287.356.092	-	287.356.092
de empréstimos e contas a receber	14.205.303	-	14.205.303	8.294.867	-	8.294.867
de investimentos a deter até à maturidade	6.948.172	-	6.948.172	-	-	-
de depósitos à ordem	1.680.167	-	1.680.167	1.946.822	-	1.946.822
de outros ativos financeiros	569.155	-	569.155	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	124.795.267	425.106.569	549.901.836	359.274.833	(782.999.276)	(423.724.443)
de empréstimos e contas a receber	(2.245)	-	(2.245)	(30.104)	-	(30.104)
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(40.002.921)	-	(40.002.921)	(75.038.389)	-	(75.038.389)
de outros	(3.187.453)	-	(3.187.453)	3.385	-	3.385
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(227.270.914)	-	(227.270.914)	(259.827.473)	-	(259.827.473)
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	50.028.426	-	50.028.426	(35.321.742)	-	(35.321.742)
de outros	(15.166.709)	-	(15.166.709)	(24.728.202)	-	(24.728.202)
Diferenças de câmbio	125.059.276	-	125.059.276	190.143.936	-	190.143.936
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(122.652.049)	-	(122.652.049)	(245.626.850)	-	(245.626.850)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(150.576)	-	(150.576)	(91.380)	-	(91.380)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(489.326)	-	(489.326)	(266.896)	-	(266.896)
	<u>193.400.880</u>	<u>425.106.569</u>	<u>618.507.449</u>	<u>199.888.968</u>	<u>(782.999.276)</u>	<u>(583.110.308)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

	2019	2018
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	234.022.520	247.722.382
Empréstimos e contas a receber	14.205.303	8.294.867
Investimentos a deter até à maturidade	6.948.172	-
Depósitos à ordem	1.680.167	1.946.822
	<u>256.856.162</u>	<u>257.964.071</u>
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(29.839.362)	(30.521.827)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(40.002.921)	(75.038.389)
Depósitos recebidos de resseguradores	(489.326)	(266.896)
	<u>(70.331.609)</u>	<u>(105.827.112)</u>

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

	2019				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	ao justo valor	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	899.272.940	899.272.940
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.829.056	2.150.026	3.979.082
Ativos financeiros detidos para negociação	21.421.904	417.116	-	-	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	309.488.872	594.226.011	69.368.566	-	973.083.449
Derivados de cobertura	3.454.164	222.781	-	-	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	9.977.693.481	660.947.308	536.768.010	15.828.314	11.191.237.113
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1.385.066.960	1.385.066.960
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	1.074.167.759	1.074.167.759
Outros devedores	-	-	-	289.573.857	289.573.857
	10.312.058.421	1.255.813.216	607.965.632	3.666.059.856	15.841.897.125
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.926.511.323	1.926.511.323
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	138.722.643	-	8.786.279.047	8.925.001.690
Passivos financeiros detidos para negociação	8.704.017	73.330.721	-	-	82.034.738
Derivados de cobertura	4.138.374	21.567.583	-	-	25.705.957
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	75.145.827	75.145.827
Outros passivos financeiros	-	-	-	861.740.671	861.740.671
Outros credores	-	-	-	229.937.093	229.937.093
	12.842.391	233.620.947	-	11.879.613.961	12.126.077.299
	10.299.216.030	1.022.192.269	607.965.632	(8.213.554.106)	3.715.819.825
2018					
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	ao justo valor	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1.060.082.146	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.307.146	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	16.492.996	120.605	-	-	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	155.464.045	675.791.761	31.422.934	-	862.678.740
Derivados de cobertura	4.384.369	-	-	-	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	9.180.003.186	527.051.691	439.449.083	1.806.854	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	2.094.158.896	2.094.158.896
Outros devedores	-	-	-	201.893.997	201.893.997
	9.356.344.596	1.202.964.057	470.872.017	3.360.249.039	14.390.429.709
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.636.293.796	1.636.293.796
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	40.287.720	-	9.236.181.723	9.276.469.443
Passivos financeiros detidos para negociação	17.062.342	5.108.156	-	-	22.170.498
Derivados de cobertura	156.900	10.997.863	-	-	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	53.287.505	53.287.505
Outros passivos financeiros	-	-	-	695.266.893	695.266.893
Outros credores	-	-	-	144.450.701	144.450.701
	17.219.242	56.393.739	-	11.765.480.618	11.839.093.599
	9.339.125.354	1.146.570.318	470.872.017	(8.405.231.579)	2.551.336.110

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- **Nível 3** - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2019 e 2018, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	635.253.488	99.395	
Aquisições	40.561.546	31.334.629	
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	(20.259.098)	63.128	
por contrapartida de capitais próprios	(13.003.559)	-	
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(3.099.221)	-	
Alienações	(200.004.073)	(74.218)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	439.449.083	31.422.934	
Aquisições	124.633.126	51.744.294	2.395.430
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	(171.560)	595.154	(566.374)
por contrapartida de capitais próprios	(6.649.747)	-	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(1.682.946)	-	-
Alienações	(18.809.947)	(14.393.816)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	536.768.010	69.368.566	1.829.056

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2019		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	899.272.940	899.272.940	-
Ativos disponíveis para venda	15.828.314	15.828.314	-
Empréstimos e contas a receber	1.385.066.960	1.385.066.960	-
Investimentos a deter até à maturidade	1.074.167.759	1.089.881.501	(15.713.742)
Outros devedores	289.573.857	289.573.857	-
	3.663.909.830	3.679.623.572	(15.713.742)

	2018		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.060.082.146	1.060.082.146	-
Ativos disponíveis para venda	1.806.854	1.806.854	-
Empréstimos e contas a receber	2.094.158.896	2.094.158.896	-
Outros devedores	201.893.997	201.893.997	-
	<u>3.357.941.893</u>	<u>3.357.941.893</u>	<u>-</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:
 - i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
 - ii) Empréstimos hipotecários - não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento do Grupo e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como o Grupo avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento do Grupo, que vão da *Strategic Asset Allocation* (SAA) à *Tactical Asset Allocation* (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento do Grupo.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pelo Grupo e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;

- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de *reporting*;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos do Grupo é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos do Grupo é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco do Grupo e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos do Grupo são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pelo Grupo, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um *cash return* regular, permitindo, assim, ao Grupo uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira do Grupo é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pelo Grupo são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (*swaps, forwards, futuros, etc.*), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir ao Grupo, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de *targets* e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos *targets* e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos *targets* e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos **mecanismos de controlo de perdas nos ativos**, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da *time weighted return* TWR e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

	2019			2018		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	895.354.310	-	895.354.310	1.027.330.545	-	1.027.330.545
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de	557.197.818	-	557.197.818	574.958.035	-	574.958.035
Ativos disponíveis para venda	9.527.076.824	(49.985.367)	9.477.091.457	8.987.526.370	(54.778.794)	8.932.747.576
Empréstimos e contas a receber	1.385.913.316	(846.356)	1.385.066.960	2.094.854.676	(695.780)	2.094.158.896
Investimentos a deter até à maturidade	1.074.167.759	-	1.074.167.759	-	-	-
Outros devedores	315.343.320	(25.769.463)	289.573.857	222.367.424	(20.473.427)	201.893.997
Exposição máxima a risco de crédito	<u>13.755.053.347</u>	<u>(76.601.186)</u>	<u>13.678.452.161</u>	<u>12.907.037.050</u>	<u>(75.948.001)</u>	<u>12.831.089.049</u>

Em 2019 e 2018, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 3.002.884 Euros e 5.203 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 8).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018, por *rating* da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

Classe de ativo	2019			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
AAA	-	308.392	11.030.505	11.338.897
AA- até AA+	12.139.799	111.556	17.469.092	29.720.447
A- até A+	288.017	662.650.655	231.587.715	894.526.387
BBB- até BBB+	270.618.729	315.091.941	23.933.864	609.644.534
BB- até BB+	426.471.084	-	17.297.793	443.768.877
B- até B+	-	-	12.320.390	12.320.390
CCC- até CCC+	388.912	-	-	388.912
Sem rating	9.183.791	49.922.837	196.662.996	255.769.624
	<u>719.090.332</u>	<u>1.028.085.381</u>	<u>510.302.355</u>	<u>2.257.478.068</u>
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	-	-	146.916	146.916
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>146.916</u>	<u>146.916</u>
Total	<u>719.090.332</u>	<u>1.028.085.381</u>	<u>510.449.271</u>	<u>2.257.624.984</u>

JB FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2018				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	608.855	608.855
A- até A+	124.903.474	881.169.122	1.789.324	177.477.389	1.185.339.309
BBB- até BBB+	355.306.244	589.392.212	-	92.061.427	1.036.759.883
BB- até BB+	693.297.753	10.434.805	-	5.727.027	709.459.585
B- até B+	-	-	-	20.131.210	20.131.210
Sem rating	10.209.157	45.724.266	-	69.484.392	125.417.815
	1.183.716.628	1.526.720.405	1.789.324	365.490.300	3.077.716.657
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	-	-	-	542.606	542.606
	-	-	-	542.606	542.606
Total	1.183.716.628	1.526.720.405	1.789.324	366.032.906	3.078.259.263

Na rubrica “Depósitos em instituições de crédito” estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica “Empréstimos e contas a receber” no valor de 1.362.123.759 Euros e 2.050.386.111 Euros, em 2019 e 2018, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por *rating* da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2019				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
A- até A+	-	5.721.217	51.292.156	1.975.753	58.989.126
BBB- até BBB+	1.440.738	42.871.839	83.481.259	89.169.419	216.963.255
BB- até BB+	1.717.972	2.781.221	1.488.339	447.369	6.434.901
Sem rating	1.187.565	36	53.619.570	53.554.475	108.361.646
	4.346.275	51.374.313	189.881.324	145.147.016	390.748.928
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	1.999.616	-	-	1.999.616
AA- até AA+	-	3.138.806	-	-	3.138.806
A- até A+	-	43.495	-	-	43.495
BBB- até BBB+	489.123	8.922.645	-	-	9.411.768
	489.123	14.104.562	-	-	14.593.685
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	100.616	-	718.384	819.000
A- até A+	-	1.062.301	1.231.883	4.184.474	6.478.658
BBB- até BBB+	-	8.510.514	38.499.228	1.026.264	48.036.006
BB- até BB+	-	1.068.441	-	-	1.068.441
B- até B+	25.469.640	-	-	-	25.469.640
CCC- até CCC+	28.118.167	-	-	-	28.118.167
	53.587.807	10.741.872	39.731.111	5.929.122	109.989.912
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	2.003.628	2.003.628
AA- até AA+	-	-	-	6.526.407	6.526.407
A- até A+	-	-	-	354.059	354.059
	-	-	-	8.884.094	8.884.094
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	58.423.205	76.220.747	229.612.435	159.960.232	524.216.619

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2019		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
Ativos detidos até à Maturidade			
Governos e outras autoridades locais			
A- até A+	358.706.978	715.460.781	1.074.167.759
	358.706.978	715.460.781	1.074.167.759
Total Ativos detidos até à maturidade	358.706.978	715.460.781	1.074.167.759

Classe de ativo	2019				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	-	82.029.281	82.029.281
AA- até AA+	-	2.401.378	-	204.496.473	206.897.851
A- até A+	-	320.842.981	130.379.839	594.645.044	1.045.867.864
BBB- até BBB+	-	421.488.623	360.749.170	378.126.450	1.160.364.243
BB- até BB+	21.023.283	94.992.024	111.234.139	100.681.254	327.930.700
B- até B+	-	8.692.287	25.184.601	35.156.083	69.032.971
CCC- até CCC+	-	3.255.312	-	15.502.093	18.757.405
Sem rating	31.805.145	-	-	293.274.452	325.079.597
	52.828.428	851.672.605	627.547.749	1.703.911.130	3.235.959.912
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	560.806	-	-	560.806
AA- até AA+	-	3.897.347	-	11.189.060	15.086.407
A- até A+	-	13.792.013	-	213.336.134	227.128.147
BBB- até BBB+	1.831.635.868	1.746.610.817	9.316.695	55.292.805	3.642.856.185
BB- até BB+	20.726.992	-	-	-	20.726.992
CCC- até CCC+	-	-	-	1.511.086	1.511.086
Sem rating	-	-	-	626.455	626.455
	1.852.362.860	1.764.860.983	9.316.695	281.955.540	3.908.496.078
Instituições Financeiras					
AAA	-	1.609.791	-	10.366.843	11.976.634
AA- até AA+	17.201.958	7.911.992	7.996.874	208.784.525	241.895.349
A- até A+	8.775.232	702.732.611	57.952.898	413.429.012	1.182.889.753
BBB- até BBB+	1.534.718	428.893.023	141.793.413	105.830.677	678.051.831
BB- até BB+	75.010.278	44.793.435	4.256.279	14.149.219	138.209.211
B- até B+	29.049.217	-	-	2.636.387	31.685.604
Sem rating	-	-	-	47.820.410	47.820.410
	131.571.403	1.185.940.852	211.999.464	803.017.073	2.332.528.792
Outros emitentes					
Sem rating	-	-	-	108.430	108.430
	-	-	-	-	108.430
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	2.036.762.691	3.802.474.440	848.863.908	2.788.883.743	9.477.093.212

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2018				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	25.880	-	-	25.880
A- até A+	-	301.051	49.413.738	-	49.714.789
BBB- até BBB+	99.479	20.725.432	76.127.735	2.502.626	99.455.272
BB- até BB+	-	-	71.462.651	702.319	72.164.970
Sem rating	-	12.048.173	48.904.658	217.035.911	277.988.742
	99.479	33.100.536	245.908.782	220.240.856	499.349.653
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.333.955	-	-	3.333.955
AA- até AA+	-	2.871.544	-	-	2.871.544
BBB- até BBB+	631.513	3.116.363	-	-	3.747.876
	631.513	9.321.862	-	-	9.953.375
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	100.213	-	695.010	795.223
A- até A+	-	934.517	1.199.641	2.516.494	4.650.652
BBB- até BBB+	-	1.925.131	35.886.380	575.621	38.387.132
B- até B+	21.822.000	-	-	-	21.822.000
	21.822.000	2.959.861	37.086.021	3.787.125	65.655.007
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	22.552.992	45.382.259	282.994.803	224.027.981	574.958.035

Classe de ativo	2018				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	52.437	-	52.437
AA- até AA+	-	-	21.445.150	40.723.232	62.168.382
A- até A+	-	39.823.679	180.705.631	542.575.605	763.104.915
BBB- até BBB+	-	252.952.915	529.247.622	177.190.433	959.390.970
BB- até BB+	11.593.427	227.868.468	145.228.587	82.722.206	467.412.688
B- até B+	-	22.131.251	59.311.548	52.118.910	133.561.709
CCC- até CCC+	-	-	16.122.358	-	16.122.358
C	-	-	-	7.778.384	7.778.384
Sem rating	37.073.604	-	-	299.199.620	336.273.224
	48.667.031	542.776.313	952.113.333	1.202.308.390	2.745.865.067
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	1.268.290	26.839.377	-	28.107.667
AA- até AA+	-	4.649.195	-	-	4.649.195
A- até A+	-	14.246.844	-	-	14.246.844
BBB- até BBB+	2.625.342.757	2.246.434.414	-	-	4.871.777.171
BB- até BB+	1.009.090	-	-	-	1.009.090
D	-	-	-	1.497.739	1.497.739
Sem rating	-	-	-	442.811	442.811
	2.626.351.847	2.266.598.743	26.839.377	1.940.550	4.921.730.517
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	1.125.851	1.125.851
AA- até AA+	-	9.922.894	-	9.795.502	19.718.396
A- até A+	-	77.587.598	104.689.081	425.607.419	607.884.098
BBB- até BBB+	10.281.318	45.889.365	309.657.748	59.870.782	425.699.213
BB- até BB+	43.006.712	37.508.678	-	-	80.515.390
B- até B+	-	-	-	15.093.280	15.093.280
Sem rating	-	-	50.643.650	64.287.788	114.931.438
	53.288.030	170.908.535	464.990.479	575.780.622	1.264.967.666
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	184.326	184.326
	-	-	-	184.326	184.326
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	2.728.306.908	2.980.283.591	1.443.943.189	1.780.213.888	8.932.747.576

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 43). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2019						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	3.777.173	-	-	-	-	(22.600)	3.754.573
Produtos vida risco	12.513.015	-	-	-	-	(604.082)	11.908.933
Ramo não vida							
Automóvel	45.823.489	-	-	-	-	(4.177.029)	41.646.460
Acidentes de trabalho	8.084.197	593.983	37.457	71.713	31.864	(1.277.088)	7.542.127
Assistência Animais Domésticos	-	346	54	72	970	-	1.442
Doença	26.366.653	76.531	-	-	-	(1.189.580)	25.253.604
Incêndio e outros danos	47.124.269	-	-	-	-	(2.670.796)	44.453.473
Transportes	7.500.200	-	-	-	-	(436.402)	7.063.798
Responsabilidade civil	20.693.826	-	-	-	-	(1.028.225)	19.665.601
Outros (inclui Acidentes pessoais)	18.913.952	-	-	12.940	35.825	(2.621.837)	16.340.880
	190.796.773	670.860	37.511	84.726	68.659	(14.027.640)	177.630.889
	2018						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	7.060.652	1.621.011	5.703	9.497	38.826	(33.920)	8.701.769
Produtos vida risco	1.836.183	355.563	1.010.254	307.204	433.030	(192.934)	3.749.300
Ramo não vida							
Automóvel	8.910.007	1.252.986	951.401	232.413	409.248	(1.790.455)	9.965.600
Acidentes de trabalho	3.895.092	2.782.204	2.679.050	1.484.950	271.033	(3.140.698)	7.971.631
Assistência Animais Domésticos	121	-	-	-	-	-	121
Doença	8.829.584	7.811.238	683.185	228.414	69.145	(973.585)	16.647.980
Incêndio e outros danos	9.431.932	2.487.399	679.466	3.676.005	489.141	(1.252.972)	15.510.970
Transportes	1.345.071	86.927	71.981	62.688	279.713	(350.102)	1.496.278
Responsabilidade civil	2.261.886	396.756	203.152	597.102	28.916	(529.555)	2.958.257
Outros (inclui Acidentes pessoais)	1.891.834	2.442.712	1.376.500	5.057.921	386.206	(1.535.131)	9.620.042
	45.462.361	19.236.795	7.660.692	11.656.194	2.405.257	(9.799.352)	76.621.947

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os *cash-flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2019									Total
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	899.272.940	-	-	-	-	-	-	-	-	899.272.940
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.979.082	3.979.082
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	21.839.020	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7.789.037	2.148.485	54.007.743	55.296.715	201.634.965	33.090.264	132.725.062	61.704.815	47.651.703	596.048.788
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	3.676.945	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	24.105.126	67.611.022	628.294.691	573.707.866	3.166.805.205	2.840.552.577	2.590.468.625	185.989.937	3.773.761.803	13.851.296.851
Empréstimos e contas a receber	504.212.906	277.913.246	178.662.527	237.531.424	158.166.980	55.221	321.172	167.894	-	1.357.031.369
Outros devedores	289.574.718	-	-	-	-	-	-	-	-	289.574.718
	1.724.954.726	347.672.753	860.964.960	866.536.005	3.526.607.150	2.873.698.062	2.723.514.859	247.862.646	3.850.908.552	17.022.719.713
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	28.429.571	23.065.946	37.521.300	109.845.149	421.002.541	433.432.601	391.463.308	303.463.408	23.576.624	1.771.800.449
Passivos financeiros detidos para negociação	-	12.038.554	5.414.373	24.838.389	64.833.522	101.118.624	41.254.381	-	-	249.497.844
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	119.594.054	286.223.987	314.278.458	767.258.039	3.015.946.503	2.600.142.052	1.170.513.691	688.495.436	5.968.496	8.968.420.716
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	25.705.957	25.705.957
Depósitos recebidos de resseguradores	78.277	156.554	234.831	75.615.488	-	-	-	-	-	76.085.150
Outros passivos financeiros	1.315.021	11.033.862	53.037.195	61.130.003	350.540.704	35.332.676	187.202.572	11.366.820	62.214.725	773.173.577
Outros credores	229.937.093	-	-	-	-	-	-	-	-	229.937.093
	379.354.016	332.518.902	410.486.157	1.038.687.069	3.852.323.270	3.170.025.953	1.790.433.952	1.003.325.664	117.465.802	12.094.620.785
2018										
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.060.082.146	-	-	-	-	-	-	-	-	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.307.146	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	16.613.601	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.307.163	23.810.635	20.626.299	69.530.079	172.031.816	181.542.784	145.498.037	14.515.146	17.106.361	646.968.319
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4.384.369	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	79.329.321	289.254.319	889.836.288	173.853.510	2.943.386.600	2.687.126.845	2.624.823.548	71.013.372	3.071.752.290	12.830.376.091
Empréstimos e contas a receber	724.169.911	375.825.773	432.474.318	288.093.053	18.826.991	1.094.470	313.892	164.087	-	1.840.962.494
Outros devedores	201.893.997	-	-	-	-	-	-	-	-	201.893.997
	2.067.782.537	688.890.727	1.342.936.904	531.476.642	3.134.245.407	2.869.764.098	2.770.635.476	85.692.605	3.112.163.767	16.603.588.163
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	15.762.355	18.428.826	28.232.104	119.825.480	345.210.562	362.968.471	296.902.658	299.434.703	23.755.135	1.510.520.293
Passivos financeiros detidos para negociação	20.020	12.810.282	5.239.882	1.352.429	9.880.817	883.767	1.404.017	344.292	-	31.935.506
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	138.296.836	321.140.432	369.419.912	789.102.825	2.704.536.641	2.822.572.342	1.679.854.939	862.254.222	5.905.828	9.693.083.976
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	11.154.763	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	61.853	123.706	185.560	59.750.224	-	-	-	-	-	60.121.344
Outros passivos financeiros	2.332.503	515.106	7.616.595	11.845.626	378.205.798	119.967.552	172.214.375	12.202.554	-	704.900.109
Outros credores	144.450.701	-	-	-	-	-	-	-	-	144.450.701
	300.924.268	353.018.352	410.694.053	981.876.586	3.437.833.818	3.306.392.132	2.150.375.988	1.174.235.772	40.815.725	12.156.166.699

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos *cash-flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade “Até 1 mês”;
- O valor de “Empréstimos e contas a receber”, classificado com maturidade “Indeterminado”, diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: *call*, *put* ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os “Derivados de Cobertura” foram classificados com maturidade “Indeterminado”, por se tratarem de contratos de futuros cambiais;
- Para o cálculo dos *cash-flows* previsionais dos “Passivos financeiros detidos para negociação” foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos *cash-flows* previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados no ano.

JB FP

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

	2019			
	Exposição a		Não sujeito a risco	
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	895.354.310	3.918.630	899.272.940
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	3.979.082	3.979.082
Ativos financeiros detidos para negociação	(69.263)	132.327	21.775.956	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	500.147.075	403.260.242	69.676.132	973.083.449
Derivados de cobertura			3.676.945	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	9.022.463.780	454.627.676	1.714.145.657	11.191.237.113
Empréstimos e contas a receber	-	1.385.052.726	14.234	1.385.066.960
Investimentos a deter até à maturidade	1.074.167.759			1.074.167.759
Outros devedores	-	-	289.573.857	289.573.857
	<u>10.596.709.351</u>	<u>3.138.427.281</u>	<u>2.106.760.492</u>	<u>15.841.897.124</u>
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.926.511.323	-	1.926.511.323
Passivos financeiros detidos para negociação	80.884.019	(9.784.520)	10.935.239	82.034.738
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.786.279.047	138.722.643	-	8.925.001.690
Derivados de cobertura	3.771.156		21.934.801	25.705.957
Depósitos recebidos de resseguradores	-	75.145.827	-	75.145.827
Outros passivos financeiros	-	861.740.671	-	861.740.671
Outros credores	-	-	229.937.093	229.937.093
	<u>8.870.934.222</u>	<u>2.992.335.944</u>	<u>262.807.133</u>	<u>12.126.077.299</u>

2B FP

	2018			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1.027.330.545	32.751.601	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.307.146	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	(61.016)	88.822	16.585.795	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	550.571.697	280.638.229	31.468.814	862.678.740
Derivados de cobertura	-	-	4.384.369	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	8.360.504.157	572.243.417	1.215.563.240	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	-	2.094.147.312	11.584	2.094.158.896
Outros devedores	-	-	201.893.997	201.893.997
	<u>8.911.014.838</u>	<u>3.974.448.325</u>	<u>1.504.966.546</u>	<u>14.390.429.709</u>
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.636.293.796	-	1.636.293.796
Passivos financeiros detidos para negociação	26.426.806	(21.529.733)	17.273.425	22.170.498
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	9.236.181.723	40.287.720	-	9.276.469.443
Derivados de cobertura	3.417.494	-	7.737.269	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	-	53.287.505	-	53.287.505
Outros passivos financeiros	-	695.266.893	-	695.266.893
Outros credores	-	-	144.450.701	144.450.701
	<u>9.266.026.023</u>	<u>2.403.606.181</u>	<u>169.461.395</u>	<u>11.839.093.599</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *basis points* (*bp's*), respetivamente, corresponde a:

	2019					
	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação
	+200 bp's	+100 bp's	+50 bp's	-50 bp's	-100 bp's	-200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(18.696.315)	(9.615.990)	(4.878.043)	5.024.856	10.203.734	21.055.403
Ativos disponíveis para venda	(675.177.899)	(355.401.068)	(183.163.817)	197.319.187	413.613.397	936.114.665
Empréstimos e contas a receber	(11.269.246)	(5.697.117)	(2.864.454)	2.896.805	5.826.534	11.787.123
	<u>(705.143.460)</u>	<u>(370.714.175)</u>	<u>(190.906.315)</u>	<u>205.240.847</u>	<u>429.643.665</u>	<u>968.957.190</u>
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	4.117.584	2.108.203	1.066.844	(1.093.145)	(2.213.441)	(4.539.046)
	<u>4.117.584</u>	<u>2.108.203</u>	<u>1.066.844</u>	<u>(1.093.145)</u>	<u>(2.213.441)</u>	<u>(4.539.046)</u>

2B FP

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2018					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(31.395.307)	(16.683.686)	(8.464.838)	8.721.544	17.711.154	35.285.358
Ativos disponíveis para venda	(556.666.882)	(286.246.837)	(145.170.855)	149.428.593	303.286.382	624.952.423
Empréstimos e contas a receber	(12.689.657)	(6.341.242)	(3.193.319)	3.240.015	6.528.077	13.436.921
	<u>(600.751.846)</u>	<u>(309.271.765)</u>	<u>(156.829.013)</u>	<u>161.390.152</u>	<u>327.525.613</u>	<u>673.674.702</u>
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	801.413	81.327	40.964	(41.577)	(83.781)	(780.775)
	<u>801.413</u>	<u>81.327</u>	<u>40.964</u>	<u>(41.577)</u>	<u>(83.781)</u>	<u>(780.775)</u>

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os *cash-flows* futuros atualizados considerando a respetiva *YTM*, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *bp's*, nas respetivas *yields*.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2019				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	634.001.591	109.930.802	1.669.940	153.670.607	899.272.940
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2.150.026			1.829.056	3.979.082
Ativos financeiros detidos para negociação	2.638.106	19.146.941	-	53.973	21.839.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	626.134.174	326.426.591	-	20.522.684	973.083.449
Derivados de cobertura	222.781	3.403.359	-	50.805	3.676.945
Ativos disponíveis para venda	7.136.903.523	1.867.738.502	410.344.223	1.776.250.865	11.191.237.113
Empréstimos e contas a receber	1.002.394.664	172.342.080	26.875.446	183.454.770	1.385.066.960
Investimentos a deter até à maturidade	1.074.167.759	-	-	-	1.074.167.759
Outros devedores	142.967.773	110.835.946	20.907	57.704.487	311.529.113
	<u>10.621.580.397</u>	<u>2.609.824.221</u>	<u>438.910.516</u>	<u>2.193.537.247</u>	<u>15.863.852.381</u>
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.610.147.158	-	-	316.364.165	1.926.511.323
Passivos financeiros detidos para negociação	(919.151.228)	28.644.120	-	972.541.846	82.034.738
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.866.884.570	4.763.102	-	53.354.018	8.925.001.690
Derivados de cobertura	21.564.877	2.025.385	-	2.115.695	25.705.957
Depósitos recebidos de resseguradores	44.177.012	3.837.802	-	27.131.013	75.145.827
Outros passivos financeiros	461.715.560	-	-	400.025.111	861.740.671
Outros credores	135.383.107	18.483.579	2.544.279	95.480.523	251.891.488
	<u>10.220.721.056</u>	<u>57.753.988</u>	<u>2.544.279</u>	<u>1.867.012.372</u>	<u>12.148.031.694</u>

B FP

	2018				Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	850.526.394	64.761.452	953.608	143.840.692	1.060.082.146
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2.307.146	-	-	-	2.307.146
Ativos financeiros detidos para negociação	(135.094)	16.271.014	-	477.681	16.613.601
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	376.722.700	474.102.226	9.464.792	2.389.022	862.678.740
Derivados de cobertura	261.418	4.015.724	-	107.227	4.384.369
Ativos disponíveis para venda	6.634.134.743	2.896.307.429	439.905.979	177.962.663	10.148.310.814
Empréstimos e contas a receber	1.823.472.294	80.813.444	35.838.671	154.034.487	2.094.158.896
Outros devedores	162.412.892	24.954.318	21.856	17.808.679	205.197.745
	9.849.702.493	3.561.225.607	486.184.906	496.620.451	14.393.733.457
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.327.751.730	-	-	308.542.066	1.636.293.796
Passivos financeiros detidos para negociação	(5.712.960)	35.386.931	-	(7.503.473)	22.170.498
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	9.276.469.443	-	-	-	9.276.469.443
Derivados de cobertura	3.461.510	86.614	-	7.606.639	11.154.763
Depósitos recebidos de resseguradores	51.128.436	564.586	-	1.594.483	53.287.505
Outros passivos financeiros	385.624.570	-	-	309.642.323	695.266.893
Outros credores	105.085.051	10.117.195	2.457.722	30.094.481	147.754.449
	11.143.807.780	46.155.326	2.457.722	649.976.519	11.842.397.347

As rubricas “Outros devedores” e “Outros credores” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

50. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

50.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados *standard*;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição, algoritmos que identificam riscos que exigem análise técnica cuidada e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas de Negócio – órgãos de estrutura responsáveis pela gestão dos ramos de negócio, desde o desenho de produtos à gestão de sinistros, passando pela subscrição e gestão de carteira –, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções de Negócio estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado integrados numa equipa que presta apoio a todas às diversas Direções. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções de Negócio, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de *Underwriting* dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções de Negócio têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

50.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cumulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

BP FP

50.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção da Companhia. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto

Seguro Direto

	2019			2018		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,
Acidentes	266.932.438	1,08	1,07	238.911.485	1,13	1,12
Doença	329.907.498	0,93	0,92	296.416.272	0,96	0,95
Incêndio e Outros Danos	251.519.913	0,74	0,73	238.153.125	0,83	0,82
Automóvel	449.103.430	0,98	0,97	415.736.264	0,98	0,96
Marítimo	4.439.221	0,44	0,43	3.800.291	0,61	0,60
Aéreo	8.492.634	0,14	0,13	6.991.016	0,12	0,11
Mercadorias transportadas	6.637.501	0,39	0,37	6.765.255	0,56	0,55
Responsabilidade Civil Geral	43.612.782	0,84	0,83	36.068.260	0,74	0,73
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	79.029.240	0,44	0,43	75.885.798	0,62	0,61

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2019 e 2018 da empresa Fidelidade.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Apenas os grupos de ramos Aéreo, Responsabilidade Civil Geral e Automóvel registaram um agravamento dos rácios em 16,9%; 13,6% e 0,2% respetivamente.

Nos grupos de ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas, e Outros Ramos a tendência é no sentido do desagravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses apenas os prémios do ramo Acidentes, não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2019, foram positivos em aproximadamente 55,6 Milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 7,0%, nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada neste ramo.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de resseguro

Uma vez que a provisão para riscos em curso (PRC) é calculada separadamente para cada geografia indicamos para cada uma a necessidade de constituição ou não desta provisão em 2019.

Em Portugal, à exceção dos ramos de Aéreo, Marítimo e Transportes e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2019, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração dos ramos.

Em Espanha, apenas foi necessário constituir provisão para riscos em curso para os ramos de Incêndio e Outros Danos e Diversos.

Em França, foram os ramos de Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Ramos que necessitaram que se constituísse PRC. Para Moçambique, apenas para os ramos de Aéreo, Marítimo e Transportes e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora foram suficientes para fazer face aos custos.

Foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma diminuição face à provisão constituída no período homólogo de 2018 para todas as sucursais à exceção de França.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Fidelidade.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash-flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 90,1% dos Prémios Brutos Adquiridos e 96,7% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, o Grupo possui regras de subscrição e de aceitação que procuram

efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o *rating* dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2019.

Rating	% Resseguradores	
	2019	2018
A -	10,3%	18,5%
A	31,0%	25,9%
A +	27,6%	22,2%
AA -	-	26,0%
AA	20,7%	-
AA+	3,5%	3,7%
Sem Rating	6,9%	3,7%

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 75.000.000 Euros e capacidade de 420.000.000 Euros.

Na Fidelidade 60,35% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2018 ascendia a 1.631 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2019, para sinistros ocorridos em 2018 e anos anteriores, foram pagos 384.559.731 Euros.

Em dezembro de 2019 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.247.408.237 Euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 7,7 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2019, no valor de 1.239.658.916 Euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença, Marítimo e Transportes, Aéreo e Diversos ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 36 Milhões de Euros.

JB FP

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2018	Montantes Pagos no Exercício *	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2019 *	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)-(2)-(1)
Acidentes e Doença	955.157.674	167.294.959	823.884.895	36.022.180
Incêndio e Outros Danos	158.276.266	76.610.148	75.074.111	(6.592.007)
Automóvel	393.501.966	119.578.528	237.357.024	(36.566.414)
Marítimo e Transportes	2.442.823	963.112	1.875.592	395.881
Aéreo	5.779.001	229.854	5.610.550	61.403
Mercadorias transportadas	3.348.611	1.495.529	1.323.720	(529.362)
Responsabilidade Civil Geral	99.564.781	11.169.693	88.192.778	(202.310)
Crédito e Cauções	408.757	(367.346)	402.337	(373.766)
Proteção Jurídica	22.921	0	1.253	(21.668)
Assistência	175.432	3.535	29.755	(142.142)
Diversos	13.289.736	7.581.719	5.906.901	198.884
Total	1.631.967.968	384.559.731	1.239.658.916	(7.749.321)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Riscos de Seguros

A Seguradora subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da Companhia e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A Companhia efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com caráter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A Seguradora também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,39%
Despesa	+ 10%	0,63%
Revisão	4%	2,14%
Taxa de Juro	-1%	11,96%

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio. O impacto da análise de sensibilidade no resseguro corresponde ao efeito proporcional da atual cobertura de resseguro.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas de numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades

BP FP

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2019			2018		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio	Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Número de sinistros	+10%	71.253.328	(71.253.328)	(48.808.529)	81.874.223	(81.874.223)	(56.083.843)
Custo médio por sinistro	+10%	65.295.129	(65.295.129)	(44.727.163)	70.705.681	(70.705.681)	(48.433.391)
Reserva média	+10%	80.525.457	(80.525.457)	(55.159.938)	75.815.781	(75.815.781)	(51.933.810)
Longevidade	+10%	1.334.309	(1.334.309)	(914.002)	18.012.174	(18.012.174)	(12.338.339)
Longevidade	-10%	(768.605)	768.605	526.494	(17.938.952)	17.938.952	12.288.182
Taxa de desconto	+1%	(6.112.574)	6.112.574	4.187.113	(81.522.189)	81.522.189	55.842.699
Taxa de desconto	-1%	7.242.594	(7.242.594)	(4.961.177)	115.398.233	(115.398.233)	(79.047.789)

50.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco de contratos de seguro estão em consonância com a natureza dos seguros e capitais dos riscos a segurar, distinguindo-se essencialmente entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Outros.

O cumprimento de Normas de Subscrição está intrinsecamente associado aos contratos disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de riscos e sua tarificação.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações graves são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

No cumprimento da sua política de Resseguro, a Companhia tem recorrido à cedência de riscos via Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro quando se revelam necessárias para uma proteção de Resseguro adequada dos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, a Companhia tem Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, considerada suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes deste tipo em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

FP

As acumulações resultantes de catástrofes naturais que não as referentes a fenómenos sísmicos são protegidas por um Tratado de Excesso de Perdas, sendo a Retenção e a Capacidade definidas com base no histórico de eventos ocorridos nos últimos 15 anos e na capacidade financeira da Companhia.

Os ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil são protegidos por tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para diferentes níveis da mesma.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços. Este processo de seleção requer uma constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de *rating* atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

50.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Percentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os *cash inflows* e *outflows*, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2020	148.900.037	103.817.719	0	15.190.002	20.920.185	206.399.923
2021	125.858.300	86.890.086	0	14.289.549	19.039.024	205.327.635
2022	116.449.461	79.812.004	0	13.486.412	17.195.851	235.690.984

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes *cash inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2019	145.391.184	101.680.032	0	15.190.002	20.392.404	278.427.426
2020	116.102.845	81.232.980	0	14.289.549	17.617.096	255.608.716
2021	101.606.079	71.321.497	0	13.486.412	15.107.468	261.287.347

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas de numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades.

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2019			2018		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio	Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Mortalidade	+10%	(5.063.648)	5.063.648	3.468.599	(6.080.206)	6.080.206	4.164.941
Mortalidade	-10%	6.739.151	(6.739.151)	(4.616.318)	6.870.896	(6.870.896)	(4.706.564)
Taxa de rendimento esperada	+0,5%	(17.905.219)	17.905.219	12.265.075	(15.267.720)	15.267.720	10.458.388
Taxa de rendimento esperada	-0,5%	24.639.766	(24.639.766)	(16.878.240)	23.047.425	(23.047.425)	(15.787.486)
Sinistros ocorridos não reportados	+10%	2.005.716	(2.005.716)	(1.373.915)	2.355.824	(2.355.824)	(1.613.739)

51. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias do Grupo, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus os objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações do Grupo para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta o Grupo na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, o Grupo, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, o Grupo opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico do Grupo (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital do Grupo, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos

regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre o Grupo relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que o Grupo cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, o Grupo implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida) e Comité de Gestão de Ativos e Passivos.

52. Concessão de serviços públicos

Principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. (“SGHL”), sua subsidiária, ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português (“Contrato de PPP”). A HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A., na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Contrato de PPP e é responsável pela construção (agora completa) e gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL está obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012). O período de duração do Contrato de PPP pode ainda ser renovado por mútuo acordo por períodos sucessivos, sendo que cada período não pode ultrapassar 10 anos. Sem prejuízo, a duração total do Contrato de PPP, incluindo o período inicial e quaisquer períodos adicionais, não pode exceder 30 anos contados da data de produção de efeitos do Contrato de PPP (i.e., a partir de 31 de dezembro de 2009). Contudo, e conforme carta da ARS-LVT de 17 de janeiro de 2020, foi comunicada a decisão de não renovação do referido contrato.

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Contrato de PPP regula as relações entre o Estado e a SGHL, define os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

JB FP

Para além disso, o Contrato de PPP estabelece que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) são acordados através de um processo de negociação anual entre a Entidade Pública Contratante (neste caso a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.) e a Administração do Hospital, nomeadamente com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção é definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Por outro lado, os preços a praticar pelo Hospital ao Serviço Nacional de Saúde estão contratualmente acordados e são ajustados de forma anual pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Contrato de PPP prevê ainda que no final de cada mês o Estado tenha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) deve ser apurado até final do primeiro semestre do exercício seguinte, devendo o pagamento ocorrer dentro desse mesmo período.

53. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sucursal de Macau tem sob gestão os seguintes fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2019							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
Valores expressos em Patacas								
Caixa e depósitos	2.722.671	3.996.973	7.264.467	(7.765)	11.161	49.092	9.051	2.146.235
Instrumentos de dívida	11.991.265	55.426.480	-	1.815.105	1.196.271	1.580.505	545.068	-
Instrumentos de capital	2.367.250	26.339.326	-	624.115	1.818.583	2.361.246	1.015.126	-
Devedores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(12.254)	(42.881)	(11.173)	(9.554)	(11.935)	(15.040)	(6.188)	(4.289)
	<u>17.068.932</u>	<u>85.719.897</u>	<u>7.253.294</u>	<u>2.421.901</u>	<u>3.014.080</u>	<u>3.975.803</u>	<u>1.563.058</u>	<u>2.141.946</u>
Valores expressos em Euros								
Caixa e depósitos	302.193	443.630	806.294	(862)	1.239	5.449	1.005	238.214
Instrumentos de dívida	1.330.928	6.151.867	-	201.461	132.776	175.423	60.498	-
Instrumentos de capital	262.745	2.923.441	-	69.271	201.847	262.078	112.670	-
Devedores	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(1.360)	(4.759)	(1.240)	(1.060)	(1.325)	(1.669)	(687)	(476)
	<u>1.894.506</u>	<u>9.514.179</u>	<u>805.054</u>	<u>268.810</u>	<u>334.537</u>	<u>441.281</u>	<u>173.486</u>	<u>237.738</u>

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de 1 Euro/ 9,00970 Patacas macaenses.

FP

	2018							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
Valores expressos em Patacas								
Caixa e depósitos	27.089.273	33.776.952	56.546.406	217.832	256.595	250.721	172.651	5.773.769
Instrumentos de dívida	117.512.922	498.097.940	-	7.859.347	5.054.746	7.792.139	3.594.498	-
Instrumentos de capital	19.366.321	205.042.881	-	2.310.756	6.771.898	10.966.830	6.384.569	-
Outros	33	-	(99.051)	(45.294)	(54.685)	(87.819)	(48.241)	(9.474)
	163.968.548	736.917.773	56.447.355	10.342.641	12.028.554	18.921.871	10.103.478	5.764.295
Valores expressos em Euros								
Caixa e depósitos	2.932.850	3.656.899	6.122.060	23.584	27.781	27.145	18.692	625.104
Instrumentos de dívida	12.722.668	53.927.130	-	850.901	547.258	843.625	389.162	-
Instrumentos de capital	2.096.716	22.199.197	-	250.177	733.167	1.187.336	691.233	-
Outros	4	-	(10.724)	(4.904)	(5.921)	(9.508)	(5.223)	(1.026)
	17.752.238	79.783.226	6.111.336	1.119.758	1.302.285	2.048.598	1.093.864	624.078

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 de 1 Euro/ 9,23650 Patacas macaenses.

54. Eventos Subsequentes

Desde o surto da Doença do Coronavírus 2019 ("COVID-19") que surgiu na China em janeiro de 2020, a prevenção e controlo do COVID-19 tem vindo a decorrer maioritariamente na China e à escala global considerando os riscos de contágio da doença. O Grupo implementará seriamente os requisitos e orientações da Organização Mundial de Saúde e todas as indicações das autoridades estatais e regulatórias e reforçará o apoio à prevenção e controlo epidémicos. O COVID-19 tem impactos económicos ao nível nacional e global existindo já perdas significativas nos mercados globais que podem afetar a qualidade ou os rendimentos dos ativos de crédito e dos ativos de investimento do Grupo e o grau de impacto depende da situação das medidas preventivas epidémicas, da duração da epidemia e da implementação das políticas regulamentares.

Trata-se de um evento subsequente, não ajustável, que até à presente data, a avaliação ainda está em curso. No que respeita à atividade da Sociedade, o órgão de gestão entende que os impactos decorrentes desta situação são incertos, não sendo possível estimar o seu efeito financeiro, designadamente no que se refere ao justo valor dos ativos financeiros e dos ativos não financeiros, ao montante das provisões técnicas (líquidas de resseguro) e aos requisitos de capital. Não obstante, as análises mais recentes indicam que a Sociedade mantém Fundos Próprios Elegíveis confortavelmente acima do Requisito de Capital de Solvência. A Sociedade continuará a acompanhar a evolução do COVID-19, avaliando e agindo ativamente aos seus impactos na posição financeira e nos resultados do Grupo.

RF

A3 Relatório e Pareceres às Contas Consolidados

Certificação Legal de Contas Consolidadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (a “Sociedade”), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 20.357.438.189 euros e um total de capital próprio e interesses não controlados de 3.524.116.154 euros, incluindo um resultado líquido de 177.590.892 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a COVID-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 54 do Anexo às demonstrações financeiras, são divulgados os desenvolvimentos resultantes da pandemia identificados pelo órgão de gestão para a Longrun Portugal, SGPS, S.A, com base na informação disponível à data. O órgão de gestão entende que os impactos decorrentes desta situação são incertos, não sendo possível estimar o seu efeito financeiro, designadamente no que se refere ao justo valor dos ativos financeiros e dos ativos não financeiros, ao montante das provisões técnicas (líquidas de resseguro) e aos requisitos de capital. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das Provisões técnicas do ramo vida e dos Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado nas notas 22 e 23 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2019, as provisões técnicas do ramo vida e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento ascendiam a 3.495 e 8.925 milhões de euros (“m€”), respetivamente, representando cerca de 74% do total do passivo. A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e pelo facto de ser uma área com um grau de julgamento significativo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente o momento e o valor total das responsabilidades para com os tomadores de seguros bem como a estimativa dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades. Conforme divulgado na nota 2.17, a determinação das responsabilidades por contratos de seguros é efetuada com base em pressupostos atuariais, dados históricos e outros métodos aceites no setor, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.	A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração das provisões técnicas vida e valorização dos passivos Financeiros; ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de fluxos de caixa futuros, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas; ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Mensuração das Provisões para Sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 22 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2019 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.845 m€ (11% do total do passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade por ramo do Grupo e representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já	A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração das provisões para sinistros (Não Vida);

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura. Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.17). Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas e que o processo para a sua mensuração incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.	▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas; ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade e das suas subsidiárias (quando aplicável) para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados nos anos anteriores e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, tendo por referência as especificidades dos produtos da Sociedade e suas subsidiárias, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; ▶ Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no passivo da Sociedade (Automóvel e Acidentes de Trabalho) e das suas subsidiárias (quando aplicável), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no setor segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de Acidentes de Trabalho análise dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no setor segurador; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 49, o ativo e passivo consolidados incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 12.176 m€ e 246 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 60% do total do ativo consolidado e 1,5% do total do passivo consolidado. A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação	A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo consolidado da Sociedade, ascendem a cerca de 1.864 m€ (9% do ativo) e 237m€ (1% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico, como “nível 2” e “nível 3” (Nota 49). A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.	▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas; ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Sociedade e suas subsidiárias na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

4. Reconhecimento e mensuração do Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 incluem na sua demonstração da posição financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 15, Goodwill decorrente dos investimentos em subsidiárias no montante de 528 m€, representando cerca de 3% do ativo consolidado. Em conformidade com o referencial contabilístico e conforme divulgado na nota 2.3, o Goodwill corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis e deve ser sujeito a testes anuais com o objetivo de identificar eventuais perdas por imparidade. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras das subsidiárias (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de	A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização do Goodwill incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos: ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade no Goodwill; ▶ Análise de contratos, acordos e outra informação que suporta a propriedade, o custo da concentração de atividades e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes. ▶ Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa futuros, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios; ▶ Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparação com dados externos. Teste dos cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre o Goodwill nas demonstrações financeiras consolidadas com os

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras). A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.	respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

5. Reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A demonstração dos resultados consolidados da Sociedade, em 31 de dezembro de 2019, inclui perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros detidos, classificados como “Ativos financeiros disponíveis para venda”, no montante de 123 m€ (detalhe divulgado na Nota 43), representando cerca de 1% do ativo consolidado. Em conformidade com o referencial contabilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.6, alínea d), a Sociedade e suas subsidiárias reconhecem perdas por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.	A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável); ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade; ▶ Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias, tendo por base o referencial contabilístico, as políticas contabilísticas adotadas e as práticas de mercado; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

6. Valorização dos Investimentos em imóveis

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na nota 11 e 21 às demonstrações financeiras, imóveis registados ao justo valor, classificados como rendimento e uso próprio (estes deduzidos de amortizações), no montante líquido de 2.216 m€ e 625 m€, respetivamente, os quais representam no total cerca de 14% do ativo consolidado. As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 11 às demonstrações financeiras consolidadas e pressupostos cuja influência da conjuntura económica e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.	A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente: ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis; ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas; ▶ Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos avaliadores, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos; ▶ Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no ano com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas em 31 de maio de 2017 para a revisão legal das contas compreendido entre 2017 e 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2019

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

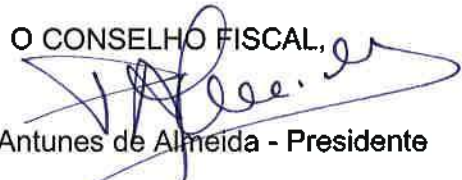
PARECER

Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 4 de maio de 2020.

O CONSELHO FISCAL,


Pedro Antunes de Almeida - Presidente


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal


João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2019**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 4 de maio de 2020.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

B1 Relatório do Conselho de Administração – Contas Separadas

1.ÓRGÃOS SOCIAIS

2. A LONGRUN PORTUGAL SGPS, S.A.

A. SOBRE A LONGRUN PORTUGAL

B. ANÁLISE FINANCEIRA

3. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

A. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

B. ENQUADRAMENTO SETOR SEGURADOR

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A. APLICAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



I.ÓRGÃOS SOCIAIS

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Presidente

Lingjiang Xu

Vogais

Wai Lam William Mak

Conselho Fiscal

Presidente

Pedro Antunes de Almeida

Vogais

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

João Filipe Gonçalves Pinto

Suplente

Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.,
representada por

Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC



2. A LONGRUN PORTUGAL SGPS, S.A.

A. SOBRE A LONGRUN PORTUGAL

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante “Longrun” ou “Sociedade”) é uma sociedade gestora de participações no setor segurador, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas Companhias de Seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (com participações de 84,9962%, 80% e 80%, respetivamente).

Através destas Companhias, a Longrun detém indiretamente participações estratégicas em diversas Companhias de Seguros (nacionais e internacionais), em empresas de prestações de serviços conexos com a atividade seguradora e de serviços na área da saúde. Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor.

B. ANÁLISE FINANCEIRA

O Ativo Líquido da Longrun Portugal SGPS, S.A. situou-se em 1.634 milhões de euros, correspondente sobretudo ao valor das participações societárias anteriormente mencionadas.

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário individual negativo de -235 mil euros.



3.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

A. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

Em 2019, a economia portuguesa continuou a evidenciar a tendência de crescimento que tem vindo a registar no âmbito do atual ciclo económico positivo iniciado em 2014.

Com efeito, esta trajetória tem sido fortemente suportada pelo enquadramento externo favorável dos mercados financeiros e pelo aumento das exportações, bem como pelos elevados níveis de confiança dos agentes económicos e pela evolução favorável do mercado de trabalho.

Contudo, apesar dos resultados serem positivos, as últimas projeções do Banco de Portugal apontam para uma desaceleração da atividade económica, indicando um crescimento do PIB de 2,0% em 2019, inferior ao registado em 2018 (2,4%), mas, ainda assim, acima do crescimento médio da Zona Euro (1,4%).

O abrandamento das Exportações e do Consumo Interno, componentes que tinham registado elevados crescimentos nos anos anteriores, constituem os principais responsáveis por esta evolução face a 2018.

Com efeito, não obstante do crescimento de 2,8% estimado em 2019, as Exportações registam um ligeiro abrandamento de 1,0p.p., quando comparado com o ano anterior.

O Consumo Privado manteve igualmente uma trajetória de crescimento (2,3%), todavia de forma mais moderada que no ano anterior (-0,8p.p.), refletindo, por um lado, o crescimento do rendimento disponível real das famílias, mas por outro, um abrandamento do nível de confiança dos consumidores.

No mesmo sentido, o Consumo Público acompanhou a tendência do Consumo Privado, registando, em 2019, um abrandamento face ao ano anterior, crescendo apenas 0,5%, refletindo o impacto pontual da reversão de despesas relacionadas com os incêndios de 2017 (com impacto no consumo intermédio de 2018).

Importa também dar nota do forte crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo em 2019 (7,3% em 2019, comparado com os 5,8% em 2018), muito impulsionada pelo setor da construção e influenciado pelo dinamismo da construção residencial e pela execução de projetos de infraestruturas de grande dimensão.

Relativamente ao mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+1,0%) e, consequentemente, para a redução da taxa de desemprego para 6,3% no final de 2019.

A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019 (de 1,2% em 2018 para 0,3% em 2019), refletindo quer a redução de preço dos bens energéticos, em linha com a evolução do preço do petróleo, quer o contributo favorável dos preços de alguns bens e serviços não energéticos, nos quais há a destacar, a título de exemplo, a redução de preço dos passes sociais dos transportes públicos e das despesas com educação (decorrente do alargamento da atribuição de manuais escolares gratuitos e do menor valor das propinas no ensino superior).

Do conjunto de riscos com potenciais efeitos negativos a nível mundial, destaca-se, a incerteza decorrente da possibilidade de uma intensificação das barreiras comerciais resultantes das tensões entre a China e os Estados Unidos e a possibilidade de alargamento destas barreiras a outros países. Refira-se também a possibilidade de uma desaceleração da atividade económica global, associada a transmissão da fraqueza recente da indústria aos restantes setores de atividade, em particular, ao setor dos serviços.



B. ENQUADRAMENTO SETOR SEGURADOR

Dado que as participações detidas pela Longrun são de empresas seguradoras, importa fazer uma referência às perspetivas de evolução desta área de atividade.

Em 2019, o sector segurador português assistiu, após dois anos consecutivos de crescimento, a uma quebra na produção total de seguro direto que se ficou pelos 12,2 mil milhões de euros (decrécimo de 5,8% face ao ano anterior).

O segmento Vida, com um decréscimo de 13,9% para 7,0 mil milhões de euros, foi o principal catalisador para a diminuição do volume de produção registado no sector como um todo. Depois de dois anos consecutivos de crescimento (14,6% em 2018 e 6,2% em 2017), a produção deste segmento voltou a contrair em 2019, refletindo a vertente associada aos produtos financeiros.

Com efeito, importa destacar a quebra de contribuições para os produtos não ligados a fundos de investimento, que caiu de forma significativa face ao ano anterior, refletindo a atual conjuntura de baixas taxas de juro, aliada a uma diminuição da taxa de poupança dos particulares, e ao atual regime prudencial aplicável ao sector (Solvência II) mais sensível aos riscos inerentes a garantias financeiras.

No mesmo sentido, é de notar que os seguros ligados a fundos de investimento, menos sensíveis ao referido contexto macroeconómico e prudencial, registaram também, ainda que de forma menos acentuada, uma quebra no volume de produção.

Por outro lado, os produtos de Vida Risco consolidaram a tendência de crescimento observada nos últimos anos, fruto do maior dinamismo registado no mercado imobiliário e no respetivo aumento dos novos contratos de crédito à habitação.

Em contraste com a evolução registada no segmento Vida, a produção do segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento observada nos últimos anos, registando um aumento de prémios de 8,0% face ao ano anterior com a sua produção de seguro direto a atingir o valor de 5,2 mil milhões de euros.

Neste âmbito, importa destacar a evolução positiva registada na modalidade de Acidentes de Trabalho, que continuou, em 2019, a evidenciar um crescimento de dois dígitos (+11,8%), refletindo o efeito do crescimento da atividade económica, com impacto positivo no aumento da massa salarial e redução da taxa de desemprego.

Destaca-se igualmente, a trajetória favorável da produção dos ramos Saúde e Automóvel, que consolidaram a tendência de crescimento observada nos anos anteriores. O ramo Saúde, impulsionado pela crescente consciencialização por parte da população sobre a sua importância, registou um crescimento de 8,7% (face a 7,4% no ano anterior), ao passo que o montante de prémios do ramo Automóvel, suportado no dinamismo do parque automóvel, cresceu 7,0% (face a 6,7% no ano anterior).

Em 2020, é exetável a manutenção da trajetória de crescimento do segmento Não Vida, em linha com a evolução projetada para a economia portuguesa. Este segmento de negócio deverá beneficiar da evolução de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multirriscos e Responsabilidade Civil), assim como do contributo de alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente o Saúde.



4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A. APLICAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS

O resultado líquido individual do exercício de 2019 ascendeu a € -234.946,00.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados € -234.946,00



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- 🚩 As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- 🚩 A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- 🚩 A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- 🚩 As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- 🚩 Os colaboradores de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação da Longrun, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- 🚩 Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

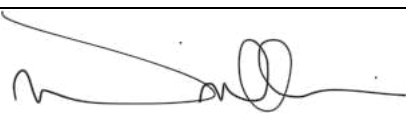
Lisboa, 31 de Março de 2020



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lingjiang Xu - Presidente

Wai Lam William Mak - Vogal

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke, positioned between two horizontal lines.

B2 Demonstrações Financeiras Separadas

Demonstração da Posição Financeira Separada

Demonstração de Resultados Separados

Demonstração das Variações no Capital Próprio Separado

Demonstração do Rendimento Integral Separado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Separados

Notas às Contas Separadas

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2019			2018
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	782.781	-	782.781	480.234
Investimentos em subsidiárias	4	1.598.994.874	-	1.598.994.874	1.598.784.859
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		1.136.420	-	1.136.420	6.405.919
Contas a receber por outras operações	5	1.136.420	-	1.136.420	6.405.919
Ativos por impostos		32.594.717	-	32.594.717	54.696.777
Ativos por impostos correntes	6	32.549.165	-	32.549.165	54.651.225
Ativos por impostos diferidos	6	45.552	-	45.552	45.552
TOTAL ATIVO		1.633.508.792	-	1.633.508.792	1.660.367.789

BP FP 

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2019	2018
PASSIVO			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		33.863.848	61.256.230
Contas a pagar por outras operações	7	33.863.848	61.256.230
Passivos por impostos		2.618	1.666
Passivos por impostos correntes	6	2.618	1.666
Acréscimos e diferimentos	8	215.921	123.542
TOTAL PASSIVO		34.082.387	61.381.438
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	9	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital		1.600.073.902	1.599.398.902
Outras reservas	10	3.040	3.040
Resultados transitados	10	(465.591)	(351.520)
Resultado do exercício	10	(234.946)	(114.071)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.599.426.405	1.598.986.351
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.633.508.792	1.660.367.789

Lisboa, 31 de março de 2019

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira



Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado



Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração



Wai Lam William MAK
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2019		2018
		Não Técnica	Total	
Gastos financeiros		(300.851)	(300.851)	(142.915)
De outros	11	(300.851)	(300.851)	(142.915)
Outros rendimentos/gastos	13	2.599	2.599	(1.361)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		(298.252)	(298.252)	(144.276)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	6	63.306	63.306	73.302
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	6	-	-	(43.097)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(234.946)	(234.946)	(114.071)

Lisboa, 31 de março de 2020

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira



Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado



Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração



Wai Lam William MAK
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO SEPARADA NOS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital social e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.599.448.902	305	2.735	(192.342)	(159.178)	1.599.100.422
Aplicação do resultado	-	-	-	(159.178)	159.178	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(114.071)	(114.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.599.448.902	305	2.735	(351.520)	(114.071)	1.598.986.351
Aplicação do resultado	-	-	-	(114.071)	114.071	-
Prestações suplementares	675.000	-	-	-	-	675.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(234.946)	(234.946)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.600.123.902	305	2.735	(465.591)	(234.946)	1.599.426.405

88 FP 

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2019	2018
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(234.946)	(114.071)
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros:		
Valor bruto		
Valorização	-	-
Imparidade	-	-
Alienação	-	-
Participação dos segurados - vida com participação		
Imposto diferido	-	-
Imposto diferido - produtos vida com participação nos resultados		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Desvios atuariais		
Valor bruto	-	-
Imposto diferido	-	-
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	-	-
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	(234.946)	(114.071)

8B FP 

LONGRUN PORTUGAL, SGPS,S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Pagamentos a fornecedores	(161.627)	(158.154)
Pagamentos a órgãos sociais	(46.846)	(46.900)
Outros	(2.201)	(1.395)
	<u>(210.674)</u>	<u>(206.449)</u>
 (Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Outros ativos	22.103.012	(86.069.591)
	<u>22.103.012</u>	<u>(86.069.591)</u>
 Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por outras operações	(22.118.082)	86.253.404
	<u>(22.118.082)</u>	<u>86.253.404</u>
 Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	<u>(225.744)</u>	<u>(22.636)</u>
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	63.306	73.302
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(162.438)</u>	<u>50.666</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos resultantes da aquisição ou origemação de		
Aquisição de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(210.015)	-
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(210.015)</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Prestações suplementares	675.000	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>675.000</u>	<u>-</u>
 Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	302.547	50.666
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	480.234	429.568
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	782.781	480.234

8B FP 

Índice

1.	Nota Introdutória.....	2
2.	Políticas Contabilísticas.....	3
3.	Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem	8
4.	Investimentos em Subsidiárias	8
5.	Outros Devedores por Outras Operações	9
6.	Ativos e Passivos por Impostos.....	10
7.	Outros Credores por Outras Operações	11
8.	Acréscimos e Diferimentos	11
9.	Capital	12
10.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	12
11.	Gastos Financeiros	13
12.	Gastos com o Pessoal	13
13.	Outros Rendimentos / Gastos	14
14.	Entidades Relacionadas	14
15.	Eventos Subsequentes.....	16

7B FP

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade, direta e indirectamente, incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (anterior Universal Seguros, S.A.), Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”).

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020.

FB FP

2. Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2019, a Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2019. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.7. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

BP FP

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Sociedade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Sociedade constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

2.3 Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2018 e 2019 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Sociedade é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC afeto às subsidiárias é registado no balanço individual da Longrun como um valor a receber ou a pagar às empresas subsidiárias. O imposto correspondente à atividade individual da Sociedade é refletido na demonstração dos resultados.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

7B FP

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

A principal situação que origina diferenças temporárias ao nível da Sociedade corresponde aos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.4 Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.5 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.6 Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

RB FP

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Sociedade considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.7 Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.7.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2019 a Sociedade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. As alterações com relevância para a Sociedade foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRIC 23 - Incerteza sobre diferentes tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-06-2017	2018/1595	01-01-2019
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IFRS 11 - Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital. (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	2019/412	01-01-2019

2B FP

2.7.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 28 - Investimento de Longo-prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	2019/239	01-01-2022
IAS 1 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	2019/2075	01-01-2020
IAS 8 - Definição de material (Emenda)	31-10-2018	2019/2075	01-01-2020
IFRS 7 - Reforma dos índices de referência das taxas de juro (Emenda)	26-09-2019	2020/34	01-01-2020

2.7.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	22-10-2018	01-01-2020
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2022

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

7B FP

3. Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	782.781	480.234
	<u>782.781</u>	<u>480.234</u>

4. Investimentos em Subsidiárias

Os saldos dos investimentos em empresas subsidiárias em 2019 e 2018 apresentavam-se como segue:

	2019		2018	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Valorizadas ao custo				
Subsidiárias				
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	1.542.174.115	85,00%	1.541.964.100
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	39.420.236	80,00%	39.420.236
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	17.400.523	80,00%	17.400.523
		<u>1.598.994.874</u>		<u>1.598.784.859</u>

Os dados financeiros das empresas subsidiárias em 2019 e 2018 eram os seguintes:

	2019					
Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	16.802.567.666	14.197.429.909	2.605.137.757	144.406.401	3.939.854.642
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	188.940.707	96.033.408	92.907.299	10.016.512	318.939.637
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	60.797.585	16.562.817	44.234.768	4.140.847	55.054.931

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

	2018					
Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	85,00%	16.275.614.962	14.043.010.031	2.232.604.931	278.236.439	2.820.187.838
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	172.026.836	90.473.934	81.552.902	9.000.867	290.925.529
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	55.014.319	15.166.961	39.847.358	6.183.482	53.569.992

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

JB FP

As empresas subsidiárias são as seguintes:

A **Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. (“Império Bonança”) na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. (“Fidelidade Mundial”), conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida” e “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare – Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 17 de março de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Táguis, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

Durante o exercício de 2019 ocorreram as seguintes alterações:

Em junho de 2019, foi registada uma comissão bancária processada pela CGD, no valor de 210.015 Euros, para tratar do aumento de capital do ano anterior, decorrente do *pricing* deste serviço. Foi negociado com a CGD a aplicação de 50% da taxa em vigor.

5. Outros Devedores por Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo - Imposto agregado	1.136.420	6.404.850
Outros	-	1.069
	<u>1.136.420</u>	<u>6.405.919</u>

FP

6. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

	2019	2018
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	3.879.437	-
Pagamentos por conta	28.669.728	54.651.225
	<u>32.549.165</u>	<u>54.651.225</u>
Passivos por impostos correntes		
Outros		
Segurança Social	(1.781)	(829)
Retenções	(837)	(837)
	<u>(2.618)</u>	<u>(1.666)</u>
Ativos por impostos diferidos	45.552	45.552
	<u>45.552</u>	<u>45.552</u>
Total	<u>32.592.099</u>	<u>54.695.111</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	2019	2018
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	63.306	73.302
Pagamentos por conta	28.669.728	54.651.225
	<u>28.733.034</u>	<u>54.724.527</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2019 e 2018 pode ser demonstrada como se segue:

	2019		2018	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>(298.252)</u>		<u>(144.276)</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	(62.633)	21,00%	(30.298)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Correções relativas a exercícios anteriores	0,28%	(825)	(0,04%)	54
Outras	(0,05%)	152	(0,03%)	39
Taxa efetiva de impostos	<u>21,23%</u>	<u>(63.306)</u>	<u>20,94%</u>	<u>(30.205)</u>

Em 2019 a Sociedade apresentou prejuízos fiscais no montante de 301.456 Euros. Porém, o correspondente imposto diferido ativo vai ser realizado no âmbito do RETGS, este prejuízo fiscal é consumido no exercício de 2019 pelos lucros tributáveis gerados pelas restantes entidades integrantes do Grupo fiscal.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores.

8B FP

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos enquanto os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

A Sociedade tem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 216.914 Euros referentes ao exercício de 2015, o qual poderá ser deduzido até ao exercício de 2027. Este prejuízo fiscal não poderá ser consumido no âmbito do Grupo fiscal, uma vez que foi gerado antes da constituição do mesmo. Assim, o prejuízo fiscal apenas poderá ser consumido na Longrun enquanto Sociedade individual.

7. Outros Credores por Outras Operações

Em 31 de dezembro 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do Grupo		
Imposto agregado	33.862.848	61.025.217
Outros	1.000	221.173
Fornecedores conta corrente	-	9.840
	<u>33.863.848</u>	<u>61.256.230</u>

8. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Acréscimos de gastos		
Auditoria	98.713	24.881
Outros trabalhos especializados	117.208	98.661
	<u>215.921</u>	<u>123.542</u>

JB FP

9. Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Longrun Portugal, SGPS, S.A., no montante de 50.000 Euros é integralmente detido pela Millennium Gain Limited.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 1 de setembro de 2017, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 648.902 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 21 de Agosto de 2019, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 675.000 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

10. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2019	2018
Outras reservas		
Reserva legal	305	305
Outras reservas	2.735	2.735
	<u>3.040</u>	<u>3.040</u>
Resultados transitados	<u>(465.591)</u>	<u>(351.520)</u>
Resultado do exercício	<u>(234.946)</u>	<u>(114.071)</u>
	<u><u>(697.497)</u></u>	<u><u>(462.551)</u></u>

Os montantes da reserva legal e outras reservas resultam da aplicação de resultados de 2014.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que atinja 20% do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

JB FP

11. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2019 e 2018, os custos de exploração incorridos pela Longrun apresentam a seguinte composição por natureza:

	2019	2018
Gastos com pessoal (Nota 12)	46.846	46.975
Fornecimentos e serviços externos		
Contencioso e Notariado	622	250
Auditoria	55.803	55.803
Outros Trabalhos especializados	192.620	39.692
Outros	159	195
	249.204	95.940
Impostos e taxas	4.801	-
	300.851	142.915

Nos exercícios de 2019 e 2018, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2019	2018
Conta não técnica		
Gastos financeiros	300.851	142.915
Total dos custos de exploração imputados	300.851	142.915

12. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal em 2019 e em 2018 é como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Órgãos sociais	39.200	39.200
Encargos sobre remunerações	7.646	7.958
Seguros obrigatórios	-	(183)
	46.846	46.975

IB FP

13. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2019 e 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Outros Rendimentos não técnicos		
Outros	-	65
	-	65
Gastos e perdas não correntes		
Multas e penalidades	(714)	(188)
Outros gastos		
Correcções a exercícios anteriores	3.931	(258)
	3.217	(446)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(13)	(379)
Serviços bancários	(605)	(601)
	(618)	(980)
	2.599	(1.361)

14. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respectivos Órgãos de Gestão.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os Órgãos de Gestão.

2019

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (2)	E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (2)	Fidelidade - Property Internacional, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A. (2)
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	755.576	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.542.174.116	39.420.236	17.400.523	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	-	308.216	-	-	-	763.045	-	57.079
Passivo								
Contas a pagar por outras operações	29.233.935	-	13.886	672.386	16.484	-	-	-
Ganhos e Perdas								
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(543)	-

8B FP

	Fidelidade Property Europe, S.A.	Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Fidelidade - Sociedade Gestora de Org. de Investimento Imobiliário, S.A.	FID LatAm SGPS, SA	Millennium Gain Ltd	Total
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(1)	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	755.576
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	1.598.994.874
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	8.080	-	-	1.136.420
Passivo								
Contas a pagar por outras operações	3.816.600	36.339	1.405	69.966	-	1.845	1.000	33.863.848
Ganhos e Perdas								
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	-	(543)

2018

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(5)
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	452.796
Investimentos em subsidiárias	1.541.964.100	39.420.236	17.400.523	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	-	26.085	4.092	-	16.579	-	-
Passivo							
Contas a pagar por outras operações	35.955.971	-	-	177.808	-	25.121.450	-
Ganhos e Perdas							
Gastos financeiros	(9.840)	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(435)

	GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Fidelidade Property Europe, S.A.	Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Millennium Gain Ltd	Total
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(1)	
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	452.796
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	1.598.784.859
Contas a receber por outras operações	62.256	6.211.545	22.568	1.265	60.460	-	6.404.849
Passivo							
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	1.000	61.256.229
Ganhos e Perdas							
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	(9.840)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(435)

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

JB FP

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2019 têm a seguinte composição:

Conselho Fiscal

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
Presidente					
Pedro Antunes de Almeida	14.000	-	-	-	-
Vogais					
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	-	-	-	-

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2019 ascendem a 124.900 Euros, dos quais 111.320 Euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 13.580 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

15. Eventos Subsequentes

Desde o surto da Doença do Coronavírus 2019 ("COVID-19") que surgiu na China em janeiro de 2020, a prevenção e controlo do COVID-19 tem vindo a decorrer maioritariamente na China e à escala global considerando os riscos de contágio da doença. O Grupo implementará seriamente os requisitos e orientações da Organização Mundial de Saúde e todas as indicações das autoridades estatais e regulatórias e reforçará o apoio à prevenção e controlo epidémicos. O COVID-19 tem impactos económicos ao nível nacional e global existindo já perdas significativas nos mercados globais que podem afetar a qualidade ou os rendimentos dos ativos de crédito e dos ativos de investimento do Grupo e o grau de impacto depende da situação das medidas preventivas epidémicas, da duração da epidemia e da implementação das políticas regulamentares.

Trata-se de um evento subsequente, não ajustável, que até à presente data, a avaliação ainda está em curso. No que respeita à atividade da Sociedade, o órgão de gestão entende que os impactos decorrentes desta situação são incertos, não sendo possível estimar o seu efeito financeiro, designadamente no que se refere ao valor recuperável das participações financeiras. A Sociedade continuará a acompanhar a evolução do COVID-19, avaliando e agindo ativamente aos seus impactos na posição financeira e nos resultados do Grupo.

B FP

B3 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

Certificação Legal de Contas Separadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da Longrun Portugal SGPS, S.A. (a “Sociedade”), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.633.508.792 euros e um total de capital próprio de 1.599.426.405 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 234.946 euros), a Demonstração dos Resultados Separada, a Demonstração do Rendimento Integral Separada, a Demonstração das Variações do Capital Próprio Separada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Separada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras separadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira separada da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a COVID-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras, são divulgados os desenvolvimentos resultantes da pandemia identificados pelo órgão de gestão para a Longrun Portugal, SGPS, S.A., com base na informação disponível à data. O órgão de gestão entende que os impactos decorrentes desta situação são incertos, não sendo possível estimar o seu efeito financeiro, designadamente no que se refere ao valor recuperável das participações financeiras. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 incluem na Demonstração da Posição Financeira Separada e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, investimentos em subsidiárias, no montante de 1.599 m€, representando 98% do ativo. Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de crescimento/margens de lucro, projeções de informação financeira prospetiva e inflação, entre outras). A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.	A nossa abordagem ao risco de distorção material nos investimentos em subsidiárias incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos: ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos; ▶ Avaliamos as análises internas de identificação de indícios de imparidade sobre as participações financeiras. ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de inflação, a taxa de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva; ▶ Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados; Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre investimentos em subsidiárias nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas em 31 de maio de 2017 para a revisão legal das contas compreendido entre 2017 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2019

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

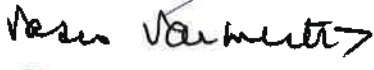
- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 4 de maio 2020.

O CONSELHO FISCAL


Pedro Antunes de Almeida - Presidente


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal


João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

Longrun Portugal, SGPS, S.A.
Pessoa Coletiva 510999018, matriculada na CRC de Lisboa sob o mesmo número
Capital Social € 50.000,00 – Sede Largo de São Carlos, n.º 3, 1200-410 Lisboa

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2019**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

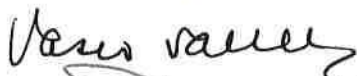
Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 4 de maio de 2020.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

C Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Relatório de Governo Societário
Ano 2019
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A., (doravante “Sociedade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2019 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 32º da Norma Regulamentar n.º 8/2016 – R, de 16 de agosto.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Sociedade, no montante de 50.000,00 euros, é representado por 50.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

As ações representativas do capital social da Sociedade são livremente transmissíveis.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

4. REGIME A QUE SE ENCONTRE SUJEITA A RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACIONISTAS

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de votos da Sociedade.



II. Participações Sociais detidas

6. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE SÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, COM INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL E DA FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2019, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millenium Gain Limited	50.000	100%	100%	Constituição

7. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações, nem obrigações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. IDENTIFICAÇÃO E CARGO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPECTIVO MANDATO

Não foi eleita mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso.

b) Exercício do direito de voto

9. EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos acionistas presentes e representados nos termos da lei, sendo que a cada ação corresponde um voto.

10. INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM MÁXIMA DOS DIREITOS DE VOTO QUE PODEM SER EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACIONISTA OU POR ACIONISTAS QUE COM AQUELE SE ENCONTREM EM ALGUMA DAS RELAÇÕES DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou mesmo por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS

A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados os acionistas que detenham, pelo menos, três quartos do total das ações representativas do capital social, e em segunda convocação com qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.



II. Administração

Conselho de Administração

a) Composição

12. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Sociedade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração e um órgão de fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

13. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

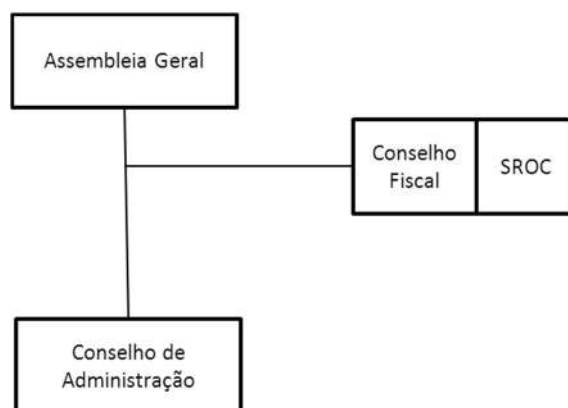
14. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA DESIGNAÇÃO E DURAÇÃO DO MANDATO DE CADA MEMBRO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por entre dois a cinco membros, com o Presidente do Conselho de Administração designado pela Assembleia Geral. O mandato dos Administradores é de três anos civis, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes, e contando-se como completo o ano civil em que forem designados.

A 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração é constituído por:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Lingjiang XU	Presidente	29-11-2018	2017-2019	Executivo
Wai Lam William MAK	Vogal	17-04-2017	2017/2019	Executivo

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Longrun durante o exercício de 2019:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Sociedade, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de administração e representação da Sociedade.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

a) Composição

15. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA OU CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO) CORRESPONDENTE AO MODELO ADOTADO

A fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2017/2019.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

16. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL, COM INDICAÇÃO DO CARGO DE CADA MEMBRO, DATA DE NOMEAÇÃO E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2019:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Pedro Antunes de Almeida	Presidente	31-05-2017	2017/2019
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal	31-05-2017	2017/2019
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal	31-05-2017	2017/2019
Isabel Gomes de Novais Paiva	Suplente	31-05-2017	2017/2019

Os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência previstos no n.º 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, pois não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

IV. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

17. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., registada na CMVM sob o n.º 20161189 e representada pelo seu sócio Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC n.º 1579.



18. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE A SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E OU GRUPO

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi designada a 26 de setembro de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016, tendo sido reconduzida para exercer funções até ao final do triénio 2017/2019.

19. DESCRIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SROC À SOCIEDADE

Para além dos trabalhos exigidos por lei ao revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

20. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

As alterações dos Estatutos da Sociedade regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

II. Comunicação de irregularidades

21. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE

A Sociedade tem uma cultura de responsabilidade e de *compliance*, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Sociedade ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

22. ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

A Longrun sendo uma sociedade gestora de participações no setor dos seguros, não exerce a atividade seguradora ou resseguradora, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas empresas de seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A..

Sendo a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., a empresa mais representativa do Grupo, são aí definidos os requisitos de governação aplicados ao Grupo segurador.

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, foi implementado um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade da Sociedade.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Sociedade, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus os objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

Relativamente ao sistema de governação a área seguradora da Sociedade possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Nestes termos, estão definidas funções-chave transversais ao Grupo, de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e *compliance*, no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, que são asseguradas pela Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria e Direção de *Compliance*.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, área seguradora da Sociedade de tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

Quanto às obrigações de informação ao público, a Sociedade, em 2019, preparou e divulgou, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2018” contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital do exercício de 2018. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.



Também durante o ano de 2019, a Sociedade efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como a sua consolidação ao longo dos primeiros anos da sua vigência, colocam a Sociedade num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

23. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS

Para além das áreas que exercem funções-chave transversais à área seguradora da Sociedade no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, têm sido implementadas e reforçadas, para além da área jurídica, diversas funções corporativas nas participadas, das quais se destacam as áreas de sistemas de informação, planeamento e controlo, contabilidade e investimento.

Este modelo de governação, associado ao facto dos processos de gestão do risco operacional e de controlo interno implementados, proporcionam a disseminação, por todas as participadas, de uma cultura de gestão de risco, permite que a entidade relevante ao nível do Grupo dirija adequadamente os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tanto a nível individual como do grupo, dispondo de apropriadas linhas de reporte e procedimentos de prestação de informação.

24. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2019, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

25. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

O sistema de gestão de risco suporta a Sociedade na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Sociedade, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Sociedade opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Sociedade e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

IV. Sítio de Internet e Disponibilização de Informação sobre a Sociedade

26. ENDEREÇO(S)

A Sociedade não dispõe de sítio na Internet.

27. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE, ÓRGÃOS SOCIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas encontra-se disponível na Sede da Sociedade.



28. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais estão disponíveis na Sede da Sociedade.

29. LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade.

30. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTERIORES

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos anteriores, estão disponíveis na Sede da Sociedade.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

31. INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral, não tendo sido constituída na Sociedade uma Comissão de Remunerações.

II. Estrutura das remunerações

32. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pelo exercício das suas funções.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, quando exista, é fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

III. Divulgação das remunerações

33. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, PROVENIENTE DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções de forma remunerada.

34. INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Não foi paga qualquer indemnização ou compensação em virtude da cessação de funções de administrador durante o exercício.

35. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE, PARA EFEITOS DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO



O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	(€)	Observações
Pedro Antunes de Almeida	14.000	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	
Isabel Gomes de Novais Paiva	0	Suplente
TOTAL		

36. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Tal como indicado *supra* não existe mesa da Assembleia Geral eleita.

IV. Acordos com implicações remuneratórias

37. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA E DESCRIÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS MONTANTES ENVOLVIDOS, DE ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE (ARTIGO 245.º -A, N.º 1, AL. L)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do Órgão de Administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

V. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

38. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E DOS RESPECTIVOS DESTINATÁRIOS

Não existem planos com estas características.

39. DIREITOS DE OPÇÃO ATRIBUÍDOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES (*STOCK OPTIONS*) DE QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS OS TRABALHADORES E COLABORADORES DA EMPRESA

Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

40. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

41. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.



- 42.** DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Sociedade, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

- 43.** INDICAÇÃO DO LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas demonstrações financeiras.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.